

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Wagner Geminiano dos Santos

**ENREDANDO CAMPINA GRANDE NAS TEIAS DA
CULTURA. 1965-2002.**

**Recife – PE
2008**

WAGNER GEMINIANO DOS SANTOS

**ENREDANDO CAMPINA GRANDE NAS TEIAS DA
CULTURA: (des)inventando festas e (re)inventando a
cidade. 1965-2002.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: **Prof. Dr. DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE
JUNIOR.**

Recife – PE
2008

Santos, Wagner Geminiano dos
**Enredando Campina Grande nas teias da cultura :
(des)inventando festas e (re)inventando a cidade. 1965-2002 / Wagner
Geminiano dos. – Recife: O Autor, 2008.**
232 folhas ; il., fig.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. História, 2008.**

Inclui: bibliografia.

**1. História. 2. Memória cultural. 3. Discurso. 4. Festas populares.
5. Campina Grande (PB). I. Título.**

**981.34
981**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

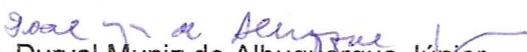
**UFPE
BCFCH2009/79**



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO WAGNER GEMINIANO DOS SANTOS.

Às 08:30h do dia 14 (quatorze) de março de 2008 (dois mil e oito), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Wagner Geminiano dos Santos** intitulada **“Enredando “Campina Grande” nas Teias da Cultura: (des)inventando festas e (re)inventando a cidade (1965-2002)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Durval Muniz de Albuquerque Júnior (orientador), Antonio Torres Montenegro e Antonio Clarindo Barbosa de Souza. Assinam, também, a presente ata o Vice-Coordenador, Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

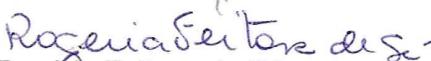
Recife, 14 de março de 2008.


Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.


Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.


Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza.


Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.


Rogéria Feitosa de Sá.

Agradecimentos: sobre (re)encontros e afastamentos.

Final de 2005 se apresentava para mim como um momento decisivo, tanto na minha vida pessoal quanto acadêmica e profissional. Havia concluído a graduação em História praticamente ao mesmo tempo em que tinha sido aprovado no mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco. Isto apontava para um redimensionamento nas relações pessoais que tinha estabelecido até então, pois implicava o meu afastamento das pessoas ou da maioria delas com quem tinha dividido meus sonhos, angústias, projetos, desejos até aquele momento de minha vida; implicava também um deslocamento espacial, um distanciamento de Campina, da cidade que havia me acolhido ao longo dos cinco últimos anos.

Neste sentido, para mim a experiência do mestrado nascia marcada sob o signo do distanciamento, do afastamento. Afastamento de Campina Grande, de amigos de longa data, de companheiros de Universidade, de colegas de diversão, do aconchego dos familiares. Mas, isto é o inevitável de todo caminho que se começa a trilhar e para todo aquele que está a caminhar. Estas referências se constituem em pontos de passagem, de trânsito que com o desenrolar dos passos, a cada passo dado nos faz se distanciar de determinados pontos e se aproximar de outros. Este é o inapelável de quem caminha.

E o percurso que naquele momento havia iniciado me distanciava espacialmente de meus familiares, distancia geográfica que só fez aproximar nossos afetos, torná-los mais intensos e verdadeiros. A distância me fez ver e reconhecer a importância que minha família tem em minha vida. Meu pai (José Júlio), minha mãe (Marli), meu irmão (Fagner) são o meu porto seguro, e como todo porto é o meu ponto de partida e de chegada, neles eu tenho o meu esteio, um dos meus territórios existenciais mais consistentes, com eles posso dividir os melhores sentimentos, os sonhos mais íntimos, as angústias mais profundas. Neles eu tenho carinho, amor, respeito, admiração, com eles me é possível ser livre para amar, me apaixonar e dizer que os amo, que os tenho como família. Família, conceito que aprendi a significar com eles e devido a eles com a leveza de quem goza de liberdade de

estando perto ou distante se sentir sempre amado.

Mas, este mesmo percurso me levava a Recife. A cidade de Recife foi o meu primeiro e impactante encontro, uma experiência apaixonante. Morar em Recife me possibilitou a experiência de morar fora da casa de meus familiares, impôs a necessidade de “me virar” sozinho, de constituir novos laços de amizade, de inventar uma espacialidade familiar em meio ao estranhamento e frieza que as ruas recifenses me causavam naquele momento.

A frieza e a sisudez do bairro do Espinheiro, onde primeiro morei em Recife, foi atenuada pela presença de colegas e amigos de trabalho que me acolheram como se já me conhecessem a muito tempo. No Espinheiro encontrei pessoas como Erivanilson (Neguinho), Jonas, Ednaldo, Maaseias, João Felipe, Petrucian, Ernani, Joniel com quem dividi apartamento e ao lado de quem trabalhei e que me ensinaram quão importante são os laços de solidariedade e amizade. Com eles aprendi que a amizade e a solidariedade são afetos que possibilitam a constituição de territórios existenciais mesmo onde impera a lógica do afastamento, da impessoalidade, onde a palavra casa significava apenas o local onde dormíamos, ou seja, apenas um ponto de passagem. Foram companheiros, amigos que tornaram meus primeiros dias e meses em Recife mais acolhedores, mais alegres, menos solitários.

Foi na sisudez do Espinheiro que encontrei também Sheyla e Léo. Dupla inseparável, apaixonados um pelo outro, amigos-irmãos um do outro. O calor e a intensidade da amizade dos dois contrastavam com toda a frieza daquele local e, de certa forma, me contagiava, me afetava ao ponto de não me sentir mais tão só, de me sentir atravessado por outras intensidades, outros afetos, de estar constituindo novas relações de amizade com quem dividir minhas angustias, minhas alegrias, com quem jogar conversa fora, passando horas e horas bebericando, rindo, se distraíndo, se divertindo. Minhas noites se tornavam mais alegres ao lado dos dois. Assim, nossas histórias, nossos percursos se cruzaram e se encontraram de forma mais intensa, nossa relação se tornaria mais duradoura do que eu supunha a primeira vista.

Mas, a minha passagem por Recife me proporcionou também reencontros. Lá reencontrei amigos de outrora, amigos que há muito não tinha tido

contato. Entre eles está Marquinhos, uma pessoa exemplar, um profissional dedicado, simplicidade em pessoa. A você meus agradecimentos, por tudo que fizestes por mim. Reencontrei também Fábio Gomes, amigo-irmão. Amigo nas horas difíceis, nas alegrias, nas lembranças de casa, nas horas de divertimento e descontração, amigo de festas e de farras, amigo de todas as horas. Mais uma vez nos distanciamos, mas tenho certeza, continuaremos ligados pela intensidade de nossa amizade, dileto amigo.

Os primeiros seis meses em Recife foram de experiências gratificantes, estive entre amigos no “Entre Amigos, O Bode”, local onde trabalhei, me diverti, aprendi e fiz amigos. Amigos com quem aprendi a enxergar a vida por ângulos mais pragmáticos. Local que se tornou uma das referências espaciais e existenciais mais marcantes na minha estadia e passagem pela capital pernambucana.

A experiência do mestrado me fez encontrar professores exemplares, professores que me ensinaram, sobretudo, a viver de forma diferente, que possibilitaram a minha modificação não só como intelectual aspirante a historiador, mas, acima de tudo como pessoa. Agradeço a Antonio Paulo Rezende, agora posso ver que suas aulas não se resumiam apenas a lições de teoria e metodologia da história, mas eram lições de vida. Lições que me afetaram, que me modificaram, me tornaram menos arrogante, menos prepotente, mais humilde, mais aberto ao outro, ao diferente, porém não menos criterioso. Agradeço a Antonio Torres Montenegro, um crítico perspicaz. Com ele aprendi que por mais dura e direta que seja a crítica, ela traz em si uma generosidade, um afeto, uma positividade que impele a modificação ao melhoramento do outro. Suas críticas ressoam no trabalho que hora terminamos. Agradeço a Regina Beatriz Guimarães Neto, uma das pessoas mais inteligentes que conheço, sua sensibilidade nas arguições que fez ao meu trabalho foi fundamental para o curso que ele tomou.

No mestrado reencontrei Durval Muniz de Albuquerque Junior, não só como professor e orientador, mas como amigo. Uma pessoa apaixonante e apaixonada no e pelo que faz. A paixão, a dedicação, o tesão com que ele escreve e faz história e como ministra suas aulas foram fluxos que me afetaram e atravessaram profundamente. Com ele aprendi que para ser historiador é preciso primeiro ser apaixonado pelo que fazemos, é preciso fazer com tesão, é preciso

investirmos a nossa escrita com os fluxos que atravessam e constituem o nosso corpo, com ele aprendi que só seremos realmente historiadores se o formos de corpo inteiro, com todas as nossas forças, com todos os nossos sentidos e afetos, não bastam só idéias. É desta forma que Durval está presente neste trabalho e na minha vida. Um amigo no pensamento, na sensibilidade e para a vida. Um afeto que me fez querer ser historiador. Meu querido foi um orgulho ter sido seu orientando.

Compartilhando parte destas experiências, está(va) Giscard Farias Agra. Minha amizade com Giscard foi ao longo destes dois anos o meu elo com Campina e parte das relações que por lá tinha estabelecido. Por ele fiquei sabendo de notícias alegres, de acontecimentos tristes. Com ele compartilhei parte das angústias, das alegrias, das experiências que o mestrado nos propiciava. Ao longo destes dois anos fizemos algumas viagens, literal e figurativamente, tecemos muitos comentários indiscretos, falamos muito da vida dos outros, rimos muito dos outros e de nós mesmos, ensaiamos novas possibilidades de profissão, a fotografia quem sabe. A experiência do mestrado serviu também para solidificar nossa amizade, para que nos tornássemos não só colegas, companheiros, mas acima de tudo grandes amigos. Um amigo de todos os momentos, de e para todas as horas, horas tristes, alegres, enfadonhas, angustiantes, esfuziantes, divertidas, irônicas. Que nossa amizade se prolongue ainda mais.

Foi por Giscard que fiquei sabendo de um dos acontecimentos mais tristes ocorridos nestes últimos dois anos, a morte de Fábio Gutenberg. Saudoso e querido professor, um exemplo de profissional, austero, competente, amigo. Ainda hoje me custa acreditar na sua morte. A morte, personagem, muitas vezes, ingrata de nossas histórias. Mesmo nós historiadores que estamos sempre às voltas com ela, tentando domá-la, domesticá-la somos feridos, dilacerados com sua presença, principalmente quando ela arrebatava a quem tanto admiramos e prezamos. Nas minhas lembranças ainda hoje me revoltava contra a sua morte, nelas Fábio continuará sempre vivo por mais que eu saiba que não o verei e nem o encontrarei mais pelos corredores da UFCG a me perguntar “e ai cara, como vai o mestrado?” Fábio a você minha homenagem.

Mas, a experiência mais marcante e significativa destes dois anos veio de um encontro, encontro único, singular, intenso como um raio. O meu encontro com

Wanessa. Nela encontrei a mulher com quem decidi dividir, compartilhar as experiências mais íntimas, o meu amor de homem, a minha paixão. Nela encontrei uma amizade sincera, doce. Nela encontrei uma companheira carinhosa, meiga, atenciosa. Através dela encontrei uma segunda família nos meus sogros (Ernani e Luziara) e cunhado (Tarcis), são meus segundos pais e irmão, eles me acolheram não apenas como genro, mas como um filho querido. Com Wanessa constituí uma nova família, materializei o que era apenas um conceito vago, com ela tive a oportunidade de experimentar o que é estar em família, aprendi a significar esta palavra a partir de outro ângulo, a partir de dentro dela mesma. Wanessa você me modificou, você modificou a minha história, a minha história de amor.

Foi do meu encontro com Wanessa, do encontro de nossos afetos e fluxos que nasceu Sophia Isabela, minha filha, nossa filha. A experiência da paternidade foi o acontecimento mais significativo que constituiu os últimos dois anos de minha vida. Uma experiência que me modificou profundamente, me tornou uma pessoa melhor, mais responsável, mais sensível. Este trabalho que agora terminamos foi feito para ela. Sophia foi minha maior inspiração, minha motivação a cada linha escrita, a cada parágrafo terminado, a cada capítulo concluído. Longe de ser um obstáculo, o seu nascimento foi uma força, um fluxo, um jorro não só de uma nova vida, mas de uma intensidade, de um afeto a me impulsionar, a mover-me em busca de minha melhora como profissional, como pessoa e como pai. Sophia eu te amo. Este trabalho leva a sua marca da primeira a última linha grafada.

Obrigado a todos, especialmente a você filha amada.

Dedicatória

A minha filha, Sophia Isabela, com quem aprendi a experimentar um novo e intenso significado para a palavra amor. Filha, te amo.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
CAPÍTULO I: Práticas e discursos que inventa(ria)m Campina (como) Grande e (des)constroem a imagem da cidade.....	29
1.1 – A historiografia “campinense” e a invenção de Campina (como) Grande.....	29
1.2 – Mudanças que (in)definem Campina (como) Grande...	48
1.2.1 – Redefinindo as práticas políticas e instaurando a “crise econômica”.....	48
1.3 – Estratégias que (re)inventam Campina Grande.....	62
1.3.1 – Redefinindo Campina (como) Grande e o ser “campinense”.....	62
1.3.2 – A emergência da estratégia Cunha Lima e a (re)invenção de Campina Grande como “Capital Cultural”..	75
CAPÍTULO II: Esquecer o presente para lembrar o passado: Tentando garantir o futuro da cidade.....	98
2.1 – A indefinição do carnaval de Campina: construindo um “cemitério” como cenário para festa.....	98
2.2 – Usando e abusando da memória: inventa(ria)ndo um passado e uma tradição para a cidade.....	130
CAPÍTULO III: Buscando personalizar e materializar a modernidade da cidade: O nascimento político de Cássio Cunha Lima e a invenção da Micarande.....	161
3.1 – “Um grande filho para suceder um grande pai”: construindo a sucessão do “protetor” de Campina (como) Grande.....	161
3.1.1 – Reivindicando a paternidade do evento: muitos “pais” para um único filho.....	190
3.2 – Fundindo tradição e modernidade nos blocos de Micarande: O Bloco da Saudade, a saudade de Eneida Agra.....	195
Considerações Finais.....	213
Fontes Primárias Catalogadas e Analisadas.....	227
Fontes Secundárias Catalogadas e Analisadas.....	229
Referências Bibliográficas.....	230

ENREDANDO “CAMPINA GRANDE” NAS TEIAS DA CULTURA: (Des)inventando festas e (re)inventando a cidade. (1965-2002).

Autor:

Wagner Geminiano dos Santos – Mestrado em História – PPGH-UFPE.

Orientador:

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior – UFRN

Examinadores:

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro – UFPE (Titular Interno)

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza – UFCG (Titular Externo)

Prof. Dr. Regina Beatriz Guimarães Neto – UFPE (Suplente Interno)

Prof. Dr. Elisabeth Christina de Andrade Lima – UFCG (Suplente Externo)

RESUMO

O presente estudo objetiva historicizar um problema, qual seja: como foi possível que Campina Grande deixasse de ser nomeada como a “Capital do Trabalho” para passar a ser dita e vista como “Capital cultural”, “cidade vocacionada para o turismo de eventos” num curto período de tempo que compreende dos anos finais da década de 60 do século passado ao ano 2002 deste século? Neste sentido, o presente trabalho busca apresentar quais foram as condições históricas de possibilidade deste deslocamento. E para tanto, elegemos como porta de entrada para narrar esta história as festas de matriz carnavalesca – o carnaval e a Micarande, “carnaval fora de época” – produzidos na cidade neste período. Fazemos isto por acreditarmos que estas festas, juntamente com os festejos de São João na cidade, a partir de um determinado momento da história de Campina Grande passam a ser apresentadas como acontecimentos espetaculares da e na história da cidade, ou pelo menos é isto que alguns discursos querem fazer crer. Buscamos, portanto, historicizar a invenção destas festas, tentando mostrar as relações de e entre poder e saber que se encontram na sua fundação. Buscando mostrar que são produtos de interesses políticos, econômicos, sociais e culturais de variadas instituições e segmentos da sociedade local, que são efeitos de relações de forças que põe em jogo e movimentam estratégias que tentam articulá-las ao nome e a imagem da própria cidade. E que para se instituírem tentam a todo custo silenciar, mascarar, embotar ou até mesmo “matar” aqueles que se colocam como o outro nas correlações de força com que se defrontam. Tentamos assim, apresentar também os outros projetos e significados atribuídos e construídos para a cidade, mas que no acaso da luta foram silenciados, vencidos, incorporados pelo projeto “vencedor” ou que até mesmo continuam as expensas dos discursos e projetos vencedores, a margem das práticas aceitas e legitimadas pela sociedade local. E fazemos isto enovelando nesta narrativa determinadas fontes, como, por exemplo, os jornais escritos, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba, livros de memória, depoimentos orais, discursos oficiais etc. Enfim, é com e a partir deste material que historicizamos este problema e tentamos apontar respostas satisfatórias para o mesmo.

Palavras-chave: Memória, discurso, festas, Campina (como) Grande.

ABSTRACT

This work try to historicize a problem, whichever: how was possible that Campina Grande would be not understood anymore as the “Working Capital” to be said and seen as “Capital of Culture”, “town calling for the tourism of events”, in a short period that comprehends the final years of the 60’s to the year of 2002? In this way, the present work tries to introduce which were the historical conditions that allowed this dislodgement of sense. In order to answer this we selected as a way of narration to this history the parties with a merry-maker matrix – the Carnival and the *Micarande*, “Carnival out of time” – both produced in that city on the referenced period. We do that because we believe those parties, connected with the São João feasts, after a located moment of History of Campina Grande, are enunciated as spectacular occurrences of and in history’s town or so as some discourses try to make us believe on it. We seek to historicize the invention of those parties, trying to show that they are products of political, economical, social and cultural interests pertaining to some institutions and segments of local society; we try to consider that they are effects of force relations that put in a play some strategies, that movements them, wanting to articulate them to the name and the image of the town itself. Those discourses, to be recognized, try to silence, disguise, benumb, or so “to kill” that kind of people that don’t accept that force co-relation, blunting people that affront them. We try, on that way, show also other projects and meanings attributed and constructed to the image of the town, that in the speeches fight was silenced, vanquished and incorporated for the “winner” project or even so they continue to live at the expenses of the projects and discourses that have won the force relations, they’re still in the margin of some accepted and legitimated local practices. We do that reeling in this narration some springs as, for example, the local journals *Diário da Borborema* and *Jornal da Paraíba*, books of memories, oral depositions, official discourses etc. Finally, with those materials we historicize the historiographical problem put in here e we tried to rise some satisfactory answers for it.

Keywords: Memories; Discourses; Parties; Campina Grande not so Big.

Introdução

Salta aos olhos da pesquisa geográfica-sociológica o fenômeno da formação dos aglomerados urbanos, especificamente daqueles que, a partir dos prolegômenos de vila inexpressiva, passaram a exercer, com o decorrer dos tempos, influência sobremodo marcantes, em termos de regionalismo, na configuração de pólos catalisadores e irradiadores dos reflexos mais diversificados, sejam políticos, sejam econômicos, sejam culturais.

É a hipótese frisante desta Campina Grande tão efervescente, tão dinâmica e tão buliçosa, que se projetou, de longos tempos a esta parte, como a mais transcendental metrópole interiorana de todo o **interland** do Norte/Nordeste brasileiro.

Nascida, providencialmente, no Planalto da Borborema, mercê da saga, do arrojo e da visualização de uma leva de abnegados, sob o comando do desbravador de sertões, TEODÓSIO DE OLIVEIRA LEDO, transmudou-se a condição de vilarejo, com o sugestivo nome de VILA NOVA DA RAINHA, para em seguida, guindar-se, meritoriamente, à condição de cidade, com o pomposo nome de CAMPINA GRANDE – qualificativo este inspirado, segundo eméritos historiadores, na vegetação dadivosa e abundante que verdejava os campos serranos, nativos e virginais, ainda isentos da funesta depredação operada pelo homem.

Aqui se corporificou o mais expressivo espírito municipalista, sob o lastro de um cosmopolitismo altruístico e empreendedor. Forasteiros que aqui aportaram com armas e bagagens e, de mangas arregaçadas, impulsionados, talvez, pelo deslumbramento natural causado pela projeção dos fatores produtivos em disponibilidade, manipularam a providencial argamassa que foi edificando, pé-ante-pé, o formidando (sic) centro catalisador e projetor da fenomenal influência sócio-econômica que há pontificado, por todo o percurso do atual século, em praticamente, todo o semi-árido, esta região inglória, caracterizada pelos iterativos cataclismas advindos de efeitos climáticos adversos.

Mas Campina Grande não tem baqueado na sua trilha econômico-cultural em face das multiplicadas adversidade regionais em malgrado o crônico desprezo a que se tem submetido à região norte/nordeste (sic) no contexto da Federação Brasileira, esta cidade singularíssima não se rende e sempre faz sobressair a capacidade de luta de seu povo, que sabe preservar o status de cidade-líder, de cidade-exemplo, a irradiar, aos quatro cântaros, tão somente o otimismo, bem como o mais inaudito atestado de persistência, de poder de fogo, perante uma conjuntura econômica abismal, tal qual a vigorante, por culpa de uma elite dirigente inepta e inapta – tão destruidora de ideais, porque jejuna de bases morais de sustentação.

Avante! Campina Grande, na tua vestimenta de carro-chefe da sócio-economia de vastíssima região, com tantos recursos inexplorados¹.

O artigo acima é indicativo da imagem e dos enunciados que os letrados,

1 CAMILLO, Paulo Souto. "Sinopse de uma cidade-exemplo". **Jornal da Paraíba** N° 4908 p 4, edição do dia 03/09/1989. (Grifo no Original).

políticos, intelectuais e demais elites² de Campina Grande tentaram construir, se colocando nos lugares de sujeito deste tipo de discurso para a cidade e sua sociedade ao longo de todo o século XX. O discurso acima resume e aponta também para o enunciado constituído e articulado ao longo de praticamente todo o século XX para e sobre a cidade, qual seja: o de Campina como “GRANDE” em todos os aspectos. Enunciado que tenta produzir a cidade como uma urbs que se encontraria sempre em pleno processo de desenvolvimento, progresso e modernização, efeito do empreendedorismo, da garra e determinação de “sua gente”.

Ao longo de praticamente todo o século passado este enunciado foi articulado por aqueles que ocuparam os lugares de elite em Campina no intuito de constituírem uma cidade que seria, para os mesmos, o reflexo de suas ações, valores e status social, econômico, político e cultural. De forma que eles e a cidade se (con)fundissem, assim como a história de ambos fosse contada pelo mesmo discurso e no mesmo sentido e direção. É tendo em vista a efetivação destes

2 Queremos destacar que não estamos pensando o termo elites tão somente como grupos ou sujeitos sociais e muito menos como uma classe social, dominante ou não, que se constituem enquanto tais; mas sim como um lugar ou lugares de enquadramento a ser(em) ocupado(s), exercido(s) e praticado(s) por sujeitos nomeados, identificados e classificados, por determinados discursos, como pertencentes a estes lugares. São lugares estratégicos, um poder se exerce neles, sobre eles e a partir deles. É antes uma atribuição do que uma investidura. Então, neste sentido, elites, como estamos pensando, são todos os sujeitos ou agentes a quem os discursos atribuem e enquadram, em meio ao jogo das relações de força, nestes lugares discursivamente produzidos e socialmente instituídos e colocados como privilegiados nas redes de poder, predominantes em cada período. É antes de tudo um exercício atravessado por relações de força, poder, saber e desejo. Nestas relações não existe passividade, todos são ativos agindo estratégica ou taticamente nas lutas, disputas e exercícios de força e poder. É uma batalha, um combate, um jogo com avanços, recuos, acomodações e deslocamentos de todos os lados. Neste sentido, estar no lugar de elite hoje não significa ser elite amanhã, o(s) sujeito(s) não se enquadra(m) mais nestes lugares; estar num lugar de elite hoje e amanhã também não significa continuar sendo elite, estes lugares se evanescem, deixam de ser privilegiados e estratégicos em detrimento de outros e a partir de determinadas condições históricas. Em ambos os casos os sujeitos são desterritorializados. Assim, elite é um lugar produzido discursivamente nos campos de batalha da história e colocado como estratégico e privilegiado socialmente, portanto, são históricos, são lugares deslocáveis, substancial (quanto a seus ocupantes) e espacialmente (quanto a fixidez dos pontos onde se encontravam). Eles se constituem nos, pelos e através dos jogos e disputas de força, poder, saber e desejo; nas tramas dos discursos e das práticas não discursivas. Enfim, numa batalha que envolve estratégias e táticas. Pensamos este conceito com e a partir de: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987. _____. **Microfísica do poder**. Petrópolis: Vozes. 1989. _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola. 1996. _____. “*Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*”. In: MOTTA, Manoel de Barros (org.). **Ditos& Escritos**. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005. et CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995. _____. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes. 2003.

objetivos que as elites locais passam a apresentar a cidade de Campina Grande, para aqueles que a habita(va)m e principalmente para os que a visita(va)m, não como uma cidade qualquer, mas como a mais e mais e maior e que, apesar de ser uma cidade do interior, se destacava pela sua pujança, ousadia, cosmopolitismo, desenvolvimento, progresso, modernidade e, como resultado de tudo isto, grandiosidade. Pois, para suas elites “Campina (é) GRANDE até no nome”.

Contudo, ao que nos parece, estas imagens e discursos articulados pelo enunciado que busca constituir Campina como grande é produto de inúmeras batalhas e estratégias³, de uma guerra de sentido, de significados postos, repostos, reproduzidos e atualizados que envolveram as diversas pessoas que vieram ocupar os lugares de sujeito daqueles discursos e as instituições que lhes deram respaldo e sustentação ao longo do século XX. Uma batalha que envolve inúmeras disputas de interesses, dentre eles a ocupação dos lugares socialmente privilegiados e discursivamente instituídos como sendo de elite na cidade. E nesta batalha, vários campos de combate foram (e ainda são) agenciados pelos beligerantes em luta, na defesa de seus projetos e interesses, que dependendo do período vivido gravitavam em torno de objetivos diversos.

Na primeira metade do século XX, como nos fala certa literatura historiográfica⁴, tais batalhas se desenvolviam em torno dos “artefatos do moderno” que dariam um ar de “modernidade” a cidade, das reformas urbanas que a embelezariam, a tornariam “limpa”, “salubre” e “desenvolvida”. Segundo esta literatura, Campina Grande, na visão das elites locais, de finais da década de 30 a

3 Estou pensando o termo estratégia como o pensa Michel de Certeau, ou seja, como o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. Cf. CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 2003. p 99.

4 Refiro-me aos seguintes estudos e livros: AGRA, Giscard Farias. **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1987 a 1935.** Campina Grande: Gráfica Marconi. 2006. ARANHA, Gervásio B. **Modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925).** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. 2001. CAVALCANTI, Silêde Leila O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas.** Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande.** Campina Grande: Secretaria de Educação. 2000. SOUSA, Fábio Gutenberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945).** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001. SOUZA, Antonio Clarindo B. De. **Lazeres Permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965).** Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.

meados da década de 60, havia “respirado ares de modernidade” e esbanjado pujança econômica com a riqueza do algodão, chamado de “ouro branco”, chegando a ser considerada, pelas mesmas, como a “Liverpool brasileira”, “maior centro comercial do Norte/Nordeste”, “a Capital do Trabalho”.

Mas, a partir da segunda metade daquele século esta configuração parece se alterar sensivelmente. Os interesses e projetos em disputa, assim como os campos onde se desenvolveram as batalhas passaram a ser outros. As estratégias e ações passam a se desenvolver em torno do projeto de industrialização da cidade e sua entrada no processo desencadeado pelo capitalismo industrial. Contudo, a partir deste período, mudanças abruptas e significativas, a exemplo do aumento do contingente populacional, da emergência de novos sujeitos na sociedade local e da perda de capital financeiro e econômico com o declínio do comércio do algodão, passaram a solapar fortemente a produção imagético-discursiva que colocava Campina como “Grande” em tudo que se fazia, dizia, produzia ou se imaginava nas “suas ruas e pelo seu povo”.

Além disto, tais mudanças terminaram por inviabilizar o projeto de industrialização da cidade defendido por parte de suas elites a época, assim como passou a desestabilizar os territórios e lugares sociais, econômicos, políticos e culturais ocupados por aquelas. Isto implicou um redimensionamento nas práticas discursivas e não discursivas que buscavam constituir a cidade como “grande”, “moderna” e “desenvolvida”. De forma que a partir da década de 80 do século passado a cidade passou a ser conhecida e decantada como “Capital Cultural”, “grande centro universitário”, “realizadora de grandes eventos culturais”, a exemplo do “Maior São João do Mundo”, do “melhor” e “mais” animado carnaval fora de época do país, a Micarande, do “mais” ecumênico Encontro Para a Nova Consciência e o “mais” e “mais” e “melhor” e “maior” etc. e não mais como a “Capital do Trabalho”, “grande pólo comercial do Norte/Nordeste”.

Este redimensionamento na batalha implicou mudanças significativas na nomeação da cidade e na imagem que as elites haviam construído para ela, assim como deslocou a batalha para outros campos. Campos estes que não constituíam tão somente territórios econômicos, mas campos simbólicos, culturais como aponta a geógrafa Marisa Braga de Sá:

Campina Grande continua exercendo papel fundamental na urbanização da Paraíba e no campo da tecnologia, apresentando destaque nacional. Isto porque, ao sediar duas Universidades, ela garante a formação de uma mão-de-obra especializada, de alto nível, que atende ao mercado regional e nacional.

Este esforço não parou por aí, surgiram novos negócios – a produção de eventos de caráter regional, nacional e até internacional indica a criatividade inovadora de sua gente na busca de soluções para as questões sócio-econômicas.

Entre os eventos oferecidos ressaltam-se o Encontro da Nova Consciência, a Micarande, o Maior São João do Mundo, o Festival de Inverno, com a mostra de Dança, Música e Teatro, o Congresso de Crítica Literária, o Congresso de Violeiros, as Vaquejadas, a Feira de Ciência e Tecnologia, já integrados no calendário turístico da cidade, Estado e Região. Conta, ainda, com outros eventos, igualmente importantes, que são os de ordem empresarial, acadêmicos e grupos de danças folclóricas.

No decorrer de sua história, Campina Grande recebeu várias denominações, graças a essa capacidade criativa e inovadora de sua gente. Assim, a cidade tornou-se conhecida como Terra de Negócios, Terra das Oportunidades, Capital do Trabalho e, mais recentemente, a cidade que realiza a Feira de Ciências e Tecnologia de nível internacional, e o Maior São João do Mundo. Enfim, por tudo isso é, ainda, a Rainha da Borborema⁵.

A partir da década de 80 foram estes campos e territórios que se colocaram como locus da batalha em torno e sobre o enunciado que diz Campina como cidade grande, moderna e desenvolvida. Foi neles e a partir deles que as diversas caras que compõe a sociedade local passaram a tentar ocupar os lugares de sujeito daquele discurso e imagem e a se constituírem e investirem nos lugares sociais, políticos e econômicos privilegiados na e pela sociedade local.

O turismo de eventos, a chamada “indústria sem chaminés”, especialmente no seu segmento festivo, a exemplo das festas⁶ do “Maior São João do Mundo” e do carnaval fora de época, a Micarande, se constituíram a partir da

5 Cf. SÁ, Marisa Braga de. “A Paisagem Recriada”. In: GURJÃO (org.). Op. Cit. 2002. p 187-88.

6 Pensamos as festas como locais, espaços abertos, acidentados, descontínuos, de combate e de luta onde poderes e forças são exercidos. Enfim, as festas designam um lugar de afrontamento, sendo preciso se impedir de imaginá-lo como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em pé de igualdade; é de preferência um não lugar, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se auto-glorificar por ela; ela sempre se produz no interstício, pois as festas são um campo de batalha privilegiado da e na história, campos onde não há relações de profundidade, de verticalidade, mas de superfície, no qual se travam batalhas e relações de força em torno, a partir e sobre os mesmos na tentativa de constituição, invenção ou deslocamento de fronteiras, espaços e lugares assim como dos campos de significação que constituem e instituem a realidade. Este conceito foi pensado com e a partir de: FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a Genealogia, a História” In: MOTTA, Manoel de Barros (org.). Op. Cit. 2005. p 260 - 281. et CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 1995. _____. Op. Cit. 2003. et LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano João Pessoa: Idéia, 2002.

década de 80 como o projeto “vencedor” na e para a constituição da imagem e dos discursos que parte das elites locais queriam inerentes a cidade, qual seja: a de uma cidade moderna, civilizada, pioneira, desenvolvida e grandiosa. E aquelas em seus discursos apresentam este enunciado como uma “vocação” da cidade, algo inerente a sua história, enfim ao seu passado, presente e futuro, como parece sugerir Harrison Targino:

Campina Grande, por sua inquietude, faz renascer um passado de glória a cada obra, revive com vigor cada instante, se renova a cada lembrança, se perpetua a cada escrito e ganha força a cada dia. A sua trajetória, tão bem retratada na obra mostra o ritmo acelerado tomado pela cidade para acompanhar as vertiginosas mudanças ocorridas no mundo, sem perder um instante o ciclo da história.

A cultura de seu povo e a capacidade de superar adversidades, representa o maior patrimônio de Campina Grande, cidade vocacionada para a arte que está sempre voltada para o futuro.

Assim, na condição de Secretário da Educação e amante da história, convido a cada leitor a penetrar no texto, retroceder ao passado e sentir uma Campina viva, ativa, irrequieta, determinada, humana e verdadeiramente Grande⁷.

É tomando por base estes acontecimentos que problematizamos: como foi possível este deslocamento de sentido que redimensionou as formas de ver e de dizer a cidade num curto período de tempo que vai de meados da década de 60 ao início da década de 90? Como e porque foi possível que, nas últimas décadas do século XX, Campina passasse a ser dita e vista como a cidade dos eventos turísticos, uma cidade de “alma alegre e festiva”, “Capital Cultural” à medida que os enunciados e imagens que a construíam como “Capital do Trabalho”, “grande pólo comercial do Norte/Nordeste” iam perdendo força e expressão nos discursos de boa parte das elites locais?

Porque as festas se colocaram, a partir da década de 80, como os principais campos de batalha em torno da atualização e reprodução do enunciado que diz Campina como GRANDE? A que estratégias estas mudanças estão articuladas? Quais foram as condições históricas de possibilidade para o redimensionamento das práticas discursivas e não discursivas e das relações de poder que as articulavam a partir da década de 60 do século XX na e para a

7 Cf. TARGINO, Harrison. “Apresentação” In: GURJÃO (orgs.). Op. Cit. 2002. p 11-12. Neste período Harrison Targino era Secretário de Educação do município de Campina Grande.

constituição de Campina como uma cidade grande, moderna e desenvolvida? Qual a configuração histórica que emergiu no interstício destas transformações e acontecimentos? Porque ela foi possível e não outra? Pois, desconfiamos que não existia um único projeto em disputa para a cidade nas décadas de 60, 70, 80 e 90.

Desta forma, pretendemos problematizar e agitar o que se percebia como imóvel e natural, fragmentando o que se pensava unido a um sentido e a um fim únicos, mostrando a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo, restabelecendo assim os diversos sistemas de submissão e o jogo casual das dominações. Enfim, buscaremos mostrar que a emergência das várias estratégias que tentaram construir e constituir Campina como grande nas décadas finais do século XX se produziu em um determinado estado das forças, à medida que procuramos mostrar seu jogo, as maneiras como elas lutaram umas contra as outras, o seu combate frente a circunstâncias adversas, assim como a tentativa que elas fizeram – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento⁸.

Buscamos, assim, retornar o projeto que hoje se apresenta como “vencedor” à dispersão que lhe é própria; demarcando os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; descobrindo que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente⁹.

É esta problemática que possibilita o recorte temporal que adotamos para o nosso estudo e a fixação dos marcos, imprecisos é verdade, que estabelecem a moldura, as fronteiras temporais, um tanto móveis e deslocáveis, de nossa narrativa. Desta forma, o período de nosso estudo compreende de 1964/65, momento da instalação da “Ditadura Militar” no Brasil – acontecimento este que seria uma das condições históricas de possibilidade para os desdobramentos e transformações subseqüentes que a cidade de Campina Grande iria presenciar nas décadas seguintes – assim como período de comemoração do centenário da cidade; ao ano de 2002. Este período representa também o retorno de Campina Grande, com a

8 Cf. FOUCAULT, 2005, p 267-68.

9 Ibid.

eleição de um filho seu, Cássio Rodrigues da Cunha Lima, ao posto máximo do Governo do Estado.

Além disto, o ano de 2002 e as eleições majoritárias para Governador ocorridas naquele ano representaram para Campina Grande não só a retomada do Governo do Estado por um “filho da terra”, ou seja, um “campinense nato”, mas acima de tudo o fato de que a cidade voltava a ter um papel decisivo, central e preponderante no jogo político estadual. Sua influência política e eleitoral foi decisiva para a eleição de Cássio Cunha Lima. A cidade foi a principal responsável pela maioria obtida por Cássio nas urnas tanto no primeiro como no segundo turno, sobrepujando a votação negativa que o mesmo havia tido na Capital do Estado, João Pessoa, uma vez que nos demais municípios do Estado a votação havia sido equilibrada. Desta forma, Campina Grande voltava a ser não só o fiel da balança do jogo político estadual, mas também o lócus das decisões e estratégias políticas para todo o Estado.

É tomando por base estes acontecimentos e relacionando-os com a problemática que constituímos que definimos os anos de 1964/65 e 2002 como extremos temporais de nossa narrativa. Os anos de 64/65 como marcos iniciais por acreditarmos que estas duas datas são representativas dos começos de dois processos divergentes. Por um lado 1964, ano do centenário da cidade, significava para certo segmento das elites locais – uma elite aburguesada, endinheirada e voltada para empreendimentos industriais – a culminância de um processo crescente e contínuo do desenvolvimento de Campina e, por conseguinte o ponto nodal para a implantação e início de sua industrialização. Por outro lado o ano de 1965 passou a significar para as mesmas o início da falência de seu projeto político-econômico para a cidade, processo este gestado com a cassação política de um dos principais representantes daquele segmento social, o então prefeito de Campina Newton Rique ainda no ano de 1964.

Foi a partir deste período que Campina Grande e sua sociedade passaram a presenciar sensíveis transformações na sua constituição e na sua espacialidade e configuração social, política, econômica e cultural. Transformações estas que, supomos, alterou profundamente as formas de ver e dizer a cidade e as práticas e os discursos veiculados pelos vários grupos que compunham a sua

sociedade a época. E o ano de 2002 como marco final, pois supomos que neste ano as redefinições pelas quais a cidade havia passado nas décadas anteriores já tinham sido definidas e estabelecidas, tendo um projeto e estratégia saído vencedor da batalha, tendo em vista a eleição de Cássio Cunha Lima para Governador do Estado.

Constituída a nossa problemática e o recorte temporal de nossa pesquisa, iremos de agora por diante explicitar de quais lugares nos aproximamos e de quais nos afastamos. Elegendo como ponto de partida para tanto a discussão de alguns conceitos e categorias antes tidos como absolutos e que, desde longa data, serviam ao historiador como ferramentas fundamentais e modelares para a escrita da história. Principalmente a escrita fundamentada no “princípio de verdade”.

Conceitos, antes considerados universais, como realidade, verdade, essência, razão, homem, sujeito e todos os outros que lhes faziam esteira a exemplo dos de representação, memória, identidade, continuidade assim como os postulados da objetividade e da neutralidade do sujeito diante do ato de conhecer foram e continuam sendo questionados e colocados em evidência juntamente com todos os apriorismos e determinações externas (estruturas, meio, contexto etc.) a própria historicidade das coisas; e por consequência, questionam-se os paradigmas e teorias que os afirmam, encampam e defendem.

Procuramos aqui discutir mais estes conceitos do que os paradigmas que os adotaram ou os adotam, muito embora uma coisa não exclua a outra. Buscamos nos incorporar a estas discussões na tentativa de delinear, desenharmos e construirmos uma perspectiva historiográfica possível, que nos possibilite abrir trincheiras de onde possamos descrever e analisar a problemática que constituímos para este estudo.

Teremos como ponto de partida para tanto o “modelo” da guerra e da batalha, no sentido de que a historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e lingüística, pois estamos atravessados por relações de e entre poder e sentido. Acreditando ainda que a história não tenha “Sentido”, o que não quer dizer que seja absurda e incoerente, mas; ao contrário, que é inteligível e deve e pode ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das

estratégias e das táticas¹⁰. É a partir desta hipótese que procuramos nos armar da melhor maneira possível, roubando, saqueando, tomando emprestado, forjando armas e ferramentas de combate para que possamos sair exitosos de nossa batalha, de nosso provisório e momentâneo desafio.

Inserimo-nos, de início, na discussão que põe em evidência o conceito de realidade. Primeiro, afastando-nos do extremismo ou da vulgarização que muitos fazem quando postulam a inexistência do real, fazendo uma leitura mais consciente¹¹, não negamos (o que seria absurdo) que o passado tenha realmente existido, mas questionamos a pretensão do discurso histórico em alcançar aquilo que realmente aconteceu, ou seja, a representação realista e objetiva do passado. Não é, portanto, um problema de ontologia (o passado realmente existiu), mas de epistemologia (do passado que aconteceu pode-se ter um conhecimento verdadeiro?). Segundo, escapar também aos postulados que afirma ser a narrativa historiográfica a representação tal qual do real passado ou do passado como ele realmente aconteceu, pois acreditamos que o ideal de reconstrução integral do passado, a síntese dialética do processo social ou a necessidade de dizer a verdade, toda a verdade e somente a verdade sobre o que realmente aconteceu não nos satisfazem mais; essas demandas, ao que nos parece, não são mais do tempo presente, este exige novos problemas, novas hipóteses, novas experimentações. E é isto que buscamos fomentar¹².

10 O termo tática será aqui significado como o entende Michel de Certeau, ou seja, como a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isto deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha, não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado, ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global, nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende. Sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Cf.: CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 2003. p 100.

11 Consciência entendida aqui não mais como o grande sol que ilumina todas as manhãs, mas apenas uma lanterna que nos permite guiar pela escuridão, dando visibilidade e dizibilidade a alguns conceitos e coisas dentro de limites que ignora.

12 Cf. BENATI, Antonio Paulo. *"História, Ciência, Escritura e Política"*. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloísio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p 63-103.

Não se trata, portanto, de descobrir uma verdade subjacente ao mundo dos fenômenos, mas de interpretar o material encontrado, de conferir-lhe sentidos que respondam às inquietações do presente, não às do passado, que permanecerão para nós sempre um mistério. A esse respeito discorre Nietzsche:

Para toda espécie de história não há nenhuma proposição mais importante que aquela que, com tanto esforço, foi conquistada – ou seja, que a causa do surgimento de uma coisa e sua utilidade final, seu emprego e ordenação de fato em um sistema de fins, estão *toto coelo*, um fora do outro; que algo de existente, algo que de algum modo se instituiu, é sempre interpretado outra vez por uma potência que lhe é superior para novos propósitos, requisitado de modo novo, transformado e transposto para uma nova utilidade; que todo acontecer no mundo é um *sobrepujar*, um tornar-se senhor, e que, por sua vez, todo tornar-se *senhor* é interpretar de modo novo, um ajustamento, no qual o “sentido” e “fim” de até agora tem de ser obscurecido ou inteiramente extinto¹³.

Esta discussão coloca em evidência e problematiza também o fazer do historiador suscitando algumas questões, a saber: é possível e como é possível produzir uma narrativa sobre o passado não podendo conhecê-lo enquanto realidade dada? Como lidar com as “fontes”? Estas são representações ou apresentações de realidades passadas, são referentes, vestígios ou restos de uma realidade que não mais existe enquanto ato? Primeiro, afirmamos a possibilidade de se construir uma narrativa sobre o passado, procurando salientar que as “fontes” ou o *corpus* documental que o historiador acessa, organiza, seleciona e se apropria para utilizar e usar na sua pesquisa é apenas vestígios textualizados do passado, ou seja, verbalizações, textos que devem ser lidos na sua externalidade, na sua monumentalidade. Em outras palavras, são restos discursivos e imagéticos do passado com e sobre os quais o historiador, ao dar-lhes o estatuto de fonte, de documento, constrói, produz, inventa, abre uma possibilidade de ver e dizer a realidade. Em suma, o historiador produz uma imagem verbal do passado e ao fazê-lo inventa e institui um espaço-tempo históricos.

Assim, acreditamos que o historiador abre possibilidades, inventa realidades possíveis através de um ato que, além de ser interpretativo – o ato de atribuir sentido – é analítico, imaginativo e inventivo. A partir disto, podemos dizer

13 Apud: VASCONCELOS, Antonio José. “História e Pós-Estruturalismo”. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloísio de Oliveira (orgs.). Op. Cit. 2000. p 114. (Grifo no Original).

que as “fontes” das quais os historiadores se apropriam e tomam como ferramentas de trabalho são textualizações, restos verbais e imagéticos de monumentais e caleidoscópicas realidades passadas; o referente “real” de sua linguagem já existiu, mas hoje só nos é acessível de forma textualizada. Portanto, a matéria bruta do discurso histórico não é o documento, mas a linguagem, enquanto monumento a ser lido, interpretado, analisado e destruído em sua inteireza de sentido. É assim que as fontes serão operacionalizadas, lidas, interpretadas e usadas, no intuito de produzirmos uma realidade coerente e inteligível ao presente, buscando apresentar aquilo que estamos em vias de diferir.

A princípio, veremos as “fontes”, de forma genérica, como discursos produtores de realidade e, ao mesmo tempo, produzidos em determinadas condições de possibilidade. Assim, não nos preocuparemos em usá-las como provas, mas como materiais de expressão, como material a ser trabalhado, despedaçado em sua inteireza de sentido. Portanto, tomamo-las como material de trabalho, como monumentos a serem construídos e destruídos, utilizando-as como nossas e pondo-as para funcionar. Com isto, queremos problematizar o estatuto de verdade de cada uma, ou seja, buscamos desierarquizar os documentos, no sentido de que nenhum diz uma verdade melhor ou maior que o outro, muito embora sejam produzidos em lugares e por agenciamentos diferentes, bem como em diferentes condições de possibilidade. Ou seja, não existe uma relação de profundidade ou verticalidade entre elas, mas, de superfície. Assim, quanto ao que é dito, não faremos nenhuma distinção entre uma matéria de jornal, uma fotografia, uma charge, um depoimento oral, um fragmento de memória ou qualquer outro artefato que nos sirva de fonte. Ater-nos-emos apenas a inscrição daquilo que é dito.

Muito embora, cada uma atenda, a princípio, a um funcionamento – estratégico ou tático – distinto. Aqui cabe fazer uma diferenciação quanto aos procedimentos que fazem funcionar estes diversos discursos. Então, com e a partir de Foucault, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que,

indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer¹⁴.

A partir disto, as “fontes”, (os discursos), serão operacionalizadas levando-se em consideração os diversos lugares e os não-lugares onde são e foram produzidos e a partir de onde falam, ou seja, enquanto discurso¹⁵ (estratégicos) ou narratividades¹⁶ (táticas). Isto não pressupõe como já falamos uma relação vertical e hierárquica entre as fontes, mas, uma relação de superfície entre elas, cada qual ocupando diferentes lugares e espaços. Questiona-se, com isto, o estatuto de verdade das mesmas ao mesmo tempo em que as colocamos em “igualdade” umas com as outras, embora diferentes, nenhuma diz uma Verdade melhor e maior que a outra ou mesmo que possam dizer A Verdade sobre alguma coisa.

É a partir destas problematizações que buscamos definir os objetivos de nossa pesquisa e a estrutura da narrativa que irá tentar dar respostas aos problemas que a constituem. Assim, o objetivo central de nossa pesquisa e que perpassará toda a narrativa como fio condutor e mecanismo de coesão da mesma serão: descrever e analisar o processo que, a partir da década de 60, instaura uma ruptura nos discursos e imagens que constituíam Campina como grande e os redimensionavam e deslocavam para outros campos e territórios, as festas, que passam a ser constituídos e constitutivos das batalhas e estratégias em torno e sobre os significados, sentidos e imagens que se querem inerentes a cidade e a sua

14 Cf. FOUCAULT, Michel. Op. Cit. 1999. e ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana, São Paulo: Cortez, 1999.

15 O termo discurso será significado como o conjunto de enunciados e práticas discursivas produzidas a partir de um lugar (institucional ou não, mas de saber e poder) obedecendo a procedimentos que o organiza e permite um olhar totalizador sobre as coisas. Eles procuram formar sistematicamente os objetos de que falam. Certamente são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais que utilizar estes signos para designar coisas. É este mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato de fala. A partir de Foucault podemos dizer que o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar. O discurso assim significado se situa no campo das estratégias. Construímos este conceito com e a partir de Foucault e Alfredo Veiga-Neto. Cf. FOUCAULT. Op. Cit. 1999. et VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

16 O termo narratividades será significado como falas múltiplas e plurais sobre determinadas coisas (o mundo) atribuindo a estas significados e sentidos também múltiplos e plurais a partir dos espaços praticados, interesses, necessidades e ocasiões de momento com as quais o homem ordinário se depara na batalha, no combate do dia-a-dia. São falas espontâneas, porém, interessadas, muitas vezes sutis, mas profundamente inventivas, astutas e combativas. As narratividades parecem se situar nos espaços, provisórios, das táticas. Este conceito foi produzido com e a partir de Foucault e Certeau. Cf. FOUCAULT. Op. Cit. 1999. et CERTEAU. Op. Cit. 2003.

sociedade. Em outras palavras, o objetivo desta pesquisa é mostrar como se gestou e emergiu o regime de verdade e o sistema de representações que lhe é correlato para e sobre Campina como grande a partir da segunda metade da década de 60 do século passado.

Tendo este objetivo como central, decidimos estruturar a nossa narrativa em três capítulos. Cada capítulo será estruturado em torno de um objetivo específico que se relaciona com o objetivo central do estudo. Desta forma, o primeiro capítulo será urdido tomando por base o seguinte objetivo: apresentar as tessituras e as relações de práticas discursivas e não discursivas que se colocaram como condição histórica de possibilidade para as mudanças que redimensionaram e deslocaram, a partir de meados da década de 60, para outros territórios as formas como as elites e boa parte da sociedade local significavam, imaginavam e adjetivavam a cidade. Para dar conta deste artesanato elegemos como fontes básicas deste capítulo os jornais escritos, especificamente o Diário da Borborema – DB – e o Jornal da Paraíba – JP –, as charges, os anuários da cidade, os depoimentos dos prefeitos locais ao Museu Histórico de Campina Grande e a literatura historiográfica produzida sobre a cidade.

O segundo capítulo terá como objetivo central fazer uma descrição/análise das festas de carnaval produzidas em Campina Grande neste período. Pois, acreditamos que este festejo se constituiu como um evento fundamental e emblemático daquelas mudanças, deslocamentos e disputas em torno e sobre os significados, sentidos e imagens que se queriam inerentes e constitutivos da cidade. Buscamos também, neste capítulo, descrever/analisar a emergência, a partir da década de 80, de um discurso folclórico articulado a construção de uma memória idealizada para as festas de carnaval da cidade o que possibilitou a gestação de uma estratégia que visava silenciar os festejos carnavalescos da cidade decretando sua morte e buscando forjar as condições de possibilidade para a invenção e emergência de novas “tradições”, a exemplo da Micarande. Para a construção deste capítulo elegemos como fontes jornais escritos – DB e JP – em especial os artigos de letrados e intelectuais locais veiculados por aquelas instituições, nos quais a invenção de uma memória para os carnavais da cidade parece ser investida da carapaça daquilo que Certeau chamou de discurso folclórico, e, também livros de memória e depoimentos orais.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar as condições de possibilidade de gestação da Micarande, mostrando como este evento foi sendo produzido por mecanismos e procedimentos que o constitui e institui como um novo espaço de investimento social, político, econômico, cultural e discursivo em torno e sobre a imagem de Campina como grande. Com isto tentaremos mostrar as vinculações políticas que constituem a invenção desta festa, assim como as relações de poder, os interesses que se encontram na fundação deste novo festejo e da imagem e dos discursos que se querem produzidos sobre e para a cidade a partir de seus espaços. Para a tecelagem deste capítulo elegemos como fontes os jornais escritos supracitados, depoimentos orais, revistas, folders, planos e guias de divulgação da Micarande que circulavam na cidade e região no período que antecedia o evento. Com este material tentaremos captar a imagem e os discursos que inventavam a festa de Micarande na cidade, suas vinculações políticas e institucionais assim como os sentidos e significados que eram produzidos para a cidade e sua sociedade a partir destes novos espaços.

No entanto, não descuraremos nestes três capítulos de tentar mostrar a batalha que estas estratégias e táticas travaram umas contra as outras no intuito de constituir a cidade e sua imagem de acordo com as redes de poder e relações de força que as moviam. Desta forma, tentaremos mostrar também outras possibilidades de se ver e dizer Campina Grande, a possibilidade de se encontrar pontos cegos, escorregadios, fissuras, linhas de fuga que minam a estratégia vencedora ou até mesmo outras estratégias e projetos suplantados, latentes que recolocam Campina no (des)caminho de outros devires. Devires nos quais o carnaval ainda se constitui como alternativa e projeto para a cidade e sua sociedade e que o “fim” da Micarande se torna uma virtualidade. Linhas de fuga que introduzem a violência no centro destas festas, que fazem aparecer cada vez mais sujeitos e agentes na sociedade local. Personagens estes que se escorregam e se esquivam das teias da estratégia “vencedora” e caminham por outras vias, se desviando e insinuando novas e outras possibilidades de ver, dizer, praticar e experimentar a cidade e suas festas; fazendo emergir com isto outras cidades a serem lembradas e esquecidas.

São interesses e relações outras que possibilitam que Campina Grande

adentre o século XXI grávida de novos devires, de outras possibilidades de se fazer nomear, significar e mostrar para seus habitantes e para aqueles que a visitam. Para tanto, usaremos como fonte os livros de memória, os jornais escritos já referidos, fotografias e os depoimentos orais no intuito de apresentar estas diversas Campinas que pululam, gesticulam, dançam não conforme a música tocada, mas destoando da balada, do ritmo e entoando outras canções e enredos distintos dos pretendidos pelas elites locais.

Portanto, são estas as diretrizes que fixam o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – de onde partem os direcionamentos do trabalho que buscamos fazer. Em outras palavras, a partir deste lugar e destas hipóteses e com as ferramentas e operadores que dispomos, buscamos historicizar como Campina Grande foi constituída, nomeada, significada e imaginada por sua sociedade nas últimas décadas do século XX.

CAPÍTULO I: Práticas e discursos que inventa(ria)m Campina (como) Grande e (des)constroem a imagem da cidade.

1.1 – A historiografia “campinense” e a invenção de Campina (como) Grande.

Este capítulo tem por objetivo descrever os agenciamentos de práticas discursivas e não discursivas que possibilitaram as mudanças que fizeram com que Campina Grande deixasse de ser nomeada como a “cidade do trabalho”, “grande pólo comercial do Norte/Nordeste” e passasse a ser dita e vista como “cidade cultural”, “cidade dos grandes eventos” num curto período de tempo que vai da década de 60 a de 80 do século XX. Tomando este objetivo como norte deste capítulo, buscaremos, ao longo das páginas seguintes, mostrar quais foram as condições históricas de possibilidade que permitiram tal modificação nas formas de significar e nomear a cidade de Campina Grande naquele final de século.

Assim, nos parece possível tecer uma narrativa historiográfica coerente e consistente sobre os acontecimentos¹⁷ de ordem discursiva e extra discursiva que constroem a história das cidades interioranas, neste caso a cidade de Campina Grande. Que antes de ser um dado da natureza é um produto social e cultural, portanto, histórico inventado em um dado momento e enredado por diversas relações de poder e saber que a instituem com uma dada importância para a sociedade que a habita. No presente capítulo nos deteremos a analisar como ocorreu a (re)invenção de Campina Grande nas últimas décadas do século XX, em especial a partir da década de 60. Pois, ao que nos parece, a partir deste momento

17 Estou significando o conceito de acontecimento como o entende Michel Foucault, para o qual “é preciso entendê-lo não como uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e se envenena e uma outra que fez sua entrada, mascarada. As forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como as formas sucessivas de uma intenção primordial; tampouco têm a aparência de um resultado. Elas surgem no aleatório singular do acontecimento”. Cf. FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a Genealogia, a História”. In: MOTTA, Manoel de Barros (org.). **Ditos & Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005. p 272-273.

a construção da história da cidade e da própria cidade parece se (com)fundir ou ser (com)fundida com a invenção e produção de suas festas ou pelo menos é esta a imagem e o discurso que os políticos, letrados e parte das elites locais tentam imprimir e veicular a partir de um dado momento, através de suas práticas e discursos.

Mas, antes de iniciarmos a análise das festas carnavalescas produzidas a partir de 65, faz-se necessário uma digressão a décadas anteriores, mais precisamente aos anos finais da década de 40 e a década de 50 para que assim possamos visualizar quais práticas e discursos constituíram Campina e sua sociedade e como estas se apresentavam ao adentrar a década de 60, mais especificamente a segunda metade desta década. Para tanto, nos reportaremos e utilizaremos toda uma literatura historiográfica produzida sobre a cidade e aquele recorte temporal de sua história¹⁸. No entanto, não fazemos isto de forma aleatória, mas com algumas intenções que esperamos deixar claras na sequência desta narrativa.

A escolha desta literatura não foi feita de forma desinteressada, pelo contrário está implicada na problemática que constituímos para esta pesquisa à medida que a mesma é produto, efeito e partícipe da constituição desta configuração histórica que começamos a descrever/analisar. Boa parte desta historiografia, senão toda ela foi produzida ao longo da década de 90 do século XX e nos dois primeiros anos do século corrente, desta forma ela é caudatária dos acontecimentos, discursos e práticas não discursivas que constituíram e instituíram este momento histórico na, da e para a cidade. Sua produção é contemporânea da “hegemonia” da

18 Estes estudos são os seguintes: BARROSO, Fernando Luiz Alves. “**A Hora do Povo Na TV**”: análise do discurso de uma experiência “popular” de televisão. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande. UFPB. 1996. CAVALCANTI, Silêde Leila O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas (1940-1955)**. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação. 2002. LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano João Pessoa: Idéia**, 2002. LOPES, Stênio. **Campina – Luzes e Sombras**. Campina Grande: Edições GRASFET. 1989. MELO, Luis Gonzaga. **Campina Grande, O desenvolvimento em Questão**. Campina Grande. 1988. SILVA, Iranise Alves da. **A Política Habitacional Para as classes de Baixa Renda de Campina Grande**. Dissertação de Mestrado em Economia. Campina Grande. UFPB. 1986. SOUZA, Antonio Clarindo B. De. **Lazeres Permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002. AGRA, Giscard Farias. **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1887 a 1935**. Campina Grande: Gráfica Marconi. 2006.

família Cunha Lima na política local e estadual e da estratégia e projeto que esta movia para a cidade. Estratégia e projeto que tinham e tem como principal objetivo produzir a cidade como um acontecimento fantástico, espetacular, extraordinário, grandioso, produto dos sonhos de um poeta, Ronaldo Cunha Lima, e do arrojo, ousadia e modernidade de seu filho e sucessor político, Cássio Rodrigues da Cunha Lima.

Esta historiografia é gestada simultaneamente a produção de inúmeros discursos, imagens e práticas que tentam instituir e inscrever a cidade de Campina como grande a partir de suas festas, em especial o São João e a Micarande (o seu carnaval fora de época). Agenciamentos estes que se articulavam de diversas formas e em variados pontos a estratégia movida pela família Cunha Lima e que tentavam produzir um regime de verdade para a cidade e sua sociedade que a apresentasse sempre grandiosa e em pleno desenvolvimento e progresso. Ou seja, procurava-se, na década de 90 produzir, reterritorializar e recentrar Campina como grande através da produção de discursos, imagens e práticas que assim a instituíssem enquanto efeito de real e de verdade. É neste sentido que os eventos produzidos na e para a cidade neste período iriam ganhar vários superlativos como, por exemplo, “o mais”, “o melhor”, “o maior” de forma que estes expressassem e correspondessem também a uma suposta verdade e essência da cidade produzida por e para seus habitantes assim como para aqueles que a visitassem.

Embora produzida institucionalmente em diversas universidades do país, seus discursos e os sujeitos que ocupam os lugares de enunciação do mesmo têm e mantêm fortes vinculações institucionais na cidade. A maioria deles são professores das universidades públicas de Campina, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A primeira instituição neste período mantinha e ainda mantêm estreitas relações com o governo estadual e municipal e os políticos de plantão na sua governança, o que, de certa forma, possibilitava que o discurso veiculado por esta instituição estivesse eivado também dos interesses destas duas instancias governamentais. Um exemplo disto é o livro “Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande” organizado pela professora da UEPB Eliete de Queiroz Gurjão e publicado pela Secretaria de Educação de Campina Grande no ano de 2002, não por coincidência justamente no

período em que Cássio Cunha Lima tentava armar todo um “esquema” em favor de sua candidatura ao governo do Estado para as eleições daquele ano.

A segunda instituição onde se encontram a maioria daqueles professores, a UFCG, havia sido recém desmembrada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) num processo que se estendia desde meados da década de 90 e que teve seu término em 2001/2002 e no qual estavam envolvidos boa parte dos políticos locais, inclusive a família Cunha Lima que buscava se apresentar a época como a principal realizadora de mais este feito em nome de Campina como grande. De forma que boa parte desta literatura historiográfica, em especial as teses de doutorado produzidas neste período, está atravessada também pelos desdobramentos políticos decorrentes deste desmembramento à medida que a necessidade de um quadro de professores qualificados nos seus vários cursos se constituía como exigência e requisito para a instituição de um campus autônomo na cidade.

Assim, gestada no interstício destes acontecimentos e lugares sociais e institucionais esta historiografia, seja ela dita de corte marxista, thompsoniana, foucaultiana etc. termina por participar, mesmo que inconscientemente, da instituição e construção daquele regime de verdade para a cidade. Ela está colada ao efeito de real e de verdade produzido por aquela formação discursiva, ou melhor, ela faz parte desta mesma formação discursiva que busca instituir a cidade como grande e desenvolvida. Pois ela busca produzir a reterritorialização e o recentramento histórico e temporal da cidade ao inventar um passado para a cidade que, não por coincidência, vai ser praticamente o mesmo que o apresentado pelo senso comum e pela maioria dos discursos institucionalizados pela sociedade local como sendo o período áureo da “História Oficial” e da memória-histórica de Campina Grande. Memória histórica esta que em algumas falas e alguns discursos aparecerá como uma espécie de mito de origem do progresso e desenvolvimento de Campina. Portanto, na sua maioria, esta literatura historiográfica de corte acadêmico órbita em torno dos mesmos temas, acontecimentos, épocas, datas e objetos trabalhados e encampados pela “História Oficial” da cidade. São Pouquíssimas as exceções.

E neste sentido, esta literatura historiográfica é unânime em reafirmar

este discurso, à medida que coloca as décadas de 20 a 40¹⁹ como os marcos da modernidade/modernização de Campina Grande. Além disto, a mesma em sua maioria se dedicou a pesquisar este período, recuando em alguns casos no máximo a década de 80 do século XIX²⁰ e em outros avançando até a década de 60 do século XX²¹. Com este movimento esta historiografia inventa e produz a reterritorialização histórica de Campina Grande sob a mesma matriz de sentido dos discursos que a tentam instituir como grande, moderna e desenvolvida. Esta historiografia está assim condicionada pelo arquivo que institui a cidade como objeto de saber e articulada pela mesma rede de poder que a toma como espaço estratégico para consecução de seus projetos e interesses. E isto se explicita na construção que tal literatura faz daquelas décadas. Vejamos:

Segundo a historiadora Silêde Leila de Oliveira é exatamente entre as décadas de 30 e 40 que Campina irá se transformar, se desenvolver e se modernizar com mais velocidade²² uma vez que:

Além de superar a Capital do Estado em termos de crescimento urbano e demográfico, Campina a supera também em arrecadação de impostos e rendas públicas, quando de 1940 a 1944 ultrapassa a renda arrecadada por João Pessoa, sendo neste último ano a renda municipal o dobro da obtida nessa Capital.

É [neste mesmo] período que Campina enfeita-se de alegrias, de carnavais, de retretas, de cinemas, de artistas, de difusoras, de mulheres deslumbrantes e de casos de amor “arrepiantes” aos olhos dos conservadores, mas sedutores aos olhos dos “boêmios” e mulheres livres que habitavam as noites deliciosamente perigosas e fogosas da Campina burguesa²³.

-
- 19 Ver, por exemplo, os seguintes estudos: AGRA DO Ó, Alarcon et alii. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003. ARANHA, Gervásio B. **Modernidade e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicos e práticas culturais (1880-1925). Campinas: Unicamp, 2001. CAVALCANTI, Silêde Leila O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas (1940-1955)**. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação. 2000. SOUSA, Fábio Gutenberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). Doutorado em história. Campinas: Unicamp, 2001. SOUZA, Antonio Clarindo B. De. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.
- 20 Ver, por exemplo, ARANHA, Gervásio B. **Modernidade e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicos e práticas culturais (1880-1925). Campinas: Unicamp, 2001.
- 21 Ver, por exemplo, SOUZA, Antonio Clarindo B. De. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.
- 22 Cf. CAVALCANTI, Silêde Leila O. “*Campina Grande De(fl)vorada Por Forasteiros*: a passagem da Campina patriarcal a Campina burguesa. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). Op. Cit. p 67.
- 23 Cf. CAVALCANTI. Op. Cit. 2002. p 68-69. (Grifos do autor).

Desta forma, ao enunciar este discurso Cavalcanti vai compor, com alguns outros representantes da historiografia local, ao se debruçar sobre o chamado “período áureo” da história de Campina Grande um discurso cristalizante e reproduzir o enunciado que coloca aquelas décadas – décadas de 30, 40 e 50 – como as mais importantes da história da cidade. O que em partes explica a construção um tanto idealizada e romântica “da Campina burguesa” dos anos 40 e 50, produzida por aquela na passagem acima. Mas, para, além disso, Cavalcanti nos apresenta uma Campina que despontava naquelas décadas como a principal cidade do Estado, tanto do ponto de vista econômico e demográfico²⁴, quanto do ponto de vista de seu desenvolvimento físico e urbano, tendo em vista as reformas implementadas pelo prefeito Verniaud Wanderley em suas duas gestões, 1935/1937 e 1940/1945, a frente da municipalidade. Segundo tal literatura estas reformas fizeram com que a cidade ganhasse ares de *urbs* moderna, mesmo a custos elevados e em meio a conflitos sociais gritantes²⁵.

É por estes motivos e como desdobramento dos mesmos que o historiador Antonio Clarindo Barbosa de Souza afirma que na década de 50:

Campina se destacava no cenário regional por ser o centro comercial mais populoso do Estado da Paraíba e um dos maiores do Nordeste. E apesar de já haver passado o período áureo da produção algodoeira, que foi durante muito tempo o carro chefe de seu desenvolvimento econômico, a cidade ainda rendeu aos cofres públicos no final da década de 50 (mais precisamente em 1956) a receita de Cr\$ 48.806.935,00, o que era uma arrecadação maior até do que a da Capital do Estado, João Pessoa.

24 Toda a literatura historiográfica local é unânime em afirmar que Campina Grande era, naquela época, uma das maiores praças comerciais do Norte/Nordeste, senão a maior, devido, principalmente ao intenso comércio do algodão. Segundo esta mesma literatura a cidade era o principal pólo de atração, comércio e escoamento daquele produto em todo o país, o que lhe rendeu alguns epítetos como, por exemplo, a “Liverpool brasileira”, a “Chicago brasileira” além de ser considerada o segundo pólo mundial em comércio de algodão, que devido a sua importância para a cidade e para a economia da região recebeu a denominação de “ouro branco”. A este respeito conferir os estudos elencados na nota 2 deste capítulo. Ao que parece este discurso materializava-se e atualizava-se nas estatísticas, pois segundo Antonio Clarindo Barbosa de Souza “desde o final dos anos 40 e por toda a década de 50 Campina Grande registrou arrecadações maiores que a da Capital do Estado” decorrentes daquele comércio. Cf. SOUZA Op. Cit. 2002. p 41. Neste mesmo período – décadas de 40 e 50 – o município contava com uma população de 126.614 h. sendo que 33.818 habitantes em sua sede e 173.206 h. no município e 72.464 em sua sede, respectivamente. Cf. SILVA. Op. Cit. 1986. p 66.

25 A este respeito ver SOUSA, Fábio Gutenberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**. Doutorado em história. Campinas: Unicamp, 2001. e VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas de Campina Grande (1935/1945)**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado e História. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 1988.

Além disto, Campina Grande dispunha de importante mercado, com escoamento rápido para todas as capitais e cidades do Nordeste através de uma vasta rede ferro-rodoviária, o que facilitava sobremaneira o fluxo de pessoas e mercadorias²⁶.

Além destes aspectos já citados, Campina se constituía, segundo a também historiadora Marta Lúcia Ribeiro Araújo, no e para o Estado como o fiel da balança nas relações políticas estaduais representando a força decisiva nos processos sucessórios das eleições do Estado²⁷. Fator este que propiciava às elites políticas locais a condução política da cidade segundo as conveniências de momento e tendo como práticas políticas recorrentes o clientelismo, o paternalismo e o apadrinhamento de sua parentela, afilhados políticos, amigos e correligionários. Este tipo de prática garantia a esta parcela da elite local a sua perpetuação na condução da administração da cidade através de “arranjos” e “conchavos” políticos, feitos ao sabor das conveniências, o que ao suceder dos anos e das disputas colocava lado a lado inimigos de outrora ou em lados opostos os amigos de ontem.

Dentre outras coisas estas práticas políticas propiciavam o estabelecimento de uma clara diferenciação social na cidade, algo que perdurou até finais da década de 50, assim como a articulação das elites locais, mesmo em lados opostos nas disputas eleitorais, em torno dos mesmos objetivos, qual seja: continuarem no controle dos processos decisório, administrativo e políticos da cidade, sem ter de prestar contas de seus atos ao restante da população.

Esta segmentação social se materializava e tornava-se visível também na ocupação espacial da cidade, assim como as alianças tácitas entre as elites locais, como argumenta Araújo:

Ao mesmo tempo em que se estruturavam novos bairros como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes, recém chegados à cidade, levantavam-se bairros ocupados por comerciários e operários, como José Pinheiro, Bodocongó e Liberdade.

Ao lado dos latifundiários, que dominavam econômica e politicamente a região através do poder patriarcal das grandes famílias, alinham-se os grandes comerciantes, que controlavam o comércio grossista, tanto relativo a exportação quanto a distribuição de produtos vindos de outras praças

26 Cf. SOUZA. Op. Cit. 2002. p 41.

27 Segundo Araújo “em 1954, Campina Grande constituía-se no maior núcleo eleitoral do Estado com 55.774 votantes, enquanto João Pessoa contava com 25.575 eleitores”. Cf. ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. “A *Ciranda da Política Campinense: 1945/1964*”. In: GURJÃO (org.). Op. Cit. 2000. p 86.

para o mercado regional.

O comércio varejista, que vivia do consumo citadino, formava o estrato inferior da burguesia local, ao lado dos profissionais liberais²⁸.

Este cenário político, econômico e social que estes historiadores constroem e apresentam como constitutivo da cidade nas décadas de 30, 40 e início da de 50 se apresentaram a época como a condição de possibilidade para que um “filho de Campina”, Argemiro de Figueiredo, assumisse o posto máximo da política estadual, o Governo do Estado. Argemiro foi nomeado Governador ainda em 1935 ficando a frente deste posto até 1940. Com isto, pela primeira vez um “filho da terra” colocava “Campina a frente do Governo do Estado”. A ascensão e indicação política de Argemiro havia sido fruto dos “conchavos” e “arranjos” políticos das elites da Paraíba e de Campina Grande²⁹, sendo sua indicação feita por eleição indireta, ainda como conseqüência dos acontecimentos políticos ocorridos no início da década de 30. Os arranjos políticos que levaram Argemiro de Figueiredo a governança do Estado foram descritos da seguinte forma pelo próprio em entrevista a William Tejo:

Certo dia em que fui de Campina Grande para a Capital encontrando-me com o Ministro José Américo, este me pediu para acompanhá-lo e ouvi-lo no entendimento que ia ter com Gratuliano de Brito (o interventor Federal na Paraíba em 1934). Subimos as escadas do palácio, por trás, e antes que ele se defrontasse com Gratuliano, disse-me: “o Gratuliano não pode ser candidato. Será um golpe em Virgínio. E o candidato é o senhor dr. Argemiro”. Imediatamente repliquei sob a alegação de que era o secretário do Governo Gratuliano e esse não poderia receber bem tal indicação. Repugnava-me derrotá-lo, sabendo que ele desejava continuar na chefia do Executivo, mas o Ministro respondeu incisivamente: “Coloco a questão no terreno da disciplina partidária. E o candidato é o senhor”. Daí, conferenciou com Gratuliano. Soube depois que o mesmo dissera não ter nenhum motivo para impugnar meu nome³⁰.

Como efeito de “arranjos políticos obscuros” Argemiro de Figueiredo tornava-se à época uma das figuras políticas de maior proeminência do e no Estado e de longe a mais importante de Campina Grande desde a morte de Cristiano

28 Cf. ARAÚJO. Op. Cit. 2000. p 80.

29 Sobre este assunto consultar ARAÚJO. Op. Cit. 2000.

30 **Gazeta do Sertão**, edição do dia 06/03/83 apud LOPES. Op. Cit. 1988. p 105. Em 1950 Argemiro viria a disputar eleições diretas para o Governo do Estado tendo como opositor o outrora aliado José Américo de Almeida. Este último venceu as eleições, confirmando mais uma vez a não preferência da maioria do eleitorado da Paraíba por um “campinense”, mesmo Campina Grande sendo o maior reduto eleitoral da Paraíba naquele período.

Lauritzen em 1923³¹. Desta maneira Campina Grande despontava no centro das discussões e decisões políticas estaduais, mesmo a revelia da população votante, uma vez que até aquele período “em toda a história da Paraíba nenhum campinense [havia tido] a preferência do eleitorado paraibano para governar”³² o Estado.

De acordo com esta literatura que vimos citando, este cenário³³ “positivo” que a mesma constrói e apresenta sobre e em torno de Campina Grande nas décadas de 30 e 40 só fez se ampliar “nos anos 50”, apesar dos primeiros sinais de declínio do comércio do “ouro branco”, pois “aceleravam-se os fatores não apenas de crescimento populacional, mas de desenvolvimento econômico, social, político, cultural” e para isto havia contribuído, segundo Stênio Lopes, “a criação da Escola Politécnica” em 1952 e “a chegada da rede eletrificadora da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco)” no ano de 1957³⁴. Acontecimentos estes construídos da seguinte maneira por Lopes:

A cidade teve, de fato, sua eletrificação pela CHESF antes mesmo de várias Capitais nordestinas. Foi, sem dúvida, a afirmação do espírito de pioneirismo da gente campinense.

A vinda da CHESF para Campina Grande pode ser colocada na mesma linha de chegada (sic) da estrada de ferro ou do abastecimento d'água (sic) (o de Vaca Brava e o de Boqueirão), como marcos no desenvolvimento local. Foi também pela conjugação desses empreendimentos, *junto com a tenacidade e o espírito inventivo dos campinenses*, que chegamos, na década de sessenta, ao grande momento da industrialização³⁵.

Com este discurso, Stênio Lopes em retrospectiva – tendo em vista que seu livro foi produzido e publicado na década de 80 –, construía a imagem de uma cidade pioneira, moderna e em franco desenvolvimento. Discurso este que formaria e comporia com alguns outros o enunciado de que Campina é grande em todos os

31 Segundo a historiadora Eliete de Queiroz Gurjão “Cristiano Lauritzen era dinamarquês. Aos 22 anos emigrou para o Brasil e após percorrer várias províncias, estabeleceu-se em Campina Grande, mais ou menos em 1880, mascateando jóias. Mais adiante, casou com uma filha de Alexandrino Cavalcanti e associou-se com este numa loja de tecidos e miudezas, a “Casa Inglesa”, onde permaneceu durante 40 anos... Em 1895 Cristiano Lauritzen assumiu a chefia do Partido Conservador, tornando-se o mais influente político local. Atuou como membro da primeira legislatura da República, como presidente do Conselho de Intendência e governou Campina Grande durante dezenove anos” de 14 de novembro de 1904 a 18 de novembro de 1923 quando faleceu. Cf. GURJÃO. Eliete de Queiroz. “*Para Onde o Poder Vai, a Feira Vai Atrás*” In: GURJÃO (org.). Op. Cit. 2002. p 34-5.

32 Cf. LOPES. Op. Cit. 1986. p 105.

33 Estamos usando o termo cenário no seu sentido teatral, cênico.

34 Cf. LOPES. Op. Cit. 1986. p 111 e 117.

35 Cf. LOPES. Op. Cit. 1986. p 117. (Grifos do autor).

aspectos, até no nome, e que seria articulado à estratégia de soerguimento da imagem da cidade na década de 80. Mas, continuemos, com e a partir desta literatura, descrevendo o cenário que a mesma constrói para e sobre Campina ao adentrar a década de 60.

Segundo esta literatura, além daqueles atributos físicos e institucionais que a adornavam, Campina adentrava a década de 60 contando ainda com outras obras e instituições que em grande medida, como afirma Lopes, possibilitou o seu desenvolvimento econômico e social. Estes implementos, aos olhos e nos discursos de suas elites a época, credenciavam a cidade e lhe dava as condições materiais e objetivas para “o grande momento da industrialização”, uma vez que Campina já tinha instalado em sua sede:

A SANESA (Empresa Estatal do Abastecimento d'água (sic) e serviço de esgoto de Campina Grande), a TELINGRA (empresa de serviços telefônicos criada em Campina Grande muito antes da TELPA – Telecomunicações da Paraíba – empresa estadual subsidiária da TELEBRÁS), a COHAB (Companhia Municipal de Habitação em Campina Grande) independente da Companhia Estadual. A SANESA, a TELINGRA, e mais a CELB (Companhia de Eletricidade da Borborema), a CINGRA (Companhia de Industrialização de Campina Grande) haviam sido criadas em Campina Grande, aqui tinham a sua sede, a sua administração, o seu poder de decisão³⁶.

A todos estes empreendimentos se somavam outros de ordem privada como, por exemplo, a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), a Anderson Clayton e as Indústrias Rique, todas indústrias de transformação³⁷. Os discursos que pareciam se atualizar e materializar nestes empreendimentos os anunciavam e constituíam através de seus agentes transmissores, especialmente letrados, políticos e intelectuais, como acontecimentos espetaculares na e para a história da cidade e Campina como um lócus privilegiado de progresso, desenvolvimento, modernidade e de forte pioneirismo e empreendedorismo de sua gente.

Campina Grande, assim, era construída pelas práticas discursivas e não discursivas veiculadas por suas elites como uma cidade moderna e desenvolvida

36 Cf. GURJÃO. Op. Cit. 2000. p 72.

37 Além destes empreendimentos já citados, Campina Grande contava também com uma sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) criada em 17 de julho de 1949, assim como seções do SESI (Serviço Social da Indústria) e do SENAI criados em 15 de julho de 1950.

que ao final da década de 50 e início da de 60 encontrava-se pronta a ingressar “a passos largos e a frente das demais cidades do Norte/Nordeste” no projeto nacional desenvolvimentista implantado pelo Governo JK. Estes acontecimentos que vimos descrevendo são resumidos da seguinte forma pela historiadora Keila Queiroz e Silva:

A chegada do trem em 1907, o comércio de algodão até a década de 50 (os anos dourados), a polêmica reforma de Verniaud Wanderley na década de 40, a estruturação de duas universidades (UFPB e FURNE), a criação do distrito industrial, a fundação da TV Borborema, a inauguração do Teatro Municipal e o processo de industrialização implantado pela SUDENE na década de 60 são marcos históricos na confirmação da imagem de Campina GRANDE, e por sua vez do título de Rainha da Borborema³⁸.

O discurso de Silva é emblemático, pois estabelece e apresenta em sua análise a articulação entre práticas discursivas e não discursivas na constituição do enunciado que diz “Campina [como] GRANDE”. Discurso este que a autora acaba por reproduzir e atualizar. No entanto, ele é indicativo da emergência de um enunciado de forte regularidade nos discursos das elites locais e que ao longo dos anos serviu de base para a construção da cidade e para a constituição das redes de poder que atravessaram e articularam a sociedade local, qual seja: o enunciado que diz “Campina (como) GRANDE” em todos os sentidos e do qual Silva, mesmo como historiadora de inspiração foucaultiana, não conseguiu se descolar e terminou por atualizá-lo em sua análise sobre aquelas décadas.

Contudo, a circulação e articulação deste enunciado na cidade parece ter emergido bem antes das décadas analisadas por Silva, pelo menos desde o final do século XIX. Uma vez que este enunciado era reproduzido e veiculado desde longa data pelos diversos saberes que construíam discursos sobre e para a cidade e por aqueles que se colocavam no lugar de sujeito dos mesmos. Desta forma ainda no século XIX, mais precisamente no ano de 1889 Irineo Joffily enunciava no periódico a Gazeta do Sertão em sua edição de 01 de março daquele ano:

O qualificativo de – grande – que tem esta cidade, tem sido até hoje somente uma aspiração; faz-se preciso que nossa administração municipal

38 Cf. SILVA, Keila Queiroz e. “Sem Lenço e Sem Documento: mulheres de 60, filhas de um novo tempo?” In: GURJÃO (org.). Op. Cit. 2000. p 104. (Grifo no original).

*o torne uma realidade, empregando todos os meios ao seu alcance*³⁹.

Se em 1889, para os letrados locais, a exemplo de Joffily, o “qualificativo de grande” era “somente uma aspiração” da cidade, nos anos que se seguiram esta “aspiração” tornou-se a pedra angular das práticas discursivas e não discursivas que buscavam construir a cidade e sua sociedade. Era esta “aspiração” que havia se materializado, se transformado em realidade, pelo menos nos discursos emitidos e nas imagens construídas pelas elites locais sobre Campina Grande e seu povo após a virada do século XIX. E o que a elas era possível dizer tendo em vista uma série de “melhoramentos” urbanos e físicos que a cidade sofreu após 1900, assim como um crescente investimento econômico de ordem privada e aparelhamento público favorecido pela conjuntura política e social local nas décadas que se seguiram a virada do século.

Esta conjuntura se colocou como uma das condições de possibilidade para emergência do enunciado que diz que Campina é “GRANDE” em todos os aspectos com bastante força a partir da década de 30, de modo que tudo que se fazia, se produzia ou se dizia em Campina era em nome de sua grandiosidade, de seu progresso e de sua modernidade. A força deste enunciado se verifica, dentre outras coisas, nas análises que a historiografia local mais recente faz daquelas décadas, uma vez que não consegue se descolar deste enunciado em seu discurso – mesmo estando distanciada daqueles acontecimentos por várias décadas –, antes o reproduzindo e o reatualizando, como vimos apresentando, do que mostrando as estratégias e relações a que ele está articulado.

E este enunciado se externaliza mais uma vez no discurso de Cavalcanti, décadas depois, ao analisar as “fontes” e a documentação que chegaram até nossos dias, em conclusão de artigo sobre as décadas de 30 a 50, estabelecendo uma linha de continuidade de tal enunciado do passado (década de 30 a 50) até o presente (final da década de 90), não só atualizando-o, mas acima de tudo naturalizando-o como se ser “cintilante” e “atraente”, “informatizada e globalizada” fosse desde sempre ou desde a sua fundação vocação desta cidade “estrela e enxerida”. Vejamos:

39 Apud AGRA, Giscard Farias. OP. Cit. 2006. p 15. (Grifos do autor).

Campina seduz agora por outros saberes científicos, apaixonando milhares de aprendizes ávidos por um futuro melhor. *Portanto, apesar da crise no setor algodoeiro, Campina não deixou de brilhar, nem de ser cintilante e atraente, pois ela já atraía as luzes para ela própria ao “dar a luz” à modernidade, talvez por isso, continuou luminosa, estrela e “enxerida” que só ela, ontem e hoje.*

Campina, hoje “liberalizada”, mantém e intensifica seu comportamento sedutor, atraindo “forasteiros” do mundo inteiro, fazendo-os seus amantes virtuais, ao abrir seus sites a *internautas* de todo o mundo, que queiram navegar e se enredar nas suas redes e nas suas veias.

Atualmente é mulher informatizada e globalizada que só os seus eventos, fazendo o “maior” e “melhor” São João do Mundo, o “mais” animado carnaval fora de época (Micarande), o “mais” conhecido festival de inverno, o “mais” ecumênico encontro para uma Nova Consciência e o “mais” e “mais”⁴⁰.

Foi este tipo de discurso e a reprodução deste enunciado que ganhou corpo e força nas décadas de 20 a 50, adentrando a década de 60 com bastante força, muito embora as condições extra discursivas que o atualizavam e nas quais se materializavam estivessem mudando ou se desfazendo, à medida que começavam a dar ou a emitir os primeiros sinais e sintomas de colapso, na visão desta literatura. Como sugere Souza:

Ao que tudo indica, todos os moradores e mais acentuadamente os letrados e governantes da cidade de Campina Grande sempre tiveram a propensão a nomeá-la como grande – até mesmo em sua definição toponímica, que foi sugestivamente mudada de Vila Nova da Rainha, para a atual designação. *Assim, Campina sempre foi tida como um lugar especial, desenvolvido, pioneiro, progressista, e porque não dizer, espetacular. Terra identificada como pioneira em vários campos da atividade humana, bem como local de aprazível e propício clima ao bem viver em comunidade.*

Apesar deste tipo de imagem ou representação ser uma constante no imaginário que se constituiu em torno da cidade desde longa data, é a partir das décadas iniciais do século XX que há um incremento dos discursos no sentido de mostrá-la como um local que “não retrocede em seu incansável progresso e desenvolvimento”, somando-se a isto um apurado senso de civilidade e dedicação ao trabalho de sua gente.

Inúmeros seriam os exemplos anteriores a 1957 deste tipo de discurso, exemplos estes que podem ser encontrados em jornais, livros e depoimentos orais.

Contudo, [cabe] ressaltar o fato de que a intensificação deste tipo de argumentação a partir dos anos 50, parece demonstrar que havia uma necessidade de rechaçar, pelo menos através da fala, o contexto de crise econômica e depois política que a cidade começava a enfrentar na mudança de uma década para outra⁴¹.

40 Cf. CAVALCANTI. Op. Cit. 2000. p 75 e 76. (Grifo do autor).

41 Cf. SOUZA. Op. Cit. 2002. p 40-41. (Grifo do autor).

No entanto, estes sintomas, em início da década de 60, pelo menos no discurso apresentado por esta literatura que vimos citando, ainda não eram sensíveis a ponto de abalar as bases daquele enunciado. Portanto, tomando por base àquela literatura, é este o cenário pintado como sendo a cartografia política, econômica e social da cidade ao adentrar a década de 60. E como a mesma estava a se apresentar para aqueles que a visitavam e para as demais cidades da região as vésperas de seu centenário no ano de 1964. Contudo, este cenário que tal literatura apresenta e constitui como sendo a campina das décadas de 20 a 60, na verdade, parecia se constituir na década de 60 como apenas mais um componente de certa estratégia de poder. Era apenas uma das peças de uma engrenagem que se mostraria extremamente poderosa em seus efeitos, à medida que fazia parte de uma estratégia de poder que buscava congrega e articular praticamente todos os discursos, praticas não discursivas e aqueles que se colocavam nos lugares de sujeitos deste enunciado com o objetivo de tornar Campina “Grande”.

É neste sentido, que, para certos segmentos das elites locais representados por industriais, banqueiros, políticos e grande parte dos letrados de Campina aquele era “o grande momento da industrialização” da cidade e do seu “inovidável desenvolvimento”; pois, segundo seus discursos e as imagens por eles emitidos e veiculados, Campina Grande havia se notabilizado em âmbito regional e até mesmo nacional como cidade pujante e rica, mesmo em meio à pobreza generalizada do Nordeste⁴², assim como uma cidade de povo rebelde, dinâmico e empreendedor, o que havia lhe rendido o título de Capital do Trabalho⁴³.

Portanto, 1964, o ano do centenário de Campina Grande se apresentava para estas elites e o Condomínio Associado na Paraíba e seu principal veículo de comunicação o Diário da Borborema, como o ponto de culminância do processo de crescimento e desenvolvimento da cidade. Assim como significava o marco inaugural do processo de industrialização da mesma, tendo em vista a administração do prefeito recém eleito e empossado, Newton Rique, renomado empresário, banqueiro e industrial que estava colocando todo o seu “potencial” como gestor

42 Sobre este discurso que inventa um Nordeste pobre e vitimado ver ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. Recife: Massangana, São Paulo: Cortez. 1999.

43 Cf. MELO. Op. Cit. 1986. p 8.

“moderno” a frente dos destinos de Campina Grande. Segundo Araújo, quando do lançamento da “candidatura de Newton Rique, o objetivo era enquadrá-la dentro da política 'desenvolvimentista' já que o candidato, por ser banqueiro e industrial, seria apresentado como o que teria mais condições para realizar o projeto de industrialização que a cidade requeria” e que havia sido adiado nas eleições anteriores com a derrota do mesmo Newton Rique e a eleição de Severino Cabral⁴⁴.

A vitória de Cabral sobre o mesmo Newton Rique nas eleições de 1959 havia representado não só a derrota do segmento mais aburguesado das elites locais e um entrave a consecução de seu projeto político-econômico para a cidade, mas acima de tudo estava se constituindo numa ruptura, numa descontinuidade com o projeto representado e defendido por Rique. Desta maneira, aos olhos daqueles segmentos das elites locais e nos seus discursos este acontecimento marcava um entrave a seus projetos e interesses para a cidade. Pois, para as mesmas, Severino Cabral além de ser representante das oligarquias rurais e agrárias ainda presentes e atuantes na cidade se constituía também numa pessoa desqualificada – Cabral não tinha seguido nenhuma carreira acadêmica, muito menos havia concluído um curso universitário, ou seja, não era bacharel como a maioria dos prefeitos da cidade até então – e conservadora – Cabral também não era membro da “casta” dos grandes comerciantes, banqueiros ou empresários locais, ao contrário, era descendente das velhas “oligarquias rurais” e dos seus valores supostamente tradicionais e anti-modernos – demais para por em prática aquele projeto. Portanto, a eleição de Cabral havia significado não só a eleição de um outro grupo político, mas a emergência de outro projeto para a cidade.

Assim, sua eleição estava sendo significada pelo discurso veiculado por aqueles segmentos aburguesados das elites locais, como a possibilidade de ressurgência de antigas práticas políticas, de ideais anti-modernos, atrasados e camponeses não condizentes com uma Campina vocacionada e voltada para a industrialização. Além disto, Cabral era um produto político gestado nos quadros americanistas diferentemente de Rique que estava surgindo para a vida política naquelas eleições, alinhado com os interesses dos pretensos continuadores do argemirismo em Campina Grande. Cabral representava, então, para estes últimos a

44 Cf. ARAÚJO. Op. Cit. 2000. p 92.

continuação e o prolongamento dos ideais americistas em campina Grande. Sobre a visão política e o projeto de José Américo de Almeida para a região, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior se refere da seguinte maneira – comentário este que podemos estender a postura de seus séqüitos em Campina Grande, a exemplo de Cabral. Vejamos:

Para ele[s] a racionalidade burguesa devia ser adotada como forma de sobrevivência e manutenção das relações sociais e de poder. Conciliar o tradicional com o moderno era o único caminho para evitar uma ruptura mais radical com o passado. O Nordeste e [Campina Grande] devia[m] se modernizar sem perder o seu caráter, leia-se, sem ter modificadas as suas relações de dominação. Uma modernização vinda de cima, feita por uma vanguarda bovarista capaz de conciliar as vantagens da técnica com os laços paternalistas que evitassem a emergência do conflito social mais explicitado. Sua obra, [postura política, a de José Américo, e de seus seguidores] fica presa neste impasse entre um passado escravista que condena, e as novas relações burguesas que ele teme⁴⁵.

Portanto, este grupo político tinha para Campina Grande um projeto político diverso daquele proposto por Rique e seus correligionários, à medida que estes requeriam em seus discursos uma ruptura total com o passado. O que, de certa forma, se explicitaria no certame seguinte quando Rique voltaria a disputar as eleições para prefeito em 1963, contra Langstein Almeida candidato apoiado por Cabral, com aquele defendendo os mesmos projetos apresentados na eleição anterior e veiculando o mesmo discurso que defendia “A revolução da Prosperidade” e o “Plano de Ação” para o desenvolvimento e industrialização de Campina. No entanto, a campanha de Rique para as eleições de 63 não estava sendo sustentada apenas por este discurso, mas vinha sendo enredada por uma rede de poder que tinha na fundação de uma rede de televisão, a TV Borborema de propriedade dos Diários e Emissoras Associados, a sua maior arma. Assim, a implantação da TV Borborema era o investimento de uma rede de poder. E mais do que um investimento econômico tratava-se de um investimento político em favor de um projeto modernizante que circulava em Campina Grande desde, pelo menos, a década de 50, momento da instalação do Banco Industrial de Campina Grande S/A de propriedade de Newton Rique.

45 Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana, São Paulo: Cortez, 1999. p. 139.

Mas, para além disso, com a fundação da TV Borborema aquela rede de poder que a gestava tinha por objetivo construir o projeto de uma cidade alternativa à imagem dos “barracos e distritos longínquos” constituídos de “casebres” e ocupados por um “povo simples e humilde” construída por Cabral na sua administração. Procedimento este que havia lhe servido como sustentação imagético-discursiva de sua prática política baseada num clientelismo paternalista e assistencialista e de sua imagem de político enquanto liderança popular.

Já para a estratégia movida pela rede de poder na qual Rique estava localizado tratava-se de uma cidade e de um “povo” que se podiam integrar ao processo econômico-social orientado pela racionalidade capitalista. Racionalidade esta representada por Newton Rique que se colocava nesta rede modernizante em combate às relações tradicionais de “dominação” representadas por Cabral e as praticas e discursos acionados e veiculados por ele. Neste sentido, aponta Barroso:

O discurso da modernidade capitalista em Campina Grande materializava-se na instalação do “Banco Industrial”, nas campanhas eleitorais de 1959 e de 1963 em que o PTB veiculava “A Revolução da Prosperidade” e o “Plano de Ação” como plataformas político-eleitorais do seu candidato e na constituição de um dispositivo de poder/saber empenhado em fundar uma emissora de televisão... Newton Rique situava-se nesta rede modernizante em combate às relações tradicionais de dominação... Enquanto que a TV Borborema emergiria com o poder institucional de veicular a mensagem do desenvolvimento econômico e social promovido pela via da industrialização... [Assim] elegia-se a instalação da TV Borborema como fator de modernização local⁴⁶.

Neste sentido, como diz Barroso, enquanto instituição social, os Diários e Emissoras Associados de Campina Grande foram constituídos e estão permanentemente condicionados às diferentes disposições que as relações locais de poder vão tomar. Estas relações condicionam o seu perfil e, principalmente, determinam os tipos de discursos que serão admitidos. É desta forma que a fundação da TV Borborema se constituiu como efeito institucional da ação estratégica de uma rede local de poder. Rede esta que buscava articular industriais, grandes comerciantes, banqueiros sob a rubrica de “classes produtoras”, assim como “os políticos” e “o povo” em torno da efetivação de um projeto de industrialização para a cidade. Projeto este que tinha no nome de Newton Rique o

46 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 117-18.

seu principal símbolo e representante. À medida que o mesmo se apresentava mais uma vez como postulante ao cargo de prefeito da cidade e estava diretamente ligado e envolvido na fundação da TV Borborema. Cedendo inclusive o espaço físico para a sua instalação que, não por coincidência ficava localizado no andar superior do prédio onde estava o banco de sua propriedade. Prédio este que também recebia o seu nome⁴⁷.

Assim, a eleição de Newton Rique no ano de 1963 articulada a fundação da TV Borborema, primeira rede de teledifusão do Norte/Nordeste, no mesmo ano, que nascia com o “papel de simbolizar a cidade, ser o seu veículo de comunicação: comunicação da 'ousadia', da 'coragem', do 'arrojo', do 'pioneirismo' da 'terra de Campina Grande', de suas elites políticas e econômicas e de seu 'povo'”⁴⁸ marcaria no discurso deste segmento das elites locais, a consolidação de Campina Grande como uma cidade desenvolvida, progressista e moderna pronta a se entregar as benesses do capitalismo industrial.

Pois, nas falas dos letrados que escreviam para o DB e os governantes locais, Campina dispunha das condições objetivas e estruturais para tal feito. Uma vez que nas décadas anteriores havia “bebido nas águas do progresso” e “respirado ares de modernidade” com as reformas implementadas por Verniaud Wanderley além de ter adquirido e acumulado capital necessário com os chumaços do “ouro branco”. E, naquele momento, estava se livrando do ranço das práticas políticas tradicionais, baseadas no clientelismo e na coerção, com a eleição de Newton Rique, um homem que, segundo os discursos circulantes entre boa parte dos letrados locais, representava e encarnava o ideal de industrialização e modernidade que tanto a cidade requeria de seus políticos.

Entretanto, estas imagens pintadas e grafadas no e pelo Diário da Borborema e emitida como signos de industrialização e modernidade pelos governantes locais parecem não ter resistido aos acontecimentos subseqüentes ao ano de 1964 ou diante deles foram se deteriorando, perdendo as cores, a tonalidade e principalmente a capacidade de articulação, ao menos é isso que nos quer fazer crer alguns discursos que passam a circular, de forma mais constante e enfática, na

47 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 99-127.

48 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 127.

e sobre a cidade a partir daquele momento. O que obrigou parte das elites locais a uma nova redefinição de suas práticas e discursos à medida que observavam as relações de poder locais se modificar a sua revelia e sem a sua participação direta e ativa bem como a sua estratégia e principal arma de combate perder o seu poder de fogo, ficando prostrada diante dos acontecimentos.

Após a euforia em torno do centenário de Campina e de todos os acontecimentos que o antecederam, circundaram e constituíram de forma a colocá-lo como um ano decisivo para os “destinos político, econômico, social e cultural” da cidade este cenário que tal literatura havia constituído como promissor parecia começar a se desmanchar, a se desfazer de forma abrupta ante as rápidas mudanças que começaram a ocorrer. Primeiro, com um duro golpe, desferido pelos integrantes da “Ditadura Militar”, a cassação de Newton Rique a 15 de junho de 1964 antes mesmo da data festiva do centenário da cidade que ocorreria no mês de outubro. Mas, para além disso, o processo de “depauperamento econômico e político” da cidade que passou a ser cantado pelas elites após este período ocorreu de forma tão vertiginosa a ponto de alguns letrados locais virem a afirmar que a cidade não havia comportado toda a “bolha de otimismo” que parte das elites políticas e econômicas haviam criado em torno, principalmente, de sua industrialização.

Na verdade, é esta imagem que as elites locais haviam criado para a cidade que começa a se depauperar e a ser solapada constantemente e de forma dura a partir de 1964. Este processo passa a conviver com algumas medidas que tentavam revertê-lo, como por exemplo, a criação do Distrito Industrial e da Universidade Regional do Nordeste (FURNE) em 1967 e a instalação de um Campi da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ainda nesta segunda metade da década de 60. Mas, a partir daí as mudanças se intensificam, e o que em décadas anteriores eram vistos apenas como pequenos sobressaltos, passa a ser sentido cada vez mais fortemente em praticamente todos os setores da cidade.

Campina e sua sociedade começavam a presenciar um forte processo de desestabilização econômica e desterritorialização política e social de suas elites decorrentes das rápidas mudanças que estavam acontecendo, pelo menos para uma determinada parcela de sua população. A imagem de cidade moderna, de

“Capital do Trabalho” estava sendo comprometida, para não dizer apagada e o enunciado que dizia Campina como grande em todos os sentidos ameaçado em sua regularidade e atualização pelas instituições e sujeitos que compunham a cidade no final da década de 60 e início da de 70. Ao menos é isto que nos quer fazer ver e dizer as relações de poder engendradas a partir de então e como são enunciados os discursos produzidos no cerne destes acontecimentos. E neste sentido, as articulações e relações de força que se estabeleceram entre as elites locais e as instituições de comunicação atuantes na cidade se constituiriam como fundamentais na e para a redefinição das práticas e discursos que buscavam compor a cidade e sua imagem assim como a sociedade local e sua identidade. Assim como são indicativas das estratégias que as redes de poder que emergiam na cidade iriam tentar tecer e mover para a redefinição de Campina como grande. É tentando desemaranhar estes fios e buscando enovelá-los de outra forma que seguimos...

1.2 – Mudanças que (in)definem Campina (como) Grande.

1.2.1– Redefinindo as práticas políticas e instaurando a “crise econômica”.

Como havíamos dito anteriormente, alguns acontecimentos começaram a depauperar a imagem que determinados seguimentos das elites locais – especialmente o segmento mais aburguesado – haviam construído sobre e para a cidade, em sua estratégia de “governo”, fazendo com que o enunciado que dizia Campina (como) Grande, na virada da década de 60 para a de 70 se encontrasse em pleno processo de desestabilização ficando ameaçadas a sua reprodução e atualização pelas instituições que formavam os estratos extra discursivos da e na cidade. No entanto, estas mudanças já vinham se processando, ainda que de forma aleatória, pontual e pouco constante, desde a década de 50.

Neste sentido, é indicativa a mudança das práticas políticas a nível local e a crescente perda de prestígio político destas elites de Campina frente aos demais grupos políticos do Estado e em toda a região. Fator este que se acentua, principalmente, a partir da década de 50 e se prolonga por toda a década seguinte.

Neste íterim, as eleições de 1950 significaram um dos acontecimentos fundamentais deste deslocamento, uma vez que o principal representante deste segmento das elites políticas de Campina Grande, Argemiro de Figueiredo, ao disputar as eleições estaduais daquele ano contra, o seu outrora aliado e agora rival, José Américo de Almeida, sai derrotado, perdendo com isto parte do prestígio político que havia adquirido. O que se confirmaria nas eleições municipais do ano seguinte em que o próprio Argemiro, ao jogar todo o seu prestígio político, que àquelas alturas já não era tanto, na disputa pela prefeitura de Campina Grande, numa espécie de cartada decisiva, vem a perder a eleição para Plínio Lemos, candidato indicado por José Américo de Almeida, então Governador da Paraíba. Acontecimento este que coloca um obstáculo nas pretensões políticas, a nível estadual, daquele segmento das elites de Campina Grande, lideradas e arregimentadas por Argemiro.

Mas, para além disto estas duas disputas políticas, em especial a de 1950, significaram mais do que a derrota de um líder local. Significaram, inauguraram e definiram como aponta Araújo, a emergência de novas práticas políticas tanto no Estado como em Campina Grande. Diz ela:

A vitória de José Américo para o governo do Estado, é um marco das mudanças que estavam se processando e que promoveram uma maior interdependência entre os três níveis de poder: o local, o estadual e o nacional. Marca também a alteração no papel do Estado que, de simples mediador dos processos políticos, passou a agente ativo do processo. A partir deste momento, o governo estadual e nacional passaram a interferir diretamente no processo político municipal, caracterizando-se na ajuda às administrações municipais.

Campina Grande representava até o final do período em estudo: 1945/1964, a força decisiva nos processos sucessórios.

Depois, começou a perder a sua posição, sendo preterida nas decisões mais fundamentais⁴⁹.

Some-se a isto a emergência de uma realidade de tantos rostos novos pelas ruas da cidade o que provocava uma crescente indiferenciação social, principalmente aos olhos de uma elite que ao longo dos anos havia construído noções mínimas de civilidade, de segmentação social e que se deparava com um sem número de pessoas desconhecidas e “desocupadas”, e o que era pior,

49 Cf. ARAÚJO. Op. Cit. 2000. p 86.

“invadindo” a cidade e os espaços que julgavam ter construído apenas para usufruto próprio. Diante disto, tornava-se urgente e necessário, aos olhos destas elites, operarem uma mudança e uma redefinição urgente nas práticas políticas tradicionais⁵⁰, antes que elas fossem alijadas definitivamente dos processos decisórios da cidade, pois como afirma Araújo:

Numerosos grupos de pessoas e, conseqüentemente, de eleitores chegavam de outros municípios e também de outros Estados, sem nenhuma vinculação com as tradicionais correntes políticas locais e sem ligação com os grupos familiares em que se fundamentava a sociedade campinense⁵¹.

Este tipo de situação colocou as elites políticas locais à época diante da necessidade de redefinir suas práticas políticas, uma vez que pela primeira vez na história da cidade elas se viam senão obrigadas a governar para o restante da população – “as classes médias urbanas e os populares” –, mas pelo menos a cooptá-las e arregimentá-las. Para tanto, passaram a se fazer presentes em seu meio, a ouvir suas reivindicações e ao menos “prometer” atendê-las. Com a emergência destes novos rostos, para a visibilidade das elites políticas locais, se

50 Nas décadas anteriores a 1940 a prática política local era caracterizada, sobretudo, por uma clara diferenciação entre os grupos políticos rivais, ou seja, entre “situação” e “oposição” de forma que praticamente toda a cidade encontrava-se dividida em torno destes dois blocos, como aponta Epaminôndas Câmara: “A política local honrando tradições seculares, ainda separava as famílias. Os opositoristas, mais coesos, mais disciplinados e mais intransigentes, nucleando elementos rurais e urbanos, famílias antigas etc.; venciam nas urnas e dispunham de jornais (15 de Novembro, depois “A Razão”) duma Banda musical “Charanga Afonso Campos” e duma Sociedade dançante “Campinense Clube”. Por sua vez, o partido da situação contava como o “Correio de Campina”, com a “Filarmônica Epitácio Pessoa” e com a Recreativa Popular. O sobrado do coronel Cristiano centralizava a vida política no interior (Agreste, Cariri e Sertão) e nele se fazia, de fato, “a degola” e a ascensão de muitos políticos”. (CÂMARA, 1947: 115/16) apud GURJÃO. Op. Cit. 2000. p 50. Estes dois grupos políticos ao se revezarem a frente das instituições governamentais da cidade a dirigiam e a governavam ao seu bel prazer, ao sabor das conveniências e de seus interesses, usando de expedientes e práticas diversas, fundamentando o seu “poder a partir de relações baseadas em estreitos laços de dominação e dependência pessoal, manifestadas sob as diversas formas de clientelismo e compromissos de lealdade irrestrita entre amigos e correligionários, tendo como contrapartida, porém, a intolerância, a perseguição e a violência”. Cf. GURJÃO. Op. Cit. 2000. p 52. São estas práticas e cenário político que se modificam profundamente a partir da década de 60.

51 Cf. GURJÃO. Op. Cit. 2000. p 83. Além disto, o voto universal instituído por Vargas já na década de 30 fez com que o número de eleitores aumentasse consideravelmente. Mas, a dificuldade enfrentada pelas elites locais para arregimentar esta nova população votante só iria se tornar patente a partir da década de 50 quando o número de habitantes da cidade aumentaria consideravelmente. Pois, a emergência deste contingente populacional múltiplo passou a gestar como efeito a não aceitação das questões e interesses levantados como bandeiras pelas elites, à medida que estes novos sujeitos não viam nas propostas e projeto daquelas qualquer significado ou representatividade a suas causas.

alterou sensivelmente o jogo político na cidade; à medida que provocava uma ruptura não só na configuração social local, mas também instaurava uma descontinuidade nas práticas políticas recorrentes.

Portanto, a partir da segunda metade da década de 50, não era mais possível se eleger ou governar a cidade sem o apoio das “classes populares”, sem demonstrar interesse pelas questões pertinentes “as camadas urbanas da cidade (comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciários, etc.)”. É desta forma que candidatos de forte “penetração popular” e de práticas políticas explicitamente populistas, assistencialistas e eleitoreiras se tornam possíveis como lideranças políticas da cidade e acima de tudo como chefes da municipalidade, a exemplo de Severino Cabral eleito prefeito em 1959⁵², em disputa com Newton Rique. Com a eleição de Cabral tornava-se patente, aos olhos das elites locais, o papel que as “classes populares” haviam assumido no jogo político em Campina. Assim como a ruptura que determinadas práticas e projetos políticos havia ou estavam sofrendo e, por conseguinte, a desestabilização social e política de alguns sujeitos que o defendiam e tentavam executá-lo.

E isto estava relacionado e era sintomático de outra mudança. O crescimento populacional descontrolado, que àquela altura, já se fazia sentir de forma mais enfática fazendo com que a cidade comesçasse a presenciar um crescente processo de favelização e “encortiçamento” de sua população e o aumento do número de desempregados⁵³. Muito embora, boa parte destas favelas tenham se tornado, posteriormente, bairros populares e periféricos organizados a partir de suas SABs (Sociedade de Amigos de Bairro), isto, no entanto, não diminuiu as precárias condições de habitação da população que nelas habitavam. Além disto, o contingente populacional e as levas migratórias que aportavam todos os dias na cidade só faziam crescer; como efeito do êxodo rural provocado pela concentração

52 Cf. GURJÃO. Op. Cit. 2000. p 83.

53 Segundo a geógrafa Marisa Braga de Sá Campina Grande “em pouco mais de 20 anos a população passou de 33.800 habitantes, em 1940, para 116.200 habitantes, em 1960 crescendo aproximadamente na ordem de 245,0 %”. Cf. SÁ. Op. Cit. 2000. p 182. Já na década seguinte Campina contava com uma população de 164. 864 habitantes e em 1980 a sua população atingia a cifra de 232.711 habitantes; isto apenas na sede do município. Cf. SILVA. Op. Cit. 1986. p 66. Neste mesmo período a cidade viu surgir em sua área urbana mais de 18 novas favelas chegando à década de 80 a contar com 23 favelas e 534 cortiços o que correspondia a cerca de 33% de sua população vivendo favelada ou “encortiçada”. Cf. MELO. Op. Cit. 1988. p 8 e 23.

fundiária, pelas secas constantes e acima de tudo atraídos pelo encantamento e sedução que a imagem de “Capital do Trabalho” produzia numa população espoliada e em busca de melhores condições de vida.

A imagem, produzida e veiculada por alguns segmentos das elites de Campina Grande, de uma cidade em pleno desenvolvimento e progresso, moderna e empreendedora que esbanjava pujança passou a atrair a atenção de um sem número de “forasteiros” que a ela acorrem em busca de emprego, moradia e melhores condições de vida. Assim, Campina passa a ser um centro de atração de um tipo de migração, que em grande medida, iria contribuir para a depauperação, o esboroamento da imagem que as elites locais haviam construído para aquela. Diferentemente do que havia ocorrido em décadas anteriores, quando a cidade recebia uma população de mercadores, comerciantes etc. ávidos em negociar e produzir riquezas, Campina passava a receber um contingente populacional composto basicamente de “retirantes da seca”, de pessoas empobrecidas, de “miseráveis” e “pedintes” que viam na cidade a sua última esperança e oportunidade de uma vida melhor.

Assim, o grandioso cenário que haviam instituído como sendo a Campina “GRANDE” começa a se desfazer e a ser “invadido” por outros atores que requeriam os mesmos ou novos espaços e novos papéis, nem sempre condizentes com o suntuoso cenário que parte das elites locais haviam atribuído à cidade. E desta forma, outro cenário não tão “nobre” e “colorido” parecia emergir sendo erigido por sujeitos outros, como parece sugerir Cavalcanti:

Conhecida como “Canaã dos forasteiros”, Campina será centro de atração de grandes levas de migrantes, que sonhavam aqui enriquecer, melhorar de vida ou simplesmente sobreviver. Pelo seu crescimento comercial e industrial que corria de boca em boca, bem como as oportunidades de estudo para os filhos, além do clima ameno e agradável, e do poder de sedução dessa cidade mulher, constituísse em esperança de vida para retirantes das secas, meeiros e posseiros expulsos de suas terras, até pequenos proprietários que haviam perdido suas terras, bem como os grandes produtores e comerciantes de algodão, aumentando por um lado, o número, já alarmante, de homens pobres desempregados que enchiam as zonas urbanas à procura de meio de vida e intensificando, por outro lado a concorrência entre as elites na briga pelo lucro maior⁵⁴.

54 Cf. CAVALCANTI. Op. Cit. 2000. p 69.

Portanto, este período, início da década de 60, que aos olhos e na fala de alguns políticos e letrados locais era colocado como o marco inaugural da entrada da cidade num “irrefreável processo de industrialização”, na verdade constituía-se antes como um marco na tentativa, por parte daqueles, de refrear a “crise no setor algodoeiro”⁵⁵ que a cidade vinha atravessando desde a década de 50. Assim, a industrialização se apresentava como um projeto político-econômico alternativo encampado por determinados segmentos das elites de Campina, especialmente os que se apresentavam como “as classes produtoras” se nomeando as pessoas mais progressistas e modernas da cidade. A encampação deste projeto tinha como objetivo produzir os empregos necessários a demanda crescente, inserir Campina no processo de industrialização movido pela racionalidade e práticas capitalistas e com isto dotar a cidade de outras instituições que continuassem a mostrá-la grande. Aproveitando-se para tanto dos investimentos da recém criada SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Portanto, “a saída para a crise econômica da cidade, através de um programa de industrialização, começou a partir deste momento, a ser defendida com mais ênfase por importantes segmentos das 'classes políticas' da cidade”⁵⁶.

No entanto, este projeto sofreu um duro golpe quando em 15 de junho de 1964 Newton Rique, justamente aquele que havia sido “apontado como candidato capaz de conseguir os recursos necessários para impulsionar o desenvolvimento da cidade”, o administrador que, segundo se propalava a época, encarnava a modernidade da própria cidade, foi cassado pela recém instalada “Ditadura Militar”.

A cassação de Newton Rique representou não só um profundo golpe nas pretensões do segmento das elites locais por aquele representado de transformar a cidade num importante pólo industrial, mas também no jogo político estadual e a participação de Campina no mesmo. A emergência deste acontecimento viria a se constituir numa descontinuidade brusca, não só do ponto de vista político partidário, mas antes de tudo na possibilidade de continuidade e efetivação do projeto defendido por Rique e seu grupo para a cidade, pelo menos a curto prazo.

55 Crise esta agravada, segundo Keila Queiroz e Silva, pelo “novo contexto que se instaurou a nível espacial, uma nova cartografia digamos assim, provocada pela ampliação das rodovias a nível nacional, provocando um deslocamento da circulação de mercadorias de Campina Grande para Recife, via BR 101”. Cf. SILVA. Op. Cit. 2000. p 104.

56 Cf. ARAÚJO. Op. Cit. 2000. p 90.

Aos olhos dos mesmos o projeto de industrialização de Campina e a chamada “revolução da prosperidade” que aqueles defendiam haviam sofrido o mais duro golpe desde a eleição de Cabral. Pois, destituíra da administração da cidade aquele que boa parte dos letrados locais julgavam ser o homem mais capacitado para conduzir Campina nos caminhos da industrialização, Newton Rique. Mas, diferentemente do ocorrido quando da eleição de Cabral, a cassação de Newton Rique instaurava uma descontinuidade de outra ordem e decorrente de fatores exógenos a vontade das elites políticas locais e do jogo político a nível municipal. A cassação de Rique não representava apenas a emergência de outro projeto político encampado por outro segmento das elites locais. Mas, significava um corte abrupto na continuidade das práticas com que as mesmas, de que segmentos fossem, governavam e administravam a cidade. Suas decisões e rearranjos políticos locais, daquele momento em diante, tinham de passar pelo crivo do governo estadual e em última instância do Governo Federal e seus prepostos; enfim, estavam atravessadas por uma nova rede de poder que havia sido constituída fora dos domínios municipais e que passava a determinar os arranjos políticos na cidade e no Estado.

Neste sentido, a cassação de Rique foi a primeira de algumas outras que tinham, segundo estes segmentos, a intenção de produzir o esvaziamento político de Campina Grande, especialmente do grupo político que estava a governá-la, em favor dos interesses políticos e das estratégias daqueles que se encontravam a frente da governança do Estado, a época João Agripino e Severino Cabral que era o seu vice-governador⁵⁷. Figura esta que, para o segmento das elites locais representado por Rique, além de manter “intensa política discriminatória para com Campina Grande”, foi um dos principais responsáveis pela cassação do prefeito eleito em 1968, Ronaldo José da Cunha Lima⁵⁸, que se apresentava a época como continuador dos mesmos projetos defendidos por Rique, tendo em vista as circunstâncias da cassação e a indicação do Interventor Federal Manoel Paz de

57 João Agripino Filho foi Governador da Paraíba de 1966 a 1971 pela ARENA, tornando-se com isto até a década seguinte uma das principais figuras da política estadual.

58 Ronaldo José da Cunha Lima até então havia sido eleito vereador em 1959 pelo PTB e eleito Deputado Estadual por duas vezes consecutivas, em 1962 e 1966, cargo do qual renunciou para disputar as eleições municipais em 1968 pelo MDB quando se elegeu prefeito derrotando as chapas da ARENA, encabeçadas pelo ex-prefeito Severino Cabral aliado direto de João Agripino e seu vice-governador. Ronaldo ficou no cargo por apenas 41 dias, de 31 de janeiro a 14 de março de 1969 quando foi cassado pelo governo do “Regime Militar”.

Lima⁵⁹, feita pelo próprio Agripino, em substituição ao vice de Ronaldo, Orlando César Almeida, também cassado em 14 de maio de 1969.

Nas eleições de 1968, João Agripino já havia tentado inviabilizar a candidatura e as pretensões de Ronaldo Cunha Lima. Primeiro, lançando três candidatos pela ARENA, dentre eles dois ex-prefeitos da cidade, Severino Cabral e Plínio Lemos e o professor Stênio Lopes; segundo, transferindo todo o seu governo para Campina Grande, atitudes estas que não surtiram o efeito desejado. Depois de transcorridas as eleições, seus sectos foram responsáveis por inúmeras medidas judiciais que tentavam impedir a posse do prefeito eleito, sem êxito. Por fim veio a cassação por parte do “Regime”, de quem Agripino era fiel adepto, como última e decisiva cartada.

Estes acontecimentos apontam também para mais uma disputa e relação de força, desta vez decisiva, entre as redes de poder representadas por Rique/Ronaldo por um lado e Severino Cabral e seu grupo por outro. Só que nesta disputa outra instituição, outra força, a do governo do “Regime Militar” tinha entrado em cena e fazia com que a correlação de forças pesasse mais para um lado, o de Severino Cabral e seu grupo político, que mesmo derrotado nas eleições de 1968 por Ronaldo sairia “vencedor”, ao cabo, com a cassação deste, 41 dias depois de sua posse como prefeito da cidade. Desta forma, a cassação de Ronaldo veio sacramentar e confirmar a ruptura e a descontinuidade nas práticas políticas destes segmentos das elites locais. Isto gestava também como efeito, mesmo que não fosse o principal objetivo da “Ditadura”, o atravancamento do projeto político-econômico defendido por aquelas elites a quem tanto Rique quanto Ronaldo buscavam representar.

Estes acontecimentos se colocavam também como condição de possibilidade para a emergência de outros tipos de arranjos e práticas políticas como, por exemplo, as que levaram a nomeação do Interventor Federal Paes de Lima. Arranjos estes que buscavam congregar os interesses dos segmentos das elites locais que aderiram aos ideais da “Revolução de 1964” aos interesses e

59 Manoel Paz de Lima era General do Exército Brasileiro natural de Catolé do Rocha na Paraíba, assumiu a Prefeitura de Campina Grande mal conhecendo a cidade o que contribuiu sobremaneira para o seu curto período a frente da mesma. Paes de Lima ficou a frente da Prefeitura do dia 14 de maio de 1969 até o dia 15 de julho de 1970.

pretensões dos governantes estaduais alinhados ao governo central. É buscando atender a demanda destes novos arranjos e sob os seus critérios que os interventores federais foram nomeados. Bem como com o intuito de produzir o esvaziamento político de Campina Grande em detrimento da capital do Estado, João Pessoa.

Foi com estas intenções que o interventor Paes de Lima, um completo desconhecido e desconhecedor na e da cidade, foi nomeado. O mesmo ficaria menos de um ano a frente da governança do município, mas o suficiente para fincar as bases para que o seu sucessor, o também interventor Luiz Motta Filho⁶⁰, implementasse mudanças na administração municipal que tentavam transformar de forma definitiva as práticas políticas e administrativas na cidade. Além disto, com sua posse, o esvaziamento político de Campina naquele período estaria consolidado. Pois, Motta Filho não era político de formação, nunca tinha militado, ao longo de sua vida, em nenhum partido político; enfim, era um técnico, pessoa de clara formação técnica⁶¹.

Estas mudanças e acontecimentos ocorridos entre as décadas de 60 e 70 relacionados com a “falência” do processo de industrialização e do esboroamento do projeto que o abraçava, bem como a desarticulação da rede de poder que lhe dava sustentação e tentava movê-lo produziu, aos olhos daquele segmento das elites locais que se conformavam nesta estratégia, uma acentuada “crise econômica e política” na cidade⁶². Provocando com isto a emergência, entre seus membros, de um discurso bairrista e de vitimização, veiculado pela maioria dos veículos de

60 Luiz Motta Filho assumiu a Prefeitura de Campina como interventor no dia 15 de julho de 1970 ficando no cargo até o dia 31 de janeiro de 1973.

61 Formado em Química Industrial pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; tinha trabalhado toda a sua vida no curtume de seu pai Luiz Motta.

62 No final da década de 60 e início da de 70, segundo Stênio Lopes, “a participação de Campina Grande (incluindo os municípios de Lagoa Seca, Massaranduba e Fagundes), de 1967 a 1970, representou 24,1 %, 24,3 %, 24,5 %, 23,3 % da receita arrecadada da Paraíba. No mesmo período a arrecadação do município de João Pessoa foi de 19,7 %, 23,5 %, 22,6 %, 24,2 %. Em 1970, quando a arrecadação em João Pessoa superou a realizada em Campina Grande, a capital contribuiu com Cr\$ 16.432.908,00 e Campina com Cr\$ 15.785.549,44”. Cf. LOPES. Op. Cit. 1988. p. 33. A este respeito diz a geógrafa Marisa Braga de Sá: “A partir da década de 1970, acentuou-se o processo de industrialização em benefício das capitais, fortalecendo suas funções político-administrativa, comercial e industrial, transformando-as em grandes centrais distribuidoras dos produtos industriais e da produção agrícola de sua área de influência. Por isso, explica-se que Campina Grande, registrou nas décadas de 1970-80 um índice de crescimento de 28,1 %, caindo para 23,0 % no período de 1980-90, enquanto que João Pessoa, no mesmo período apresenta um índice de 40,0 %, beneficiada, portanto, por aquela medida”. Cf. SÁ. Op. Cit. 2000. p 185.

comunicação local à época⁶³, especialmente os Diários e Emissoras Associados que mantinham estreitas relações, embora tácitas, com aquele segmento desde a fundação da TV Borborema em 1963. Como parece apontar Stênio Lopes, de forma a discordar com este tipo de construção:

Pior que essa espécie de frustração diante do crescimento econômico da Capital, tem sido a sensação de que a vida econômica de Campina Grande se vem esvaziando por força de fatores ligados a uma ação ou intenção alienígenas. Firms tradicionais no comércio campinense, e até mesmo em sua indústria, tiveram de encerrar as suas atividades. Teria sido possível identificarem-se fatores determinantes desse esvaziamento econômico, principalmente tendo-se em vista as conseqüências ou as repercussões, em Campina Grande, da política econômica, financeira e fiscal do Governo Revolucionário, desde 1964.

Foi mais fácil, portanto, responsabilizar, direta ou indiretamente, o Governo do Estado, sobretudo através da administração fazendária estadual, pelo descalabro das firmas que não puderam resistir⁶⁴.

Este posicionamento de Lopes é compreensível, pois o discurso enunciado por ele foi inicialmente produzido como parte de um levantamento feito a pedido do Governador Ernany Sátiro, que havia sucedido João Agripino, objetivando produzir um “diagnóstico dos motivos” que levavam “Campina Grande a adotar uma postura contrária e arredia aos governos estaduais” e “apontar soluções” para o problema. Além disto, no momento da produção deste discurso Lopes auspiciava participar do secretariado do Governo Ernany Sátiro⁶⁵. Portanto, seu discurso está eivado de interesses, por mais que se quisesse “imparcial” em seu “diagnóstico”.

Por isto que em seu discurso, Lopes não se coaduna com o enunciado bairrista que emerge entre boa parte das elites locais, muito embora ele não negue a “crise econômica” atravessada por Campina, pelo contrário a reafirma, mas apontando para outras possíveis causas da mesma como, por exemplo, a “política econômica, financeira e fiscal” do Regime Militar que privilegiava as Capitais dos

63 Cabe ressaltar que até o ano de 1972, quando é fundado o Jornal da Paraíba, quem detinha “o monopólio da informação” e sua exclusividade na cidade era o Condomínio Associado na Paraíba, ou seja, Os Diários e Emissoras Associados que em Campina Grande contavam com duas emissoras de Rádio, a Borborema e a Cariri, uma desde 1949, um jornal diário, o Diário da Borborema desde 1957, e uma rede de teledifusão, a TV Borborema desde 1963. Este monopólio só foi quebrado definitivamente em 1987 com a fundação da TV Paraíba e a modernização do Jornal da Paraíba com o surgimento da Rede Paraíba de Comunicação, que formava o complexo empresarial de propriedade de José Carlos da Silva Junior, que além destas instituições é o dono do Grupo São Braz.

64 Cf. LOPES. Op. Cit. 1988. p 31-2.

65 Cf. LOPES. Op. Cit. 1988. p 10-20.

Estados em detrimento de seus municípios. Tentando, com isto, eximir os políticos a frente da governança do Estado de qualquer responsabilidade – como se isto fosse possível, tendo em vista que estes eram produtos de suas íntimas relações com o Governo Federal – pela “crise política e econômica” que alguns discursos diziam que Campina Grande estava atravessando.

Mas, para a maioria dos letrados locais, principalmente aqueles que escreviam no DB, o principal fator que veio incrementar esta propalada crise foi o fechamento, transferência ou encampação por parte do Governo do Estado de “algumas centrais de serviços, tais como a SANESA, TELINGRA e COHAB”. Diante destes acontecimentos, os letrados locais, a exemplo de Luiz Gonzaga de Melo, vociferavam contra o Governo do Estado e suas investidas sobre o que aqueles chamavam de “patrimônio de Campina e de seu povo”. Patrimônio este que, segundo os mesmos, havia sido “construído a duras penas pelo idealismo e dinamismo campinenses” e que naquele momento – década de 60 e 70 – estava sendo espoliado ou encampado pela administração de suas equivalentes estaduais e “transferidas para a Capital do Estado, ficando em Campina apenas gerências, com um reduzido número de funcionários e sem autonomia”⁶⁶.

Para o segmento mais aburguesado das elites locais a emergência deste novo cenário no qual “Campina Grande começava a perder a função organizadora do espaço regional”, função esta que passa a ser exercida pela Capital do Estado, João Pessoa, se constituía ameaçador. Uma vez que Campina começava a vivenciar “um ritmo mais lento de atividades através do comércio, sobretudo varejista, e de prestação de serviços”, assim como observava “a expansão do comércio informal” gerado pelo crescente desemprego. Fatores estes que a colocavam frente aos mesmos problemas enfrentados por cidades ditas pobres e pouco desenvolvidas. Enfim, que a mostravam como uma cidade atrasada, pouco desenvolvida economicamente e sem força política para atrair os recursos

66 Cf. MELO. Op. Cit. 1986. p 4. É sintomático a este respeito o discurso produzido por Stênio Lopes que vem se coadunar nesta mesma matriz de sentido na qual Melo está inserido, diz Lopes: “A sustentação do progresso da cidade é de grande importância. Se nós não temos os instrumentos de governo para fazer investimentos diretos na área de Campina Grande, ficamos sempre dependentes da área de gastos autônomos. A devolução de instrumentos ou a criação de instrumentos novos é um imperativo, porque um aglomerado de quase 300 mil habitantes não pode ficar na dependência de decisões comandadas de fora, à medida que isso não possa ser feito na cidade.” Cf. LOPES. Op. Cit. 1988. p 74.

necessários ao seu soerguimento. Estes acontecimentos estavam destruindo a imagem que as elites locais haviam construído para a cidade nas décadas anteriores e redimensionava o primado que os setores econômicos locais há muito exerciam sobre a política e seus agentes, os políticos locais.

Contrariando o que ocorrera em outras décadas, quando a economia de Campina parecia se desenvolver a revelia ou indiferente aos acontecimentos e interesses públicos e/ou políticos, com estes lugares se apresentando apenas como mais uma possibilidade de confirmação do *status* daquela elite endinheirada, da década de 60 em diante a economia local passa a depender diretamente das ações da “Prefeitura Municipal” e dos políticos na sua condução. O setor econômico da cidade e seus agentes – comerciantes, empresários, industriais – tinham se tornado dependentes e estavam submetidos aos agenciamentos políticos, aos seus rearranjos a nível nacional, regional e local e a constante instabilidade dos desejos de seus agentes, das parcas políticas públicas para o desenvolvimento econômico da cidade, visto a perda de força das elites políticas locais frente às instituições fomentadoras, os Governos Estadual e Federal.

Estas condições materiais e extra discursivas que haviam emergido na cidade e que aquelas elites produziam e pintavam com as cores da crise e do pessimismo, produz como efeito a intensificação deste tipo de discurso a partir da década de 70 e a busca, por parte das mesmas, de alternativas para atualização do enunciado que dizia Campina como grande em todos os aspectos. E neste sentido, Stênio Lopes parece resumir e enunciar o sentimento destas elites de Campina frente aos acontecimentos acima descritos:

O final do decênio (60) foi marcado pelo pessimismo da gente campinense. Parecia a muitos que nada mais dava certo nesta cidade. O comércio decaía, a indústria não mantinha o mesmo ritmo de crescimento. As punições do Governo Federal, sucessivamente, contra dois prefeitos regularmente eleitos pela população, as dificuldades enfrentadas por órgãos públicos importantes, tudo isto fazia a cidade cética, descrente e sem o otimismo característico de sua gente⁶⁷.

Era desta maneira que as mesmas passavam a ver Campina, uma cidade em crise. A cidade que elas pensavam ter construído e inventado só para si estava

67 Cf. LOPES. Op. Cit. 1988. p 112.

se desfazendo muito rapidamente e, por conseqüência, seus lugares sociais estavam sendo ameaçados. Todas as referências sociais, espaciais, econômicas, políticas e também culturais, assim como os códigos e as regras de civilidade e de bem viver que as mesmas haviam instituído e que diziam materializadas na própria cidade tinham desaparecido ou estavam desaparecendo e se despedaçando em pouco menos de duas décadas.

A imagem de cidade moderna, desenvolvida, progressista, industrializada e, portanto, grandiosa havia se deteriorado sensivelmente e perdido grande parte de seu sentido. Aquela altura, meados da década de 70, Campina, apesar de ter se tornado também um centro de atração de estudantes e produção de conhecimento, à medida que dispunha de duas universidades públicas, não materializava mais, nem possibilitava a atualização do discurso que a instituíam como “Capital do Trabalho” e muito menos a reprodução e articulação, por qualquer estratégia, do enunciado “Campina GRANDE”. Muito embora, alguns discursos ainda tentassem pintá-la desta forma, o que não passava de mais uma tentativa de rechaçar aquelas mudanças, como o seguinte:

Aquela cidade é um paraíso no tempo, na terra e no coração do Nordeste. É um pedaço dos privilégios tropicais do meu continental país. Vale a pena ver, conviver e nascer de novo sob o sol, a lua, o horizonte e os céus de Campina Grande. O quadro que se ali me deparou, vale por um painel de esperança para a mais feliz aposentadoria. Malgrado de ser uma cidade efervescente, criadora, dinâmica, próspera, desenvolvida e promissora, é Campina Grande a mais indicada das mansões comunitárias para o entardecer da vida.

Não há coração que envelheça naquela altitude, ao nível da paz, ao sopro da brisa e ao rumo dos olhos que só alcançam o verde perene da campina. A par disso, ali está uma cidade pavimentada nas ruas, logradouros e praças. É toda limpa como um parque dos palácios de marajás indianos. Possui, fazendo inveja a Capital do Estado, uma TV em cores, emulando, assim, o seu destino com o da estadual metrópole. Concorre, ademais, com a sua rival João Pessoa, pela população, estação de rádio, órgãos de imprensa e comunicação, vida cultural, científica, artística e universitária. E o dinheiro, força das cidades, é mais sólido no bolso dos campinenses. A indústria da Capital da Borborema é mais paraibana do que a da Capital do Estado. Além dessa avaliação da realidade campinense, ainda corre a favorecer-lhe o futuro a diversificação de seus produtos e a matéria prima. Como se tudo isso não bastasse para a distinção de Campina Grande, eu a vejo polarizar a vida social e econômica do Estado pelas condições positivas de sua centrífuga grandeza. Dizia-me cautelosamente o Magnífico Reitor, com sua alma elevada de campinidade autêntica: “Desta cidade saem para o Estado as vocações políticas, os administradores, os intelectuais, os professores e as figuras que mais marcam e denunciam a alma paraibana por toda a parte”. Isso eu comprovo fácil, salientando-se

recordar, entre outros, o nome do senador Argemiro de Figueiredo um dos homens públicos brasileiros que conheci com maior teor da cultura deste país. Campina Grande a primitiva Vila Nova da Rainha, merece ser vista e revista no seu trono com os olhos do coração, com o pincel do pintor, com a pena do beletrista e com a imaginação criadora do poeta. É a cidade do futuro, a cidade da esperança, síntese do Nordeste, colocada por Deus e pelos homens no nível do século XXI⁶⁸.

Este discurso é indicativo não só da imagem que os letrados, políticos e governantes locais haviam construído para e sobre a cidade e dos efeitos que se queria que produzisse naqueles que a visitavam, mas também dos abalos que o mesmo havia sofrido e da crescente necessidade que os mesmos tinham, para rechaçar a “crise” que a cidade estava a atravessar, de compará-la a sua concorrente direta, João Pessoa ou de afirmar que Campina estava sempre a ocupar, e a “ser vista e revista no seu trono de Rainha da Borborema”, ainda mais quando isso era dito por um estrangeiro.

No entanto, este discurso, embora veiculado por um visitante, não produzia na sociedade local os mesmos efeitos que em outrora, à medida que o mesmo não se materializava, nem se atualizava mais nas instituições e condições sociais, políticas e econômicas que configuravam a cidade naquele período. Aquele discurso, falava de valores não mais presentes. Sua verdade estava resguardada num passado idealizado da cidade, e era este passado que parte das elites locais tentava reviver, resgatar ou restabelecer os elos de continuidade entre ele e o presente através de novas estratégias.

Neste sentido, o discurso da “crise” produzido pela maioria dos letrados e intelectuais da cidade naquele momento é indicativo da consciência que os mesmos tinham das transformações e mudanças agudas e rápidas que estavam colocando o mundo daqueles, ou melhor, a cidade que julgavam ter erguido, em ruínas. Era a consciência aguda do tempo que passa e que arrastava consigo todas as certezas, lugares sociais e existenciais até então sedimentados e cristalizados naquela sociedade e para aqueles segmentos. Para tentar frear tais acontecimentos, novas e outras estratégias foram agenciadas e postas para funcionar...

68 Jornal da Paraíba – 19/01/1973 N° 412 p 2. Artigo sob o título **Capital da Borborema** de Medeiros Neto, Pro Reitor da Universidade Federal de Alagoas produzido em visita sua a Campina Grande convidado pelo Reitor da FURNE, a época Nabuco Lopes.

1.3 – Estratégias que (re)inventam Campina Grande.

1.3.1 – Redefinindo Campina (como) Grande e o ser “campinense”.

No alvorecer da década de 80 Campina Grande encontrava-se imersa num ascendente processo de crescimento populacional descontrolado, de favelização e encortiçamento de sua população que não conseguia ser atendida sequer nas suas necessidades básicas. A cidade observava também o crescimento do número de desempregados, pedintes e “desocupados” vagando por suas ruas, resultado da evasão de divisas e do empobrecimento de seu setor econômico, o que agravava e aumentava sobremaneira os índices de violência entre as classes médias e populares. Politicamente Campina estava esvaziada, sem grande representatividade e influência de suas elites políticas frente ao Governo do Estado, uma vez que seu último grande líder político a nível estadual e regional havia sido Argemiro de Figueiredo, e este já não se fazia mais presente entre os mortais.

Era este o cenário periclitante, de mudanças estruturais na configuração política, social e econômica da cidade, que boa parte das elites locais apresentava em seus discursos e diziam estar sendo montado e distendido aos seus olhos no alvorecer da década de 80, o que comprometia a ocupação ou a perpetuação destes e nestes lugares pelos mesmos sujeitos. De forma que até mesmo aqueles que se julgavam ocupar ou estar nos lugares de elite, resguardando posições de outrora estavam a ocupar lugares vazios, pois esvaziados de autoridade, de credibilidade.

Famílias tradicionais da cidade, principalmente aquelas de raízes agrárias, rurais, a exemplo dos Agra, a muito vinham perdendo seus lugares sociais e existenciais. E no início da década de 80 esta desterritorialização estava se tornando mais sensível ainda. À medida que aquelas e suas insígnias estavam sendo relegados a poeira do esquecimento e seus descendentes obscurecidos pela sombra do anonimato. É neste período que Esmeraldina (Passinha) Agra se torna possível como ocupante de um lugar de sujeito na construção de uma memória para a cidade. Memória esta que tenta preservar algumas “tradições” e “costumes” da “Campina de antigamente”, a exemplo do carnaval que passa a ser decantado idealisticamente pelos sujeitos veiculadores deste discurso memorialístico. O que se

explicita na fala de Passinha Agra:

Nosso pai nos trazia para assistir os grandes carnavais da Rua Maciel Pinheiro, com troças, blocos e outras coisas mais que não se vê hoje. A gente assistia a esses carnavais do sobrado que meu pai tinha na Rua Maciel Pinheiro. A Maciel Pinheiro era uma rua que deveria ficar como as de Ouro Preto e as da Bahia⁶⁹.

Para estas pessoas e nos discursos por eles veiculados, a cidade e praticamente toda a sua sociedade estava esquecendo suas “raízes e tradições”. E isto seria decorrente do discurso que dizia Campina como “uma cidade vocacionada para o progresso” e em constante processo de modernização. Discurso este que, para aquelas famílias, estava se constituindo ameaçador, pois vinha provocando a sua desterritorialização social, política, econômica, cultural e, por tabela, existencial tendo em vista que seus territórios e espaços existenciais, sua referencialidade estavam sendo destruídas, demolidas, esquecidas sem a menor cerimônia, e a várias décadas, em nome de Campina (como) Grande, de sua modernização, de seu progresso.

Agra, Porto, Figueiredo, Cavalcanti de Albuquerque, Queiroga, Albuquerque entre outros sobrenomes de famílias tradicionais da cidade se constituíam apenas em símbolos de um passado distante e esquecido pelos habitantes da Campina da década de 80. Pois, imersa num sensível processo de (in)diferenciação social e presenciando a emergência de novas regras, práticas, códigos e discursos, não condizentes com os ideais das “tradicionais elites locais”, que passaram a definir os modos de ser e estar no lugar de elite naquele e daquele período em diante.

O sobrenome dos descendentes ou o nome daquelas famílias não representavam mais, não autorizavam mais a ocupação destes lugares, eles haviam sido deslocados, em silêncio, para outros lugares, modestos, que no máximo lhe rendiam o epíteto ou a denominação de classe média. As relações de poder e saber que as engendravam e articulavam eram outras e aqueles pareciam, ainda, não ter se dado conta dos lugares que estavam a ocupar nesta nova configuração.

69 Depoimento concedido a Ronaldo Dinoá na década de 80. Não consta o ano exato em que foi realizada a entrevista. Cf. DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: União Editora. 1993.

Até mesmo os monumentos e prédios que haviam representado outrora o governo simbólico e efetivo que aqueles exerceram na cidade tinham ou estavam sendo demolidos, a exemplo do redimensionamento urbano da Rua Maciel Pinheiro, tida como o “berço das tradicionais elites locais”, que desde a década de 40 vinha sendo profundamente modificada em nome do “progresso” e da “modernização” de Campina e já nas décadas de 60, 70 e 80 a mesma aparecia como uma rua explicitamente comercial. As casas e sobrados daquelas “tradicionais famílias” haviam sido demolidos e uma das últimas a ruir, a se transformar em escombros foi o sobrado do principal representante daquelas, o de Cristiano Lauritzen, na década de 80. Desta forma, estas famílias encontravam-se desterritorializadas até mesmo no que se refere aos espaços físicos que lhes serviram de referencia e monumento em outrora.

Nestes discursos saudosistas a Maciel Pinheiro era apresentada como “a rua da elite, dos grandes comerciantes, de destacados fazendeiros, os políticos mais conhecidos... Aquele que morasse na Rua Grande, poderia se dizer de privilegiado pertencente à alta sociedade campinense”⁷⁰. Era deste passado, destas referências espaciais, destes territórios existências que aqueles discursos davam por falta. Na Campina da década de 80 muito pouco deste passado havia restado àquelas pessoas. E o agenciamento deste discurso memorialístico aparecia como reação a este sentimento de perda e como tentativa de aplacar esta desterritorialização. Por isso que é tão importante para Passinha Agra lembrar os “carnavais de antigamente”, pois estes a remetem à imponência do sobrado de seu pai, Josino Agra, ao tempo em que a figura do pai reinava imponente; remete também a monumentalidade da Maciel Pinheiro e da elite que ali residia em seus sobrados e casario colonial; remete, por fim, aos valores patriarcais e tradicionais que os habitantes da Campina do presente parecia haver esquecido em nome do progresso, da modernidade/modernização da cidade.

Contudo, foi no interstício destes acontecimentos que se gestaram as bases para a produção de um lugar de memória para a cidade e que aparecem figuras como Passinha Agra, Ronaldo Dinoá⁷¹ e William Tejo buscando ocupar os

70 MACHADO, Severino. Suplemento TUDO. **Diário da Borborema**. p 2, edição do dia 07/08/1983.

71 Cf. DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: União Editora, 1993.

lugares de sujeito produtores deste discurso memorialístico e se apresentando como “os guardiões da memória de Campina Grande”, de uma “Campina realmente grande”. Para estes sujeitos a modernidade era sinistra, pois havia implicado a promoção de mudanças estruturais, mudanças de ordem política, econômica e social. Ou seja, o espraiamento da racionalidade moderna em Campina Grande, na ótica e nos discursos veiculados por aqueles, tinha quebrado os laços sustentadores das tradições locais e de seus valores morais.

Na tentativa de apagar este processo aqueles sujeitos veiculavam um discurso que apresentava uma Campina ainda patriarcal, conservadora, provinciana, de fortes valores e tradições católicas e paternalistas nas quais as relações de ordem familiar, de parentesco ou amizade prevaleciam. Enfim, uma Campina onde os nomes das famílias, os locais em que residiam, os lugares que ocupavam ainda significavam o “poder” que pensavam exercer na cidade e sobre o restante da sociedade local.

Além disto, a invenção desta memória a partir do início da década de 80 apontava para a emergência de outro projeto para a cidade. Projeto este diverso do que pretendia produzir a modernidade/modernização da e na cidade; à medida que apontava em outra direção. Tendo em vista que nos discursos veiculados pelos sujeitos desta rede de poder Campina como grande não estava por ser realizada no presente ou num futuro próximo através das ações de algum político e/ou governante da cidade. A Campina Grande que aquelas pessoas tentavam reconstruir já havia se realizado no passado. E era a este passado que a Memória inventada por aquela rede de poder tentava remeter, no intuito de restabelecer os laços de continuidade entre ele e o presente e assim apagar a sensação de desterritorialização que estava atingindo os sujeitos nela localizados. Seu objetivo é não só lembrar este passado, mas acima de tudo tentar revivê-lo, reinventá-lo no e para o presente⁷².

Contudo, sua reinvenção num espaço de memória vai ser tecida e movida por outras estratégias e com interesses diversos dos do tempo a que ela remete.

72 Ver, por exemplo, as entrevistas de Ronaldo Dinoá com Raimundo de Melo Luz, Verniaud Wanderley, Sebastião Dantas Bezerra, Severino Guedes de Andrade, Feliciano Alexandre Ferreira, Esmeraldina Agra, William Ramos Tejo, Severina Ramos de Andrade e Aluisio Lucena In: Dinoá, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: União Editora, 1993.

Neste sentido, esta memória vai ser usada como maquinaria para cavar trincheiras e abrir *fronts* nas novas configurações sociais e relações de poder que engendraram a sociedade local na década de 80. E, com isto, possibilitar a reinserção das pessoas e famílias que viriam a se colocar nos lugares de sujeito produtores desta memória nos novos lugares sociais nomeados e tidos como privilegiados pela sociedade local neste período. Os lugares de gestores culturais, de políticos, de promotores de eventos, vide o exemplo de Eneida Agra Maracajá, filha de Passinha Agra, que busca se apresentar como “a grande dama da cultura campinense”.

E neste sentido, uma afirmação de Certeau se torna possível de ser relacionada a esta configuração histórica que se desenhava em Campina Grande na década de 80 e as relações de ordem discursiva e não discursivas que passariam a se estabelecer daí por diante para a constituição desta memória:

A [cidade] festeja as grandezas e as celebridades que constituíam, até pouco tempo, signos de conagração, mas que não mais o são e dos quais se tem necessidade apenas para se reassegurar, para se distrair ou para acrescentar à prosa dos dias a relíquia de antigas galas. Os mortos são incessantemente celebrados. Essa acumulação de lembranças não fala de valores senão no passado, como se a enorme expansão de uma sociedade, tal como essa árvores luxuriantes cujo coração já está morto, não tivesse para se justificar senão um centro inerte: o túmulo do passado⁷³.

Nesta nova configuração que se desenhava na cidade os cidadãos poupados acreditavam ter se tornado a elite ao permanecerem, eles próprios dentro dos muros sagrados. Tola ilusão. Da cidade que as elites de antanho sonharam e construíram só restavam pouquíssimos “monumentos cujos conservadores julgavam guardar a verdade ocupando-os”.

É esta configuração e este processo que aqueles que estavam a ocupar os lugares de elite na cidade iriam tentar modificar, conter, suprir e suprimir a partir da década de 80 com o intuito declarado de soerguer política e economicamente a cidade e sua imagem, tentando rearticular o enunciado “Campina GRANDE” as novas redes e relações de poder e saber que atravessavam a sociedade local e que constituíam a cidade em outros moldes, como apontado acima.

No entanto, a invenção desta memória para a cidade por uma

73 Cf. CERTEAU. Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas – SP: Papyrus, 1995. p 29.

determinada rede de poder não se constituía na única estratégia movida ou no único projeto montado para a cidade que circulavam e mediam forças nas teias de poder distendidas em Campina na década de 80. Outros projetos para a cidade e as estratégias que tentavam movê-los e executá-los estavam emergindo neste período.

Contudo, estas novas estratégias, mesmo gestadas em e por diferentes redes de poder, pareciam estar articuladas e atravessadas em pontos diversos por um mesmo enunciado, qual seja: o que diz Campina como grande em todos os aspectos. Além disto, estavam a agenciar dispositivos semelhantes como, por exemplo, a identidade campinense. A princípio o agenciamento deste dispositivo nos discursos veiculados por parte de intelectuais, letrados e políticos locais buscava instaurar um combate em duas frentes distintas, ou melhor, abrindo duas trincheiras de combate em campos diversos, mas que se articula para a sua formação e invenção; a invenção da identidade “campinense”, ou melhor, do que era ser “campinense” naquele período. Dispositivo este que a partir da década de 80 vai ser acionado sempre que algum sujeito se coloca contrário ou a atacar e por em dúvida Campina como grande. Ou distendido para outra matriz de sentido quando alguém realçava ou reafirmava com suas ações os discursos e a imagem de cidade grande.

A primeira faceta deste dispositivo tem claramente uma dimensão político-partidária e como objetivo construir a oposição ou a rivalidade entre o Governo Municipal e o Estadual de forma que a decantada “crise” pela qual a cidade atravessava nunca era colocada, pelos discursos que a instituía, como um produto ou efeito das práticas dos “campinenses”. Mas, sim produto desta rivalidade, da perseguição que os sucessivos políticos a frente do Governo Estadual infligiam a Campina e aos “campinenses” como punições a “rebeldia da cidade e de seu povo” que não se conformavam, nem se dobravam aos interesses dos governantes estaduais. Por isto, que este dispositivo foi constituído através de um discurso de vitimização e resignação da cidade e de seu povo. É desta forma que o Jornal da Paraíba agencia este dispositivo em 1974 para reclamar algumas atitudes tomadas pelo Governo Estadual em relação a Campina:

Como esta cidade é forte e altaneira. Como não se dobra a caprichos de ninguém! Como já enfrentou de cabeça erguida governadores que se diziam amigos e queriam enterrá-la viva!
Campina nasceu predestinada. Ou se fazia a custa de seus próprios

esforços ou então sucumbiria, pois ajudá-la gratuitamente ninguém até hoje o fez.

Quem é que não se lembra do secretariado de João Agripino? Toda a cidade vibrou com a escolha. Toda a cidade sabe o que passou por causa deles.

Atualmente – e nem é preciso ir muito longe – todos estão sabendo o que se fez e o que se continua tentando fazer com esta indômita Rainha da Borborema. Quem faz a feira, e isso é um sofrimento geral, vem notando o aumento sistemático do tomate, da batatinha, da banana do inhame e de tantas outras coisas.

A gente procura saber o porquê e recebe a explicação do quitandeiro que o imposto aumentou. Sabem por quê? Porque está existindo um peso e duas medidas nesse setor contra Campina. Querem um exemplo? Toda mercadoria desse tipo que segue para João Pessoa, paga apenas uma pequena majoração na pauta do imposto. Se a mercadoria vem pra Campina sofre uma majoração na cobrança do imposto de 8 a 10 VEZES A MAIS NA PAUTA.

Outro exemplo: 7 mil e 500 casas populares vão ser construídas pela CEHAP. Seis mil e quinhentas serão em João Pessoa e apenas 1000 em Campina.

Campina nasceu predestinada. Nem que seja – segundo o compositor Jorge Ben – para ser uma “cidade abençoada por Deus e bonita por natureza”.

Não é a toa que Campina é realmente GRANDE; nasceu para lutar contra tudo e contra todos⁷⁴.

Ativando este dispositivo o Jornal da Paraíba buscava operar uma sensível distinção entre Campina e a Capital do Estado, tentando com isto construir a imagem de Campina e de seu povo em oposição a João Pessoa e principalmente contra o Governo do Estado e suas instituições, que tinham naquela cidade a sua sede. Isto tinha um objetivo específico: culpabilizar aquele governo e suas ações em benefício da capital como o principal responsável pela suposta “crise” que Campina estava atravessando, e, desta maneira, forjar uma trincheira de batalha para conseguir maiores recursos para a cidade, uma vez que Campina Grande ainda representava o segundo maior reduto eleitoral do Estado. Pressionar, por estas vias, o aparelho Estadual era a forma que os letrados e as intuições locais, que os mesmos representavam, haviam encontrado para suprimir a perda da força política das elites políticas da cidade frente aos interesses do Governo do Estado.

Contudo, este discurso aponta para outro *front* aberto por aquele

74 “CAMPINA: Cidade predestinada a perseguição”. Coluna Em Primeira Mão. **Jornal da Paraíba**. Nº 1278 p 2, edição do dia 16/01/1976. A Coluna Em Primeira Mão era de responsabilidade de toda a equipe do Jornal da Paraíba, o que explicita que este também era um discurso encampado e reproduzido pela instituição. O que se explica em grande medida pelo fato de que o JP, como o nomearemos daqui por diante, foi gestado e emergiu com estreitos laços com as classes médias urbanas e as elites políticas da cidade. (Grifo no Original).

dispositivo, a invenção de um discurso “bairrista” entre Campina e João Pessoa. De forma que a partir da década de 70 se torna enfático na fala de políticos, letrados e intelectuais da cidade esta oposição todas as vezes que a imagem da cidade está em questão, especialmente entre aqueles que nos rearranjos da política local haviam assumido uma postura adversa ao governo do Estado. A partir deste momento, Campina é dita e vista, por determinados segmentos das elites locais – letrados, intelectuais, industriais, comerciantes e os políticos na oposição aos governos municipal e estadual –, como grande em oposição e em relação a João Pessoa. A Capital do Estado passa a ser o outro de Campina “Grande”. E neste sentido, algumas características de ambas as cidades passam a ser ressaltadas de forma mais enfática, como observaremos no discurso a seguir:

Voltamos a fazer valer, em termos de liderança, a nossa posição econômica em relação ao Estado, e, particularmente, em confronto com a Capital. Apesar de centro das decisões administrativas da Paraíba, a cidade de João Pessoa ainda não encontrou os caminhos do tão ajudado e esperado desenvolvimento econômico capaz de suplantar Campina Grande.

Enquanto somos uma comunidade motivada pela iniciativa privada onde os projetos e planos se desenvolvem à custa de esforços, a capital vive recebendo os influxos proporcionados pela sua condição de cidade que hospeda o governo, com um funcionalismo que a supre mensalmente de recursos financeiros, além de congregar, em decorrência de sua posição, todas as repartições federais instaladas no Estado.

Apesar disso tudo, Campina conseguiu reocupar o seu lugar como poderoso, aliás como o mais forte núcleo econômico da Paraíba. As explicações para o fenômeno estão consubstanciadas na capacidade de trabalho dos habitantes de Campina Grande, conhecidos como povo de espírito de iniciativa e realizações.

Não é fácil chegar as alturas, mas é muito mais difícil recuperar-se de uma fase de adversidade, superando tudo, vencendo tudo lutando por tudo, exigindo também a fim de ressurgir com a aparência mais expressivos.

Agora não ficaremos mais a espera pelos meios capazes de acentuar o nosso progresso; iremos a sua procura, exigiremos em nome de uma expressiva participação na receita estadual, tudo aquilo que nos seja devido em razão das naturais condições que ostentamos, buscaremos como um merecido trôco (sic) ou recompensa ao suor do nosso rosto, todas as coisas necessárias para assegurar o equilíbrio conseguido após tantos e incontáveis sacrifícios: argumentaremos sempre com a grandeza dos números e a riqueza que construímos para a Paraíba, cuja posição de destaque é em grande parte devido a Campina e aos paraibanos que se associaram e tiveram fé na recuperação de uma cidade que sempre projetou a região.

Foi a persistência, estimulada pela vontade e pela alegria de recompor, que reconferiu a Campina Grande o seu lugar. Nele ficaremos, sem excessivo orgulho nem demonstrado bairrismo, mas absolutamente cônscios de nossa grandeza do que somos e valem em relação a Paraíba⁷⁵.

75 Editorial: “Expressiva participação”. JP N°705 p 1, edição do dia 10/01/1974. (Grifos do autor).

Para o Jornal da Paraíba e o discurso por ele veiculado e reproduzido não só Campina diferia da Capital por ser uma “comunidade motivada pela iniciativa privada”, mas também pelo “espírito de iniciativas e realizações” de seu povo o que havia “reconferido a Campina Grande o seu lugar”. É desta forma que este discurso vai inventando o ser “campinense” como um dispositivo que inventaria uma nova divisão imagética do espaço estadual a partir, não mais de critérios econômicos e/ou políticos, mas de critérios e características subjetivas e de uma dimensão cultural que estabelece os qualificativos do “povo campinense” como critérios para esta nova divisão espacial. Espaço no qual a cidade é novamente soerguida a sua “natural condição” de “Rainha da Borborema”.

Com esta estratégia, os letrados locais, tanto os que escreviam para o DB quanto para o JP, tentavam rechaçar as mudanças de ordem não discursiva que a cidade vinha atravessando, construindo-as através de discursos que a diziam a partir de outros ângulos buscando com isto produzir um “ambiente positivo” que fosse subjetivado pela sociedade local e que unisse seus variados segmentos em torno e na defesa de uma causa comum, qual seja: Campina como “GRANDE” em todas as dimensões. Tendo em vista, já haver definido o inimigo a combater: o Governo do Estado, suas instituições e agentes, bem como o outro a partir do qual e contra o qual se constituir, João Pessoa.

Desta forma os discursos produzidos pelo DB e pelo JP procuravam veicular e redefinir um novo conceito do que era ser “campinense” e apontar as características e qualificativos que deveriam ser-lhes inerentes. Portanto, para este discurso e na estratégia que o movia ser campinense não era tão somente atributo daqueles nascidos em Campina e muito menos esta condição era garantia de subjetivação daquele conceito, como procurou definir Eptácio Soares:

O que chamamos aqui de *campinidade* é um estado de espírito que toma conta do campinense adotivo desde os primeiros momentos de seu contato com a terra hospitaleira que o acolheu, e sentiu a alma invadida pelos eflúvios blandíciosos de uma natureza contagiante e benfazeja.

Quando subiu pela primeira vez a Serra da Borborema e se fixou no seu planalto, o forasteiro que veio de longe, empolgado com os encantos do novo chão doméstico, deixou-se contagiar com o visgo da campinidade, do qual nunca mais se despregou.

Ser campinense é muito mais do que simplesmente nascer em Campina Grande. Ser campinense é amar esta cidade e trabalhar por ela, como faz a maioria dos adventícios que para aqui emigram de suas regiões distantes,

por vezes atravessando mares e oceanos, para não mais voltar aos pagos nativos, *como o gringo Cristiano Lauritzen*.

Cristiano, vindo da ilha da Jutlândia, na Dinamarca identificou-se de tal maneira com a cidade, que chegou a exercer o cargo de prefeito municipal durante vinte anos, período em que dominou a liderança política, prestigiado pelo Senador e depois presidente da República, Eptácio Pessoa.

Os campinenses adotivos, induzidos pelo espírito de campinidade, são os que mais têm trabalhado pelo desenvolvimento da terra comum. Pode ser isso uma resultante da formação cosmopolita da cidade. Em Campina Grande encontramos pessoas das mais diversas procedências e das formações mais distintas, todas, no entanto, dominadas pelo sentimento de amor telúrico a seu **habitat**.

É isso que chamamos de campinidade.

Na linha dos adventícios da estirpe de Cristiano Lauritzen, podemos citar outros forasteiros que adotaram a cidadania campinense e que hoje se orgulham da nova pátria que elegeram. O cônsul José Noujaim Habib é um desses. Ele se ufana de ser campinense.

A Campinidade invadiu de tal maneira a área ocupada pelos forasteiros, que se examinarmos a galeria dos ex-prefeitos da cidade verificaremos que a maioria é constituída de cidadãos que vindos de fora aqui se identificaram tanto com a terra campinense, que não lhes foi difícil o exercício da liderança política.

Ser campinense é ser dominado por este espírito de campinidade⁷⁶.

Ser campinense, no e para o discurso veiculado pelo Jornal da Paraíba, significava ter de incorporar o qualificativo, ou melhor, o “espírito de campinidade”. Assim, este passa a se constituir num atributo do ser campinense e um dos qualificativos que deveriam ser subjetivados ou estar inerentes àqueles que se identificavam com a cidade. Com a veiculação deste discurso e a nomeação destes adjetivos o JP ia tentando compor a identidade de campinense, não só designando adjetivos e qualificativos, mas também nomeando aqueles que julgavam dignos desta identidade, pois haviam incorporado as suas características como, por exemplo, Cristiano Lauritzen. Portanto, este seria o exemplo a ser copiado e seguido pelos homens da Campina da década de 80. Pois, para o JP aquele havia subjetivado a condição de “campinense” porque havia lutado e defendido os interesses de Campina, combatido aqueles que se colocavam contra o seu “destino de grandeza” enfrentando os “inimigos de Campina”.

Mas, além disto, o discurso acima buscava deixar subtendido que este “espírito de campinidade” havia ressurgido na cidade principalmente entre os políticos que estavam à frente da governança da cidade a época, Ronaldo Cunha Lima. A produção deste discurso pelo JP naquele momento estava vinculada

76 SOARES, Eptácio. “CAMPINIDADE”. JP N° 4336 p 2, edição do dia 10/02/1987. (Grifos do autor).

também à redefinição institucional e editorial do próprio jornal ocorrida no ano de 1987, com sua incorporação pela Rede Paraíba de Comunicação, afiliada da Rede Globo de Televisão, e do seu realinhamento nas redes de poder movidas pela família Cunha Lima.

No entanto, este discurso não se restringia apenas em apontar os adjetivos e nomear quem era digno de ser nomeado de campinense, mas também o outro contra o qual esta identidade deveria ser pautada. Com isto, este discurso procurou produzir a propalada “crise política e econômica” da cidade como efeito da perseguição, do espoliamento, do pessimismo e do derrotismo que “os inimigos de Campina”, estrangeiros ou autóctones, haviam infundido na sociedade local. Contudo, no discurso veiculado por alguns letrados locais, a exemplo de Stênio Lopes, a construção desta identidade parece apontar para outros caminhos.

O pessimismo, o derrotismo, o saudosismo, o bode-expiatório têm sido, afinal de contas, a tônica das notícias, dos comentários, das convenções de que se entretete, presentemente, o comércio das idéias em Campina Grande.

Não raro, surgem os assomos de um revanchismo impossível que acaba resultando num sentimento de frustração irreconhecível. “Há conspirações contra o progresso de Campina Grande”, “querem esvaziar Campina Grande, com a retirada do Batalhão de Serviços de Engenharia, do laboratório de Solos do DNOCS, do curso de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica etc.”; “as novas indústrias são desviadas para João Pessoa”; são “slogans” constantemente repetidos no rádio, na televisão, no jornal, e que acabam por impregnar a opinião pública⁷⁷.

Com este discurso, Stênio Lopes buscava se colocar contra aqueles letrados e as instituições que lhe davam respaldo – diga-se Jornal da Paraíba e os segmentos sociais que o mesmo buscava representar: grandes comerciantes, industriais e os políticos ligados a estes grupos – que constituíam a crise econômica e política da cidade como produto da perseguição e do espoliamento provocados pelo governo estadual. Com este agenciamento discursivo Lopes procurava produzir dois efeitos, quais sejam: primeiro, demonstrar que a responsabilidade pela “crise econômica e política” que a cidade estava passando não era dos políticos a frente do governo do Estado, a quem Lopes e o discurso por ele veiculado pareciam estar atrelados. Segundo, atribuir tal culpa a inépcia de “irresolutos dirigentes de

77 Cf. LOPES. Op. Cit. 1988. p 34.

associações, despreparados jornalistas, irrefletidos homens de rádio e televisão” que em seus discursos veiculavam “o pessimismo, o derrotismo, o saudosismo, o bode-expiatório” e “os reflexos já sem brilho de um bairrismo” “de que se entretece, presentemente, o comércio das idéias em Campina Grande”.

Este tipo de discurso apresentado por Lopes foi bastante usado contra os governos estaduais, especialmente no período do Governo de João Agripino constantemente taxado de “inimigo de Campina”, principalmente pelos letrados que estavam ligados aos grupos opositores daquele governo na cidade. Que com a enunciação deste discurso e o agenciamento da identidade campinense tentavam produzir alguns efeitos na e entre a sociedade local, quais sejam: primeiro, apontar para o fato de que a condição de nascido em Campina não conferia a ninguém a condição de “campinense”; segundo, que esta condição não era apenas um atributo pessoal, mas antes de tudo uma designação a ser conquistada, adquirida. Ser campinense, para o discurso veiculado pelo JP, se constituía numa insígnia, num título referendado a determinadas pessoas pelos seus atos e ações em favor da cidade e de sua imagem.

Esta produção imagético-discursiva estava relacionada a algumas demandas de ordem política como, por exemplo, justificar o porquê de algumas pessoas nascidas na cidade e ligadas diretamente ao Governo Estadual nada fazerem para aplacar a suposta crise política e econômica que Campina estava a atravessar desde meados da década de 60. Principalmente quando do governo de João Agripino em que seu vice-governador era Severino Cabral e boa parte de seu secretariado era de Campina Grande e ligado a este “líder político” local. Além disto, tal discurso se configurava como arma política para os segmentos das elites locais alijadas de ambas as instâncias governamentais, o Estado e o Município, e que faziam oposição ao grupo representado por Cabral. Grupo este considerado conservador, atrasado e volúvel demais em seus ideais, projetos e posicionamentos para conduzirem os destinos da cidade.

E neste sentido, a crítica de Lopes não era politicamente vazia, muito embora tivesse o mesmo objetivo comum de praticamente todas as estratégias que eram movidas na cidade a época: soerguer Campina Grande. Só que por outras vias e propondo outros adjetivos e qualificativos para compor o conceito e a identidade

de “campinense”, como se explicita no discurso a seguir:

Os maldizentes afloram em todos os grupos e, de certo modo, influenciam fortemente as opiniões. As atitudes delas decorrentes não contribuem para o fortalecimento daquele estado de espírito favorável, que é começo para qualquer trabalho de reconstrução ou de recuperação.

Sim, recuperação, porque é necessário recuperar-se o otimismo, a sanidade física e mental, o impulso para a frente que caracterizavam o velho espírito campinense.

Esse espírito se fazia presente na maioria das iniciativas, sem necessidade dos “slogans” que vieram, ao depois, mascarar e encobrir a perda da efetividade. Desde alguns anos, irresolutos dirigentes de associações, despreparados jornalistas, irrefletidos homens de rádio e televisão repetem, cansativamente, que “Campina é a cidade que mais cresce no Nordeste”, que “é a Capital econômica da Paraíba”, que “é a Capital do Trabalho”, reflexos já sem brilho de um bairrismo que como tem acontecido em toda parte, pode ter seus momentos de ascensão, mas termina sempre por cair no vazio e na perda de “status” que se pretendia defender⁷⁸.

Ao se colocar num curso contrário a estratégia anterior, Stênio Lopes estava procurando se colocar no lugar de sujeito do enunciado Campina (como) grande, só que tentando constituir e forjar outra trincheira de combate, assim como articular outros meios para compor o conceito de “campinense” que, para este, se constituía no estado de espírito daqueles que “havia dedicado a sua vida, a sua inteligência, o seu amor e a sua reconhecida capacidade para armar esquemas e apontar soluções” para a cidade, contribuindo com o “máximo empenho para que Campina Grande, em nenhum momento, se veja marginalizada e sem os instrumentos indispensáveis à realização do progresso e bem estar de seu povo”⁷⁹.

Mas, para além disto, o conceito de campinense proposto por Lopes, não era apenas uma abstração, ele já havia sido encarnado e subjetivado outrora, precisando apenas ser recuperado em sua matriz, que no discurso do mesmo, a expressão maior e exemplar havia sido marcada na e pela figura de Lopes de Andrade, diz aquele:

Se não foi criado por ele, o termo “campinismo” lhe cabia admiravelmente bem. *Campinismo é esse estado de espírito que coloca Campina Grande acima de tudo na querência e na predileção, em se tratando de realizar obras ou prestar serviços à cidade e à sua população, em se tratando de não deixar que esta cidade seja prejudicada, de qualquer que seja a forma,*

78 Cf. LOPES. Op. Cit. 1988. p 34-5.

79 Cf. LOPES. Op. Cit. 1998. p 61 e 67.

*em sua penosa escalada para o progresso*⁸⁰.

Estes dois significados para o mesmo conceito caminharam muitas vezes lado a lado e se enredaram ao longo da década de 70, chegando à década de 80 praticamente fundidos e dependendo da situação um ou outro era ativado ou os dois ao mesmo tempo. O primeiro era agenciado, geralmente, quando a contenda envolvia ambas as instâncias governamentais, o Estado e o Município. O segundo, para salientar alguma ação de um “forasteiro” ou autóctone em favor da “grandeza” de Campina. Contudo, eles não haviam produzido os efeitos esperados pelas estratégias que os articulavam e agenciavam. Pois, ao que parece às relações e disputas de força entre estas estratégias e os grupos que a compunham continuaram sem consenso ou sem um vencedor definidos até meados da década de 80. Quando começa a emergir e ser movida outra estratégia e projeto para a cidade. Com uma amplitude e capacidade de arregimentação mais acentuada que os anteriores, tanto que se tentou articular todas as outras estratégias a este projeto e em torno de seus objetivos.

1.3.2 – A emergência da estratégia Cunha Lima e a (re)invenção de Campina Grande como “Capital Cultural”.

De acordo com a antropóloga Elizabeth Cristina de Andrade Lima, Campina Grande adentra a década de 80, do ponto de vista econômico e social, presenciando várias mudanças e sob as seguintes condições:

A década de 80 chega com o fim dos incentivos fiscais da SUDENE, muitas indústrias fecham as portas. Dá-se a diáspora do parque industrial, a transferência de capitais e empresas e um processo geral de desinvestimento, com repercussões negativas no setor comercial e de serviços da cidade. As transformações nas relações de trabalho no campo, aliada a uma série de outros fatores conjunturais, como a seca, fazem engrossar a corrente migratória para Campina Grande, que vai sendo absorvida precariamente, dentro de um quadro geral de desaquecimento da economia e aumento do desemprego, crescimento horizontal da cidade e favelização⁸¹.

80 Cf. LOPES. Op. Cit. 1988. p 74-5.

81 Cf. LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 189.

Esta situação de rápidas e bruscas mudanças no panorama econômico e social que a cidade vinha presenciando era construída no discurso de letrados e intelectuais ligados aos grupos industriais e comerciais da cidade como uma profunda “crise política e econômica”, produto das más administrações que Campina tinha presenciado em anos anteriores e da “perseguição” por parte do Governo do Estado. E isto se agravava ainda mais, aos olhos daquelas elites, pela falta de um pulso firme a frente dos “destinos de Campina”, que a época era governada por Enivaldo Ribeiro.

Enivaldo representava, para estes segmentos das elites locais a mesma imagem que Severino Cabral havia constituído, anos atrás, para si: a de um político “populista”, “bonachão”, de origem “simples” e “humilde” e ainda por cima ligado a estratos sociais que aqueles outros segmentos não viam com tão bons olhos. Mas, diferentemente de Cabral, Enivaldo parecia a boa parte das elites de Campina, descabido nas suas ações e condescendente nas atitudes perante seus subordinados e aliados políticos, o que demonstrava certa fraqueza política, para quem tinha, segundo o discurso dos letrados locais, como único objetivo a sua perpetuação nos aparelhos municipais de governo.

Esta imagem que parte das elites locais havia constituído para Enivaldo em grande medida foi subjetivada e elaborada também pelo mesmo. À medida que ele não dispensava a oportunidade para construir-se e constituir-se como um “político humilde” e “amigo do povo”, que na maioria das vezes dispensava seus assessores para despachar diretamente com a população. O mesmo também não era muito afeito a pronunciamentos e propagandas de suas ações na imprensa local, preferindo comunicá-las diretamente a seu eleitorado, o que de certa forma contribuía para a “negatividade” de sua imagem perante os letrados e a mídia. Mas, para além disto, aos olhos e nos discursos daqueles que ocupavam os lugares de elites aburguesadas na cidade, Enivaldo significava a reprodução de velhas práticas políticas que não condiziam mais com os destinos da cidade e com sua “inexorável vocação de grandiosidade”.

Representava também um projeto diverso dos interesses que os industriais e grandes comerciantes locais vislumbravam para a cidade, pois para alimentar sua imagem de político “simples”, “humilde” e “ligado ao povo” Enivaldo

tinha a necessidade também de assim construir o “povo campinense” e sua cidade. Desta forma, a Campina produzida por Enivaldo e sua administração era uma cidade populosa, popular e empobrecida que necessitava da intervenção de um governo que conhecesse o seu “povo” e suas “carências”. Esta imagem era tudo aquilo que os discursos e práticas produzidos por aqueles outros segmentos sociais não queriam que ela fosse.

Enivaldo, assim como Cabral no final da década de 50, era um produto político das mudanças econômicas e sociais que Campina estava atravessando. Era o efeito eleitoral de uma massa de desempregados e pessoas sem nenhuma ligação política com as “tradicionais famílias” ou elites políticas locais e que viam na figura daquele a possibilidade de estarem melhor representados na municipalidade e assim conseguir ter atendidas suas reivindicações e demandas, que aquela época se concentravam mormente em torno das questões de moradia e emprego.

É sustentado por esta imagem e enredado por este discurso que Enivaldo passa seu mandato a frente da Prefeitura Municipal⁸², aportando nas eleições de 1982 com uma imagem bastante desgastada e sem conseguir consolidar a sua figura como a de um líder político local. Não conseguindo indicar sequer um candidato de seu partido, o PDS, para disputar as eleições municipais. Sendo preterido até pelo dispositivo Associado – digam-se Diários e Emissoras Associados na Paraíba – que havia lhe dado suporte discursivo e institucional ao longo de seu mandato como Prefeito⁸³, como se explicita no discurso a seguir:

Se o PDS perder o pleito municipal do dia 15 de novembro vindouro, o principal culpado será o prefeito Enivaldo Ribeiro, que durante os mais de cinco anos que está à frente da chefia do Executivo não conseguiu firmar uma liderança na cidade, perdendo, inclusive, o comando dentro do próprio partido. Foi o que comentou ontem um pedessista campinense, que não quis fazer seu protesto publicamente, por questão de conveniência partidária, mas que se constituiu em um dos segmentos do PDS local que estão insatisfeitos com o prefeito.

A insatisfação com o prefeito nas hostes pedessistas locais é enorme, pois a boca miúda o Sr. Enivaldo Ribeiro tem sido alvo de duras críticas dos

82 Enivaldo Ribeiro ficou no cargo de prefeito de Campina Grande de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, o que contabiliza um período de seis anos ininterruptos. Um dos maiores períodos de tempo que um administrador ficou, continuamente e sem reeleição, a frente dos “destinos do Município”.

83 Sobre este assunto e as relações que o Condomínio Associado na Paraíba manteve, desde sua fundação até meados da década de 90, com as elites políticas da Paraíba e de Campina Grande Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996.

governistas da cidade, que prevêem uma derrota do PDS nas urnas no dia 15 de novembro exatamente por conta da falta de liderança do prefeito dentro do partido⁸⁴.

Este discurso produzido pelo Diário da Borborema atendia as demandas da estratégia do “dispositivo Associado” à medida que os candidatos subliminarmente apoiados por este periódico seriam aqueles indicados pelo governador do Estado, Wilson Braga, também do PDS, mas dissidente de Enivaldo para a sucessão da Prefeitura de Campina e que apoiaria as candidaturas dos Srs. Vital do Rego e Williams Arruda, como retribuição pela inclusão dos Diários e Emissoras Associados “na programação de mídia do governo do Estado”⁸⁵.

Os dois candidatos acima referidos iriam disputar, em sublegendas específicas, as eleições contra Ronaldo José da Cunha Lima, candidato único do PMDB, reeditando assim uma disputa semelhante à de 1968, quando, naquela oportunidade, Ronaldo foi eleito prefeito de Campina. Contudo, mesmo apoiado pelo dispositivo Associado, mais uma vez Vital do Rego perde as eleições para Ronaldo⁸⁶. E este é reconduzido ao posto do qual tinha sido cassado em 1969.

Com estes acontecimentos as eleições de 1982 inauguravam um novo ciclo de mudanças nas e das práticas discursivas e não discursivas que passariam a constituir a cidade a partir daquele momento. Pois, é a partir deste período e dos acontecimentos que o constituíram que se inaugura a estratégia produzida pela família Cunha Lima para soerguer Campina Grande. Esta estratégia emerge já no período eleitoral quando o então candidato Ronaldo Cunha Lima aciona e agencia alguns dispositivos nos seus discursos e pronunciamentos com o objetivo de arregimentar os vários seguimentos da sociedade local em torno de Campina como grande, ou melhor, de seu soerguimento e do projeto para a cidade defendido e veiculado por ele. É neste sentido que Ronaldo formula o seguinte discurso, em um de seus primeiros pronunciamentos depois de seu retorno a cidade, após a anistia

84 **Diário da Borborema**, p 1, edição do dia 18/09/1982.

85 Sobre as relações institucionais dos Diários Associados e os políticos a frente do Estado e do Município durante as eleições para ambas as instâncias Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. Especialmente o segundo capítulo intitulado “*Trajetória político-institucional dos Diários e Emissoras Associados em Campina Grande*” p 95 a 238.

86 Ronaldo José da Cunha Lima ficaria de 31 de janeiro de 1983 a 31 de janeiro de 1989 no cargo de Prefeito de Campina. Em 1968 Vital do Rêgo havia disputado as eleições municipais por uma sublegenda do MDB, mesmo partido de Ronaldo a época.

política:

*Não há honra maior do que ser convocado pelo seu povo. Estou disposto para a luta! Sempre me declarei à disposição do meu partido, sem reivindicar cargos. Mesmo quando o partido, em âmbito estadual, contrariou a tese que defendíamos de uma candidatura própria, chegando até mesmo a recusar o exame de qualquer nome de seus próprios quadros, ainda assim continuei, como continuo à disposição do partido. Agora, sinto aqui em Campina Grande, o chamamento de mais companheiros para disputar a Prefeitura, reocupando o lugar que me foi tomado pela força. *Havemos de desfraldar a bandeira das grandes lutas. O povo está com a oposição, cansado da espoliação que lhe impõe ao longo de 18 anos. Não adianta acionar a maquinaria governamental, não adianta ameaçar. O povo quer mudar. Está cansado de tanta mentira e tanto sofrimento. Estou disposto para a luta e aguardo, apenas, a manifestação do partido*⁸⁷.*

Estrategicamente, de uma só vez, Ronaldo acionava em seu discurso dois dispositivos de forte capacidade de arregimentação, um deles já circulava a algum tempo na sociedade local, o discurso da vitimização ou da oposição e da rebeldia contra o Governo do Estado, e o segundo forjado com e no próprio discurso de Ronaldo é o que articula os dois significados de “campinense” descritos acima; aquele que luta, que defende os interesses de Campina frente a seus inimigos e aquele que busca empreender ações para o seu soerguimento. Desta forma, Ronaldo procurava se colocar no lugar de sujeito destes discursos tentando incorporar e subjetivar o ser campinense e seus qualificativos que tanto as elites locais, que aquele buscava representar, defendiam. É nesta direção que ele formula o seguinte discurso, na convenção do PMDB local para as eleições daquele ano:

Os que quiserem protestar, os que quiserem arrancar do peito o grito estrangulado de revolta, de sua inconformação e do seu inconformismo, ou aqueles que queiram alentar a esperança mais alta ou o sonho mais nobre, que manifestem a sua opção e a sua escolha nos candidatos da oposição, para a grande retomada, porque é a grande decisão, é a afirmação mais autêntica e mais positiva de um povo que tem brio, que tem dignidade, que tem vergonha, que sabe o que quer e agora pela sua vontade, ele próprio vai construir o seu destino⁸⁸.

Com estes discursos e pronunciamentos inflamados Ronaldo tentava construir a sua imagem como a do “salvador dos destinos da cidade” que por “amor a Campina” retomava “um sonho interrompido pela força” em 1969, com o objetivo

87 Cf. Anuário de Campina Grande. 1982. p 44. (Grifos do autor).

88 Cf. Anuário de Campina Grande. 1982. p 45.

declarado de reconduzir Campina Grande “ao caminho do desenvolvimento e do progresso”. E para tanto não olvidaria esforços nesta direção. A construção desta imagem está intimamente atrelada ao uso, por aquele, dos dispositivos de pressão político partidário constituído na década anterior por letrados e políticos locais, como podemos observar na matéria a seguir:

“Sou de oposição, não aceito pressão e muito menos imposição” – assim se expressou à reportagem, o ex-prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, tendo em vista os últimos acontecimentos e as evidências políticas, que estão se verificando no Estado da Paraíba, especialmente, rebatendo as acusações do ex-governador João Agripino, que segundo Ronaldo Cunha Lima, aquele homem público que quer por todos os meios ditar as regras do jogo político das oposições, e o que é pior impondo a sua candidatura pelo partido governista.

Continuando as suas declarações, Ronaldo Cunha Lima foi taxativo: “Estamos sofrendo perseguições, atos arbitrários e injustiças a mais de 15 anos, estamos sofrendo junto com o povo e nunca fugimos um só passo de nossos ideais para a restauração da democracia brasileira, sempre nos mantivemos na verdadeira oposição e não será agora que os retardatários e aproveitadores políticos, sentindo e vislumbrando já uma mudança da situação, graças aos reclamos populares e o grito do povo, esses “oposicionistas de última hora” queiram ditar normas, impor nomes e comandar a oposição que sempre soube sofrer e trabalhar na mais limpa consciência de cumprir os seus deveres pelo povo e ao lado do povo”⁸⁹.

Contribuía também para esta imagem que se construía em torno de Ronaldo o fato de, após a sua cassação em 1969 ele ter sido exilado da cidade, indo morar no Rio de Janeiro onde permaneceu até o seu retorno em 1982. O que lhe conferia, aos olhos da sociedade local, uma aura de mártir, de homem resignado em árdua luta “contra tudo e todos”, mas “por amor” a sua “terra” de adoção⁹⁰. É assim que Ronaldo se apresentava para os eleitores de Campina Grande nas eleições de novembro de 1982, como um “verdadeiro campinense” que havia incorporado todos os valores, princípios e qualidades da “gente de Campina” e que estava pronto a defendê-los, assim como a projetar Campina para “um novo tempo”. Além disto, Ronaldo buscou construir os acontecimentos que levaram a sua cassação em 1969 a partir dos interesses em jogo nas eleições de 1982 e em relação ao momento de seu retorno a cidade, como podemos visualizar no discurso formulado pelo próprio

89 **JP** N° 2682 p 1, edição do dia 24/02/1981. Este discurso de Ronaldo se coaduna com outro discurso construído por ele em entrevista a William Tejo neste mesmo ano de 1981 e que citamos acima na nota 37.

90 Ronaldo José da Cunha Lima nasceu em Guarabira em 18 de março de 1936.

Ronaldo em entrevista concedida a William Tejo para ficar arquivada no Museu Histórico de Campina Grande:

O fato é que a cassação veio, veio de mofino, veio de repente, veio para a minha surpresa, porque eu não esperava. As cassações foram feitas aqui na Paraíba e do resto do Brasil inteiro, de acordo com a conveniência, como eu disse, dos políticos dominantes na época, as cassações interessavam aos donos do poder, porque eles iam alijando do seu caminho aqueles que podiam interromper a sua caminhada. Note-se que Campina Grande era atingida pela segunda vez, pela segunda vez violentada na sua manifestação de vontade popular, antes o prefeito eleito na cidade o Dr. Nilton Rique, fora cassado após seis meses de mandato, o substituto o Dr. Williams Arruda, que era vice-prefeito que integrava o partido do governo e completou todo o mandato, eleito um outro integrante da oposição, novamente outra cassação. A cassação que me atingia, se por ventura motivos não fossem políticos, deveria permanecer meu vice-prefeito, que foi eleito comigo pela vontade do povo de Campina Grande, que era o Dr. Orlando Almeida, mas o que ocorreu, houve a intervenção no município para que saísse, fosse afastado o Dr. Orlando Almeida e nomeado o interventor por indicação do Governador do Estado o Dr. João Agripino, que nomeou o General Paes de Lima. Nota-se, observa-se, sem maior dificuldade que o ato, a seqüência de ato era uma determinação política, porque antes Newton Rique foi cassado, o vice-prefeito de Newton Rique, permaneceu no governo porque era da ARENA, Ronaldo é eleito foi cassado, não permaneceu o vice-prefeito de Ronaldo, porque não era da ARENA, e é nomeado o interventor federal por indicação do Governo do Estado, obviamente, claramente, meridianamente, onulantemente (sic) claro resulta a evidência de que a cassação, as cassações foram determinadas por atos políticos e só políticos⁹¹.

No entanto, a construção que Ronaldo faz destes acontecimentos e de sua participação no mesmo está eivada de interesses, uma vez que falando em retrospectiva, do ano de 1981 e para os “registros históricos” do Museu Histórico de Campina Grande. Assim, Ronaldo não desperdiça a oportunidade de tentar deixar marcado na “história da cidade” a sua versão verdadeira e definitiva dos acontecimentos que levaram a sua cassação e a imagem que tinha do “Regime Militar” e dos arranjos políticos que sobrevieram a sua instauração. E depois porque o mesmo preparava o lançamento de sua candidatura a prefeito de Campina no ano seguinte, 1982.

Campanha na qual sua imagem seria construída como a do político, que “com alma de poeta” e “por amor a Campina”, retiraria a cidade do estado de letargia em que supostamente a mesma encontrava-se, retomando, desta forma um projeto

91 Cf. Depoimento de Ronaldo José da Cunha Lima a William Tejo arquivado no Museu Histórico de Campina Grande. 1981. 20 p.

e “um sonho interrompido” pela cassação de 1969. E neste sentido, não era nada mal alimentar o discurso de crise que circulava na cidade desde o período de sua cassação, bem como atizar a fogueira das disputas políticas estaduais culpabilizando o Governo do Estado por tal crise e por não respeitar “a vontade do povo de Campina”, além de “alfinetar” um de seus maiores rivais no jogo político regional, João Agripino. Assim, Ronaldo contribuía para a construção de sua imagem como o “salvador dos destinos da cidade” pronto a reconduzir “os passos de Campina Grande nas estradas do progresso”.

Com esta estratégia e veiculando estas imagens e discurso Ronaldo saiu vitorioso das eleições de 1982, tendo, com isto, a oportunidade de por em prática a estratégia política que havia montado para a cidade e em favor de seu projeto político-partidário no Estado da Paraíba. Ao assumir a Prefeitura de Campina Grande no ano de 1983, Ronaldo começou a implementar uma administração que mesclava práticas “modernas” e “tradicionais”, procurando com isto operar um rearranjo na configuração política local, de forma a atrair para sua estratégia os variados segmentos sociais que compunham a sociedade local a época.

Neste sentido, sua primeira ação consistiu em marcar de forma clara e sensível a diferença entre sua administração e a administração anterior, a de Enivaldo Ribeiro. E Ronaldo fazia isto se utilizando da mídia impressa, falada ou televisada, produzindo cada pronunciamento, cada obra de seu governo como um espetáculo, como um “acontecimento” decisivo na e para a história de Campina Grande, para a retomada de seu desenvolvimento. Esta estratégia movida pela família Cunha Lima tinha por objetivo (con)fundir seu nome, a sua administração e, por conseguinte, os dois ao nome da cidade, de forma que ao falarem de um se remetessem ou fizessem lembrar imediatamente o outro.

Mas, para além disto, esta estratégia comportava outras facetas, como, por exemplo, a tentativa de filiação da imagem de Ronaldo a uma tradição de políticos que as elites locais diziam ser os grandes líderes da história da política paraibana, como Argemiro de Figueiredo, José Américo de Almeida e Félix Araújo. E Ronaldo tentava encarnar esta tradição através da oratória grandiloqüente, do seu bacharelato em Direito e dos rompanes poéticos constantemente presentes em seus discursos e pronunciamentos. Buscando, desta forma, se constituir como uma

síntese dos três.

Com isto, Ronaldo buscava destacar e alçar mais uma vez o nome de Campina e de um filho seu, embora que adotivo, ao centro da política paraibana, o próprio Ronaldo. Este projeto passa a ser forjado tentando congregiar forças e apoios os mais diversos, mesmo que fossem conseguidos à custa das divisas municipais, de acordos político-eleitorais e da “degola” de “desafetos” políticos. Exemplo disso é a “compra” do apoio subliminar dos Diários e Emissoras Associados conseguido pelo enquadramento de sua administração ao dispositivo Associado. Segundo Barroso, este dispositivo consistia no seguinte:

A informação Associada prestar-se-ia à construção ou à neutralização política de lideranças, grupos e partidos políticos investidos da idéia de conformar as convicções do eleitorado.

A informação Associada estaria investida da condição de mercadoria disponível para venda às elites políticas locais e estaduais. Sua comercialização seria o móvel das ligações dos veículos e o meio de promoção de suas receitas. Assim, as ligações entre os veículos Associados e as elites políticas locais e estaduais estariam condicionadas à barganha da difusão de informações.

Esta barganha firmar-se-ia com base em interesses recíprocos. Para as elites instaladas nos aparelhos de Estado, o investimento em propaganda na mídia Associada garantiria a difusão massiva das políticas públicas (e dos seus gestores) e neutralizaria quaisquer “impulsos oposicionistas” de veículos de comunicação consolidados como formadores da opinião pública na Paraíba⁹².

Assim, o jogo entre os veículos Associados e as elites políticas locais e estaduais armava-se pelo cruzamento de diferentes estratégias com diferentes objetivos. Este cruzamento dava-se numa relação de barganha entre as partes. Para aqueles veículos havia que barganhar os recursos oficiais destinados à propaganda nos meios de comunicação como contrapartida da difusão/construção da imagem do “político como liderança popular”. Esta barganha tinha o tratamento da informação Associada como meio de pressão⁹³.

Esta estratégia já se encontrava em processo de consolidação já ao final do primeiro ano do mandato de Ronaldo, quando este já contava com o apoio tácito dos dois principais veículos de comunicação da cidade, o Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba. Assim como, já havia consolidado, frente às elites locais, o seu nome e o de sua família junto a uma restrita lista de famílias tradicionais e líderes

92 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 131.

93 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 172.

políticos que haviam passado por Campina e “marcado a sua história”, restabelecendo, assim, parte das elites locais os lugares que estavam perdendo. Mesmo assim, Ronaldo não descurava do estilo grandiloquente de seus pronunciamentos, dos arroubos poéticos nos seus discursos e muito menos em usar a mídia para reafirmar a sua imagem e seus compromissos com a cidade, no intuito de tornar efetivo o seu projeto político, como o faz no discurso a seguir. Dirigindo-se “ao povo de Campina” no último dia do ano de 1983, aquele formula:

Eu que gosto de falar aos corações, desejo, hoje, que fale, apenas, o MEU CORAÇÃO. Quero que minha mensagem, nesta véspera de ano novo, reflita todas as emoções que tenho represadas na alma.

Tive as alegrias da vitória na eleição de 15 de novembro de 1982. Mas, o que me esperou, a partir daquele instante, foi o desafio de dar respostas a muitas, inquietas e quase que IMPOSSÍVEIS ESPERANÇAS. A começar pelas minhas próprias esperanças.

Confesso que resisti a momentos de quase desistência, a um quase sentimento de esquecimento de volta, tal a angústia que passou a cobrir quase toda a minha paisagem interior. Mas, resisti e haverei de resistir. PELA CERTEZA QUE O AMOR DE MINHA CAUSA É MAIOR QUE A CAUSA DE MEU AMOR.

Encontrei uma prefeitura sacrificada, vi e vejo e sinto o sacrifício de meu povo. Além dos reflexos da política econômica nacional, sofremos os efeitos de uma seca demasiadamente prolongada, os céus retraindo-se, como que não querendo conviver com a terra, agravando terrivelmente as dificuldades para implantação dos planos com que pretendo conferir uma nova perspectiva de futuro ao nosso destino.

Mas, creio em mudanças. O PRÓPRIO POVO IRÁ DITÁ-LAS. CREIO NA PODEROSA SEIVA DE RECRIAÇÃO DE CAMPINA GRANDE.

A sua obstinação, a sua persistência, a sua criatividade e o seu trabalho, farão germinar as sementeiras dos nossos sonhos.

Hoje, pelo que já realizei, já tendes marcados vossos caminhos pelos meus passos. Todos já sentiram que muito fiz, sem poder, mas com o poder que vem da solidariedade espontânea dos campinenses, haverei de fazer muito mais. Só peço que não me faltem com este concurso.

Tudo pode parar em mim, até meu coração, porém nunca a fidelidade que devo a Campina Grande⁹⁴.

Com este discurso, Ronaldo buscava experimentar uma nova forma de fazer política na cidade, desta vez, mediada por um jogo de sedução, de disputas por pertencimentos, de comunicação com o público mediante a construção de um conjunto de discursos que apontam para a sua identidade com a cidade e os interesses do “seu povo”. Com esta estratégia o que se queria construir era a impressão de que a cidade passava a ser a expressão da administração municipal,

94 JP N°3501 p B2, edição do dia 01/01/1984. (Grifos no Original).

que era o prefeito quem a construía e a tornava uma realidade, imaginada em seus discursos e materializada em suas obras.

É justamente neste período e em relação a estas inúmeras mudanças pelas quais a cidade vinha passando, que emergiu ou se constituiu o principal dispositivo da estratégia da família Cunha Lima, a invenção de determinadas festas, no caso do governo de Ronaldo, o “Maior São João do Mundo”⁹⁵, como evento turístico, o que redefiniria de forma sensível a imagem que os letrados, intelectuais, políticos e demais elites locais construíram ou tinham da cidade. Segundo Lima:

A indústria do turismo, a chamada “indústria sem chaminés”, surge como uma alternativa econômica para o município que, principalmente a partir da década de 80, assiste a um contínuo declínio econômico, após a perda de sua autonomia, principalmente de pólo centralizador de comércio no interior do Estado da Paraíba e até mesmo da região Nordeste. Com esta crise no setor econômico, a festa surge como uma promissora alternativa; neste sentido ela passa a adquirir um sentido impar; é inventada para instituir na cidade o chamado turismo de eventos. Ou seja, em substituição à antiga “vocaçãõ” da cidade que era o comércio, a cidade passa a investir no comércio da festa junina⁹⁶.

É desta forma que o turismo de eventos emerge perpassado por discursos que o constituem como alternativa e possibilidade para o soerguimento econômico de Campina Grande. Mas, seus usos pela estratégia da família Cunha Lima não ficariam restritos e limitados apenas ao uso da festa como possibilidade de auferir ganhos econômicos ou atração turística. Ela vai ser usada também como pretexto para invenção de uma identidade para a cidade e para o seu povo, no qual estes passam a servir como suporte discursivo e não discursivo para justificar e objetivar a estratégia de seus promotores. Além disto, a festa passa a ser usada em Campina Grande com o objetivo de metamorfosear o político em festa e a política em espetáculo. De forma que a figura do político é construída pela festa por ele gestada, de maneira que não seja mais possível separar o evento de seu idealizador, com a festa se constituindo como um excelente palco de disputas e definições de papéis políticos⁹⁷.

95 Para um estudo mais apurado sobre a invenção da festa junina no espaço urbano, em especial o “Maior São João do Mundo”, e suas relações com práticas discursivas e não discursivas Cf. LIMA, Elisabeth Cristina Andrade. Op. Cit. 2002.

96 Cf. LIMA, Elisabeth Cristina Andrade. Op. Cit. 2002. p 34-5.

97 Ibid., p 28, 29 e 30.

Desta forma o “Maior São João do Mundo”, inventado na administração Ronaldo Cunha Lima, emerge como um dispositivo de saber e poder que busca instituir a figura de Ronaldo como o idealizador, o “pai da festa”. Buscando assim ligar de forma definitiva o seu nome, a sua imagem e de sua família à festa e por consequência a própria cidade, à medida que há a retomada de um conjunto de discursos que são produzidos para adjetivar a cidade e seu povo como um único sujeito a reencontrar o caminho do progresso, do desenvolvimento e da grandiosidade através de suas festas, como aponta Lima:

Uma nova sensibilidade para a cidade, como espaço urbano, também é instituída por toda uma produção discursiva; é a partir do ano de 1986 que os discursos adjetivam a cidade como um centro destinado para o progresso, para a produção de riquezas, para o trabalho etc. Exalta-se a cidade no mesmo sentido em que se exaltam os seus habitantes, de maneira que festa, povo e cidade passam a formar a tríade articuladora de toda uma produção imaginária que busca exatamente criar uma simbiose, ao mesmo tempo em que uma alteridade, uma substância, uma marca e uma distinção para a festa, para o povo e para a cidade de Campina Grande⁹⁸.

É exatamente neste período, compreendido de 1985 a 1987, que a imagem e os discursos que constituem e instituem a cidade como uma *urbs* moderna, progressista e desenvolvida, modificam-se de forma definitiva se relacionando e articulando a outras práticas não discursivas forjadas no plano político-cultural e não mais numa dimensão econômico-social, como em década anteriores. É a política, a cultura e seus agentes e gestores que passam a definir a cidade, seu povo e sua identidade, de forma que esta tríade passa a ser constitutiva da imagem e dos discursos que serão produzidos sobre e para Campina (como) Grande. Campina como grande é mais uma vez articulado, pela estratégia Cunha Lima, as novas redes de poder que se distendiam na cidade.

Esta estratégia buscava produzir como efeito a reinserção das elites políticas locais, em especial a família Cunha Lima e seus correligionários e prepostos, no centro das disputas, “arranjos” e “jogo político” tanto a nível local como a nível regional. O que veio a se materializar na cogitação do nome de Ronaldo como um dos possíveis indicados, pelo seu partido, o PMDB, a candidato ao

98 Cf. LIMA, Elisabeth Cristina Andrade. Op. Cit. 2002. p 69.

Governo do Estado nas eleições de 1986. O que se efetivou nas eleições de 1989 quando Ronaldo saiu eleito do pleito para o Governo estadual. Desta forma, a família Cunha Lima com sua estratégia rearticulava um “lugar de verdade” no princípio de ordenamento das relações sociais. Pois, importava brigar, ocupar este lugar, estar nele, marcar aí maior ou menor presença, presença mais ou menos intensa, mais ou menos significativa, produzir efeitos. E, principalmente, garantir um “regime político da verdade” que permitisse que esta ocupação fosse reconhecida como legítima.

Era este lugar que a família Cunha Lima havia restabelecido e estava ocupando na década de 80, contribuindo para a formulação, nas novas redes de poder local, de um novo “regime político de verdade” para a cidade e que passava daquele período em diante a enredar praticamente toda a sociedade local. Esta mudança nas práticas discursivas que tentavam instituir e constituir a imagem da cidade se materializava também nas modificações da própria espacialidade urbana de Campina, como aponta Sá:

As duas últimas décadas (1980-90) foram marcadas pela preocupação crescente na política de preservação e construções de novos espaços destinados ao lazer e aos eventos culturais. Pode-se ressaltar a recuperação das ruas centrais da cidade, particularmente, devolvendo-as ao trânsito livre, que foram antes transformadas em calçadas, embora ainda permaneçam as barracas de pequenos comerciantes, que margeiam as calçadas. Quanto à construção de novos espaços, destacam-se o Parque do Povo, área destinada às manifestações populares, encontros políticos, religiosos e é o lugar que sedia o Maior São João do Mundo, a festa mais popular da cidade, entre outros eventos; o Parque da Criança, o Museu Vivo da Ciência e da Tecnologia, o Ginásio dos Esportes [O Meninão], além da abertura de novas vias de acesso ao centro da cidade, entre outros empreendimentos sócio-econômico e culturais⁹⁹.

Some-se a isto a estadualização da Universidade Regional do Nordeste (FURNe) em 1987, a ampla reforma e reestruturação do Teatro Municipal e a fundação da TV Paraíba, como afiliada da Rede Globo de Televisão no mesmo ano, e, principalmente a inauguração do Parque do Povo em 1986¹⁰⁰ e de duas casas de

99 Cf. SÁ, Marisa Braga de. “A Paisagem Recriada”. In: GURJÃO (org.). Op. Cit. 2002. p 186-7.

100O Parque do Povo foi construído em um terreno desapropriado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, onde estava encravada uma favela chamada de “Coqueiros de Zé Rodrigues”. Esta ação da Prefeitura Municipal se constituía numa estratégia cirúrgica para estripar do centro da cidade e dos olhos dos “turistas” que passavam a visitá-la um “mal” que estava a se alastrar no seu espaço urbano, as favelas. Dando lugar a um espaço planejado e arquetizado para abrigar as

show, o Forrock em 1985 e o Spazio em 1987¹⁰¹ como acontecimentos relacionados àquela estratégia, sendo em grande medida produtos e efeito da mesma. Mas, além disto, se constituía na materialização e reatualização institucional daquela estratégia, assim como a condição de possibilidade de sua reprodução no plano não discursivo, uma vez que discursivamente ela já havia se efetivado e vinha sendo reproduzida por boa parte das elites e letrados locais em seus discursos, como o fez Itan Pereira nas páginas do Jornal da Paraíba no ano de 1986:

Em matéria de turismo, tudo que tem sido realizado se concentra na Capital, a título de sua localização na orla marítima, a PB-Tur existe em função de João Pessoa. O programa do Governo Federal para as chamadas cidades de porte médio no qual Campina Grande foi incluída e que pretendia impedir o êxodo da população interiorana para os grandes centros metropolitanos, não passou de uma formidável piada. Por tudo isto, *Campina Grande perdeu espaços para João Pessoa cujo desenvolvimento cresceu rapidamente, deixando muito atrás a Rainha da Borborema*, como se pode observar pelo indicador da arrecadação de impostos e pela quantidade de construções da capital. *Não é que se queira, por um falso bairrismo, negar o direito que tem a capital de se desenvolver*. Até que representa um orgulho para os paraibanos o crescimento da sua bela capital, em comparação com as outras. *O problema está em que não se pode sacrificar o progresso de Campina Grande pela importância que ela representa no contexto da região. Temos a impressão de que suas lideranças cochilaram no momento em que, por conta de fatores conjunturais, o seu poderio comercial começou a perder terreno. Nesta oportunidade, era a vez de ter tomado a via industrial, o que não foi feito com garra e determinação*. E aí está o resultado, já que a cidade, acostumada a depender de suas próprias forças, se viu abandonada pelo poder público que nada fez para redirecionar o seu desenvolvimento.

Nesta ocasião em que a Administração Municipal completa 3 anos em verdadeiro clima de euforia pela quantidade de obras que estão sendo inauguradas, sente-se uma nova onda de otimismo invadir a Serra. Indiscutivelmente uma nova chama de esperança aponta novos caminhos para a cidade. Recuperam-se praças e edificam-se outras. Rasgam-se avenidas e constroem-se calçamentos, criam-se creches e escolas, pavimentam-se os bairros, abrem-se estradas vicinais. Ouve-se falar em novas galerias, boeiros, meios fios e linha d'água. *As máquinas estão fuçando o terreno em que se levantará o chamado "Parque do Povo", com seu futuro Forródrômo e seu ginásio de esportes. A garra campinense está sendo de novo posta a prova. Parece até que o desafio do "Maior São João do Mundo" que inebriou a cidade no ano passado sacudiu os brios da terra*. Da parte da iniciativa privada que, por muito tempo, só conhecia os desafios da Bolsa de Mercadorias, está dando grandes sinais de vida. Existe uma febre de construções de edifícios. Novos vôos aéreos no João Suassuna. Hotel de grande porte. A FURNe se reabilitando. *Enfim, respira-se uma*

novas instituições e materializar os discursos que passavam a constituir Campina Grande.

101 O Spazio foi inaugurado no dia 19 de julho de 1987, e a época foi adjetivado por políticos e pela imprensa local como "a maior casa de show da América Latina". Cf. matérias do DB e JP nos dias que antecederam e sucederam a inauguração do Spazio. **DB** – 18/07/1987 p 1 e **JP** dias 17, 18, 19 e 20 de Julho de 1987, sempre na página B2.

*atmosfera de renascimento. Deve-se ter o cuidado, porém, de pensar em obras de alcance produtivo. Ai está a vocação coureira a desafiar o tino criativo dos campinenses. É preciso acreditar numa Nova Campina Grande*¹⁰².

Este discurso enunciado por Itan Pereira é emblemático, pois reproduz todos os dispositivos da estratégia da família Cunha Lima. Desde o agenciamento da alteridade João Pessoa/Campina Grande, passando pelo acionamento do dispositivo da identidade de “campinense” e da oposição Município/Governo do Estado. Assim como reafirmando a administração Cunha Lima como a responsável pelo eminente soerguimento da cidade e por está possibilitando a construção de uma “Nova Campina Grande”. Itan Pereira com este agenciamento é mais um a se colocar no lugar de sujeito desta nova “economia política da verdade”, forjada pela estratégia Cunha Lima, para a cidade de Campina Grande. Mas, não era só Itan que havia subjetivado e se articulado a estratégia Cunha Lima, mas também as instituições locais, a exemplo da Associação Comercial de Campina Grande, como podemos observar no discurso a seguir, produzido em decorrência do 5º ano da administração de Ronaldo:

No transcurso do 5º aniversário da administração de **Ronaldo Cunha Lima**, a **Associação Comercial de Campina Grande**, em nome da iniciativa privada campinense, sente-se no dever de cumprimentar aquele que, com criatividade e trabalho, superou obstáculos e desafios, atraiu novos investimentos, tornando **Campina Grande** a cidade do Maior São João do Mundo, das maiores casas de show e que tanto tem contribuído para o desenvolvimento social da Cidade Rainha¹⁰³.

Emblemático também é a redefinição editorial e institucional do Jornal da Paraíba que passa para o controle da Rede Paraíba de Comunicação, de propriedade do industrial José Carlos da Silva Junior, a partir de 1987. Esta mudança no comando do jornal implicaria também numa sensível redefinição de seus discursos, que cada vez mais passam a estar relacionados aos interesses das elites econômicas de Campina, principalmente aquelas representadas por seu Diretor/Presidente, Silva Junior, e dos políticos que buscavam representar os ideais

102 PEREIRA, Itan. “Por uma nova Campina Grande (II)”. **JP** N° 4140 p 2, edição do dia 04/02/1986. Itan Pereira foi Reitor da FURNe e Secretário de Educação de Campina Grande na administração de Ronaldo Cunha Lima. (Grifos do autor).

103 **JP** N° 4630 p 5, edição do dia 31/01/1988. (Grifo no Original).

de modernidade e desenvolvimento da cidade, diga-se Ronaldo Cunha Lima¹⁰⁴.

Isto produziu como efeito a veiculação de um discurso dirigido às classes médias urbanas da cidade, tentando com isto construir Campina com a cara e a imagem do grupo social que buscava representar e ao qual estava ligado. Desta forma, o Jornal da Paraíba procurava se apresentar como um símbolo da retomada da modernidade e do progresso de Campina ao assumir o padrão editorial dos veículos de comunicação ligados as Organizações Globo. E com a veiculação de seus discursos o JP tentava construir a imagem de uma Campina também moderna, progressista e em desenvolvimento; enfim, a imagem de uma “Nova Campina Grande”, uma cidade com ares e aspectos de classe média.

Mas, além disto, a redefinição institucional do Jornal da Paraíba significava também o estabelecimento de uma relação de força tanto no plano institucional quanto no plano discursivo com os Diários e Emissoras Associados em Campina Grande. Tendo em vista as redefinições que estes também tinham atravessado para se adequarem as novas configurações sociais e relações de poder que haviam se estabelecido na cidade, principalmente após as eleições de 1990, quando Ronaldo Cunha Lima foi eleito Governador do Estado. Pois, com a eleição de Ronaldo a família Cunha Lima despontava na hegemonia do processo político da e na Paraíba, uma vez que no ano anterior, 1989, Cássio Cunha Lima, filho de Ronaldo, havia ganhado as eleições para prefeito de Campina com uma das maiores votações da história.

A ascensão da família Cunha Lima à hegemonia do processo político no Estado juntamente com a instalação da Rede Paraíba de Comunicação havia promovido a quebra do monopólio Associado nas mídias impressa e televisiva na Paraíba e em Campina Grande. Estes fatores possibilitaram o rompimento da família Cunha Lima com o “dispositivo Associado” assim como provocou um rearranjo na rede de poder que os Diários e Emissoras Associados estavam localizados bem

104 Para se ter uma visualização desta redefinição do discurso do JP, especialmente em relação à administração de Ronaldo Cunha Lima, Cf. os seus seguintes editoriais: Editorial: “O Primeiro Ano”. JP N° 3655 p A2, edição do dia 02/03/1984, Editorial: “O segundo Ano”. JP N° 3935 p A2, edição do dia 01/02/1985, Editorial: “O Terceiro Ano”. JP N° 4138 p A2, edição do dia 02/02/1986, Editorial: “O Quinto Ano”. JP N° 4629 p A2, edição do dia 01/02/1988. Se nos três primeiros anos o JP havia assumido uma postura contraditória ou até mesmo ambígua em relação à administração de Ronaldo, no último ano da mesma, ou seja, em 1988 o seu quinto editorial já assume uma postura visivelmente favorável e alinhada a sua administração.

como na sua postura institucional, como aponta Barroso:

Com a vitória eleitoral de Ronaldo Cunha Lima para governador do Estado, a família que havia sido alvo do combate Associado assumiu a hegemonia do processo político na Paraíba. Politicamente fortalecida, aquela família rompera o jogo determinado pelo dispositivo Associado. Noutras palavras, o prefeito de Campina Grande e governador do Estado haviam destituído o dispositivo de seu lugar no Estado. Assim, havia que por o dispositivo em funcionamento para através da informação investida produção do (sic) descrédito político do prefeito e do governador, pressioná-los no sentido da restituição daquele lugar.

Com a modernização e instalação da Rede Paraíba de Comunicação em 1987, havia se quebrado o monopólio e o controle Associado, na Paraíba, sobre as mídias televisiva e impressa, respectivamente. A concorrência da Rede Paraíba abriu uma opção de informação e entretenimento, com tecnologia e linguagens “atualizadas” em relação à mídia nacional, para um público até então cativo dos veículos Associados. Em consequência, aquele Sistema passara a constituir-se em opção para a veiculação da propaganda da prefeitura de Campina Grande e do governo do Estado. Assim, havia que consolidar as ligações políticas efetivadas em torno das eleições ocorridas no ano anterior, acolheu o conjunto das elites locais e estaduais adversárias do PMDB [diga-se família Cunha Lima] e redefinir a identidade institucional Associada como meios de garantir a sustentação dos veículos¹⁰⁵.

Frente a estes acontecimentos e rearranjos nas redes de poder locais, os Diários e Emissoras Associados na Paraíba, em especial as instituições sediadas em Campina Grande, assumiram uma postura oposta a estratégia movida pelos Cunha Lima, não por quererem constituir um projeto diverso para Campina como grande, mas como forma de pressionar os governos Municipal e Estadual a restabelecer os vínculos institucionais com o “dispositivo Associado”. É a partir deste momento que a produção e veiculação, pelo DB, de discursos como o seguinte se intensificam:

A Academia Política da Alemanha ensina muito bem a distinção entre um político e um estadista. O político numa eleição usa de todos os meios para atingir os fins a que pretende, enquanto que o estadista utiliza todos os meios para garantir a segurança da próxima geração.

O que estamos vendo hoje em Campina Grande é a luta por uma eleição que se aproxima onde até fraude eleitoral já foi constatada pelo TRE.

Campina Grande teve um passado de glórias através dos seus grandes filhos, tribunos e políticos, que quando falavam ou pediam em nome da sua cidade, o Brasil ouvia. Era Campina Grande pujante, Campina no seu desenvolvimento, Campina unidade, era Campina Grande consciente da sua responsabilidade para com o Estado da Paraíba, era Campina de Estadista.

Campina não tinha campinismo. *Campina tinha grandeza, porque seus*

105 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 176-77.

filhos eram tão grandes que não pertenciam apenas a um acidente geográfico. O grande jornalista Assis Chateaubriand amava Campina Grande, Argemiro Figueiredo ecoava a voz no Congresso Nacional em defesa de sua terra, o tribuno Raymundo Asfóra pronunciava inflamados discursos lembrando a Rainha da Borborema, Félix Araújo demonstrava uma incrível vocação política e o povo o admirava, a cidade tinha também grandes administradores como Elpídio de Almeida, Evaldo Cruz, Severino Cabral, Williams Arruda, Luiz Mota e tantos outros. Hoje, o que se vê? Campina Grande envolvida em fraude eleitoral, envergonhando a Paraíba. Quem fez isso em teu nome? Oh, Campina! Você não merece isso, que pena!¹⁰⁶

Com este tipo de discurso o DB tentava desconstruir a imagem de político que Ronaldo havia construído para si bem como desvincular o seu nome e a sua administração do nome da cidade, ou melhor, da “Campina pujante”, “desenvolvida” e “unida”. Para o DB, naquele período, a família Cunha Lima e os seus representantes a frente do governo Municipal e Estadual, Cássio e Ronaldo Cunha Lima, respectivamente, representavam a imagem de políticos corruptos, desonestos e descumpridores das convenções e acordos estabelecidos. E que usavam o nome de Campina Grande como carapaça para suas artimanhas e arranjos políticos.

Além disto, o DB passa a utilizar-se de expedientes como o denunciamento e a “lista negra” – este consistia na supressão do nome e da imagem da pessoa em questão das páginas e do noticiário do jornal – para combater os seus inimigos políticos. Estes dois mecanismos foram constantemente usados entre 1990 e 1992 contra o então prefeito da cidade Cássio Cunha Lima. Assim como, contra Ronaldo durante o período que este esteve à frente do Governo do Estado, como forma de pressionar a família que lhe tinha subtraído o seu lugar privilegiado de produção da imagem da cidade e do Estado¹⁰⁷.

Assim, destituído do seu lugar privilegiado, os Diários e Emissoras Associados buscavam gestar uma estratégia alternativa e divergente à família Cunha Lima. E, neste sentido, a construção de determinados conceitos e imagens nos e pelos seus discursos se constituíram em práticas marcantes, a exemplo da produção da cidade, ou melhor, da “terra” e do “povo” de Campina como “pobre”, “carente” e “humilde” com o objetivo de produzir demandas sociais e lugares políticos aos grupos locais que quisessem se apresentar como “lideranças políticas

106 “OH, CAMPINA, QUE PENA!” Coluna Binóculo. **DB**, edição do dia 02/11/1990 p 4. Apud BARROSO. Op. Cit. 1996. p 163-64. (Grifos do autor).

107 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 175-185.

populares” e se colocarem na oposição a família Cunha Lima. A gestação e emergência desta estratégia se explicitam em discursos como o seguinte:

Mais uma vez foi formada a mais poderosa e inquebrantável corrente de solidariedade cristã com o intuito único de *amenizar o sofrimento daqueles que ficam entregues a própria sorte. Principalmente de depender daqueles que dispendo de todo o poder em mãos preferem massacrar os humildes* como forma de computar duvidosos pontos na tábua de aferição política. A campanha, como outras anteriores igualmente feitas pelos Associados, não teve conotação política e *foi dirigida verdadeiramente aos pobres*.

A população campinense por sua vez, entendeu o chamamento, e toneladas de donativos foram recolhidas e *entregues aos que estão ocupando abrigos improvisados, pois por incrível que pareça, apesar da falácia e do deboche dos detentores do poder, esta populosa e antes invejável cidade, não está preparada para enfrentar situações difíceis*.

Estamos há anos em Campina Grande sem nos atrelarmos a correntes políticas, mas lutando para o progresso e o verdadeiro desenvolvimento de todos.

Esta, sim senhor, é a nossa missão, que sempre foi cumprida. E *por isso que permanecemos aqui se nos atrelar a grupos políticos que se limitam a alardear a força de um poder superior, mas que não é permanente nem ditatorial*. Nós sim, vamos permanecer lutando e visando o desenvolvimento e o bem estar de todos, hoje como ontem, amanhã como sempre, e fim de papo¹⁰⁸.

Com a veiculação deste discurso o DB buscava produzir a imagem de Campina como uma cidade carente, pobre e de pobres. E no seu discurso a explicação para este cenário era política, ou melhor dizendo, era culpa do grupo político que estava na hegemonia da política municipal e estadual, os Cunha Lima. Assim, os Diários e Emissoras Associados em Campina Grande tentavam produzir um discurso e correspondê-lo a um grupo social, que segundo aqueles, encontrava-se marginalizado das esferas da produção e do consumo, imersos em péssimas condições de vida. Pois, carentes de acesso à educação, saúde, habitação, transporte, segurança e infra-estrutura urbana básica; fatores estes que, para o DB, reduzia as possibilidades deste segmento social como força de trabalho e como cidadãos.

No entanto, este discurso tentava disfarçar a produção deste segmento social denominado de “povo” como condição de possibilidade da produção das elites políticas locais. Ou seja, a inscrição do “povo” pelos Diários e Emissoras Associados como grupo social “carente” atendia a sua nova estratégia como mecanismo para a

108 “Missão Cumprida”. **DB**, edição do dia 21/04/1991 apud BARROSO. Op. Cit. 1996. p 194-95. (Grifos do autor).

formação e reprodução das elites políticas da cidade, principalmente aquelas ligadas a antigos chefes políticos locais a exemplo de Severino Cabral que havia se utilizado do mesmo mecanismo nas eleições de 1959.

Desta maneira, o DB tentava reeditar ou rearticular e usar um mecanismo agenciado no passado para novos fins no presente. Assim, a carência popular passava a ser forjada a partir do final da década de 80 e início da de 90 do século passado pelos Diários e Emissoras Associados como instrumento de barganha para sua sustentação institucional e tentativa de conformação e instauração das novas elites políticas locais, principalmente se estes sujeitos se encontrassem ou fossem alocados em lugares políticos contrários ao grupo Cunha Lima. É neste sentido, que figuras como Enivaldo Ribeiro, José Luiz Junior, Vital do Rêgo Filho (Vitalzinho), Veneziano Vital do Rêgo e outros se tornariam possíveis politicamente como “lideranças populares” em Campina Grande. Muitas vezes sendo apresentados e se apresentando como “afilhados” políticos dos velhos chefes da política local¹⁰⁹. Desta forma, o uso deste mecanismo pelos Diários Associados servia a vários usos, como aponta Barroso:

A utilização política da “carência popular” passou a ser condição de sustentação institucional dos veículos Associados e de sustentação política das elites acolhidas no dispositivo.

O “povo” era “carente” e os veículos Associados justificavam aquela condição como resultado da “omissão” do poder político instalado na prefeitura de Campina Grande e no Governo do Estado.

No entanto, o grupo social deplorado em 1991 pelas condições de estar “entregue a própria sorte” e “ocupando abrigos improvisados” era o efeito de relações de poder que reportavam à anterioridade da hegemonia da família Cunha Lima no Estado; relações que o dispositivo Associado havia constituído e mantido.

Assim, o empenho Associado em fazer circular aquela percepção de “terra” e de “povo” em Campina Grande era uma tática animada pelo saber da utilidade política da “carência”. A “carência” esteve sempre ligada à produção Associada do Estado. A difusão das imagens da “carência” da “terra” e do “povo” de Campina Grande contribuía para produzir o negativo do prefeito de Campina Grande e do Governador do Estado. A “terra” e o “povo” constituídos como “carentes” constituíam a ligação estratégica alternativa para a consecução dos objetivos Associados¹¹⁰.

O conjunto destas mudanças políticas e institucionais gerou como efeito a redefinição editorial dos Diários e Emissoras Associados como reação e

109 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 197.

110 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 203-04.

contraposição a emergência da TV Paraíba que buscava se apresentar como um sistema “moderno” de televisão no Estado e que visava apresentar e simbolizar a modernidade de Campina Grande. Mas, além de abrir uma opção de informação e entretenimento para o “público” do Estado e de Campina a TV Paraíba abriu também uma opção de mídia para o conjunto das elites políticas local e estadual a quem os Diários Associados tinham servido e dos quais aquelas tinham se servido até então¹¹¹.

Esta mudança editorial se materializava no surgimento da página “DB nos Bairros” em 1991 como locus para denunciar os supostos desmandos, ingerências e falta de assistência da administração municipal para com os bairros de Campina, principalmente aqueles mais periféricos. Materializava-se também na criação da coluna “Política no DB” de responsabilidade de José Luiz Junior, onde o mesmo veiculava um discurso claramente de oposição a família Cunha Lima. Na instituição dos programas “Debate na TV” e “O Norte em Debate” apresentados também por José Luiz e que serviam como uma espécie de palanque político virtual para a construção da imagem política de seu apresentador e a produção do descrédito político de seus adversários, os Cunha Lima. Materializava-se, por fim, no programa “A Hora do Povo na TV” apresentado por Evilásio Junqueira e Geovanis Antonio – espaço este criado para apresentar a “realidade da terra e do povo de Campina”, ou seja, suas “carências” e “necessidades” de forma “simples” e “humilde” como aquele o era – e na formulação do lema “TV da Terra” em oposição à “modernidade” que a TV Paraíba buscava representar¹¹².

Entretanto a formulação Associada de sua “pobreza” não foi uma formulação solitária. Enquanto norteadas por um saber politicamente tratável, aquela formulação respondia a construção de um dispositivo de poder. O saber sobre o “povo” que passou a reger o discurso da TV Borborema a partir de 1991 era o mesmo saber que fundamentara a construção social das antigas oligarquias regionais (locais) como lideranças políticas “populares”.

Assim, o discurso “popular” Associado não era novo; articulava elementos conceituais de um discurso de eficácia política historicamente testada. O discurso da “TV da terra” e dos programas “A Hora do Povo na TV” e “Debate na TV” nada mais era do que o efeito das ligações Associadas com os grupos políticos “afilhados” das velhas oligarquias locais e saudosos de suas práticas e discursos produtores da “pobreza” como instrumento de

111 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 207.

112 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 200-205.

dominação política.

Aquele discurso tinha um sentido estratégico, produtivo; respondia às exigências de reprodução das práticas políticas mais conservadoras relativas ao regionalismo nordestino¹¹³.

Assim, o retorno de Ronaldo ao jogo político municipal e estadual e a emergência da família Cunha Lima como movedora de uma rede de poder que tinha como estratégia e projeto soerguer política e economicamente Campina Grande e restituir-lhe os caminhos do progresso e da modernidade, dos quais supostamente havia se desviado, emergiu no interstício destes vários acontecimentos. E esta rede de poder vai ter como principal suporte discursivo e institucional a partir da segunda metade da década de 80 a Rede Paraíba de Comunicação e a Prefeitura Municipal de Campina Grande.

No entanto, apesar da quebra, da ruptura com o “dispositivo Associado” no início da década de 90 a estratégia movida pela família Cunha Lima já havia congregado discursos, instituições e pessoas suficientes para redefinir a imagem da cidade e sobrepor ou justapor a imagem de “Capital do Trabalho” às imagens e discursos que a constituiriam e instituiriam como “Capital Cultural”, “cidade dos grandes eventos”, fazendo da produção de suas festas e eventos um espelho da produção e invenção da cidade, da (re)invenção de Campina como “GRANDE” e de toda uma nova espacialidade social, econômica, política e cultural de e para sua sociedade. De modo que ao se produzir suas festas e seus espaços estaria (re)produzindo-se a cidade e seus lugares sociais, políticos e econômicos ou vice e versa.

Desta maneira, tal estratégia, buscava fundir cidade e festa de forma tal que de meados da década de 80 em diante, parecia praticamente impossível, para a maioria dos letrados, políticos, intelectuais, comerciantes e demais segmentos da sociedade local falar em Campina Grande sem falar nas suas festas e nos seus eventos. Ou falar em festas juninas ou micaretas sem lembrar-se de Campina Grande e do seu “Maior São João do Mundo”, da “explosão de ritmos e alegria” que é a “Micarande”, o “maior e mais alegre carnaval fora de época do país”.

As festas, daquele período em diante, eram os espaços e acontecimentos que passariam a constituir a dimensão da cidade para quem a visitasse, seriam o

113 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 285.

espelho de seu “cosmopolitismo, progresso, modernidade e desenvolvimento” e da “criatividade e pioneirismo de sua gente”. Praticamente tudo que se dizia, se fazia, se planejava em Campina Grande, passava quase que obrigatoriamente, pelo campo de batalha de suas festas. Estas passavam a ser a pedra angular de toda uma nova visibilidade e dizibilidade que se constituiu e instituiu na e para a cidade a partir de meados da década de 80. É em torno, sobre e a partir de seus espaços que passam a ser disputados os melhores lugares e a ser forjadas as melhores trincheiras na batalha de discursos, significados e sentidos em torno da efetivação do enunciado “Campina GRANDE”.

As festas além de objeto de discurso passaram a ser tomadas como um lugar de saber e poder na produção de discursos sobre a cidade. É em torno delas e nelas que se enfileirariam inúmeros soldados ávidos a ocuparem o lugar de sujeito destes discursos e enunciados, e com isto virem a ocupar uma posição privilegiada e de destaque nas novas redes e relações de poder que se distendiam na cidade.

No entanto, para a definição e consolidação desta estratégia, seus agentes tiveram de operar uma redefinição significativa no que as elites e boa parte das classes médias urbanas entendiam ser as “tradições” e a “identidade cultural campinense”. E na produção desta redefinição uma festa em particular, o carnaval, sofreu os mais intensos efeitos produzidos por aquela estratégia. É a tessitura destes fios que tentaremos narrar nas páginas seguintes

CAPÍTULO II: Esquecer o presente para lembrar o passado: Tentando garantir o futuro da cidade.

2.1 – A indefinição do carnaval de Campina: construindo um “cemitério” como cenário para a festa.

Neste capítulo, tomamos as festas carnavalescas produzidas a partir de 1965 como uma das portas de entrada de nossa análise. Pois, entendemos que as festas, neste caso as de matriz carnavalesca, se constituem num momento, num lugar, ou melhor, num campo de batalha privilegiado onde uma dada sociedade disputa, constitui e explicita os códigos, as regras, as práticas, os lugares (sociais, econômicos, políticos e culturais) e os discursos que a instituem e constroem a cidade onde habitam assim como as mudanças que a perpassam. Desta forma, a festa que elegemos como porta de entrada das descrições/análises feitas neste capítulo, são as festas de matriz carnavalesca ou mais precisamente os festejos carnavalescos produzidos em Campina Grande a partir do ano de 1965 e todos os acontecimentos que o circundaram e constituíram até a década de 90 do século passado.

Nas últimas décadas do século XX Campina Grande parecia ter sua história confundida e contada pela, com e junto às festas e eventos produzidos em suas ruas. Pelo menos era esta a idéia e o discurso que as elites locais tentavam construir e veicular. No entanto, uma festa, em especial, não figurava no elenco dos eventos que “faziam Campina GRANDE”. Justamente aquela que muitos intelectuais, letrados e a mídia em geral nomeiam como um dos grandes símbolos da “cultura e da identidade nacional”, o Carnaval. Nossa hipótese é que este silêncio em torno dos festejos carnavalescos em Campina é efeito de um conjunto de estratégias político-culturais gestadas para o soerguimento da cidade e rearticulação de suas elites as novas redes de poder que se distenderam em Campina Grande a partir da década de 80. É a tessitura e gestação destas estratégias que narraremos a seguir. Tentaremos mostrar também como Campina Grande, suas elites e demais

segmentos sociais da cidade foram sendo enredados por e nestas estratégias político-culturais, que tinham no setor cultural seu principal campo de ação.

Corria o ano de 1964 em Campina Grande, data de seu centenário. A euforia e o entusiasmo das elites políticas e dos letrados locais eram patentes em seus discursos e nas imagens que eles produziam sobre aquela data e o momento político e econômico favorável que, segundo os mesmos, a cidade estava vivendo. Este sentimento parecia se estender também a produção do carnaval, que naquele período ainda era visto por suas elites como a principal festa da cidade. E naquela data tornava-se premente, aos seus olhos, promover uma festa que espelhasse o “desenvolvimento” e a “grandeza” de Campina Grande, como aponta Souza:

O Carnaval de 1964, por exemplo, pretendia ser um dos mais movimentados porque faria parte do Calendário do Centenário da Cidade. Inúmeras escolas de samba, ranchos e blocos de Pernambuco foram chamados pela COMCET (Comissão pelo Centenário) para “assegurar o sucesso da maior festa popular do Brasil”. A Escola de Samba “Almirantes do Samba”, o “Maracatu Indiano”, os “Caboclinhos Tabajaras”, o “Clube das Pás” e o tradicional “Bloco dos Inocentes” do Rosarinho, todos do Recife, vieram se apresentar no Carnaval do Centenário, trazendo mais de 800 figurantes que portaram ricas fantasias e foram animadas por suas próprias orquestras de frevo e maracatu¹¹⁴.

Com estas ações as elites da cidade, especialmente os segmentos instalados nas principais instituições locais, a Prefeitura e os Diários e Emissoras Associados, queriam marcar e deixar bem claro para o restante da população e, principalmente, para aqueles que visitassem a cidade durante aquele carnaval quem eram os responsáveis diretos pelo “desenvolvimento”, “progresso” e “modernidade” de Campina Grande. Como primeira festa do ano o carnaval havia sido escolhido pelas elites locais, não por acaso, como a festa que abriria os festejos do Centenário da cidade, à medida que até aquele período tal festa ainda era vista, pelas mesmas, como sendo produzida por e para elas. Os festejos carnavalescos eram vistos pelas elites locais como o momento e o lugar mais oportuno para marcarem as diferenças sociais, tanto no que diz respeito ao uso dos espaços, como na apresentação de suas práticas diversionais, dos demais segmentos que compunham a sociedade local.

114 Cf. SOUZA. Op. Cit. 2002. p 174.

Ou seja, estas elites até então tinham o carnaval como uma festa produzida por e para elas. Assim, naquele período os festejos carnavalescos se apresentavam, para as mesmas, como mais uma oportunidade de reafirmarem e atualizarem o seu *status* econômico, social e político e, por conseguinte apresentarem, alegre e festivamente, a cidade que julgavam ter construído unicamente para seu uso. Nos discursos veiculados a época, o carnaval era para ser uma festa reservada quase que exclusivamente as elites locais, ficando aos demais segmentos da “sociedade campinense” reservado, no máximo, o papel de público espectador dos arroubos daquela, como observa Souza:

A ação das autoridades [durante o carnaval] representava uma afirmação do projeto que a burguesia local tinha para si. As ruas deveriam ser o “seu” palco de exibição e somente ela teria o direito de usá-las como bem quisesse. Se uma mudança no trajeto permitisse ir até o seu clube “mais aristocrático”, o Campinense Clube, nada mais simples do que mudar o que toda a população já considerava como normal, corriqueiro e incorporado aos festejos carnavalescos¹¹⁵.

No entanto, nos anos que se seguiram ao centenário de Campina esta situação se transformou e se alterou sensivelmente. Alterações estas decorrentes de algumas mudanças que vinham se processando desde a década de 50, a exemplo do crescimento populacional da cidade que aquela altura já havia ultrapassado a cifra dos 100 mil habitantes. E isto provocava uma redefinição na espacialidade social de Campina Grande. As “tradicionais elites” locais formadas basicamente por grandes comerciantes de algodão, fazendeiros e proprietários de terra estavam perdendo os seus lugares, vendo-os serem esvaziados. Não que os mesmos tivessem a abandoná-los, mas um deslocamento de sentido os estavam esvaziando dos significados e privilégios que aqueles haviam adquirido em décadas anteriores. O que provocava o retraimento destas “tradicionais elites locais” aos interiores de suas casas ou fazendas. Fazendo com que as mesmas, apesar de ainda manterem suas posses e “tradições familiares”, ficassem pouco afeitas a se exporem nos festejos carnavalescos da cidade.

Desta forma, os antigos lugares de elite em Campina Grande estavam vazios ou sendo esvaziados a partir de 1965. As “tradicionais elites locais” não

115 Cf. SOUZA. Op. Cit. 2002. p 146.

representavam, não tinham e nem mantinham mais o mesmo prestígio de outrora. Primeiro, por efeito de um deslocamento de sentido que as colocavam e as distribuíam em outros lugares. Segundo, pela perda gradativa do esteio econômico proporcionado pelo comércio do algodão, que desde a década de 50 estava em franco processo de declínio; tendo em vista o baixo volume de negócios, decorrentes da transferência da praça comercial de tal produto para outras regiões. Terceiro, devido à emergência de novos sujeitos que estava a ocupar os lugares de elite na cidade, subjetivando os novos modos de ser elite condizente com as redes de poder estabelecidas em Campina a época, como aponta Souza:

No final da década de 40 e por toda a década de 50, o predomínio das famílias tradicionais, que tinha sua base na posse da terra e no comércio, foi cedendo terreno a uma invasão de duplo sentido representada, por um lado, pelos “forasteiros” adventícios que ao chegarem faziam fortuna com o comércio do algodão e, de outro, impelida por um processo geral de enriquecimento ligado à expansão das pequenas indústrias e dos estabelecimentos bancários.

A par das famílias tradicionais, começava a aparecer uma “sociedade” ou “society”, constituída de adventícios enriquecidos, caracterizada pela extroversão e exibicionismo.

Os chamados “cronistas sociais”, que começaram a proliferar no Brasil durante os anos 50, criaram através de seu discurso para os jornais e revistas esta “sociedade” ou “high society” que se diferenciava das classes dominantes tradicionais, por saber se portar socialmente, tanto nos clubes quanto nos espaços abertos. No caso de Campina Grande, tanto os setores tradicionais como a “nova sociedade” enriquecida com o comércio, abrigavam comerciantes, industriais, profissionais liberais, militares e altos funcionários burocráticos. Aparentemente, os dois grupos eram iguais, porém, distinguiam-se pelo estilo de vida, cuja nota dominante na primeira era o hermetismo e na segunda a ostentação dos valores burgueses difundidos no país a partir do término da 2ª Guerra Mundial¹¹⁶.

Mas além da emergência destas novas elites ou destes “novos ricos”, a cidade presenciava também a emergência de outros sujeitos e segmentos sociais. Como por exemplo, a formação de “uma classe média urbana com hábitos, tendências e valores ainda vacilantes” e sobretudo a ampliação de um grupo social bastante heterogêneo, mas que os discursos das elites políticas e dos letrados locais nomeavam de forma homogênea, ora como “populares” ora como “povo” como uso para velados interesses políticos. Segmento este composto, principalmente, por “funcionários, pequenos comerciantes e profissionais liberais, e

116 Cf. SOUZA. Op. Cit. 2002. p 219-20.

uma quantidade enorme de operários, trabalhadores braçais, empregados no comércio e demais setores de serviços, além de uma imensa gama de desempregados e desocupados em geral”¹¹⁷.

E eram exatamente estes últimos que vinham “invadindo” os espaços físicos da cidade que aquelas elites julgavam ser só seus ou para seu uso exclusivo. Assim como eram os mesmos que se dirigiam ao centro da cidade, lócus espacial destas elites, no período de carnaval. De forma que a diferenciação social, que as elites tentavam marcar a cada festa de carnaval, com a manutenção da nítida separação entre atores e espectadores, estava se desfazendo. A cada ano que passava os ditos “populares” estavam presentes em maior número nas ruas centrais de Campina Grande “fazendo o seu carnaval”. E o que parecia mais grave ainda, no discurso das mesmas, é que aqueles estavam se organizando ainda mais em torno das agremiações e escolas de samba.

O que nos anos que se seguiram a 1965 provocou uma inversão entre atores e espectadores, mesmo que ainda para marcar as distinções sociais. Esta inversão passou a se tornar mais sensível e visível aos olhos destas elites quando as mesmas foram encasteladas pelos produtores da festa em grandes palanques, destinados para as autoridades verem os desfiles. Desfiles estes que não eram mais produzidos por e para elas. Estas haviam perdido esta condição e a possibilidade de continuar mantendo o controle simbólico e efetivo da festa. Assim como estavam perdendo o controle da própria cidade que julgavam ter construído apenas para seu uso. Cidade esta que parecia não ser mais a “Campina burguesa” da década de 40 ou 50, mas uma cidade cada vez mais populosa e “popular”.

Diante disto, aquelas elites passaram a se retrair nos seus clubes sociais com o objetivo de marcar a diferença social que seus discursos diziam existir em relação ao restante da população, especialmente em relação aos ditos “populares”. Tentando com isto se distanciar do contato com estes uma vez que estariam protegidas pelas paredes e portões de seus clubes, o que lhes garantiria ao menos a possibilidade de não serem confundidos com um “folião qualquer” no carnaval das ruas. Além disto, emerge neste período uma estratégia gestada a partir dos aparelhos de Estado e suas instituições disciplinares e punitivas que tinha como

117 Cf. SOUZA. Op. Cit. 2002. p 219.

principal objetivo disciplinar e normatizar o carnaval da cidade. Não que em anos anteriores as tentativas de se disciplinar e normatizar o carnaval da cidade não tivesse ocorrido. Mas, a partir da segunda metade da década de 60 este processo se acentua e passa a ser investido de um caráter político/institucional que não se encontravam presentes anteriormente. A partir deste período a cidade passa a presenciar a tentativa de institucionalização e modernização do carnaval local nos moldes do carnaval carioca.

É neste sentido que se intensificam a produção de leis, regras e normas para se brincar o carnaval. Conjunto de normas estas que insidiam principalmente sobre as práticas ditas “populares”, com o objetivo de barrar ou impedir a participação dos mesmos nos festejos de rua. As proibições eram tantas que ficava difícil até de saber o que não era proibido. Contudo, os ditos “populares”, a revelia das elites locais, continuavam a tomar conta das ruas durante o período carnavalesco, como poderemos observar no discurso de Souza:

O conjunto de normas elaboradas pelas autoridades, as proibições insidiam sobre quase tudo. Sobre o lança-perfume, as buzinas e sirenes, o uso do talco para não atingir os olhos dos assistentes, a entrada de menores em certos locais, o uso de vestes “inadequadas” para as moças e o uso de transportes “rurais” pelos brincantes. Contudo, não se podia simplesmente proibir a presença de pessoas nas ruas, a pé, a cavalo ou de carro. Iam e vinham de um extremo ao outro da cidade. Tomavam banho no açude de Bodocongó durante o dia; dançavam nas matinês do Clube Caçadores à tarde, assistiam ao corso nas primeiras horas da noite e, quem podia e agüentava, ia aos clubes a partir das 22 horas, que era quando começavam efetivamente os bailes¹¹⁸.

Esta estratégia disciplinar que a princípio tentava coibir e reprimir a participação dos “populares” no carnaval das ruas foi sendo redimensionada nos anos finais da década de 60 à medida que os populares continuavam a se apresentar, aos milhares, no centro da cidade durante os festejos carnavalescos. E ao invés de reprimir ou proibir, tais ações passaram a ter um caráter normatizador mais acentuado, tentando controlar e domesticar a “invasão” daqueles ao centro da cidade.

Organizar esta “invasão” passou a ser palavra de ordem no discurso das elites locais a frente das instituições gestoras da cidade. E para tanto duas medidas

118 Cf. SOUZA. Op. Cit. 2002. p 160.

foram tomadas ainda na década de 60. Primeiro, a institucionalização das escolas de samba, agremiações, troças, tribos e blocos carnavalescos. De forma que só quem poderia participar efetivamente do carnaval de rua eram as pessoas que estivessem ligadas a algum desses grupos e brincando dentro dos critérios instituídos por cada agremiação. Segundo, o financiamento público dos carnavais da cidade, o que, aos olhos das elites, lhe permitiria novamente um controle e uma gestão mais efetiva dos festejos de rua, mesmo que não participando diretamente das diversões nos mesmos.

Adiantou ainda o diretor da Ciretran local, que está “expressamente proibido o uso de veículos sem porta, com escape livre, sem placa e outras alterações, devendo os infratores encontrados serem recolhidos ao pátio daquele órgão”, sendo liberados apenas na quarta-feira de cinzas. Adverte porém, que os veículos poderão usar frases como ocorrem por esta época, contudo, que elas não sejam atentatórias à moral e aos bons costumes, pois além de multados serão punidos pelas autoridades de trânsito¹¹⁹.

Em portaria baixada pela Secretaria de Segurança do Estado, estabelecendo normas para serem “observadas e cumpridas durante os festejos carnavalescos do corrente ano de 1981”, fica proibido “o uso de trajes sumários atentatórios ao pudor”, assim como invalidadas as licenças para uso de armas, mesmo as concedidas pela secretaria.

A portaria tem o seguinte teor, que publicamos na sua íntegra:

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual N° 7.8 89 de 27 de dezembro de 1978 e ainda.

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de preservação da ordem pública, propiciando um clima de tranquilidade e bem estar a população do Estado;

CONSIDERANDO os direitos e a liberdade individuais, em particular no período carnavalesco, quando as manifestações adquirem características de extravasamento e de excesso;

RESOLVE:

Baixar a presente PORTARIA, estabelecendo normas para serem observadas e cumpridas durante os festejos carnavalescos, do corrente ano de 1981:

- 1) FICA EXPRESSAMENTE PROIBIDO:
 - a) O porte e uso de entorpecentes e psicotrópicos, bem como de confete de isopor, lança perfume, aerossóis ou todo tipo de líquido ou pó tóxico, considerados nocivos a saúde;
 - b) O uso de trajes sumários, atentatórios ao pudor;
 - c) Durante o período de 15 de fevereiro a 4 de março do corrente ano, o uso de armas, de qualquer tipo, não sendo válidas as licenças concedidas pela Secretaria da Segurança pública;
 - d) O uso de fantasias que possam se assemelhar a símbolos de

119 “Proibição”. DB p 8, edição do dia 28/02/1981.

Instituições Públicas, Bandeira Nacional ou de outro país ou a fardamentos adotados pelas Forças Armadas ou Auxiliares, bem como trajes e/ou manifestações que importem em desrespeito a crenças religiosas;

- e) A execução ou canto do Hino Nacional, dos Estados ou de outros países e de canções alusivas às autoridades constituídas;
- f) O “corso”, com exceção de carros alegóricos de entidades carnavalescas;
- g) O uso de máscaras depois das 18 horas, salvo em ambiente fechado, após identificação;
- h) O fornecimento de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, na forma do disposto na Portaria do Juizado de Menores para o ano de 1981;
- i) Aglomerações nas calçadas de Quartéis e Repartições da Polícia Civil¹²⁰.

É desta forma que de meados da década de 60 em diante o carnaval passou a ser objeto de discurso de praticamente todas as instituições ligadas aos aparelhos de Estado na cidade. Do Juizado de Menores que tentava disciplinar “a participação de crianças nos festejos de momo” em Campina. Da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia que tentavam “coibir e reprimir a violência, a roubalheira e os atentados a moral e os bons costumes” durante o carnaval. Da Ciretran que buscava “organizar o trânsito no período carnavalesco”. Dos jornais locais que tentavam produzir “o brilhantismo da festa”. E do prefeito e seus prepostos, responsáveis pela liberação das verbas para o carnaval.

Além disto, estas estratégias disciplinares apontam para aquilo que é o seu outro, a sua condição de possibilidade, ou seja, o que é considerado pelos seus discursos como anormal, desviante, negativo; enfim, o outro a partir do qual elas se constituem. No entanto, o desvio não deixa de ser também a insinuação de outras práticas, sem discurso é verdade, e outros usos que aquelas pessoas faziam ou tentavam fazer da cidade e do carnaval. O anormal aponta para uma ruptura com a continuidade dos padrões de civilidade, de educação e comportamento estabelecidos. O negativo se constitui como uma prática do fora, fora das linhas de poder que constituíam a cidade e sua sociedade e que só conseguem capturar estas práticas sem discurso pelo negativo, por aquilo que não é, ou melhor, em contraste com aquilo que deveria ser:

120 “Licença para uso de armas não serão válidas”. DB p 8, edição do dia 25/02/1981.

Lanceiros, assaltantes, arrombadores, ladrões comuns. Este é o time já “escalado”, até ontem à tarde, para o “Torneio Rei Momo” da Central de Polícia. Eles ficarão, durante todo o período momesco, “concentrados” para evitar o desgaste da comunidade campinense que quer se esbaldar, com tranqüilidade, neste carnaval.

Eles foram “convidados” pelos “treinadores da Central de polícia” (os agentes) que foram buscá-los nos diversos bairros da cidade. Alguns já estavam tentando começar a “brincar” no carnaval, dando “lances espetaculares”.

“Os treinadores” esperam que hoje consigam formar um “time reserva”, levando para a Central de Polícia cerca de mais 12 fichados na polícia, dentro do que foi denominado de “Operação Rei Momo”¹²¹.

Contudo, aquelas ações não produziram o efeito esperado pelas instituições que as produziam. Pois, se por um lado tentavam coibir ou até mesmo extinguir com algumas práticas ditas “incivilizadas” e “populares”, por outro, acabaram por institucionalizar a tomada das ruas da cidade durante os festejos carnavalescos. Uma vez que, ao invés de dificultar a organização dos “populares” estimulou a sua organização em torno de escolas de samba, blocos, tribos e troças carnavalescas, que a cada ano aumentavam em quantidade, como sugere Souza:

O desfile das Escolas de Samba, mesmo que gerado e gestado dentro de moldes institucionais, permitia uma participação mais efetiva e menos “espectadora” das camadas populares. Para as Escolas de Samba convergiam toda a atenção, emoção e expectativa do público assistente. Ao passarem pelas ruas, elas atraíam curiosos, apreciadores e simpatizantes que vinham dos bairros ou para lá seguiam-nas, incorporando-se espontaneamente ao festejo.

Nos desfiles de Escolas de Samba, ao contrário do que esperavam as elites, os populares insistiam em roubar a cena, pois ali não estavam somente pessoas estranhas, mas sim seus vizinhos, amigos de trabalho, de jogo, de bar, compadres, comadres, sobrinhos, afilhados, pretendentes e “conhecidos”. Os moradores que vinham da Liberdade, de José Pinheiro, Monte Castelo, Palmeira, São José e outras localidades, transferiam para as ruas as solidariedades e os conflitos que marcavam sua vida cotidiana nos bairros¹²².

Com isto, as “tradicionais” elites locais começavam a ser deslocadas dos seus principais espaços de sociabilidade e dos lugares privilegiados que ainda estavam a ocupar, assim como do seu status de elite social e econômica. E durante o carnaval isto se acentua de forma sensível, pois aquelas passam de comandantes a soldados num espaço festivo do qual julgavam ter mantido, outrora, uma patente

121 “Operação Rei Momo”. **DB** p 8, edição do dia 28/02/1981.

122 Cf. SOUZA. Op. Cit. 2002. p 160-61.

de comando, tanto simbólico quanto efetivo, quase que incontestável. Mas, com a emergência destes novos e “modernos” carnavais, aos moldes do carnaval carioca, relacionado ao redimensionamento das práticas, não só discursivas, mas também não discursivas, tendo em vista que o custeio financeiro – o que favorecia em grande medida o comando simbólico e efetivo da festa – ficava a mercê dos interesses políticos municipais e estaduais e suas tradicionais disputas, provocou o descentramento daqueles sujeitos que estavam alocados nos lugares de elites tradicionais da cidade.

Pois, o carnaval passava a se constituir como um espaço relegado à importância de mais um joguete que deveria ser manipulado de acordo com os interesses iminentes de cada grupo político que auspiciava a continuidade ou ascensão aos governos municipal ou estadual ou a ambos. Com isto, estes carnavais passavam a ser gestados a partir das novas redes de poder que estavam se exercendo sobre a sociedade de Campina a partir da década de 70 e que tinham desfeito, desarticulado as redes de poder que permitiam e conferiam a ocupação de lugares privilegiados às “velhas” e “tradicionais” elites locais. Estas novas redes se articulavam em torno de outros interesses gestando e dando lugar a novas tramas e tessituras nas quais passa a ser constante, a partir daquela década, a presença de políticos em meio aos festejos, bem como a financiá-los.

Mas, além de possibilitar a tomada definitiva das ruas centrais da cidade por parte dos populares, durante o período de carnaval, aquelas medidas permitiram também outros usos estratégicos, principalmente, pelas elites políticas locais. Estas passaram a ver no financiamento público do carnaval uma excelente possibilidade de arregimentar aquele contingente da população votante para seus quadros e em torno de seus interesses, à medida que concedia o financiamento para seu festejo favorito, o carnaval. Não é à toa que, da segunda metade da década de 60 em diante, é comum e constante a presença de políticos em meio aos festejos carnavalescos.

O carnaval passava a ser visto, pelos segmentos políticos da sociedade local, não mais como um momento de marcar diferenças sociais ou de reafirmação de *status*, mas como um momento e espaço propício a construção de sua representatividade política e de suas imagens de políticos comprometidos e

preocupados com o bem estar de “seu povo” junto aos segmentos sociais menos privilegiados da sociedade local. Com isto, as pretensões dos demais segmentos das elites locais, de retomar as ruas da cidade durante o carnaval e manter o controle simbólico e efetivo da festa e da cidade sofria um duro golpe e começava a se desfazer. Mas, além disto, estes acontecimentos apontavam para uma mudança significativa na composição da sociedade local e das relações de força que aí se estabelecia e a informavam. Não eram só novos sujeitos que haviam emergido na cidade e sua população que tinha aumentado consideravelmente. Mas, os interesses das elites locais, que até a década de 60 eram mais ou menos os mesmos, quer estivessem na oposição ou na situação, passaram a divergir de forma sensível. Seus vários segmentos estavam se dividindo em grupos que se voltavam apenas para a consecução dos interesses e estratégias de cada grupo.

Isto explica porque uma parte dos políticos locais, principalmente aqueles que tinham no discurso da “carência” e “simplicidade” do “povo campinense” o seu esteio, abandona a estratégia de retomada das ruas e aderem ao “incentivo” e a “institucionalização” das escolas de samba, passando a defender interesses e projetos de seu grupo. Estes haviam passado a ver no carnaval um campo de ação onde poderia se distender as disputas políticas em torno dos governos estadual e municipal. Além disto, viam aquele festejo como momento e espaço propícios para a arregimentação dos novos sujeitos, os “populares”, que haviam emergido com bastante força e com um papel importante nas disputas políticas, tanto a nível estadual como a nível local para a constituição da imagem daqueles como “lideranças políticas populares”.

Desta forma, aos olhos e nos discursos dos segmentos mais aburguesados da sociedade local, o carnaval passava a representar as mudanças que Campina Grande e sua sociedade vinham sofrendo, como nenhum outro evento produzido na cidade. O carnaval de finais da década de 60 e início da década de 70 estava se constituindo na imagem das transformações e mudanças que a cidade vinha sofrendo. E os projetos que aqueles vários grupos tinham ou não tinham para o carnaval da cidade começam a aparecer e entrar em conflito, em disputa.

É no interstício destes acontecimentos que emerge na década de 70 um discurso e uma estratégia agenciados pelos grandes comerciantes, industriais e

“tradicionais” elites locais e o jornal que servia de instituição para (re)produção e atualização daquele discurso, o Jornal da Paraíba. Esta estratégia e o discurso que lhe era correlato tentaram construir e gestar uma imagem extremamente negativa do carnaval da cidade e daqueles que dele participavam, fazendo eco as vozes e anseios daquele segmento social que havia sido aliado do carnaval da cidade e que também estava sendo demovido dos processos decisórios e das instituições governamentais de Campina desde o final da década de 60; como podemos observar na matéria a seguir:

TIVEMOS outro reinado carnavalesco e dele saímos sem um reencontro com as condições dos antigos carnavais, que constituíram e se mantiveram durante muito tempo como o toque especial da festa mais popular em nosso País. Parece que o excessivo disciplinamento para lhe dar mais expressão, vêm servindo como uma das mais poderosas razões de sua descaracterização.

O CARNAVAL sempre foi um acontecimento de raízes eminentemente populares de onde não se encontrava afastado o espírito criador da improvisação, elemento que lhe emprestava a inconfundível conotação de alegria e de originalidade. Está desaparecendo gradativamente a iniciativa pessoal e de grupos privados na elaboração de uma imagem capaz de continuar prevalecendo os toques tradicionais que fizeram do carnaval uma época em que todos os anos a alegria era bisada em plena efervescência natural do acontecimento.

O QUE SE vê hoje em dia é um enclausuramento nos clubes com o desaparecimento total da autenticidade das ruas, desfazendo um colorido nunca mais repetido e que faz, ano a ano, tornar mais triste e menos atraente um carnaval pré-fabricado, com recursos estabelecidos previamente pelo poder público e deferido justamente as camadas mais pobres da raça dos foliões. Nota-se a ausência poderosa e vivificante da classe média que se esmerava em cuidados e criações exclusivas, e, em consequência, estabelecendo padrões de esmero numa explosão sadia de contentamento acumulado em sucessivas esperas por novos carnavais.

ASSIM, veio o declínio se acentuando com a presença cada vez maior dos dinheiros públicos, provocando uma dependência da qual fugiram os autênticos donos da festa por óbvios motivos de não quererem participar de uma concorrência que lhes seria desfavorável. O carnaval sempre foi uma festa de jovens e os de hoje desconhecem os padrões responsáveis pelo encanto da grande festa anual. Não se pode negar a necessidade de uma revisão nos atuais costumes ou hábitos mal criadores dos carnavais de hoje, pois nem sempre o que é antigo ou velho torna-se imprestável, por isso que, as novas coisas são sempre acompanhadas de uma tradição de conhecimento e de saber já consagrada¹²³.

Este discurso produzido pelo Jornal da Paraíba já em meados da década de 70 é emblemático das estratégias montadas pelas decadentes e “tradicionais elites” locais e os comerciantes da cidade, preteridos pelos interesses das elites

123 Editorial: “Declínio do Carnaval”. JP N° 746 p 1, edição do dia 28/02/1974. (Grifos no Original).

políticas que estavam a ocupar as instituições governamentais da cidade, no intuito de suprimir e rechaçar, pelo menos através do discurso, as tentativas de institucionalização dos carnavais da cidade. Uma vez que além de alijadas do festejo das ruas, as mesmas estavam sendo deslocadas de seus lugares sociais privilegiados bem como incapacitadas de continuar financiando e produzindo o carnaval ao seu bel prazer. À medida que iam sendo reinseridas em outros lugares nas e pelas novas redes de poder e relações de força que se exerciam na cidade naquele período.

O editorial acima citado expressa bem o descontentamento da agora “classe média” diante do carnaval que estava sendo produzido na cidade na década de 70. Um carnaval, que segundo o discurso acima, estava sendo “pré-fabricado, com recursos estabelecidos previamente pelo poder público e deferido justamente as camadas mais pobres da raça dos foliões”. Este discurso explicita a divergência dos interesses daquele segmento social com o chamado “poder público”, ou melhor, com os políticos locais que estavam a financiar um carnaval sem brilho e carente da “poderosa e vivificante” presença da “classe média”. Assim, de uma só vez e com esta estratégia, aqueles segmentos, tentavam atacar os grupos políticos a frente da municipalidade a época e tentavam por em cheque a imagem do carnaval, desqualificando os festejos que vinham sendo produzidos pelos e para os ditos “populares”.

A constituição desta estratégia tinha como objetivo tentar arregimentar mais uma vez em torno dos mesmos espaços aquele segmento das elites locais. Argumentando para tanto que o carnaval da cidade estava decadente, pois dele estavam ausentes os “toques tradicionais” proporcionados pela “classe média” assim como a “iniciativa pessoal e de grupos privados” que em outrora lhes garantiram a “alegria” e a “originalidade”. Desta forma, tornava-se premente àquele grupo forjar meios que lhes garantissem a continuação e ocupação dos lugares privilegiados que haviam ocupado outrora. E que devido às mudanças sócio-econômicas que a cidade estava atravessando vinham sendo esvaziados. E em meados da década de 70 a principal saída era a crítica aos “costumes ou hábitos mal criadores” dos “jovens de hoje” que “desconhec[ia]m os padrões responsáveis pelo encanto da grande festa anual”.

O discurso acima explicita este inconformismo que se abatia sobre parte da sociedade local, aqueles que se achavam “os autênticos donos da festa”, devido ao novo lugar social que lhe destinavam as novas redes de poder e a formação discursiva que via e dizia a cidade naquele período. Lugar este que fazia com que os mesmos perdessem o *status* econômico e social, a influência política e, conseqüentemente, a capacidade e/ou possibilidade de exercer, simbólica e efetivamente, o seu governo sobre os demais sujeitos e grupos da sociedade local. Ações estas que tanto a caracterizaram outrora, principalmente quando dos eventos carnavalescos.

Desta forma e com a enunciação deste discurso estes segmentos das elites locais se colocavam como ponto de barragem às novas redes de poder que enredavam a sociedade local. Discurso este que traz consigo a crítica às novas redes de poder, o descontentamento com a nova posição assumida por aquela “elite” dentro de tais redes e nas relações engendradas e articuladas por elas.

O Diário da Borborema também enunciava em 1978 um discurso próximo desta matriz de sentido, vejamos:

Comerciantes em Campina Grande já perderam as esperanças de um bom movimento para o período carnavalesco. Na verdade é o que menos se fala é de carnaval, alguns dos proprietários de lojas atribuem ao período de férias em que muita gente procura as cidades de praia, e até mesmo a hipótese de que o carnaval esteja perdendo a tradição. Os comerciantes com esse desestímulo nem se preocuparam em decorar as lojas. Algumas ainda colocaram nas vitrines umas máscaras e serpentinas, para incentivar os foliões a comprar fantasias. Até mesmo o campinense não espera muita coisa do carnaval¹²⁴.

Só que a estratégia montada pelos articulistas, cronistas, jornalistas e editores do DB procurava seguir em outra direção ou passava por dispositivos distintos dos propostos pelas “tradicionais elites” locais, tendo em vista a proximidade deste periódico com os políticos de plantão a frente da Prefeitura Municipal ou do Governo do Estado. Mas, talvez, com o mesmo objetivo, qual seja: rearticular as elites locais em torno dos mesmos interesses.

A estratégia articulada pelo DB na década de 70 consistia em mostrar que o carnaval da cidade estava “decadente” ou “declinando” não por causa da ausência

124 “Comércio de Campina está fraco para o carnaval”. **DB** N°2368 p 1, edição do dia 18/01/1978.

única e exclusiva da “classe média” ou de “iniciativas pessoais” ou de “grupos privados”, mas pela “falta de organização” em que o mesmo se encontrava. Para o Diário da Borborema, era necessário um maior esforço do “poder público” para transformar o carnaval de Campina Grande num evento turístico capaz de atrair divisas e lucros para o município, uma vez que no discurso do mesmo, Campina estava atravessando uma de suas “piores crises econômicas”. Este era o apelo dos Diários Associados em Campina Grande. O que em grande medida ressoava o discurso de alguns pequenos e médios comerciantes locais que tinham nas páginas daquele veículo de comunicação seu principal meio de reivindicação, uma vez que o DB encampava o discurso daqueles como forma de retribuição aos anúncios do comércio local feitos em sua mídia¹²⁵.

O Diário da Borborema tentou efetivar esta estratégia ao longo de praticamente toda a década de 70. Produzindo, em suas páginas, campanhas e discursos que tentavam estimular o turismo na cidade durante o período carnavalesco. Neste período, nos meses que antecediam o carnaval, eram comuns a veiculação de matérias como as seguintes:

A promoção do GRANDE CARNAVAL – 71, visará acima de tudo, levar Campina Grande as demais cidades da região, procurando, pela divulgação que se fará atrair o maior número de foliões possível (sic)...De modo que através deste tipo de propaganda, o nome de Campina Grande e a imagem real do GRANDE CARNAVAL – 71 estejam presentes no Nordeste, lembrando ao folião nordestino que teremos este ano o melhor e maior carnaval da região¹²⁶.

A abertura oficial do “Grande Carnaval – 71” de Campina Grande ocorrerá, com muito brilhantismo, no próximo dia 13, sábado, quando serão abertas as portas do Ginásio César Ribeiro “o colosso da Bela Vista”, para receber todos os foliões nordestinos porque Campina Grande, este ano, não deseja brincar sozinha, mas em conjunto com todas as cidades que lhe são vizinhas.

O objetivo desta promoção é promover (sic) a integração social necessária entre as cidades do mesmo pólo de desenvolvimento visto Campina Grande constituir-se num ponto de convergência para muitas comunas da região e não seria justo que nossa cidade, somente abrisse seus braços para os que vem (sic) aqui comprar mercadorias ou efetuar outras transações comerciais, mas que fique também de braços abertos para receber nossos amigos nordestinos, de qualquer cidade da região, para nossas grandes

125 A este respeito Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996.

126 DB N° 4275 p 2, edição do dia 29/01/1971. (Grifos no Original).

festas¹²⁷.

Entretanto, é bem verdade de se notar que o carnaval, seja onde for, significa turismo, e turismo significa movimentação comercial. Se entidades comerciais, reunidas, financiam um festejo de carnaval de rua, essa verba muito provavelmente retornará. Até mesmo porque será neste mesmo comércio que serão adquiridos os instrumentos e as vestimentas. Desfiles as maneira dos já realizados no Rio e em São Paulo, onde em avenidas principais são levantadas acomodações para um público pagante, podem ser estudados. Tudo isto é promoção turística. Cria diversidade de opções para os apreciadores de carnaval mais próximos. Segura os de casa e traz os de fora. Nada mais simples. Então porque não tentaremos?¹²⁸

No entanto, as tentativas do Diário da Borborema em “insistir no carnaval de rua como atração turística em Campina Grande” esbarravam nos interesses de alguns segmentos das elites locais. Inclusive dos representantes das instituições e aparelhos governamentais, que viam o carnaval da cidade apenas como mais um campo de atuação dos interesses políticos e da representatividade de seus agentes, se negando a investir naquele festejo mais do que já vinha investindo, mesmo a pretexto de transformá-lo num evento turístico.

Esbarravam também nos interesses dos próprios comerciantes que não viam mais no carnaval um momento oportuno para aquecer os seus negócios, nem como uma festa com maiores significados simbólicos ou efetivos para os mesmos ou para a cidade. Estes conflitos e divergência de interesses e discursos se tornaram patentes em duas oportunidades, primeiro no ano de 1973 quando o Diário da Borborema produziu as seguintes matérias:

Estranhável, porém, tem sido por parte da entidade promotora dos festejos momescos em nossa cidade, a omissão dos órgãos de classe, que são os que faturam durante a temporada festiva. Até o presente momento a Associação Comercial, que deveria liderar os demais órgãos num movimento de auxílio financeiro para a realização do carnaval de rua, não se manifestou a respeito.

Igualmente não se manifestaram a Federação das Indústrias e o Clube dos Diretores Lojistas¹²⁹.

E no dia seguinte, publica em continuação:

127 “Dia 13: Abertura oficial do Grande carnaval – 71”. **DB** N°4283 p 2, edição do dia 09/02/1971.

128 “Carnaval 74: Os clarins já começaram a tocar”. **DB** N° 4292 N° 3497 p 2, edição do dia 24/01/1974.

129 “Carnaval de rua”. **DB** S/N p 2, edição do dia 20/02/1973.

A Federação Carnavalesca procurou entrar em entendimento com a Associação Comercial, CDL e FIEP e receberam apenas promessas de que receberiam ajuda. Só depois é que souberam que as entidades só poderiam fornecer “apoio moral”, insuficiente para promover um carnaval que precisa de muito dinheiro.

Comentam os dirigentes da Federação que deveria haver maior interesse por parte das entidades mais representativas da cidade, uma vez que o carnaval atrai muitos turistas e contribui também para maior arrecadação do comércio, hotéis e outros setores, sem levar-se em consideração a divulgação da cidade¹³⁰.

O segundo acontecimento é produzido no ano de 1976, quando mais uma vez interesses e discursos de grupos distintos entram em choque, como podemos observar na matéria a seguir, sob o título “Briga no Carnaval” veiculado pelo Jornal da Paraíba:

Walter Pessoa não fez por menos: “A situação financeira do município e do próprio Estado não permite maior apoio financeiro aos festejos carnavalescos, principalmente em se sabendo que o Carnaval paraibano, até o momento, não representa nenhuma atração turística que possa justificar uma preocupação permanente das autoridades”.

José da Mota Florêncio foi incisivo em sua resposta: “O sr. Walter Pessoa perdeu uma ótima oportunidade de ficar calado. Dirige um órgão acéfalo, pago pela Prefeitura para não fazer nada e que agora tomou a iniciativa de se intrometer onde não é devido”.

Com quem estaria a razão?

Na verdade o município de Campina Grande está atolado até o pescoço de compromissos. O Secretário das Finanças, Economista Martinho Dinoá, está ficando com seus cabelos ainda mais brancos de tantos aperreios e compromissos para pagar.

O município não tem dinheiro suficiente para fazer um grande carnaval de rua. Isso é inegável.

O Governo Ivan Bichara já declarou que só libera a verba quando o Prefeito Evaldo Cruz se pronunciar em termos financeiros.

E agora José?

O povo quer brincar seu carnavalzinho de rua, já que o dos clubes está custando os olhos da cara.

A EMDEB diz que não existe dinheiro para esta finalidade. O Presidente da Federação Carnavalesca diz que essa alegação não convence, “porque para tudo o mais existe”¹³¹.

Estes acontecimentos são indicativos dos vários projetos concorrentes em torno do carnaval local na década de 70. Mas, acima de tudo de como as elites locais se encontravam divididas em grupos e em torno de interesses diversos naquele período. Comerciantes, “famílias tradicionais”, políticos e autoridades

130 “Carnaval de rua com pouco dinheiro”. **DB** S/N p 3, edição do dia 21/02/1973.

131 “Briga no Carnaval”. **JP** N° 1297 p 2, edição do dia 07/02/1976.

estavam divididos em torno dos interesses corporativos de seus grupos. E durante o período carnavalesco isto se explicitava de forma mais gritante ainda do que no restante do ano.

E ainda por cima, aos olhos das mesmas o que se constituía no pior, era o fato de as ruas da cidade continuarem sendo invadidas a cada ano que passava pelos ditos “populares” durante os festejos de momo. Talvez, este fosse o único ponto em que elas concordassem. Pois, nos seus discursos o carnaval havia “perdido a tradição” e o “espírito de alegria e originalidade” que o tinha caracterizado outrora. Para estas elites o carnaval, definitivamente, havia deixado de ser uma festa produzida por e para seu uso exclusivo. A festa não era mais sua e muito menos servia aos seus usos e abusos. Os “populares haviam tomado conta das ruas e do carnaval” a revelia dos projetos e interesses das elites locais. E neste sentido, estas práticas ditas “populares” instauravam uma descontinuidade, uma rasura na imagem que determinados segmentos das elites locais queriam constitutivas da cidade.

Além disto, com a propalada crise da economia de Campina Grande, que em décadas passadas se sustentava e ancorava-se no capital proporcionado pelo comércio do “ouro branco”, em profunda crise na região desde a década de 60, fez com que determinados segmentos da sociedade local – principalmente os grandes comerciantes de algodão e aqueles que dependiam direta ou indiretamente dessa economia – deixassem ou ficassem impossibilitados de continuarem a financiar os carnavais locais, perdendo com isto praticamente todo o comando que julgavam exercer sobre e durante tais festejos.

Este é um dos fatores que possibilitam que, a partir de meados da década de 70, o carnaval brincado naquele período deixe de ser significado quase que por completo como um evento no qual alguém (uma pessoa, um grupo, uma instituição etc.) pudesse ser apresentado e dito como o que existia de “melhor” e “mais” verdadeiro na sociedade local; com o direito e no dever de exercer o comando simbólico e efetivo da festa. O carnaval daquele período e seus participantes passam a ser apresentados quase sempre ou sempre pela negativa e em relação “aos carnavais de antigamente”. Para as instituições e elites locais ou aqueles que ainda julgavam ocupar estes lugares o carnaval havia perdido todo o significado e sentido que um dia havia representado para eles.

Deste momento em diante, ao “novo” carnaval – caracterizado pela presença das escolas de samba – que se apresentava nas ruas da cidade são atribuídos outros sentidos e significados, à medida que alguns se desfazem principalmente para aquelas “velhas” elites. Pois, o carnaval havia deixado de ser o momento e o evento para o exercício dos lugares sociais estratégicos e privilegiados na e pela sociedade local. O que esta nova visibilidade e dizibilidade sobre os carnavais não mais permitiam, pois rearticulavam e enquadravam aqueles em outros lugares, conferindo-lhes outros espaços de movimentação ou até mesmo deixando-os nos mesmos, só que esvaziados do seu caráter estratégico, privilegiado e de elite. Assim como possibilitavam a emergência de novos e outros sujeitos nos carnavais da cidade:

Depois de 76 quando as escolas de samba foram crescendo, ai teve Bambas do Ritmo de José Pinheiro, Gremistas do Samba, a Escola de Samba do Flamengo, Acadêmicos de Monte Castelo que junto com a Noel Rosa é uma das mais velhas de Campina; depois vieram Unidos da Liberdade, Invasores do Samba das Malvinas isto já na década de 80. De 77, 78 pra cá teve uma época em Campina que nós tínhamos 10 escolas de samba, tinha a escola de samba do Pedregal, da Palmeira, a Liberdade tinha duas escolas... Gremistas, Unidos da Liberdade, porque a Unidos foi fundada por dissidentes da Gremistas do Samba e foi uma das maiores escolas de Campina Grande. Quem fundou a Unidos fui eu, Nilson Anchieta Gomes, José da Guia conhecido como Burrego, Luiz Gonzaga, Teinha e Lourdes que ainda hoje é a tradicional madrinha da Unidos... Em Zé Pinheiro nós tínhamos uma madrinha da Bambas que é dona Nicinha que é a eterna rainha mesmo de todos os participantes que passaram pelos Bambas (sic)¹³².

Eram estes novos sujeitos, na maioria anônimos, sem as marcas das insígnias e dos “pomposos” nomes das “tradicionais” famílias de Campina Grande que estavam a produzir o carnaval da cidade. Eram os “Burregos”, as “Teinhas”, as “Nicinhas” que constituíam a “tradição” destes novos carnavais. Carnavais de homens sem marca, homens sem nome, sem estirpe ou privilégios sociais, mas que instauravam uma descontinuidade nas práticas carnavalescas da cidade e na imagem que determinados segmentos das elites locais queriam constitutivas de Campina. Carnaval que apresentava uma Campina periférica, suburbana,

132 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. José Alexandre Neto, mais conhecido por “Zé Neto” no dia 03 de Outubro de 2007. O mesmo é funcionário público municipal e um dos diretores da Associação Campinenses de Escolas de Samba e Troças Carnavalescas.

constituída pelas práticas destes homens sem nome, inumeráveis, inclassificáveis. Uma Campina também alegre, descontraída, “desorganizada”, desarranjada sem a pompa, a glória e a grandeza que muitos discursos diziam ser sua vocação.

Os “Burregos”, as “Teinhas”, as “Nicinhas”, os “Zé Neto” são apelidos, codinomes de alguns e de vários personagens de outra Campina também sem nome próprio, vestida com outra máscara, a máscara do anonimato e do descentramento. Uma outra cidade, cidade praticada, brincada, experimentada sem adjetivos, sem superlativos, reinventada e usada a cada festa, a cada carnaval pelos Zé Netos, pelos Burregos, Nicinhas e tantos outros que parecem se esquivar, se escorregar por entre os tentáculos dos discursos e das práticas que tentam constituir Campina como grande. Personagens anônimos, encobertos e resguardados pelo manto negro do anonimato. Anonimato de todos os participantes que passaram pela Bambas, descentramento provocado pelos invasores do samba das Malvinas, de todos aqueles sem nome próprio, sem insígnia, reconhecidos apenas pela máscara dos apelidos, dos falsos nomes, dos pseudônimos. Era esta outra Campina que emergia dos festejos de carnaval praticados na cidade a partir da década de 70. E era esta outra cidade que alguns discursos tentavam apagar, silenciar, ou melhor, era esta cidade praticada que os discursos que circulavam na sociedade local não diziam ou se diziam o fazia pela negativa, tentando nomear, classificar e identificar aqueles personagens sem nome:

A polícia teve muito trabalho durante os quatro dias de momo para manter a ordem pública em toda a cidade, principalmente nos clubes e no curso. Quase duas centenas de prisões foram efetuadas, a maior parte por embriagues e desordens, e em seguida espancamentos. Devidamente relacionados, damos abaixo uma relação completa dos principais casos, excetuando-se apenas as prisões sem menos importância:

Ricardo Pedro da Silva, de 24 anos, casado, Rua Marinheiro Agra, s/n; Neury Henrique de Lima, de 21 anos, casado, residente na Rua Joaquim Azevêdo, 62; Ulisses Pereira do Nascimento, de 18 anos, *agricultor*, residente na cidade de Bonito de Santa Fé; João Bernardino dos Santos, de 40 anos, casado, *motorista*, residente na Rua do Sol; Geraldo Luiz da Silva, de 25 anos, *pintor de paredes*, residente na Rua São Cosme, 322; Josué Firmino da Silva de 42 anos, *carpinteiro*, residente na Rua D. Pedro II, s/n; Luiz Carlos Pereira, de 18 anos, solteiro, *trabalhador braçal*, residente na Rua Abdon Licarião, 382; Maria Alves de Lima, de 22 anos, residente na Rua José Leal, s/n; Josirene de França, de 18 anos, solteira, *doméstica*, residente na Rua Tamandaré, s/n...¹³³

133 “Polícia teve muito trabalho, mas manteve a ordem Pública efetuando prisões: carnaval”. Página Policial. JP N°746 p 4, edição do dia 28/02/1974. (Grifos do autor).

Contudo, esta outra cidade, esta outra festa e aqueles que as produziam pululam, gritam, brincam, dançam, falam, gesticulam mesmo onde um saber e um poder julgam tudo controlar, articular, observar. Como, por exemplo, nos discursos das páginas policiais que evidenciam e externalizam a presença daqueles soldados astutos, a cada ano em número maior, pois mesmo ao falarem deles para articulá-los e fixá-los em determinados lugares eles ai aparecem mais uma vez como ordinários, como um desvio uma vez que, certamente, lá foram ser escritos e inscritos pelos usos e ações, poéticos e bélicos, feitos durante os e nos festejos carnavalescos. Assim, mais uma vez se rebelam no campo do inimigo, contestam uma ordem, minam um poder, quebram com lugares e ultrapassam fronteiras e territórios, enfim, ai retornam e se apresentam como um desvio. Eram estes festejos que começavam a destoar das imagens e discursos que tentavam construir Campina como grande, moderna e progressista. E é justamente neste período que emerge um discurso saudosista, de caráter memorialístico buscando apresentar outra faceta do carnaval da cidade. Um carnaval de nomes próprios, de famílias tradicionais, mas que não mais se praticava no presente e sim, para estes discursos, parecia ter sido a marca, o emblema de um passado glorioso da cidade como tenta fazer ver o Jornal da Paraíba no discurso por ele veiculado:

Em seu programa de sábado, através de emissora local, o deputado Petrônio Figueiredo prestou significativa homenagem ao carnaval de Campina Grande do passado.

Em sua fala, o parlamentar campinense, referindo-se aos carnavais de ontem, disse: “Aquele carnaval de rua que desapareceu nos últimos anos, dos carros alegóricos de Neco Belo comandando o desfile dos “Caiadores” com José Marinheiro. Aquele que morreu com as últimas serpentinas do “Beija-Flor” comandado por Cesar Ribeiro, Ernani Lauritzen, Pedro Ribeiro, Arnaldo Albuquerque, “As Viúvas”, do escrivão Diogo Costa, “Os Regadeiros”, de Chico Abílio, “As Estrelas”, de José André e Manoel Cabelão e, chegando a uma época não muito distante, quando víamos o desfile do Ipiranga, do velho Feliciano, em 1939”¹³⁴.

Este discurso remete a um passado quando Campina ainda era constituída por uma sociedade mais ou menos hierarquizada e visivelmente bem dividida, na qual o nome próprio e o sobrenome das famílias se constituíam numa das principais marcas da mesma. Neste sentido, o discurso acima não é

134 “Deputado falando ao povo da PB relembra o nosso Carnaval”. **JP** N° 745 p 1, edição do dia 24/02/1974.

politicamente vazio, pois é agenciado justamente no momento em que estes valores estavam sendo profundamente questionados na cidade e que os nomes próprios haviam deixado de ser o principal símbolo do carnaval de Campina. Se remeter a este passado significava acima de tudo tecer uma crítica a esta nova configuração social que se distendia na cidade na década de 70. Além disto, se constituía numa tentativa de aplacar o descentramento provocado nos lugares sociais e existenciais antes ocupados por aquelas pessoas e suas famílias e restituir-lhes a condição, o sentido, o significado de outrora.

É neste sentido, que os festejos carnavalescos, daquele período em diante, deixam de ser apresentados por alguns discursos como evento e momento propício para o exercício de qualquer tipo de comando, efetivo ou simbólico. Mas, passam a ser apresentados, no máximo, como um evento capaz de movimentar a fragilizada economia local, pelo menos durante os dias e os meses que antecederiam o carnaval, através da venda de artigos carnavalescos, bebidas etc. para os festejos mominos. No entanto, como não eram mais os grandes comerciantes que financiavam a produção material dos festejos, mas às autoridades públicas quer municipal ou estadual; isto deixava o dispêndio de verbas a mercê dos interesses político-partidários e da agilidade de seus representantes na liberação do dinheiro – o que nem sempre ocorria de forma satisfatória; geralmente as verbas só chegavam às vésperas do carnaval – aumentando ainda mais a lamentação e o desânimo dos comerciantes locais diante dos carnavais daquele período. Discurso este que parece se ampliar nas páginas do Diário da Borborema como ressonância dos interesses daquele segmento social, os comerciantes locais:

O carnaval de 78 de Campina Grande pode ser um fracasso, pois até o momento a federação carnavalesca local ainda não recebeu as verbas dos governos do Estado e do Município, destinada às escolas de samba, troças e outras providencias que só podem ser tomadas desde que o órgão conte com um suporte financeiro. Os comerciantes já perderam as esperanças de um bom movimento para o período carnavalesco¹³⁵.

Comércio local a época formado geralmente por pequenos e médios comerciantes, excetuando-se algumas redes varejistas que ai haviam se instalado, mas que não tinham sua sede na cidade. Ao contrário do período do “boom

135 DB N° 2368 p 2, edição do dia 18/01/1978.

algodoeiro” quando a economia local era sustentada e movimentada por pequenos, médios e, principalmente, grandes comerciantes de algodão e suas “gigantescas” casas de comércio, que além de movimentá-la financiavam o carnaval local. Neste sentido, a cidade que se constituía a revelia dos discursos e práticas dos jornais locais – DB e JP – e de alguns segmentos da sociedade local era totalmente outra. O que levava a construção, por alguns discursos, de um sentimento de desânimo e de frustração diante daquele festejo e do cenário que estava sendo montado na cidade, como se explicita na fala de William Tejo:

Antigamente, existia a federação carnavalesca de Campina Grande cuja presidência era entregue a um comerciante. O carnaval, então, era dirigido pela iniciativa privada. E havia carnaval de rua, é certo, em proporções reduzidas, hoje entre outros argumentos, o carnaval de rua está praticamente morto porque os clubes querem porque querem que a Prefeitura e o Estado financiem o chamado carnaval de rua. Outro fator importante é que este período inflacionário destrói tudo, inclusive a alegria simples do povo. Acredito que futuramente, Campina Grande possa voltar aos carnavais animados, basta que o comércio através de suas associações comande os festejos¹³⁶.

O discurso veiculado por Tejo aponta para a constituição de um desânimo diante dos carnavais, mas acima de tudo permite visualizar a frustração de alguns, a exemplo do próprio Tejo, com a impossibilidade dos comerciantes locais continuarem a comandar os festejos da e na cidade, o que de certa forma é uma extensão da perda de prestígio dos mesmos frente aos políticos e governantes locais ao longo da década de 70 e por praticamente toda a década de 80, o que resultava neste sentimento de desânimo e na esperança de que futuramente este passado fosse recomposto. Passado este em que os interesses dos vários segmentos das elites locais ou pelo menos daqueles que julgavam ocupar e exercer estes lugares parecia não ser tão divergente e descentrado como neste período.

É o choque destes variados interesses que terminava por inviabilizar qualquer projeto das elites locais, fossem elas de qualquer segmento, que visasse ressignificar o carnaval da cidade em favor de seus objetivos e das práticas discursivas que tentavam nomear a cidade como grande, moderna, progressista e

136 Entrevista de William Tejo concedida a Ronaldo Dinoá na década de 80. Não é possível precisar a data correta, pois este não a informou. In: DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: União Editora, 1993. p 315.

desenvolvida. Diante disto, outro discurso vai sendo gestado em meio às elites locais, em especial entre os intelectuais e letrados da cidade e nas instituições que eles representavam, os Diários e Emissoras Associados e o Jornal da Paraíba. Frente a estes acontecimentos, os letrados e intelectuais que escreviam para e naquelas duas instituições começam a forjar uma imagem extremamente negativa sobre os carnavais da cidade e aqueles que deles participavam, os “populares”. Nesta direção segue o Jornal da Paraíba, em matéria publicada no ano de 1976, vejamos:

Assim se expressou o vereador Lindaci Medeiros: “notamos que a cada ano, o carnaval campinense é mais desanimado e pobre, sem nenhuma atração. Entendemos que se não há condições de uma substancial ajuda por parte dos poderes públicos, para que as Escolas, Blocos e Troças carnavalescas se apresentem condignamente no Carnaval, não adianta realmente os minguados cruzeiros oferecidos pelo governo em anos anteriores. O que vemos é a decepção total das Escolas de Samba e congêneres desfilando suas pobreza pelas ruas de Campina, contribuindo para tornar o nosso carnaval uma festa pobre e triste”¹³⁷.

Desta maneira o JP vai construindo uma imagem e um discurso que tentam representar e nomear o carnaval da cidade naquele período como uma festa “pobre” e de pobres. Fator este que se apresenta, nos discursos veiculados por aquela instituição, como causa da “desorganização”, da “tristeza”, “da falta de brilho e animação” que vinham tomando conta do carnaval da cidade. Nestes discursos, e para os sujeitos que ocupavam os lugares de enunciação do mesmo, havia um único culpado pelo propalado “fracasso” e “declínio” dos festejos momescos em Campina Grande: os “populares” e suas práticas diversionais “incivilizadas”, “inestéticas” que, segundo aqueles, não condiziam mais com o atual estágio de “desenvolvimento” e “civilização” da cidade.

Este discurso expressa um claro descontentamento de parte dos letrados locais com os rumos que a sociedade local e a cidade estavam tomando, principalmente no que diz respeito às modificações na sua espacialidade e configuração social. A cidade estava mudando muito rápido, tornando-se mais pobre e para o JP este era o principal motivo para que às “tradições”, a exemplo do carnaval, estivessem se deteriorando cada vez mais. As novas relações que se

137 “Vereadores opinam sobre o carnaval – 76”. JP N° 1297 p 4, edição do dia 07/02/1976.

distendiam na cidade na década de 70 a haviam mudado sensivelmente. Enfim, aquelas práticas haviam instaurado uma descontinuidade nos discursos que tentavam dizer a cidade como grande, pois os mesmos não se encontravam substancializados ou não ressoavam naquelas. Estes discursos não se materializavam mais através daquelas, pelo contrário estavam sendo negados, deteriorados, manchados, rasurados. E para boa parte dos letrados locais se tornava urgente a necessidade de se forjar uma redefinição da cidade, pois não era só o nome e a imagem da cidade que estava em jogo, mas acima de tudo quem ocuparia os lugares de sujeito na produção de uma “Nova Campina Grande”.

E redefinir a cidade implicava também redefinir suas festas, especialmente o carnaval. Mas, ante a impossibilidade das elites locais em definirem um projeto coeso e em consenso, tendo em vista os vários interesses divergentes em jogo e o preconceito que as mesmas nutriam para com os “populares”; a produção da desqualificação do carnaval da cidade e a evasão do mesmo, por parte daquelas, se constituiu como principal alternativa agenciada pelas mesmas nos períodos de momo, especialmente da década de 70 em diante. Estratégia esta que tem como primeiro dispositivo acionado a construção de um discurso “preconceituoso” e desqualificador dos carnavais da cidade, a exemplo do veiculado acima pelo Jornal da Paraíba e que também foi agenciado pelos Diários Associados, como poderemos observar na crônica de José Cursino de Siqueira publicada e veiculada por ambas as instituições:

Os clubes de Campina Grande vão perdendo o sentido de equipe e de emulação nas suas manifestações internas. Não organizam mais seus blocos carnavalescos. Não saem às ruas. Não cantam os sambas e os frevos de maneira conjunta. Não usam confete e serpentina. Não dão mais valor às fantasias.

Tudo isso “já era”. O que se vê pelas ruas é só barulheira. É falta de grupos organizados. É o abuso do pó e do “entrudo” o dia inteiro.

O carnaval de rua vai se reduzindo a banho e a sujeira, até durante as horas noturnas.

O espetáculo limpo, o encanto para os olhos, os desfiles dos clubes da Cidade não tem vez, nem espaço de tempo no carnaval Campinense.

Por esta razão as ruas ficam vazias, pois o grande povo não tem o que ver, nem quer tomar banho todas as horas. Procura até evitar aborrecimentos não saindo de casa¹³⁸.

138 SIQUEIRA, José Cursino de. “Se os Clubes Desfilassem”. **JP** N°131 p 2, edição do dia 11/02/1972. Esta crônica também havia sido lida nos microfones da Rádio Cariri de propriedade dos Diários e Emissoras Associados.

Para estas duas instituições o carnaval da cidade havia se transformado num espaço de “desorganização” com “o carnaval de rua” se “reduzindo a banho e a sujeira” por culpa das práticas e “costumes ou hábitos mal criadores” dos “populares”. O acionamento deste dispositivo tinha como principal objetivo culpabilizar os ditos “populares” pelo “fracasso” do carnaval local. Pois, numa cidade para qual suas elites haviam construído uma imagem e um discurso que a nomeava e tentava mostrar como pioneira, empreendedora, desenvolvida, moderna e que “nunca retrocede nas suas ações” devido “a garra e desprendimento de sua gente”, nada poderia declinar. E se assim viesse a ocorrer não seria por culpa dos “campinenses”, mas daqueles que não estariam comprometidos com os “destinos da Rainha da Borborema”.

Desta forma, ao longo da década de 80, tanto o DB quanto o JP, tentavam deixar claro de quem era a responsabilidade pelo “fiasco” em que estava se transformando o carnaval de Campina: dos novos sujeitos e grupos sociais que haviam emergido na cidade a partir da década de 60 como efeitos de uma imigração “indesejada” que tornava Campina mais populosa e “popular” e que haviam tomado de conta dos festejos de momo na cidade. Com isto, aquelas duas instituições tentavam isentar as elites locais de qualquer culpa na construção desta outra Campina não tão burguesa e grande como aqueles queriam que fosse. Eram estes sujeitos que invadiam as ruas todos os anos no período de carnaval e que os jornais locais os nomeavam pejorativamente, como se explicita no discurso a seguir:

Os integrantes das escolas de samba de Campina Grande são mesmo uns fanáticos por batucadas. Até agora, [final de janeiro de 1978], não receberam nenhuma ajuda dos órgãos oficiais, mas já estão aí no meio da rua, promovendo um carnaval (um tanto acanhado) de rua e quebrando a monotonia noturna do centro da cidade. Embora a falta de organização seja a maior do mundo, pelo menos dá para enganar a quem quer que seja. E, ao que tudo indica, essa ajuda financeira não virá nem tão cedo e eles continuarão assim mesmo, desorganizados até o carnaval¹³⁹.

O agenciamento deste discurso e a nomeação dos “fanáticos” como supostos “culpados” pela “decadência” dos festejos estão relacionados a outro acontecimento: o esvaziamento da cidade e por consequência do carnaval pelas

139 “Fanáticos”. DB N° 2369 p 2, edição do dia 19/01/1978.

elites locais, que os abandonam por puro preconceito em não quererem se misturar com aqueles que estavam a experimentá-lo, os ditos “populares”. Aquelas ao abandonarem o último reduto que lhes pertenciam durante os festejos carnavalescos, os seus clubes – a partir de 1986 todos os clubes da cidade, com exceção do Ypiranga deixaram de realizar festejos carnavalescos –, passaram a se dirigir as praias da Capital do Estado ou para festejar os carnavais de outras cidades como, por exemplo, Recife e Olinda. Esta evasão das elites locais era motivada por diversos interesses, no entanto, terminava por confluir para o mesmo caminho, qual seja: o esvaziamento do carnaval de Campina Grande pelos seus “foliões mais distintos”.

Assim: a influência rural, que se revela no São João é a mesma que faz o campinense enfrentar com indiferença, desdém e até crítica, ao comportamento urbano-liberal-carnavalesco. É muito comum se ouvir dizer que o carnaval é coisa de palhaçada de “sujeitinho atrevido” e muita imoralidade. Isto me chama a atenção, pois em Recife só conhecia este pensamento, partido de velhos ou de protestantes. Aqui não. Ouço de gente medianamente jovem. Desta forma, calculando a emigração que tenho presenciado às vésperas do carnaval, já por vários anos, chego a conclusão de que cerca da metade da população não brinca carnaval¹⁴⁰.

O discurso acima, veiculado pelo Jornal da Paraíba e de autoria do historiador Josemir Camilo, externaliza uma das principais razões da evasão das elites durante os festejos de momo. Estas não queriam se ver misturadas e confundidas com qualquer “sujeitinho atrevido” e muito menos participando de um carnaval que julgavam ser “coisa de palhaçada” de “muita imoralidade”, de “gente pobre” e “desorganizada”. Destes festejos já haviam se retirado a algum tempo as “tradicionais elites locais”, desterritorializadas que estavam de seus lugares sociais e econômicos e que viam se explicitar naquela festa os sintomas desta desterritorialização, tendo em vista o desprestígio social patente e a incapacidade de financiar um evento do qual julgavam e supunham ser “os autênticos donos da festa”. Havia se distanciado também os “novos ricos” – comerciantes, industriais, profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros), funcionários de alto escalão, tanto do setor público quanto privado – que passaram a ocupar e exercer os lugares de elite nas novas redes de poder que se distendiam na cidade. Estes

140 CAMILO, Josemir. “Emigração Carnavalesca”. **JP** N° 4047 p 3, edição do dia 15/02/1986.

começaram a se evadir desde os anos finais da década de 60, pois chegados recentemente na cidade e fazendo fortuna rapidamente, não haviam constituído ainda fortes laços com as “tradições” locais, a exemplo do carnaval. Portanto, este festejo não constituía nenhum significado especial e muito menos imprimia qualquer sentido para que aqueles se prendessem a ele e a cidade quando da sua realização.

Assim, estas novas elites se sentiam livres para se dirigirem para onde bem entendessem. Fosse para as praias da Capital, o que foi facilitado pelo asfaltamento da BR 230, que liga Campina a João Pessoa, feito ainda na década de 70, ou para outras paragens. Condições financeiras não lhes faltavam. Mas, não eram só aqueles segmentos das elites locais que se evadiam de Campina no período de carnaval, evadiam-se também os pequenos e médios comerciantes, que não viam mais no carnaval um momento capaz de movimentar a economia da cidade, tendo em vista ser uma festa produzida com poucos recursos financeiros e por segmentos sociais pouco privilegiados do ponto de vista econômico.

Havia se evadido também a classe média, ainda vacilante, mas extremamente “preconceituosa” para se misturar com os “populares” nos festejos de rua, preferindo seguir as elites locais em seu cortejo em direção a João Pessoa, mesmo providas de poucos recursos financeiros. Para estes segmentos da sociedade local não valia mais a pena investir no carnaval de Campina Grande. Fosse um investimento simbólico, econômico ou de qualquer outra dimensão. Estes segmentos sociais passavam a ver o carnaval da cidade com péssimos olhos, como aponta Josemir Camilo em artigo publicado no Jornal da Paraíba:

Outra coisa, é que o carnaval não é só prévia e seus próprios dias. É tradição de batucadas, de rodas de samba, de “manhãs de sol”, de uma maior abertura e integração dos terreiros de xangô com as escolas de samba e principalmente o clima de liberdade. Este é um dos mais difíceis por ser Campina uma sociedade conservadora, baseada em valores católicos já superados, arcaicos e de uma moral fora de moda, senão falsa. Uma sociedade preconceituosa contra homossexuais, negros e mulheres. Pensam que quem desfila, samba, freva tem relação com droga, sexo, prostituição. As cabrochas são tidas como meninas de programa e homem que se fantasia é tido como bicha¹⁴¹.

Além disto, estes segmentos sociais pareciam ter subjetivado outros

141 CAMILO, Josemir. “O Difícil Carnaval”. JP N° 4335 p 2, edição do dia 20/02/1987.

códigos e discursos do que deveria ser uma “manifestação cultural” como o carnaval, tendo em vista que a cidade contava com uma rede de televisão desde 1963, a TV Borborema, e que já a partir da década de 70 retransmitia o sinal da Rede Globo de Televisão, já em cores, para toda a cidade. E durante o mês de fevereiro era parte fundamental de sua programação a transmissão dos desfiles de carnaval do Rio de Janeiro e constantes as matérias sobre o carnaval de Recife, Olinda e Salvador. Estes fatores, provavelmente, haviam contribuído para emergência de outra sensibilidade entre as elites e “classe média” locais, de como deveria ser produzido um evento como o carnaval. E nos seus discursos, o carnaval de Campina Grande estava longe de ser um espetáculo ou um evento turístico a altura da imagem que aqueles queriam inerente a cidade. É diante destes fatores que Agnello Amorim constata, com ironia e sarcasmo, a condição do carnaval de Campina Grande naquele período, para os segmentos sociais que representava:

A lufada dos ventos subversivos varreu os nossos Carnavais; não se há de dizer que foi a crise que afastou o povo das ruas, deixou os clubes nus de gente. Não! As festas juninas provam que a população gosta de brincar, se divertir. O que houve, essencialmente, foi uma mudança no contexto social da cidade. O povo mudou. Campina Grande, não é mais a cidade dos tempos de Neco Belo, Tota Câmara, Ômega e outros mais. Houve uma metamorfose na composição do tecido social. Os clubes carnavalescos não pertencem mais as elites locais, antigas e despreparadas para os novos tempos. Tudo foi se transformando e ninguém viu, ninguém notou, salvo quando se registrou na prática, os sinais evidentes de que Carnaval em Campina Grande já era.

As pessoas têm que conviver com as crises, para não perderem as perspectivas dos instantes que atravessam, mesmo amargamente. A nossa cidade é composta de forasteiros, gente de todos os rincões do Nordeste. Vem o carnaval e eles voltam de onde vieram; os sofisticados vão para as praias, inclusive sem dinheiro; mas vão; e ao sopro do vento da orla marítima, vivem um instante gratificante de ilusão.

E viva a falta de Carnaval, até que a morte nos separe¹⁴²

O discurso acima é emblemático de como as elites locais, especialmente os intelectuais, tinham consciência das mudanças que a cidade e o carnaval tinham e estavam atravessando. Mas, mais do que isto este discurso é indicativo da estratégia que o possibilita e na e pela qual estava articulado: a estratégia que tentava produzir o silenciamento de tal festejo a fim de barrar aquele processo de

142 AMORIM, Agnello. “Campina Grande: o melhor Carnaval do Brasil”. Coluna Espiando a Vida. **JP** N°3661 p A2, edição do dia 08/03/1984. Destaque-se a ironia do título.

mudanças econômicas e sociais que estavam provocando a desterritorialização das elites locais. Nos anos finais da década de 70 e início dos anos 80 os políticos e populares eram os únicos a se manterem presentes nos festejos carnavalescos. Os primeiros, por interesse eleitoreiro, os segundos por terem ganhado uma relação de forças que a muito vinham travando com as elites locais pelo uso das ruas da cidade no período carnavalesco. Os “populares” haviam “subvertido”, pervertido as regras do jogo e usado o carnaval em proveito próprio.

Contudo, os políticos locais desempenhariam um papel extremamente dúbio neste processo. Este segmento das elites locais caracterizado, sobretudo, pela flexibilidade de seus interesses e volatilidade de seus usos e ações, passou toda a década de 70 financiando o carnaval da cidade tentando, com isto, arregimentar para seus quadros os “foliões” das “classes pobres” buscando transformar diversão em apoio eleitoral, ou melhor, em voto. Mas, esses usos explicitavam apenas os interesses mais imediatos dos políticos locais. Pois, por outro lado, através da burocracia municipal e de seus prepostos nos diversos cargos e secretarias do município, os mesmos terminavam por dificultar a produção do carnaval, fosse demorando a liberar as “verbas” para a produção do festejo, algo constante todos os anos, ou provocando a desterritorialização do evento, com a constante mudança das ruas onde se fixaria as principais “promoções” da “pandega”, o que dificultava sobremaneira a realização da festa de momo na cidade.



Imagem 1: Charge de Fred Ozanan (Fonte: DB nº 543, p. 4, edição do dia 01/03/1987)

Ao adentrar a década de 80 o carnaval da cidade havia perdido completamente a sua referencialidade espacial e urbana. Se até a década de 60 as elites locais tinham a Rua Maciel Pinheiro como o “Quartel General da Folia” e “berço natural dos festejos carnavalescos de Campina Grande”, a partir de meados da década de 70 a situação se modifica sensivelmente. Não por coincidência este é o período em que os ditos “populares” assumem de forma definitiva a promoção dos festejos carnavalescos de rua. Esta perda da referencialidade urbana dos festejos carnavalescos é produto de determinados procedimentos agenciados pelas autoridades e elites políticas locais. Que através de seus prepostos a frente da CIRETRAN e da Secretaria de Transportes, a pretexto de “regulamentar e controlar o trânsito e o fluxo de pessoas e automóveis durante o período carnavalesco” ia deslocando os desfiles e comemorações, a cada ano que se passava, de um lugar para o outro o que terminava por dificultar sua comemoração.

Mudança da pista de desfile, da Maciel Pinheiro – que é o local certo e natural para apresentação das agremiações para a sete de Setembro (sic), fraca decoração e desentendimento quanto a liberação das verbas para a federação foram alguns dos motivos que prejudicaram o carnaval de rua de Campina Grande...A mudança da pista do desfile das agremiações, da rua Maciel Pinheiro para a Venâncio Neiva e Sete de Setembro, onde ficou o palanque oficial, também em muito contribuiu para que o carnaval tivesse diminuído o seu brilhantismo não só pela própria localização daquelas artérias, fazendo com que os figurantes se apresentassem para o julgamento em “plena rampa” o que certamente exigia maior esforço de todos, diminuindo-lhe a mobilidade tão necessária a manutenção rítmica dos sambistas¹⁴³.

Quando dos primeiros deslocamentos, ainda no início da década de 70, mais precisamente no ano de 1974, os jornalistas ainda esbravejavam, pois ainda tinham para o carnaval um projeto político como vimos acima. Contudo, estas mudanças, com o passar dos anos, acabavam por constituir um fundo estratégico mais ou menos delineado. O carnaval era deslocado de uma rua para outra, o que quase sempre dificultava o acesso dos “populares” as ruas centrais, assim como o festejo e a diversão dos mesmos no centro da cidade. Pois, além do constante deslocamento de uma rua para outra, a cada ano o festejo era acomodado em ruas cada vez mais impróprias para o “bom andamento do festejo”. O carnaval era

143 “Carnaval de rua fraco reservou sucesso para os clubes”. **JP** N ° 746 p 1, edição do dia 28/02/1974.

alocado em ruas íngremes e estreitas como a Sete de Setembro e a Venâncio Neiva em 1974, em outras também íngremes e esburacadas como a Sebastião Donato, nesta já na década de 80 ou em ruas estreitas e pouco habitadas como a Rua João Pessoa, por um bom tempo durante a década de 70 e por fim para Severino Cruz, as margens do Açude Velho a partir da década de 90.

Estes deslocamentos fizeram com que o carnaval de Campina perdesse a sua referencialidade urbana. Desterritorialização esta apresentada no discurso de Fred Ozanan com extremo sarcasmo e ironia. E não por acaso a charge de Ozanan é do ano de 1987, período que compreendia a metade da administração de Ronaldo José da Cunha Lima e pouco mais de seis meses depois da inauguração do Parque do Povo. Espaço este que serviria de território para o “Maior São João do Mundo”, a festa que seria a pedra angular da estratégia movida pela família Cunha Lima para o soerguimento da cidade e dispositivo de rearticulação de seu grupo nas novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais que se distendiam em Campina. Segundo Lima:

Os discursos em torno da construção da festa de São João buscam assim, conciliar a construção de um novo lugar, espacialidade para a festa, com antigos territórios sociais e existenciais. Os discursos da presença e manutenção de tradições são, na verdade, sua invenção para novos e múltiplos fins, que podem se deslocar para fins econômicos, políticos, sociais, culturais etc¹⁴⁴.

Era esta espacialidade que o carnaval havia perdido devido às ações das autoridades e políticos locais nos anos 80. E neste momento, tais ações já se encontravam articuladas a estratégia do grupo Cunha Lima na tentativa não só de produzir o esvaziamento do carnaval da cidade, objetivo que sempre esbarrava na resistência e persistência dos “populares”, mas, também de silenciá-lo uma vez que novas tradições estavam sendo inventadas na e para a cidade e seus habitantes buscando conciliar a construção destes novos lugares com antigos e novos territórios existências e sociais. E o carnaval, aos olhos e nos discursos destas elites locais, não servia mais para novos e múltiplos fins, fossem eles econômicos, políticos, sociais ou culturais.

Com estas ações e a disposição destas várias estratégias e sujeitos no

144 Cf. LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 54.

campo de batalha, o palco estava armado para que uma nova guerra fosse travada em nome da cidade, em nome de Campina como grande, moderna e desenvolvida. E neste sentido, capitular, cooptar, silenciar os inimigos ou até mesmo decretar a sua “morte” passa a se constituir em estratégias e táticas da batalha. Avanços, recuos, rearranjos parecem constituir esta batalha, mas acima de tudo a mesma abre os espaços e constituem as possibilidades para a invenção de novas festas, e as tentativas de reinvenção de Campina Grande. É a cartografia, a topografia desta batalha que tentaremos delinear nas páginas seguintes.

2.2 – Usando e abusando da memória: inventa(ria)ndo um passado e uma tradição para a cidade.

Campina Grande adentra a década de 80 perpassada e constituída por inúmeras mudanças e transformações na sua configuração política, econômica bem como presenciando um redimensionamento profundo na sua espacialidade, não só física, mas também, e principalmente, social e cultural. Campina e sua sociedade estavam a se apresentar durante os anos iniciais da década de 80 como uma cidade fragmentada, heterogênea e descentrada, com sua sociedade dispersa e dividida em torno de vários projetos para si e para a urbs que habitava. E neste sentido, o carnaval se constituía como a festa na qual estas mudanças e acontecimentos se materializavam e se apresentavam de forma mais explícita e gritante, pelo menos aos olhos de alguns segmentos das elites locais. A perda dos espaços e dos lugares privilegiados durante o período carnavalesco estava a representar para determinados seguimentos da sociedade local, a sua desterritorialização e perda de status social sobre os demais habitantes da cidade assim como sua incapacidade de continuar a governá-la e a ditar e administrar “seus destinos”.

Contudo, foi neste período que emergiu, como vimos no capítulo anterior, uma estratégia que tentaria unir os vários projetos para a cidade, existentes a época, em torno de alguns lugares de produção em comum e dos mesmos ideais e interesses. A estratégia movida pela família Cunha Lima centrou sua política e projeto para a cidade na produção do turismo de eventos, ou seja, na chamada

“indústria sem chaminés”, especialmente no seu segmento festivo. Neste sentido, a reinvenção de antigas tradições e a invenção de novas passou, a partir da segunda metade da década de 80, a se constituir no principal mecanismo acionado por esta estratégia para por em prática o seu projeto de poder.

No entanto, a (re)invenção destas tradições e por conseguinte do próprio nome e da imagem da cidade não ocorreu de forma consensual e harmônica, pelo contrário, foram gestadas em meio a uma batalha de interesses que envolviam a ocupação dos melhores lugares, a manutenção de outros, a criação de novos e o esvaziamento de alguns outros. É a constituição desta batalha que tentaremos descrever/analisar de agora por diante.

Como vimos anteriormente à família Cunha Lima retomou um lugar privilegiado na sociedade local após a eleição de Ronaldo Cunha Lima para prefeito da cidade em 1982. Sua eleição se constituiria numa espécie de marco inaugural, seria a ponta do iceberg de todo um processo de reinvenção da cidade e de sua sociedade que havia sido gestado nos anos finais da década de 70 e que estava emergindo no início da década de 80 e que vinha sendo movido de forma aleatória e assistemática por diversas instituições da cidade e seus representantes, esparsa e dispersamente dispostos no campo de batalha. Mas, com o retorno da família Cunha Lima ao centro dos processos decisórios da política local esta configuração se alteraria e sofreria alguns rearranjos, como, por exemplo, o que possibilita a emergência do “Maior São João do Mundo” como festa típica da cidade e como símbolo da retomada do desenvolvimento, do progresso e da grandeza de Campina.

Esta festa foi gestada para simbolizar não só a suposta grandeza da cidade, mas também para tentar eternizar a figura de seu idealizador, Ronaldo Cunha Lima, como aponta Elisabeth Christina de Andrade Lima:

A história da passagem desse político no governo do município constrói, nos discursos e na prática da festa, uma espécie de divisor entre o que era a festa junina *antes* de Ronaldo e *depois* de Ronaldo. Aclamado e festejado como o pai, o idealizador do evento *O Maior São João do Mundo*, é na sua administração que a festa de São João assume a asserção de um espetáculo e a perspicácia e astúcia do citado administrador e de seus prepostos permitem a utilização da festa como um excelente instrumento de construção de estratégias, de táticas e de correlações de força em busca e continuidade do poder¹⁴⁵.

145 Cf. LIMA. Elisabeth Christina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no

A redefinição desta festa no governo de Ronaldo se constituía num dos mecanismos para instalação da política do turismo de eventos como uma “vocação” da cidade. Assim como, um dos meios para retornar Campina ao caminho da modernidade para o qual alguns discursos a diziam estar supostamente vocacionada e do qual havia se desviado nas décadas anteriores devido a ação de “más administrações, a perseguição dos governos estaduais e a uma conjuntura desfavorável” a cidade. No entanto, estes discursos e práticas que instituem, na década de 80, a festa de São João em Campina Grande como um espetáculo, como um evento grandioso são produtos da mesma formação discursiva que institui o carnaval da cidade como um evento decadente, depauperado, desorganizado, que havia perdido a tradição. Mas, mesmo sendo produto de uma mesma formação discursiva estes discursos que pintam o carnaval daquela década com as cores do pessimismo e pela negativa haviam emergido já havia algum tempo, pelo menos desde finais da década de 60, portanto, bem anteriores aos que produziam “O Maior São João do Mundo”.

Contudo, a partir de finais da década de 70 estes discursos iriam adquirir novos contornos, principalmente aqueles veiculados nas páginas dos jornais circulantes em Campina Grande, o Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba. É a partir dos anos finais da década de 70 que os discursos referentes ao carnaval da cidade produzidos por ambos os jornais são investidos de um forte teor folclorístico, ou seja, buscavam fazer uma descrição da festa como patrimônio de uma cultura em franco desaparecimento, apresentando tal festa com um viés saudosista, nostálgico, como podemos observar a seguir:

A minha infância foi marcada pelos grandes carnavais de Campina Grande. Recordo-me quando meu pai nos levava (a mim e meus irmãos) para a velha rua Maciel Pinheiro. Colocávamos óculos de plástico para proteger os olhos das famosas lanças-perfume rodouros, que eram a tônica dos velhos carnavais de Campina.

Quantas saudades das lanças, do boi, do Cavalo Marinho. Quão esfuziante eram o curso, o desfile dos clubes e blocos nas ruas, as saudáveis brincadeiras em família. O carnaval naqueles tempos, era esperado como um período festivo que propiciava às pessoas o extravasamento sem maldades, ou seja, o desabafo sem as intenções escusas que tanto proliferam nos carnavais de hoje.

O tempo foi passando e os carnavais de Campina foram entrando num

processo paulatino de decadência. Como uma pessoa saudosista e carnavalesca nunca quis acreditar que o lirismo e a beleza dos carnavais passados não pudessem mais voltar. Sempre que relembro aqueles tempos maravilhosos, sinto nascer em mim à esperança de que ainda possamos testemunhar outros períodos momescos animados, criativos e sadios. Evoco saudoso o bloco Vassalos Del Rey Montilla, O Homem do Álcool Atrás, e tantos outros que marcaram época em nossa cidade. Esses blocos alegravam os bons carnavais de Campina, e davam a impressão que os monumentais carnavais jamais agonizariam. Ledo engano: o transcorrer dos anos foi nos mostrando, de formas progressivas, que teríamos de nos acostumar a uma outra realidade. Hoje em dia, a época carnavalesca faz de Campina Grande um retiro dos mais seguros e aconchegantes de que se tem notícia. Os foliões saem para a Capital do Estado ou para Olinda e Recife. As brincadeiras ficam reservadas aos clubes (se é que há clube fazendo carnaval), mesmo com uma animação bem aquém em comparação com anos passados. O carnaval de rua da atualidade restringe-se apenas ao desfile das escolas de samba, blocos e troças, onde ressalta-se apenas o esforço dos desfilantes e a paciência da platéia. A que devemos atribuir este quadro? Sabemos que o carnaval é uma mobilização popular e, como tal, deve ser focalizado através de ângulos sociológicos e psicológicos. O contexto sócio-econômico-político não deve ser esquecido em qualquer tipo de análise que se faça.

É evidente que pertencendo a uma das regiões mais pobres do país, Campina Grande não dispõe de recursos para promover um carnaval como muitos sonham. Entretanto, esta não parece ser uma argumentação definitiva; basta que lembremos que o poder municipal tem se empenhado para tornar o nosso São João o melhor do país.

A verdade é que o carnaval campinense, com o tempo, perdeu a tradição e tudo indica que ela não voltará tão cedo. A fuga da população mais abastada para o reduto dos clubes, evitando o contato mais próximo com o povão, poderia ser um motivo para que nosso carnaval de rua decaísse tanto. Todavia, se refletirmos bem, chegaremos a conclusão que não é ainda esta uma explicação convincente, uma vez que o carnaval é, essencialmente, uma festa do povo, do homem sofrido¹⁴⁶.

Este discurso veiculado pelo DB em seu semanário – Suplemento Tudo – sob o sugestivo título “Saudosos carnavais campinenses” aponta para a construção de um discurso de forte teor folclórico à medida que este veicula um certo saudosismo para com “os carnavais de antigamente” – esta espécie de tempo sem tempo – os “saudosos carnavais campinenses”. Buscando colocá-los como os maiores e os melhores, como superiores aos carnavais produzidos no presente, mas acima de tudo insinuando e alimentando um amor por aqueles carnavais do passado, apresentando-os como uma espécie de “mito de origem perdida” dos carnavais de Campina Grande. Fazendo emergir desta forma um discurso que tenta instituir um sentimento nostálgico para com um passado determinado, discurso

146 DINOÁ, Ronaldo. “Saudosos carnavais campinenses”. DB Suplemento Tudo. N.º 5 p 1 e 2, edição do dia 01/03/1987. (Grifos do autor).

semelhante aqueles a que Certeau dizia estar atravessados pela veneração “a beleza do morto”, ou seja, o morto que se torna belo e venerável, o encontro nos mortos e moribundos de um valor que jamais se pode encontrar nos vivos.

Mas, além de investir na idealização de uma cultura que julgavam em franco desaparecimento, estes discursos e os sujeitos que ocupavam os seus lugares de enunciação buscavam apresentar como sua missão profícua a preservação, a salvaguarda, senão, o resgate daquela cultura como forma de sobrevivência de um mundo idílico corrompido pelos usos e “hábitos malcriadores” dos foliões do presente. Baluartes da idéia de tradição, como o grande e, talvez, o maior patrimônio de um povo e de sua cultura, esses sujeitos conjeturam sobre os riscos da perda da tradição e alertam para a necessidade de não deixar “morrer” os “verdadeiros sentimentos de um povo”¹⁴⁷. Como podemos vislumbrar no discurso a seguir, também enunciado por Ronaldo Dinoá:

Estamos no domingo de carnaval. Em épocas passadas, as ruas de Campina Grande serviam de berço para mim (sic) um tipo de folia que exultava romantismo, paixões e confraternização. O passado sempre mexe com os brios de nossa sensibilidade, e de maneira muito mais marcante quando os fatos lembrados retratam alegria. É por isso que as evocações carnavalescas reportam até nós, através do saudosismo, os momentos de júbilo mais significativos da história dessa terra. Essa saudade gostosa, no entanto, não deve perturbar a nossa capacidade de reconhecer que os tempos atuais, com todas as suas circunstâncias muito próprias e naturais, não comportam o clima que envolviam os festejos momescos de outrora. O carnaval que temos hoje deve ser desfrutado na medida das suas proporções históricas. Ele é o retrato de uma época difícil, conflitante, mas talvez seja um degrau que conduzirá nosso povo a uma nova forma de expandir e disciplinar sua alegria. Mas, é sempre bom recordarmos, e esta reportagem nos ajudou muito, fez-nos sentir hoje alegrias vividas a muito tempo e permitiu-nos unificar o contentamento através de épocas distintas. É, pois, com esse espírito, que carinhosamente, reescrevemos o nome de alguns blocos que transbordaram felicidade nos carnavais remotos (mais precisamente a década de 50) “Curiola”, “Branca de Neve e os Sete Anões”, “Os Marcianos”, “O Disco Voador”, “Os Conquistadores do Espaço”, “O Casamento de Noca”. Todos eles continuam a brincar olhando para o presente, sem contudo (sic) esquecermos as épocas e os homens que escreveram, com tanta devoção as melhores páginas de felicidade de nossa história¹⁴⁸.

A emergência deste discurso folclorístico na cidade articulado, ou melhor,

147 Cf. LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 27.

148 Artigo de DINOÁ, Ronaldo. **DB** Suplemento Tudo N° 323 p 3, edição do dia 21/02/19 82. (Grifos do autor).

ancorado nas instituições de comunicação local buscava cristalizar e “reavivar na memória dos campinenses, os vultos, fatos e feitos que mais marcaram a história da Rainha da Borborema”, ou seja, procuravam fazer uma topografia das pessoas, eventos, acontecimentos e feitos que, de acordo com este olhar e leitura, deveriam ficar eternizados na “lembança e na memória de todos os campinenses”. E, neste sentido, Ronaldo Dinoá, talvez, tenha sido aquele que melhor ocupou o lugar de sujeito deste discurso.

No entanto, ao falar de Dinoá, observando nos seus agenciamentos discursivos um olhar folclorista, somos levados a pensar com e a partir de Certeau, principalmente quando este nos chama a atenção para como atua o folclorista, dizendo que o cuidado folclorista não está isento de segundas intenções: ele deseja localizar, prender, proteger. Seu interesse é como que o inverso de uma censura: uma integração racionalizada. A cultura popular e seus supostos aspectos – como o carnaval – definem-se desse modo, como um patrimônio, segundo uma dupla grade histórica (a interpolação dos temas garante uma continuidade histórica) e geográfica (sua generalização no espaço atesta a coesão desta)¹⁴⁹.

Embora Dinoá não especifique a “cultura popular” como alvo de suas dissertações e entrevistas, ele, inevitavelmente, perpassa o seu olhar por este campo produzindo a sua “cultura popular”. Buscando produzir uma “integração racionalizada” da mesma na memória de Campina Grande, ou melhor, na “memória campinense”. Assim como a integração de certo tipo de carnaval, “os grandes carnavais campinenses” como o verdadeiro, o único carnaval da cidade, um carnaval racionalizado, comedido, o carnaval que deve constar na “memória dos campinenses”.

Certamente o carnaval foi o principal evento sobre o qual incidiu este agenciamento discursivo e folclorístico subjetivado e reproduzido por Dinoá. Pois, com esta intervenção o mesmo termina por contribuir para a construção da decadência dos festejos carnavalescos na cidade e o seu silenciamento pelas instituições de comunicação locais:

Em anos passados, o nosso carnaval notabilizou-se no micro-universo da

149 Cf. CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

Paraíba. Constantemente, *procuramos em nossas reportagens, reavivar na lembrança dos campinenses aqueles tempos em que os períodos carnavalescos sacudiam a cidade com a pureza e o loirismo tão em falta nos dias atuais. Evocando a memória pretendemos enfatizar que, mesmo cientes de que Campina Grande dificilmente conseguirá retomar a atividade dos seus antigos carnavais, jamais devemos deixar de, alimentados pelo passado, incentivar para que se processe uma reestruturação desta monumental festa popular*¹⁵⁰.

Com estes agenciamentos Dinoá buscava preservar, salvar e reabilitar aqueles antigos carnavais numa atitude própria do folclorista. Neste sentido, buscamos novamente pensar com e a partir de Certeau quando este diz o seguinte sobre os estudos e discursos sobre a “cultura popular”: os estudos consagrados a esta literatura tornaram-se possíveis pelo gesto que a retira do povo e a reserva aos letrados ou aos amadores. Do mesmo modo não surpreende que a julguem “em vias de extinção” que se dediquem agora a preservar as ruínas ou que vejam a tranqüilidade de um aquém da história, o horizonte de uma natureza ou de um paraíso perdido (e aqui se aplica o duplo sentido do termo)¹⁵¹. São os últimos sacerdotes que julgam manter intacto o sentido, os significados e substância dos lugares já desertificados.

Para tanto, Dinoá subjetiva um discurso e um lugar autorizados, o discurso jornalístico e o lugar da mídia, para produzir ou reproduzir um discurso apaziguador, homogêneo e salvacionista sobre os carnavais de Campina Grande. Carnavais estes que no seu discurso aparecem mais no singular do que no plural, procurando desta forma, retirar-lhes o perigo transgressor, a violência e o descontrole que suscitavam as várias falas e imagens que viam, diziam e instituíaam os carnavais da década de 80. Que distribuídos como objetos usáveis, eram apropriados de diversas maneiras pelas várias pessoas que compunham a sociedade local. Estas terminavam por produzir suas próprias versões dos “fatos”, dos momentos de diversão transformando-os em espaços e momentos de viver e fazer, muitas vezes contrárias as formas aceitas como normais e a estes discursos homogeneizantes.

No entanto, Dinoá silencia esta pluralidade e multiplicidade, buscando apresentar o carnaval no singular, em seus momentos apaziguados e controlados,

150 Cf. DINOÁ, Ronaldo. Op. Cit. 1993. p 445. (Grifos do autor).

151 Cf. CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 1995.

retirando deles os seus aspectos tidos como desviantes e transgressores, assim como seus momentos de violência conflito e luta. Estes agenciamentos feitos por Dinoá se materializam através de procedimentos como, por exemplo, a composição das entrevistas veiculadas pelo Suplemento Tudo do Diário da Borborema onde o mesmo ocupa um lugar estratégico para a divulgação daquele discurso. Além disto, a maioria das entrevistas veiculadas neste caderno do DB, principalmente as que continham referências ao carnaval, eram postas em circulação na semana que antecedia e/ou na semana seguinte aos festejos de momo na cidade. Isto foi levado a efeito por todo o período de circulação daquele suplemento, ou seja, desde fevereiro de 1977, ano que encontramos a primeira edição do Suplemento Tudo ao ano de 1996 quando encontramos os últimos exemplares arquivados no Arquivo do Diário da Borborema.

Materializa-se também na seleção operada por Dinoá, para a composição de seu livro, “Memórias de Campina Grande”, publicado em 1993. Ao contrário do que tinha feito para o Suplemento Tudo quando havia entrevistado sistematicamente figuras “conhecidas, tradicionais e folclóricas da sociedade campinense” no intuito de que essa tivesse “sua memória cada vez mais exaltada”, no livro em questão aquele seleciona e edita apenas as entrevistas que realiza com os “personagens notórios” da história oficial da cidade ou personagens diretamente ligados aos territórios existenciais daqueles, como, por exemplo, as entrevistas com as prostitutas do antigo Cassino El Dourado, entrevistas nas quais se refere mais a este espaço do que propriamente a história de vida de suas entrevistadas.

Dinoá exclui de sua publicação praticamente todas as entrevistas que havia realizado com as pessoas “simples” e “folclóricas” da cidade, deixando apenas aquelas entrevistas e biografias que tinha produzido de determinados personagens, a maioria deles ocupantes dos lugares de elite outrora, e dos “tipos populares” que trabalhavam ou mantinham alguma atividade nos territórios existências daquelas elites.

Não por acaso, os exemplares do Suplemento Tudo arquivados no Arquivo do Diário da Borborema são praticamente os mesmos que foram publicados no livro Memórias de Campina Grande. Ou seja, os exemplares do Suplemento Tudo arquivados no Arquivo do DB passaram por uma seleção semelhante a que

Dinoá fez para seu livro. O que aponta para um procedimento latente de controle da produção do passado da cidade, ou melhor, para os procedimentos que possibilitam a uma dada época e sociedade constituir o arquivo daquilo que ela quer lembrar e esquecer.

E o período que compreende de 1980 aos anos finais da década de 90 são emblemáticos para a construção e invenção do passado de Campina Grande e de sua sociedade. Pois, é neste período que emerge entre seus intelectuais e determinados segmentos da sociedade local uma preocupação com a memória da cidade, com o resgate e preservação de seu passado que se materializará, dentre outras coisas, na reestruturação institucional do Museu Histórico de Campina Grande na década de 90 e no “boom” de livros, teses, dissertações e monografias, produzidas tanto dentro da disciplina História como em áreas afins, que se voltam para o estudo do passado da cidade¹⁵².

Neste sentido, o discurso folclorístico do qual Dinoá é um de seus principais representantes encontrava-se naquele período vinculado a invenção deste passado e relacionado à construção desta memória para a cidade. À medida que os agenciamentos feitos por Dinoá, especialmente a construção de seu livro, se configuravam como ações plenamente políticas e estratégicas visando proteger e resguardar os lugares e interesses de alguns grupos e segmentos da sociedade de Campina Grande. Tentando, com isto, cristalizar os mitos de sua suposta origem, através de um discurso folclorístico que produzia uma cultura e um passado para a cidade como resultantes da criatividade e do pioneirismo daqueles grupos sociais.

Ou como diz Certeau, estes enunciados sobre o passado e a “cultura popular” tomam por objeto sua própria origem. Eles perseguem na superfície dos textos, diante de si, aquilo que é, na realidade, sua condição de possibilidade: a eliminação de uma ameaça “popular”. Não surpreende menos que esse objeto de interesse tome a figura de uma origem perdida: a ficção de uma realidade que deve ser encontrada conserva o traço da ação política que o/e organizou¹⁵³.

No entanto é a dimensão memorialística destes discursos que foi investida de um caráter estratégico mais definido. Tendo em vista o esforço não só

152 Cf. crítica feita a esta literatura no tópico 1 do Capítulo I deste estudo.

153 Cf. CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 1995.

de intelectuais e letrados para a sua efetivação, mas de alguns segmentos da sociedade local que estavam sendo, desde muito tempo, deslocados de seus lugares sociais privilegiados e que estavam vendo seus territórios existenciais se desfazerem:

Os carnavais de Manoel Alexandrino Belo, (Neco Belo) não voltam mais. E isso é comprovado na música do saudoso Rosil Cavalcanti, numa das estrofes que diz... “Carnaval de Neco Belo que não volta mais, saudade de Campina Grande Paraíba”... prestando (sic) assim uma homenagem ao maior folião (na palavra dos antepassados) de Campina Grande.

Sendo responsável para organizar os blocos, as fantasias, os carros alegóricos, a orquestra e todos os demais apetrechos, Neco Belo participava do bloco “Caiadores”, cuja animação durava até a terça-feira. Eles se organizavam no sábado, planejavam o esquema de carnaval e saíam com uma máscara muito grande, que chamava “cabeção”.

A animação era em todas as ruas do centro da cidade, principalmente na Maciel Pinheiro. Antes de surgir o lança-perfume existia a “laranjinha” que chamavam “Lima de cheiro”. Na década de 1930 dominavam os clubes Campinenses, Paulistano, Ipiranga e Beco do 31, que, na terça de carnaval, desfilavam nas ruas centrais da cidade, inclusive blocos de rapazes que se fantasiavam das mais diversas maneiras.

SOBRADO SECULAR – A disputa das tradicionais famílias de Campina Grande por um lugar ao sobrado, de onde se podia observar todo o desfile dos carros alegóricos e blocos também existiu. Conforme declarações prestadas por Passinha Agra, seu pai, Josino Agra, tinha um sobrado a rua (sic) Maciel pinheiro (hoje Malharia Preferida) “e muitas pessoas amigas da família, bem como parentes, queriam um lugar para apreciar e assistir aos carnavais famosos, cuja beleza estava na espontaneidade do povo e no colorido dos corsos. As fantasias dos foliões também eram um destaque à parte”, relembra com saudosismo Passinha Agra¹⁵⁴.

A produção deste tipo de discurso atendia a algumas demandas políticas e sociais de alguns grupos e segmentos da sociedade local, principalmente aqueles que descendiam ou haviam tido alguma ligação com as “famílias tradicionais” da Campina das décadas de 10 a 30 do século passado como, por exemplo, Passinha Agra, e que estavam se sentindo alijados, desterritorializados dos lugares sociais que um dia suas famílias haviam ocupado. Ou seja, os representantes remanescentes destas “famílias tradicionais” ao se colocarem no lugar de sujeito daqueles discursos procuravam suprir e suprimir o seu vazio, subjetivando os discursos que forjavam a invenção da memória dos “grandes carnavais campinenses”. A constituição deste espaço de memória buscava perpetuar e cristalizar aqueles antigos lugares estratégicos, privilegiados e de destaque que os

154 DB N° 5855 p 6, edição do dia 01/03/1992.

mesmos haviam ocupado outrora e que vinham sendo gradativamente evanescidos.

Neste sentido, esta memória eivada de enunciados e vitórias reafirmadas permitiria a aqueles segmentos sociais recompor aspectos da batalha, da guerra que vinham perdendo há tempos ou onde já haviam sido derrotados efetivamente, transpondo-as, deslocando-as para outros campos, o da memória, lutando-se nestes para derrotar os adversários com a construção de versões que punham em xeque a situação presente do confronto e que as recolocavam (elites) eternamente vitoriosas. Em grande medida, a invenção desta memória buscava possibilitar àquelas “famílias tradicionais” continuarem como centros de catalisação de força, transmissão de poder e parâmetro de individuação social.

É por isto que lembrar os carnavais de Neco Belo não se constituía num ato politicamente vazio, inócuo. Mas, representava a crítica de um grupo social ao tempo presente, à configuração histórica na qual estava imerso. E isto era efetivado através de um discurso memorialístico que remetia, sobretudo, a um tempo em que a cidade e sua sociedade teriam vivido seu principal período de centramento e territorialização política, econômica e cultural e em que os antepassados do grupo social produtor destes discursos tinham desempenhado um papel primordial.

Por isto, o tempo e o espaço a que este discurso remete são o de uma Campina de costumes e valores patriarcais, católicos, familiares. Uma cidade que se organizava em torno de suas famílias tradicionais, parentelas e amigos; onde todos conheciam a todos e os posicionamentos e lugares políticos, econômicos e sociais eram bem definidos e hierarquizados, onde a própria espacialidade da cidade representava ou se adequava a sua composição política e econômica e a sua segmentação social. Um tempo que, para estes discursos, apresentavam uma Campina pujante, em pleno processo de modernização, mas que conservava e prezava pelos valores e tradições de sua sociedade. Isto se explicita também em discursos como o de Armando Lira:

A Rua Maciel Pinheiro apinhada de foliões; pierrôs, colombinas, palhaços, mascarados, blocos de sujeitos, de lindas garotas; lança-perfumes, confetes, serpentinas e alegria contagiante de todos. Eram quatro dias e quatro noites de muita beleza e muita animação.

As sorveterias Pinguim, Taça de Ouro e Florida ficavam literalmente ocupados pelos carnavalescos. Os ricos bebiam uísques importado e os mais humildes pediam “pingado” a Manoel, hoje da “Carne de Sol”, e

naquela época um incansável e competente garçon, e, de quebra, o tira-gosto de tripa; ou uma “Lourinha” bem gelada que também, inesquecível privilégio, era bebida de pobre...

As emissoras, Rádio Caturité (Maciel Pinheiro) e Radio Borborema (na Cardoso Vieira) promoviam, em seus auditórios, grandes programas dedicados ao Reinado da Folia. Na Caturité por necessidade (não tinha nenhum centavo para brincar naquele ano), ganhei um concurso de frevo e, como prêmio, uma caixa de lança “Rodouro”, indispensável para quem fosse um verdadeiro folião.

Os componentes dos clubes “31”, de saudosa memória, Campinense, Ipiranga e Paulistano desfilava seus blocos durante todo o dia, animando o carnaval de rua, e, à noite, realizavam extraordinários bailes ao som de afinadas orquestras. Havia fôlego para tudo porque o “progresso” não tinha transformado ainda os homens em robôs, sem tempo para nada...

Romances surgiam em meio à passarela da Rua Maciel Pinheiro, às vezes, do simples olhar entre um palhaço e uma “rainha”, ou do frio do lança-perfume do pierrô nas costas da colombina... E muitos casamentos nasceram no Reinado de Momo¹⁵⁵.

Estes discursos expressavam também a saudade destas pessoas e do grupo social a que elas pertenciam dos territórios existências que haviam construído para si e que estavam vendo desaparecer, se evanescerem na poeira do tempo. Pois, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Junior a saudade é um sentimento pessoal de quem se percebe perdendo pedaços queridos de seu ser, dos territórios que constituiu para si. A saudade também pode expressar um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perde suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente a sua posição, que viu os símbolos do seu poder esculpido no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história¹⁵⁶. E era justamente este sentimento que parecia tomar conta de determinados segmentos sociais de Campina Grande na década de 80. Pessoas como Passinha Agra, William Tejo, Armando Lira e outros estavam a dar por falta destes territórios existenciais, ou seja, estavam a sentir saudade da Rua Grande (Maciel Pinheiro) com seus sobrados e casario colonial, das festas em família, do carnaval de seu tempo, dos seus espaços de sociabilidade, da Livraria Pedrosa, da

155 LIRA, Armando. “Cadê meu Carnaval”. Coluna Memórias de Campina Grande de Hortênsio Ribeiro. Suplemento Dominical Nº 3. **JP** Nº 3950, edição do dia 17/02/1985. O Manoel garçon, citado na nota acima, hoje conhecido como “Manoel da Carne de Sol” é um dos entrevistados por Dinoá. Sua entrevista é uma das que compõe os dois volumes do livro “Memórias de Campina Grande”, que por coincidência tem o mesmo título de uma das colunas do Suplemento Dominical do Jornal da Paraíba que circulou durante boa parte da década de 80.

156 Cf. ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. “*Enredos da tradição: a invenção histórica da região Nordeste do Brasil*”. In: LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica. 2001. p 139.

Sorveteria Pinguim, do Bar Macaíba, da Frutaria de Cristino Pimentel, do El Dourado.

Eram estes símbolos do poder que haviam exercido outrora que tinham desaparecido ou que estavam sendo “corrompidos” pelo “progresso”, pela modernidade. Desde muito tempo que a Maciel Pinheiro não era mais a rua daquelas elites, seus sobrados, os símbolos de seu poder, haviam sido demolidos, transformados em casas de comércio e a Maciel Pinheiro num imenso calçadão. As tradicionais festas em família não representavam mais nada para a sociedade local da década de 80. O carnaval havia perdido a “pompa”, o “lirismo” e o “encanto” de outrora, tinha se transformado, na ótica destas pessoas e para estes discursos, numa festa pobre, de pobres e para pobres. No entanto, era aquele passado que tais discursos tentavam recompor com a construção de um espaço de memória durante a década de 80.

E é neste sentido, que o discurso folclorista se articula a estes discursos memorialísticos, buscando inventar uma memória para a cidade. Articulação esta que emergiu entre os anos finais da década de 80 e início da de 90.

Pelas 8 horas da manhã, hoje, na Praça João Pessoa, estará se reunindo o bloco Zé Pereira. Serão momentos de história e saudade. História pela ressurreição ao nível de Campina Grande de uma agremiação que é um dos símbolos do carnaval brasileiro. Saudade, por tudo que é de lembranças que está vindo a tona, derramando-se diante da velha praça de guerra da folia campinense, defronte da antiga sede do Campinense Clube, sob os olhos severos, mas festivos, do patriarca César Ribeiro. É bom que seja ali, diante da estátua do sisudo mártir da revolução de 30, que já como bronze, pretendeu ser gente de novo, para arrastar seus pés marciais ao som do pistom de Porfírio, nos salões daquele que foi o clube social mais afamado da cidade serrana. Ali estarão Neco Belo e seus filhos, como fantasmas alegres, participando de mais um marco na restauração do carnaval de Campina Grande, que em outros tempos foi o maior do interior do Nordeste. Ali estarão também as meninas de minhas tias Alice Tejo e Ceci Belo, acompanhadas das filhas do tio Elias Ramos – o trio Célia, Suzy e Dodô – como crianças mesmo, brechando a pândega, como fizeram em dias diluídos pelo tempo, no “sereno” de passados carnavais, quando espiavam do lado de fora do clube, a gente grande entrando para se divertir, cantando os sucessos que vinham impressos nos livretos:

“Tenho uma coisa pra te dizer,
Mas não digo, não,
Porque maltrata o coração...”
“Oh, que calor, Ô, Ô, Ô, Ô, Ô
Viemos do Egito...”
“Confeti,
Pedacinho colorido de saudade!
Ao te ver na fantasia que usei,

Confeti, confesso que chorei...”

Será bom ver o bloco Zé Pereira, sob a batuta do velho Capiba, não o Lourenço, mas o Amaury, sacudindo a leseira da grei de afoitos foliões, de momescas festas d’antanho. Haverá cheiro de lança-perfume no ar, cheiro mais na memória e no olfato da fantasia da ressurreição, impregnando a atmosfera da pracinha, perfumando alguma lágrima distraída, que descerá certamente dos olhos de Albanita Gusmão, que estará em trajes típicos do Hawai, pescoço envolto nas serpentinas do último baile do Aliança Clube 31.

O Zé Pereira estará de volta, pelos pés, pelas mãos e pelos espíritos que jamais irão envelhecer de Capiba, Ermírio Leite, Genaldo Dias, Waldecyr Villarin, Maurício Almeida, Roberto Curura, Geider Trigueiro, Orlando Almeida, Hélio Soares, Tota Lucena, Félix Brasil, Ary Rodrigues, na frente o porta-bandeira William Tejo, com uma daquelas invejáveis cartolas de imitação, todos, todos nem sempre, acompanhados das respectivas, de festas sem conta, de instantes que não haverão de se apagar da memória, e de quebra, puxando o cordão, parte da orquestra do Vassourinhas de Recife, recado musical de Capiba, o mais velho, que não vem, mas estará entre nós, pelo sobrinho e pela sua eterna melodia¹⁵⁷.

A articulação destes discursos buscava forjar novos espaços onde pudessem ser escritos e inscritos “novos” festejos que permitissem o reenquadramento daqueles segmentos sociais e daquelas famílias – Tejo, Agra, Almeida, Trigueiro, Figueiredo etc. – que o compunham de forma que conseguissem manter alguns lugares sociais estratégicos e privilegiados na sociedade local ao final da década de 80. Ou seja, inventava-se uma tradição, produzia-se uma memória para a cidade no intuito de se construir redes de convenções e de rotina que aplacassem a sensação de desterritorialização daquelas “famílias tradicionais” e de seus descendentes trazidos pelos “novos” tempos.

E isto aparecia durante o período de carnaval de forma explícita, como no discurso acima veiculado por Agnello Amorim. O discurso deste procurava justamente constituir um equilíbrio entre os novos carnavais de Campina Grande e a “tradição” dos “grandes carnavais campinenses”, os “carnavais de Neco Belo”¹⁵⁸ garantindo, assim, a perpetuação de privilégios e lugares sociais ameaçados ou em vias de serem evanescidos, muito embora repletos de ocupantes que julgavam defendê-los sem mais tê-los.

Esta memória se constitui de enunciados cristalizantes e seletivos,

157 AMORIM, Agnello. “O Bloco do Zé Pereira: homenagem a Eneida Agra”. **JP** N° 5903 p 6, edição do dia 01/05/1992.

158 Manoel Alexandrino Belo, o “Neco Belo” era filho de Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque e cunhado de Cristiano Lauritzen. Cf. GURJÃO, Eliete de Queiroz. “Para Onde o Poder Vai, a Feira Vai Atrás”. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). Op. Cit. 2000. p 34-35.

tendentes a conservar, perenizar, preservar, idealizar e eternizar determinados discursos, interesses, valores e costumes. Com isto esta memória é colocada como Memória-Histórica dos “grupos sociais dominantes”, como consciência de si de sujeitos históricos que querem se manter idênticos, estáveis e exemplares, através de monumentos que expressem e comuniquem à posteridade a sua existência grandiosa e inesquecível; a memória que garantirá a continuidade desses poderes e lhe servirá de seguro contra a mudança e a dispersão. É uma vontade de controlar o passado com o intuito de dominar o presente e o futuro.

Pensando com e a partir de Nietzsche, podemos dizer que esta memória objetiva produzir alguns efeitos, a saber: ela objetiva ser monumental, ou seja, busca se referir ao passado procurando nele exemplos, modelos para ação, valorizando o grande e o magnífico, protestando contra a fuga do tempo e a propriedade do ser. Para ela só o grande homem conta e só ele é exemplar e pode inspirar a imitação dos homens. Enfim, procura fazer do passado um ideal e desqualificar o presente e a possibilidade de futuro. Objetiva ser, também, antiquaria; pois, venera o passado em todos os seus detalhes colecionando, catalogando fatos e mais fatos. Configurando-se, desta forma, como arquivos, buscando preservar o passado enquanto passado, a mumificação de um passado que o presente não mais inspira.

Mas, esta memória expressa também um amor para com o passado, a constituição de um paraíso perdido, pois se constitui na tentativa de fundação de um mito de origem para a cidade e sua sociedade, onde as coisas encontrar-se-iam em estado de perfeição, pois sairiam brilhantes das mãos do criador, uma vez que toda origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo. Assim, os mortos enterram os vivos, pois o presente não é mais capaz de produzir coisas boas, verdadeiras e exemplares, tendo em vista que tudo isso se encontra no passado. É um culto aos mortos, estes calam, enterram os vivos. O passado, através da memória, oprime e soterra o presente. É a exaltação da beleza do morto¹⁵⁹.

Esta memória buscava se materializar na “restauração do carnaval de Campina Grande” através da “ressurreição” do “bloco do Zé Pereira” que buscava recompor aquele passado não só lembrando os antigos carnavais, mas também

159 Cf. CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 1995.; FOUCAULT, Michel. Op. Cit. 1995.

tentando recompor o percurso e a espacialidade do mesmo, ou seja, as referências espaciais daqueles que brincaram os antigos carnavais e tentavam revivê-los no presente.

E para tanto não mediam esforços para “derramando-se diante da velha praça de guerra da folia campinense, defronte da antiga sede do Campinense Clube”, mesmo “sob os olhos severos, mas festivos, do patriarca César Ribeiro” relembrem, reviverem aqueles antigos carnavais, muito embora espreitados pelos fantasmas de “Neco Belo e seus filhos”. Materializava-se também no uso de antigas fantasias como as usadas por “Albanita Gusmão, que estará em trajes típicos do Hawaí, pescoço envolto nas serpentinas do último baile do Aliança Clube 31”.

Busca se materializar também na gestação do Bloco da Saudade no ano de 1991 organizado por Eneida Agra Maracajá e o jornalista Walter Tavares, como podemos observar no discurso de Wanda Elisabeth em matéria veiculada pelo Jornal da Paraíba sob o título “O Bloco da Saudade”:

A começar do nome, a gente tem a impressão que estar a sentir algo diferente, aquele algo mais que mexe e remexe com o nosso coração, como se uma pessoa ao violão, ou numa cuíca ou num tamborim, começasse a arrancar acordes de uma música do passado, daquelas que povoaram os Carnavais de antigamente... Tudo isso se chama saudade. É pecado, sentir saudade? Saudades de coisas boas que o tempo já levou? Não, não acredito que a saudade seja um sentimento negativo. Se é “Bloco da Saudade”, é que ele tem um objetivo maior, é resgatar os carnavais do passado, aqui em Campina Grande, , isto é importante, faz parte da nossa cultura popular. É lembrar o corso animado na Maciel Pinheiro, vindo até a frente do Campinense Clube, vendo aqueles carros de capotas arriadas, enfeitados com lindas ciganas, espanholas, odaliscas, portuguesas, havaianas, piratas, arlequins, colombinas e pierrots (sic)... As batalhas de confetes e serpentinas, de todas as cores do arco-íris, como que amarrando um carro ao outro, formando um desfile deslumbrante de cor, de movimento, de som e de alucinante alegria.

E a animação das festas no clube Campinense, 31, Paulistano, apinhados de gente, gente pulando, gente cantando, gente jogando lança-perfume na gente, gente sambando, gente frevando... O “Bloco da Saudade” vai, com certeza, acender bem viva a fogueira da recordação dos antigos carnavais de Campina ao percorrer suas ruas com alegria, com vibração, com vontade mesmo de esquecer a dureza do tempo em que vivemos atualmente, vão fazer de conta que estamos vivendo um sonho lindo e que não vai acabar tão cedo. Ah! Seu “Bloco da Saudade”, vem até aqui onde estou, quisera poder dispor de braços agigantados para acolher todos vocês, componentes, de uma só vez, junto ao meu coração, porque seria uma maneira carinhosa de agradecer a grande homenagem que presta você, “Bloco da Saudade”, à minha cidade querida, na tentativa de lembrar, de fazer voltar de novo, de resgatar a memória dos grandes carnavais campinenses do passado. Os concursos das mais ricas e belas fantasias no Campinense Clube, quem não se lembra? Eu cheguei, ainda, a conhecer o

carnaval campinense com tudo de bonito que ele tinha a nos oferecer. É por isso, gente, que precisamos salvaguardar a memória de Campina¹⁶⁰.

Este discurso é emblemático da articulação dos discursos folcloristas e memorialísticos, assim como dos procedimentos e práticas que aqueles que os agenciavam tentavam executar para a materialização dos mesmos. Ele expressa de forma emblemática a invenção, a construção da memória dos “grandes carnavais campinenses”. Expressa também a reação de uma elite social decadente e desterritorializada que se debatia, contorcia e retorcia no novo lugar que estava ocupando, talvez o de “classe média”, procurando prorrogar a sua derrocada, celebrando e tentando cristalizar “tradições”, valores, costumes e práticas que remetiam a períodos imemoriais, a Campina dos “tempos de Neco Belo”, de seus “saudosos e comportados carnavais”, quando os lugares de sujeitos ocupados por aqueles ainda eram de elite e suas práticas eram vigorantes e vigentes.

Tal discurso vai se materializar, atualizar e reproduzir na década de 80 e 90 no Museu Histórico de Campina Grande, principalmente após a sua reorganização institucional, quando passa para o controle e gestão da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Tendo em vista que sua exposição permanente (re)produz o mesmo discurso que inventa esta memória para a cidade. Enfim, a instituição do próprio museu é um dispositivo acionado na construção desta memória, o discurso que ele vai produzir é o mesmo veiculado nos jornais da cidade e pelo segmento social por ele agenciado.

Eles se materializam e se articulam também através do livro “Memórias de Campina Grande” de Ronaldo Dinoá publicado em 1993. Que ao compilar e selecionar as entrevistas que tinha feito para o Suplemento Tudo do DB publica, estrategicamente, somente aquelas que tinha feito com os membros daquelas velhas elites ou com pessoas diretamente ligadas a seus principais território existenciais¹⁶¹.

160 ELISABETH, Wanda. “O Bloco da saudade”. Coluna Espaço Livre. **JP** N° 5560, Caderno II p 4, edição do dia 07/04/1991.

161 Em relação ao carnaval consultar as seguintes entrevistas: Raimundo de Melo Luz, Sebastião Dantas Bezerra, Severino Guedes de Andrade, Feliciano Alexandre Ferreira, Severina Ramos de Andrade sobre seu marido Antônio Guedes, Esmeraldina Agra (Passinha Agra), William Tejo, Jaconias da Silva Santos, Altamiro Miranda, Aluísio Lucena, Luiz Gonzaga Diniz, Olívio Rique, Maria de Figueiredo sobre o seu marido Salvino de Figueiredo Agra, Guilherme Cavalcanti Cruz (genro de Neco Belo), Jandira Arruda sobre seu pai Severino de Branco, José Domingos Gabriel e

Do livro ele exclui a maioria das entrevistas que tinha feito com motoristas, barbeiros, relojoeiros, pedreiros etc. a quem ele chama de “pessoas folclóricas” da história de Campina Grande. Com este procedimento ele exclui da memória que estava inventando para a cidade entrevistas como a do motorista Severino Alexandre, que em determinada passagem constrói da seguinte maneira as festas de Carnaval da “Campina de antigamente”:

Ah! O carnaval de 1914 para mim foi o melhor que já vi! Deslumbrou todo mundo. Nós tivemos aqui no carnaval de 14, carros alegóricos puxados por bois e cavalos, tinha um carro de boi muito alto, em cima uma senhora que já faleceu, sogra e tia do Dr. Aroldo Cruz, no bico de um cisne¹⁶².

O discurso produzido pelo Sr. Severino Alexandre vai na contramão da memória que estava sendo construída para a cidade na década de 80, pois ele aponta para uma Campina ainda de hábitos rurais, camponeses que ainda permitia e apresentava nos seus carnavais “carros alegóricos puxados por bois e cavalos”, provocando, acima de tudo, o deslumbramento daqueles que participaram do carnaval de 1914. Além disto, o Sr. Severino Alexandre faz questão de iniciar sua fala demarcando o ano a que está se referindo, enfim, localizando temporalmente a sua construção memorialística.

Neste sentido, estes procedimentos adotados por Severino destoam completamente da Memória que os segmentos sociais acima referidos queriam constituída para a cidade. Memória esta construída por discursos que dificilmente precisavam a que período estava se referindo, preferindo usar termos vagos e imprecisos como antigamente, passado, outrora passando, com isto, a impressão de estar se referindo a um tempo sem tempo, a uma origem perdida (no duplo sentido do termo).

Além disto, o discurso que constrói esta memória aponta para outros usos no carnaval, como, por exemplo, a presença não de carros puxados a boi ou a cavalos, mas de carros impulsionados a horse-power, ou seja, a cavalos a vapor, “os velhos fords pomposamente ornamentados” no curso da Maciel Pinheiro. Talvez, seja por isto que Dinoá exclui esta entrevista da publicação de seu livro assim como

Jaime de Barros.

162 DINOÁ, Ronaldo. Entrevista concedida pelo Sr. Severino Alexandre. **DB**, Suplemento Tudo, p 3, edição do dia 30/03/1980.

exclui a entrevista da doméstica Violeta:

No meu caso a época áurea do carnaval foi justamente a década de 60, quando eu vivia a minha juventude e participava ativamente dos festejos carnavalescos.

As pessoas participavam em blocos, troças, boi do carnaval (chamado de bloco dos sujós) e escolas de samba. Era uma brincadeira gostosa onde todos brincavam em harmonia e a alegria era predominante. Durante o ano inteiro as pessoas preparavam suas fantasias para exibi-las durante o carnaval. Foi uma época de muito luxo e muita diversão sem dúvida alguma¹⁶³.

Violeta agencia mecanismos parecidos com os agenciados por Severino para construir suas lembranças dos carnavais de Campina, só que aponta para outro período e outras práticas carnavalescas. Práticas estas que são semelhantes às acionadas na década de 90 nos festejos da cidade. Um carnaval de escolas de samba, bois, troças, blocos de sujós, mela-mela e outras práticas, que para aquela memória e o discurso que a instituíam não condiziam com uma Campina ideal, idílica, grandiosa.

Afirmar estas práticas, concedendo-lhes um lugar na memória da cidade, seria o mesmo que atestar, afirmar os carnavais produzidos na década de 80 e 90 na cidade como legítimos, exemplares. Talvez, por isto aquela memória só permita recordações dos “carnavais de antigamente” e combata e silencie as lembranças daqueles que teimam em precisar, em demarcar outros carnavais, outras festas brincadas e experimentadas com entusiasmo, outra cidade em festa e sendo festejada. Festas estas que não remetem a um tempo sem tempo e a práticas idealizadas, mas a momentos específicos, a práticas específicas, destoantes, desviantes.

É desta forma que esta memória se constitui também em mecanismo de desqualificação dos carnavais do presente, combatendo contra um tempo que o passado não mais anima. Tentando combater, silenciar ou jogar no esquecimento um tempo e os acontecimentos que o constituíam, pois o julgavam degenerado, degradado. Buscando, com isto, incutir entre os diversos indivíduos constituintes da

163 DINOÁ, Ronaldo. Entrevista da doméstica Dona Violeta. **DB**, Suplemento Tudo. 1992. Cabe ressaltar que esta entrevista e a da nota anterior não constam no livro Memórias de Campina Grande e muito menos no Arquivo do Diário da Borborema. São exemplares avulsos conseguidos por meio de terceiros.

sociedade de Campina Grande na década de 80 e 90 que “o verdadeiro carnaval campinense” era aquele que preservava determinados espaços e práticas carnavalescas idealizadas, paradisíacas. Assim como, a necessidade ou a naturalidade do enquadramento de alguns sujeitos em alguns lugares estratégicos e privilegiados, tentando, com isto, fixar-lhes, no presente, espaços de movimentação onde sua presença fosse, sempre, apoteótica e inconteste, o espaço da memória. A memória dos “grandes carnavais campinenses”.

Tratava-se, portanto, da composição memorialística de um protótipo de festejo que respondesse às necessidades e as demandas dos grupos sociais que a veiculavam. Buscando, com isto, articular, conectar e integrar práticas e discursos, congregando forças no intuito de produzir subjetivações necessárias à manutenção de um modelo de carnaval “elitista” – os “grandes carnavais campinenses” – para uma sociedade que deveria ser norteadada por ideais de grandiosidade, modernidade, civilidade e progresso. Onde aquelas velhas e “tradicionais” elites são colocadas como sujeitos de poder dos carnavais campinenses, à medida que aquele espaço de memória (re)afirma seus interesses, ressalta, privilegia, destaca os lugares sociais ocupados por elas outrora e, acima de tudo, tenta perenizá-los, eternizá-los. Os valores e tudo o mais que as caracterizavam seriam eternizados. Os mortos não põem mais medo nos vivos. Os descendentes dos pais não serão mais atormentados pelos fantasmas que perturbaram os seus genitores, ao contrário, passarão a celebrar seus mortos.

Não a toa que sua generalização no espaço é feita através de um discurso com pretensões massificantes, o discurso jornalístico. E neste sentido, tanto o Diário da Borborema quanto o Jornal da Paraíba se colocavam como veículos difusores desta memória, da “Memória de Campina Grande”. Muito embora, movidos por interesses distintos. Se ao longo de praticamente toda a década de 80 ambos os jornais vão veicular e produzir esta memória como reação a um tempo e a situações que diziam periclitantes, tentando buscar no passado exemplos, soluções para os problemas do presente; a partir de finais da década de 80 e início da de 90 esta memória vai ser usada e agenciada por ambos os jornais para atender a interesses diversos.

O Diário da Borborema vai usá-la como forma de pressão política e

institucional a família que havia lhe destituído o lugar privilegiado de produção do Estado através de sua mídia, assim como quebrado os laços com o “dispositivo Associado”, os Cunha Lima. Neste sentido, para o DB, veicular esta memória significava por em xeque a administração da família Cunha Lima, tanto no Estado como no Município, principalmente a administração municipal que tinha como slogan “um caminho de futuro”. Pois, para aquele diário, a partir do início da década de 90, tudo que de bom a sociedade local tinha produzido encontrava-se no passado, tinha sido produto de administrações passadas.

Isto se constituía, segundo Barroso, como o efeito das novas ligações Associadas com os grupos políticos “afilhados” das “velhas oligarquias locais”, principalmente aquelas vindas das “várzeas do Planalto da Borborema”, saudosas de suas práticas e discursos conservadores, tradicionais¹⁶⁴.

Enquanto que o Jornal da Paraíba vai usá-la para constituir uma tradição para a cidade, para dotá-la de um passado, de um passado exemplar que pudesse servir de base, de modelo de ação para as futuras gerações se por ventura a cidade viesse a atravessar outros períodos turbulentos como o que estava atravessando desde a década de 60. Mas, além disto, a construção desta memória nas páginas do JP explicita suas ligações com os grupos sociais da cidade comprometidos com sua modernização. Modernização esta que, a partir deste período, não expressaria tão somente modernidade, progresso, mas também “tradição”. Ou seja, para o JP a modernidade e o progresso de Campina não era um discurso vazio, ela se sustentava numa tradição modernizante, numa tradição de progresso e desenvolvimento que era “desde sempre a vocação da cidade”.

No entanto, a invenção desta memória e seus usos não se encontravam indissociados dos discursos que apresentavam os carnavais da década de 80 e 90 como decadentes ou na iminência de sua morte. E neste sentido, é interessante acompanharmos uma sensível modificação no discurso do Diário da Borborema de meados da década de 80 aos anos iniciais da década de 90. Modificação esta que além de expressar estes vários usos do discurso folclorístico/memorialístico explicita suas vinculações com as práticas não discursivas predominantes na cidade à época.

Se na década de 80 o discurso produzido e veiculado pelo DB ia de

164 Cf. BARROSO. Op. Cit. 1996. p 285.

encontro aos interesses dos governantes da cidade como contrapartida da sustentação financeira dos Diários e Emissoras Associados via pagamento de propaganda institucional por parte da Prefeitura de Campina, a época governada por Ronaldo Cunha Lima, na década seguinte este laço é rompido, provocando assim uma redefinição dos discursos Associados e de seu posicionamento institucional em relação aos governos estadual e municipal. Esta mudança se refletia também nos discursos em relação ao carnaval.

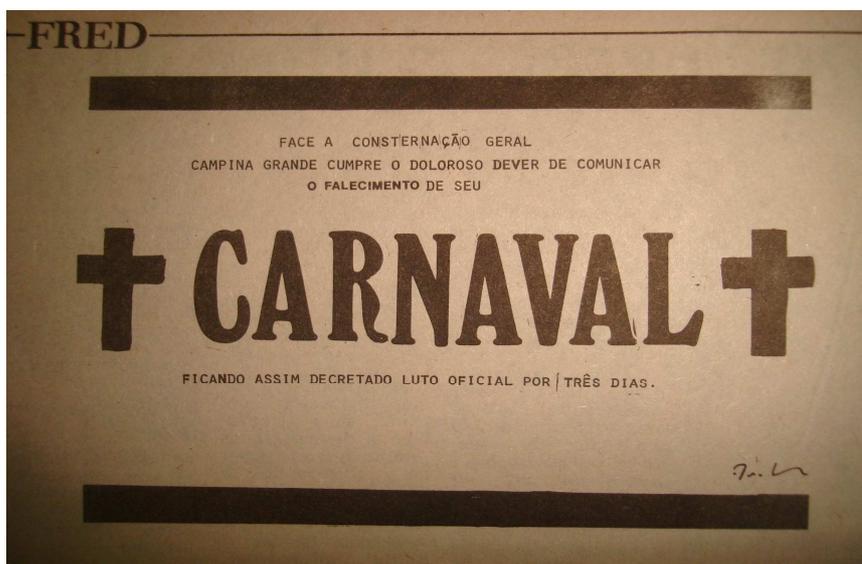


Imagem 2: Charge de Fred Ozanan (Fonte: DB N°544 p 4, edição do dia 05/03/1987).

A charge acima, produzida e veiculada pelo DB em março de 1987, aponta não só para o agenciamento do discurso folclórico nas páginas daquele jornal. Mas, acima de tudo, para o fato de que determinados segmentos da sociedade local, especialmente aqueles comprometidos com o seu soerguimento, não admitirem mais, por preconceito ou por acreditarem não ser condizente com a cidade, a continuidade da realização de um festejo que julgavam desorganizado, decadente, para não dizer, morto. É neste sentido, que se apressam em produzir sua morte, em decretá-la fazendo descrições do mesmo que mais lembram um velório, sem ironia alguma, já que alguns dizem que a morte é uma festa.

Domingo tinha tudo para ser um grande dia de Carnaval. Até as ruas da cidade foram abençoadas por um folião todo vestido de preto que com uma grande cruz na mão, benzia todas as principais avenidas do Centro. Mas só a tarde, havia folião na cidade. No Parque do Povo a Orquestra Municipal de Frevo animava os poucos foliões que ali se faziam presente, tentando

“dar vida” ao carnaval de rua¹⁶⁵.

Estes discursos tentavam matar uma festa que, na sua ótica, estava prejudicando a imagem que a administração de Ronaldo tentava constituir para a cidade, qual seja: a de uma cidade vocacionada ao turismo de eventos, destinada a produzir festas grandiosas como vinha acontecendo com o “Maior São João do Mundo” que estava lhe rendendo destaque nacional e, sobretudo, punha em prática e substancializava o seu projeto de construir a festa junina na cidade instituindo-a como um evento turístico. Desta forma, Ronaldo queria marcar sua passagem pela Prefeitura local como construtor de um grande evento e não como o mantenedor de um evento que muitos diziam estar definhando, moribundo, “morto”; queria se apresentar como um político audaz, que não se resumia apenas em governar a cidade, mas que estava mudando a mentalidade de como deve ser uma administração voltada para o “desenvolvimento da cidade e engrandecimento de seu povo”¹⁶⁶.

E neste sentido, o discurso produzido pelo DB ao longo de sua gestão procurava minimizar ou até mesmo silenciar os impactos da decadência e da morte de tal evento sobre sua administração ou os efeitos de sua administração para tal estado da festa que estavam por produzir¹⁶⁷. Como podemos observar a seguir em matéria veiculada no dia 5 de março de 1987 por aquele diário:

Acentua-se ano a ano o declínio do carnaval campinense. Apesar de toda a publicidade feita pela Prefeitura em torno das festividades momescas, o seu objetivo não foi alcançado, e a maioria da população deixou a cidade, causando grandes prejuízos aos clubes que promoveram bailes, matinês e suarês¹⁶⁸.

Contudo, este tipo de discurso vai sofrer uma redefinição sensível após o ano de 1990 quando Ronaldo é eleito governador do Estado e juntamente com o seu filho Cássio Cunha Lima, então prefeito de Campina, destituem o “dispositivo

165 “Desfiles do Domingo”. **DB** N°544 p 2, edição do dia 05/03/1987.

166 Cf. LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 169.

167 Neste sentido, é indicativo o título de algumas matérias veiculadas pelo DB na década de 80, vejamos: “O Carnaval nunca mais será o mesmo”, “Carnaval campinense está em declínio”, “Cidade é esvaziada durante o carnaval”, “Milhares deixam Campina no período de carnaval”, “Clubes tiveram pior carnaval da História”, “Clubes não promoverão carnaval”, “Carnaval de desilusões”.

168 “Carnaval campinense está em declínio”. **DB** N°544 p 8, edição do dia 05/03/1987.

Associado”. Com a instauração desta ruptura num dos pontos da rede de poder movida pelos Cunha Lima e que articulava os Diários Associados, estes passam a construir tudo de “ruim” que acontecia na cidade como produto das administrações daqueles dois gestores:

Quase todo país abaixo da linha do equador viveu com intensidade os festejos de momo. Quase, porque *contrariando uma tradição de dezenas de anos e até uma vocação cultural dos campinenses, Campina Grande não tem mais o seu carnaval. Os eventuais donos do poder acharam por bem sepultar a mais espontânea forma de manifestação cultural de um povo. Sob o argumento de que a cidade fica vazia neste período, acharam por bem ignorar a data.*

Os sociólogos de plantão, com discreto incentivo dos governantes da cidade, entram em cena e sempre apresentam mil teses para justificar e sacramentar o fim da tradição. Uns culpam a urbanização pelo fim da festa; outros a predisposição natural das cidades litorâneas para o tríduo momesco. Ninguém se preocupa com o que pensa o homem simples do Pedregal, de José Pinheiro – um dos grandes redutos carnavalescos da Rainha da Borborema – da Palmeira, do Cruzeiro.

Querer fazer acreditar que toda a população vai embora para o litoral para justificar o fim da festa é demonstrar a mesma racionalidade daquele mineiro que se recusava a contribuir com seu sindicato, mas que exigia proteção dele contra a polícia belga no magistral livro de Emile Zola, “Germinal”, a obra prima do Naturalismo. *Campina pode e deve ter um grande carnaval. É só a Prefeitura querer.* Longe de se desejar exclusividade em outras de suas festas, o município precisa é oferecer opções.

O campinense ama o seu São João. Aprendeu a gostar da Micarande. Mas também quer ter o direito de ter o seu carnaval do mesmo jeito que os ecumênicos conseguiram espaço para discutir as questões do espírito. *Já que a idéia dominante nos círculos do poder é dar – só – circo ao povo, por que não o seu carnaval?* Por que não limitar por um átimo de tempo a presunção e criar as condições para que os campinenses – que se divertem na capital – brinquem aqui na terra, fazendo com que circule uma quantidade inimaginável de recursos na nossa combatida economia?

Dizer que ninguém fica na cidade é muito cômodo e até irresponsável. *Uma fração da população, que tem condições, seguindo as principais autoridades que são as primeiras a tomar o caminho do litoral, realmente se vai.* Mas e a grande maioria? Quem não tem como viajar, está obrigado a viver três dias sob o frio tumular que querem impingir a Campina? Está obrigado a fazer retiro espiritual forçado? *Até quando as tradições de um povo serão desprezadas em detrimento de modismos decantados pelos arautos do fisiologismo e aplaudidos pela imensa corte de áulicos?*

A rádio FM Panorâmica, em uma feliz iniciativa que contou com o apoio dos DIÁRIOS ASSOCIADOS, mostrou que é possível se reviver o carnaval de Campina. Apesar do improvisado, perfeitamente compreensível, diga-se de passagem o cast de locutores da empresa conseguiu levar aquele que ficou sem opção para Sete de Setembro. Ganhou pontos a emissora. Ganhou pontos o campinense que não pode se afastar da cidade e que teve o direito de viver na sua terra o tríduo momesco.

O carnaval de Campina Grande é viável. Inviável é a má vontade de

*eventuais governantes desta cidade*¹⁶⁹.

O discurso acima é indicativo da redefinição que o “dispositivo Associado” operou após a sua desarticulação da rede de poder movida pela família Cunha Lima. A começar por aquele que ocupa o lugar de sujeito deste discurso, Pedro Lúcio, um militante do Partido dos Trabalhadores – PT na cidade e que fazia forte oposição ao governo de Cássio Cunha Lima. Pedro Lúcio é apenas um dos muitos sujeitos acolhidos pelo “dispositivo Associado” que tentavam ocupar o lugar de “liderança política popular” produzida por aqueles diários após 1990. E neste sentido, Lúcio busca em seu discurso construir uma argumentação que o apresenta como defensor do que “pensa o povo simples do Pedregal, de José Pinheiro, da Palmeira, do Cruzeiro”, constituindo assim, na mesma linha do discurso dos Diários Associados, o povo de Campina como “simples” e “carente” do amparo dos políticos locais “comprometidos” com seus “problemas”.

Com isto, Lúcio visava atacar e por em xeque a administração Cunha Lima, a quem taxava de “arautos do fisiologismo”, “eventuais donos do poder” que baseavam sua “dominação” política na idéia de “dar – só – circo ao povo”. Desta forma, aquele tentava minar o principal discurso e arma política da estratégia Cunha Lima, a produção de eventos turísticos, forjando um argumento que os colocavam como os principais responsáveis por “sepultar a mais espontânea forma de manifestação cultural de um povo”, o seu carnaval. E para tanto não se fazia de rogado em denunciar as ligações de alguns intelectuais da cidade com os “eventuais donos do poder” afirmando que “os sociólogos de plantão, com discreto incentivo dos governantes da cidade, entram em cena e sempre apresentam mil teses para justificar e sacramentar o fim da tradição”. Esta foi a linha editorial adotada pelos Diários Associados como forma de pressão ao grupo Cunha Lima e para a produção de novas lideranças políticas locais comprometidas com seus ideais e postura institucional.

Por sua vez, nos usos que se fazem destes discursos folclorístico/memorialístico o Jornal da Paraíba apresenta, desde a sua fundação em 1972, uma certa regularidade enunciativa.

169 LÚCIO, Pedro. “Inviável é a má vontade”. **DB** N° 2675 p 4, edição do dia 06/03/1992. (Grifos do autor).

O tempo foi passando com a sua poderosa esponja a apagar tudo, menos as doces recordações daqueles inocentes carnavais de rua. Hoje, é tudo bem diferente e sem aquela antiga inocência que marcava os velhos carnavais.

Hoje, os carnavais não contam mais com lança-perfume, profusão de serpentinas e confeti. E nem existe mais aquela animação que incendiava os corações da juventude daquela época. Até as músicas são diferentes, sofisticadas, com ares de escondida imoralidade.

Conta o Sr. Antonio Gualberto, Dedé, que numa terça-feira de carnaval, no ano de 1932, na Rua Maciel Pinheiro, na Pensão de Nhôzinho, num primeiro andar, a quantidade de serpentina foi tal, que êle (sic), Dedé, subiu até a varanda do primeiro andar, agarrado nas serpentinas.

Agora o carnaval é praticamente feito nos clubes, em recintos fechados. O carnaval do povo acabou-se.

*Restando sim, a malvada saudade a morder o coração dos velhos foliões Dedé, Darci Pinto, Zé Barreto, Carias e muitos outros*¹⁷⁰.

No discurso reproduzido pelo JP o passado é apresentado como sendo sempre melhor que o presente. Não importando o que se fizesse ou fosse produzido no presente, especialmente no que se referia ao carnaval, o passado era sempre colocado como o melhor, não todo e qualquer passado, mas um passado imemorial apresentado como uma *arché*, uma essência original que estava se perdendo, sendo degenerada, degradada. No entanto, a produção deste discurso pelo JP era o efeito das ligações latentes daquela instituição de comunicação com determinados segmentos da sociedade local, especialmente as “classes médias urbanas” formadas principalmente por profissionais liberais descendentes das “famílias tradicionais” e elites de outrora, como podemos observar a seguir.

Pois é! Enfim chegamos a quarta-feira de cinzas, como um dia comum igual aos outros dias da semana. Será que houve carnaval em Campina? É a pergunta que faço a mim mesma. Isto porque *já fui uma ardorosa fã dos festejos momescos. Isso quando o Campinense Clube funcionava com sua sede na Praça Coronel Antonio Pessoa e era o mais fechado clube de nossa cidade.*

Na época, o seu presidente entre os muitos que passaram pela diretoria do rubro-negro, era o saudoso César Ribeiro. Austero e autoritário ficava a entrada da portaria do Campinense juntamente com José Nogueira também de saudosa memória e muitas vezes vetando a entrada nas suas dependências de muitos sócios que não estavam em dia com a mensalidade.

Lembro-me como se fosse hoje. O velho César Ribeiro proibiu a entrada no Campinense Clube, de um dos maiores foliões da época. Refiro-me ao bacharel Ermírio Leite, naquele tempo conhecido como “Maria Grande” da Usina de Pedro Ribeiro. Foi um Deus nos acuda e Ermírio perdeu um dia de carnaval e voltou no outro dia com os seus recibos em ordem e atualizados.

170 “Campina dos carnavais de outrora”. JP N° 133 Caderno 2 p 4, edição do dia 13/02/1972. (G rífos do autor).

Naquela época, ninguém deixava Campina pelas praias, outras cidades e Estados, em busca de animação para brincar os quatro dias de carnaval. Quem ia veranejar, no período de Momo, já estava de volta a “Rainha da Borborema”, onde pulava os quatro dias. O carnaval rubro-negro terminava na pracinha “Antonio Pessoa”, ao som de: “Ó quarta-feira ingrata, chega tão depressa, só pra contrariar” e “Ai, ai, ai, ai, ai, está chegando a hora. O dia já vem raiando meu bem e eu já vou embora”.

Realmente dava gosto brincar os quatro dias em Campina! A sociedade prestigiava o carnaval campinense, inúmeros era (sic) os blocos que se formavam. Cada um mais bonito que o outro! E como havia bom gosto e criatividade! Recordo-me do bloco das Bruxas, das Ciganas, dos Índios e outros mais.

A orquestra contratada era sempre de fora. No meu último carnaval a orquestra de Raúl de Barros animou os quatro bailes. Havia também a prata da casa, sob a batuta do maestro Lívio Lima que sempre dava aquele show! O meu último bloco foi o das viúvinhas de “James Dean”, formado pelas moças campinenses: *Aparecida e Berenice Muniz, Terezinha Marinheiro, Terezinha Figueiredo, Suzy Tejo, Terezinha Cunha Lima, Elisabeth Marinheiro, Rosália Maria Ribeiro, Risoleta Córdula e Célia Tejo*. Foi o primeiro e único bloco de propaganda que conseguiu furar o cerco do presidente César Ribeiro. Todas as moças vestidas elegantemente com um blue-jeans preto, em que se lia nas costas “Raimundo Alves e Cia”. Ao som da marcha, “Tanta mulher bonita tem aqui neste salão. Parece até desfile de modelos de verão. Até as viúvinhas do artista ‘James Dean’ vieram incorporadas hoje a coisa ta pra mim!” O bloco entrou no salão do Campinense causando sucesso total.

*Hoje, infelizmente não se faz mais carnaval como outrora*¹⁷¹.

Reproduzindo este discurso que desqualifica o presente o JP tentava fundar o mito de uma origem perdida, uma memória que exalta e tenta conservar e cristalizar ou até resgatar e reviver valores, costumes, práticas, espaços, territórios existenciais e lugares sociais privilegiados outrora para os grupos sociais com quem este periódico mantinha ligações tácitas. Com o intuito de amenizar, suprir e suprimir os deslocamentos provocados pelas mudanças que vinham ocorrendo na cidade desde a década de 60 e que atingiam aqueles grupos. É neste sentido que determinados sobrenomes aparecem com certa ênfase no discurso enunciado por Molina Ribeiro, nomes de “famílias tradicionais” como Marinheiro, Figueiredo, Agra, Cunha Lima, assim como um de seus principais territórios sociais e existenciais nas décadas de 20 a 40, o Campinense Clube.

Esta mesma regularidade se mantém no discurso produzido pelo JP mesmo depois de sua redefinição institucional em 1987 e das eleições de Cássio e Ronaldo Cunha Lima para prefeito e governador, respectivamente, em 1988 e 1990.

171 RIBEIRO, Molina. “Carnaval de Outrora”. JP N° 3658 p A7, edição do dia 05/03/1984. (Grifos do autor).

Carnaval. Serpentinhas. Confetes. Lança-perfume. Máscaras. Fantasias. Corso. Primeiros amores. Ruas cheias de povo, o riso aberto, alegria. Tudo como se queria. Uma doídice. A loucura invadindo as avenidas, sem importação. Vinha tudo de dentro da alma. Era a gente desabrochando a festa que guardara dentro da alma, o ano inteiro. Amanhã é carnaval. Amanhã é folia. O momento de esquecer tudo. Nada de lembrar. É comemorar.

Onde ficou o meu carnaval? Certamente no dízimo da repressão da alma. Onde ficou a alegria? Por certo, num recanto escolhido. Não é assim meu carnaval. Carnaval é doídice, é loucura, é a não identidade, é a luminosidade do frevo, do samba, do maracatu, do “passo”, a fornalha da quentura de quem tinha a caldeira interior fervendo o ano inteiro.

Eu vi a Maciel Pinheiro, a festa que nunca vi. As serpentinhas cruzavam-se de um lado para o outro. O corso, carros abertos, tome lança-perfume, confete, tome sorrisos, beijos, abraços, gritos, música solta, uma catarse. Cadê o pierrô, a colombina, os palhaços, o barulho que misturava em meus ouvidos a voz do povo e o beijo jogado de longe da namorada de ainda agora?

Assisti carnavais em Recife, em João Pessoa, no Rio de Janeiro, em Campina Grande. Não tem mais carnaval. Carnaval ninguém faz. Ele acontece. Chega a hora certa, como o canto de um pássaro. É o povo que vai à rua. Sem que ninguém o chame. Quem não tinha fantasia, vestia uma calça de pijama. Quem não sabia cantar, cantava o que não sabia. Quem nunca pulou, o berro do clarim anunciando a “Vassourinha”, lhe dava asas, a imperatriz do frevo.

Isto era carnaval. Todo mundo bebia, tomava porres de lança-perfume, ninguém feria ninguém, a não ser com um sorriso errado. E se pode errar um sorriso? Um riso? Sem maldade? Sem polícia? Sem cordões de isolamento? A alegria, quando parte de dentro da alma, é como uma chuva de confetes, recortes de estrelas desabando, como chuvas de prata sobre um chão forrado de ouro.

Não sei se eu passei ou o carnaval passou. Mais ainda guardo dentro da lembrança meus velhos carnavais. O que acontece, agora, é um retrato. Retrato que eu fico olhando com saudade. E, às vezes, a saudade dói. E como dói. Mas, é assim mesmo. O carnaval não é mais das criaturas. É dos criadores. Indústria. Pois não¹⁷².

Com esta regularidade em seus discursos o JP queria trazer para a visibilidade da sociedade local uma determinada tradição da festa de carnaval da cidade, tradição esta que diziam estar sendo degenerada, e com isto apontar para a necessidade de sua preservação, de sua conservação enquanto memória, recordação, lembrança de um passado glorioso da cidade e de sua sociedade. Queria construir como natural estas recordações, esta memória. Contudo, sua produção expressava as ligações deste jornal com alguns grupos sociais da cidade que haviam sido desterrados dos seus lugares privilegiados e que tentavam recompô-los com a invenção deste passado, desta memória.

Contudo, até o início da década de 90, tanto o discurso do JP quanto o do

172 MARACAJÁ, Robério. “Meu Carnaval”. JP N° 5577 p 2, edição do dia 04/04/1991.

DB, encontravam-se inseridos numa mesma formação discursiva que buscava afirmar, reafirmar e construir Campina (como) Grande. E nesta formação o carnaval que estava a se realizar na cidade desde, pelo menos, finais da década de 60 era apresentado como estando num processo inverso. Ou seja, é a partir, principalmente, do declínio da economia algodoeira que se exacerba esta tendência discursiva de nomear a cidade e vários de seus eventos sócio-culturais e econômicos como os “maiores” e “melhores”, assim como de atribuir-lhe vários superlativos, como se aquela e aqueles se encontrassem sempre no caminho natural e inexorável de grandiosidade, progresso e modernidade, num curso intermitente de glórias presentes e vindouras.

E neste sentido, para estes discursos o carnaval parecia seguir o curso inverso deste processo, pois a cada ano que transcorria, os carnavais do passado eram sempre apresentados como melhores, “os melhores”, e não eram quaisquer carnavais, mais os carnavais das “décadas de 20, 30 e até de 40”. Segundo esta memória, que nos jornais está articulada a um discurso folclorístico, aqueles eram os maiores e melhores, “os grandes carnavais campinenses”, que deveriam ser guardados, preservados, salvaguardados, senão resgatados e reabilitados. Não só porque estes foram os “melhores” e “maiores”, mas, certamente, porque aqueles grupos sociais, tinham, mantinham e exerciam o governo simbólico e efetivo da festa. Usando-a como um dos, senão o momento e evento mais propício entre todos que ocorriam na cidade, para exercerem este governo, pois se julgavam e supunham ser os “verdadeiros” e “autênticos donos da festa” e da cidade.

Concomitante a estes enunciados, nos discursos que se diziam sobre a cidade a partir da década de 60, os carnavais deste período não condiziam mais com os ideais de grandiosidade tão propalados por parte das elites e dos letrados locais. Pois, para os mesmos, no intuito de suprir e suprimir um processo de mudanças estruturais na configuração social e econômica, que aqueles diziam que a cidade estava atravessando e que por conseqüência desestabilizava o nome e a imagem de Campina (como) Grande, tornava-se imperativo afastar, silenciar ou acabar com qualquer evento ou acontecimento que não mais espelhasse, traduzisse Campina (como) Grande. E isto era o que estava acontecendo com os carnavais da cidade, que não conseguiam mais, pelo menos aos olhos e nos discursos dos

letrados locais, traduzí-la, refletí-la enquanto tal.

Mas, esta estratégia tem o seu revés, pois em Campina nada deixa ou pode deixar de ser grande. E é nesta direção que estes discursos apontam. Pois, para isto era preciso decretar, o quanto antes, a morte de uma degenerada tradição carnavalesca que não era mais significada ou colocada, por estes grupos, como espaço de batalha em disputa. Uma disputa que haviam perdido para os ditos “populares”. Assim, se os carnavais do presente são silenciados por estes discursos, é porque o julgam não mais exprimirem o brilho, a opulência e a grandiosidade condizentes com a cidade. Mas, isto foi feito de forma a construir a vitória daqueles grupos em outro campo de batalha, o da memória, no qual estes carnavais recentes são apagados, esquecidos, silenciados para que as pessoas possam lembrar apenas os eternamente grandiosos, pois, cristalizados e perenizados na memória, “grandes carnavais campinenses”.

Portanto, com o carnaval, diferentemente do que ocorre com outros aspectos sócio-culturais de Campina Grande, a exemplo do São João, a glória, a grandiosidade, os “maiores” e “melhores” carnavais não se encontravam mais no presente, nem num porvir iminente, mas num passado bastante específico, de um carnaval mais específico ainda, com espaços, práticas, modelos de folião e formas de brincar e sair às ruas e aos clubes bem circunscritos, identificados e determinados. E desta forma, para estes discursos, Campina não era mais uma cidade sem passado, que se voltava apenas para o futuro, para o progresso. Campina, deste momento em diante, pelo esforço daqueles grupos sociais e de seus representantes, tinha um passado constituído, um passado glorioso, grandioso condizente com o seu nome e com sua “vocação de grandeza”. Um passado no qual assentar os seus vãos de futuro. Um passado a partir do qual constituir sua tradição de desenvolvimento e modernidade. Uma memória que buscava estabelecer uma continuidade e um equilíbrio entre este passado glorioso e o presente no intuito de garantir e controlar o futuro da cidade através da supressão, do esquecimento, por parte desta memória, do passado mais recente da cidade, de seus momentos de conflito, de descentramento.

E na constituição desta memória, deste espaço de equilíbrio o carnaval ou a memória dos “grandes carnavais campinenses” é o espaço encontrado por

aqueles grupos sociais e seus representantes para recompor parte dos seus lugares sociais privilegiados e assim se rearticular as redes de poder movidas na cidade a época e se constituir em mais um ponto das mesmas a ser atravessado pelo enunciado Campina (como) Grande, à medida que buscavam se colocar nos lugares de sujeito produtores daquele passado.

CAPÍTULO III: Buscando personalizar e materializar a modernidade da cidade: O nascimento político de Cássio Cunha Lima e a invenção da Micarande.

3.1 – “Um grande filho para suceder um grande pai”: construindo a sucessão do “protetor” de Campina (como) Grande.

Ronaldo Cunha Lima ao assumir a Prefeitura de Campina Grande em 1983 passa a produzir determinadas práticas e discursos que findam por constituir uma estratégia bem definida para a cidade. Estratégia esta que tem na perpetuação de sua família nos aparelhos de poder municipal e ascensão dos mesmos aos aparelhos estaduais um de seus principais objetivos. E para tanto Ronaldo, ao longo de sua administração, não olvidou esforços para tentar transformar a cidade de Campina Grande no principal campo de batalha e objeto das disputas políticas a nível estadual e local. Para tanto, Ronaldo utilizava-se de discursos e práticas que tentam personalizar Campina, discursos que a dizem não apenas como um amontoado de concreto e aço, mas como um sujeito, uma “menina-mulher”, que precisa ser protegida de seus “algozes”, dos seus “inimigos”.

E neste sentido, Ronaldo buscava se constituir na figura do “Pai”, do “protetor” da “cidade-rainha”, da “cidade-menina”, pois “por amor a Campina” não descuraria um minuto sequer da sua luta, da batalha a que se dizia destinado, de transformar “Campina, a [sua] menina grande”, numa cidade cada vez mais moderna e desenvolvida, de palmilhar-lhe os caminhos com tijolos de grandeza e progresso, nem que para isso tivesse de renunciar a seus maiores sonhos, pois “o amor de sua causa era maior que a causa de seu amor”. E Ronaldo não perdia a oportunidade de se utilizar deste ardil, como o fez em 14 de maio de 1986, oportunidade em que o mesmo cogitava a sua renúncia ao mandato de Prefeito para se candidatar ao Governo do Estado nas eleições daquele ano. E na oportunidade da inauguração do Parque do Povo, neste mesmo dia, aquele comunica esta possibilidade ao público

presente no local, e após ouvir um sonoro “fica, fica, fica” se dirige, mais uma vez, ao público da seguinte forma¹⁷³:

Eu devo renunciar a meu mandato de Prefeito. Tenho até meia-noite para me decidir. Mas para atender à vontade do meu povo, fico. Ficarei até o fim governando Campina Grande para bem servi-la. Aqui, no momento histórico da mais alta responsabilidade para minha vida política, para o destino de Campina Grande e da Paraíba, eu repito o que foi dito há muito tempo atrás, uma frase que ficou na história deste País: se Campina Grande pede e se é pela vontade deste povo, eu digo a este povo que fico¹⁷⁴.

Com este discurso, Ronaldo além de testar seu carisma e prestígio político, tentava passar a idéia de que estava comprometido com o destino de Campina, que sua união a ela era verdadeira, pois baseada na “criatividade, honestidade e amor”. Criatividade que o havia permitido criar o “Maior São João do Mundo” e inaugurar o Parque do Povo, já que o povo havia lhe pedido o parque, aquele havia lhe dado o Parque do Povo. Honestidade e amor que não permitiam que ele abandonasse Campina no meio de sua caminhada, mesmo ao preço de seu maior sonho, o Governo do Estado.

É desta forma que Ronaldo buscava personalizar a cidade e construir entre ele e ela uma ligação afetiva, personalista, amorosa como a de um pai para com sua filha e isto se expressa de forma emblemática no discurso daquele no seu último ano a frente da Prefeitura Municipal, 1988, exatamente no encerramento do “Maior São João do Mundo”:

Essa festa eu criei como se cria um filho pequeno, crescendo e jogando-o ao mundo. E só um filho poderia prosseguir-la no Maior São João do Mundo. Por isso, entrego Cássio ao próprio destino de Campina Grande¹⁷⁵.

E logo em seguida a seu pai, Cássio Rodrigues da Cunha Lima produz o seguinte discurso:

Haverei de palmilhar os caminhos de Campina Grande, iniciados por Ronaldo Cunha Lima... E com o vosso apoio e vossa confiança, oferecer minha juventude e idéias, para que Campina permaneça com o encontro

173 Cf. LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 159.

174 **JP**, edição do dia 15/05/1986 apud LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 159-60.

175 **JP**, edição do dia 12/07/1988 apud LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 164.

marcado para o futuro¹⁷⁶.

Estes discursos produzidos por Ronaldo e seu filho, Cássio, apontam para a constituição do enunciado que articula a família Cunha Lima e a cidade de Campina Grande, tentando produzir laços de pertencimentos entre estes dois políticos e a cidade, traduzida no seu evento maior, o São João, de forma que governantes e cidade formem um mesmo núcleo, compunham a mesma família. Família governada sempre pela figura masculina do pai. E na sua ausência, Ronaldo apresentava seu herdeiro e sucessor imediato, Cássio Cunha Lima, que assim como o seu pai se apresenta oferecendo o que tem de melhor para a luta, a defesa da Campina, “menina grande”. Grande, porém desprotegida, grande, porém inocente como uma menina que precisa dos cuidados e da proteção do “Pai” ou do irmão mais velho, que na ausência daquele assume, também a condição de “Pai” provedor, mantenedor e protetor “para que Campina permaneça com o encontro marcado para o futuro”.

Desta forma, Ronaldo e Cássio, aproveitavam aquela ocasião e o espaço da festa que tinha sido gestada na administração do primeiro para constituírem e atualizarem as suas imagens de políticos e suas vinculações, que os mesmos queriam personalistas e paternalistas, com a cidade. Além disso, apontavam para a necessidade da continuidade de sua família na chefia dos aparelhos governamentais do município, pois ao fazerem apologia da figura de Cássio e de sua candidatura para as eleições daquele ano, buscavam deixar subtendido que sem um Cunha Lima a frente da Prefeitura Municipal o “Maior São João do Mundo” também estaria ameaçado em sua continuidade bem como o encontro de Campina com o futuro. Fator este que o então senador Raimundo Lira, tentava enfatizar, na mesma oportunidade, dizendo: “a cidade terá a grande satisfação de ver um grande filho suceder um grande pai” e com isto ter “esta festa assegurada, pelo menos até 1992”, último ano de governo do sucessor de Ronaldo¹⁷⁷.

A este respeito diz a antropóloga Elisabeth Christina de Andrade Lima, com quem concordamos:

176 Idem.

177 Cf. LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 164-65.

A festa além de servir de instrumento e dispositivo de legitimação, é também moeda política; assim, para que ela não desapareça, é preciso um “guardião” e ninguém melhor do que o próprio filho do “pai da festa”, para protegê-la de seus “algozes” e “desafetos”. Esses discursos e outros irão permear a campanha política do candidato do prefeito, de tal maneira que será comum o enunciado de que é *necessário que Cássio ganhe as eleições para que o São João de Campina Grande não desapareça*; portanto, uma das estratégias de perpetuação de poder amplamente utilizada pelo grupo político dos “Cunha Lima” é exatamente a apropriação da festa [e da cidade], tomando para si a autoria e, sobretudo, a proteção do evento [e de Campina Grande]¹⁷⁸.

Este enunciado produz os efeitos esperados, pois Cássio Rodrigues da Cunha Lima é eleito naquele ano com uma das votações mais expressivas da história das eleições da cidade derrotando o ex-prefeito Enivaldo Ribeiro. Mas, além destes enunciados a campanha de Cássio havia se pautado na construção de sua imagem como a de um político ousado e moderno que incorporava todo o pioneirismo, o desprendimento do “povo de Campina”. Para estes discursos, muitas vezes, Cássio aparecia como a personificação da própria cidade e de seu “povo”. Desde sua eleição para Deputado Federal Constituinte em 1986, aos 21 anos de idade, que o mesmo buscava se apresentar como um político ousado, destemido, moderno, atuante e de projeção no cenário nacional.

Um político que, apesar da pouca idade, conseguia se destacar em meio a figurões da política nacional como, por exemplo, Ulisses Guimarães, Mário Covas e outros. E desta forma, o mesmo não perdia uma oportunidade de se apresentar em rede nacional de rádio ou televisão defendendo seus projetos enquanto constituinte, apresentando suas idéias de como deveria ser produzida a federação etc. Estes arroubos do “jovem Deputado Cássio Cunha Lima” eram destaque constante na imprensa local, onde eram superdimensionados ainda mais, o que contribuía, sobremaneira, para a construção de sua imagem de político jovem, ousado e moderno.

Em 1988, ano das eleições municipais, é, estrategicamente, lançado o livro “Caminho de Futuro: Constituinte Cássio Cunha Lima” como uma espécie de prestação de contas de suas ações enquanto deputado constituinte. Mas, antes de tudo o livro buscava incrementar a produção de sua imagem política, de sua identidade com o “povo campinense e paraibano” e sua luta na Câmara Federal em

178 Cf. LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 165.

“prol do bem comum de todos os paraibanos, em especial os campinenses”. Além disto, o livro se constituía num panfleto, numa propaganda política para as eleições daquele ano. Assim como uma síntese da imagem de político que Cássio queria atrelada a si.

Tratada como arte, a política implica a percepção subjetiva dos ditames da consciência coletiva. Desta sorte, exige, para seu exercício, uma boa dose de talento. Um cientista pode ser formado a partir do aprendizado racional de sua disciplina. Um político não. Este há que ser forjado nos embates do dia-a-dia. Isto requer talento, que é inato. Pode-se burilar um político, mas não se pode fabricá-lo.

Eleito deputado constituinte com uma votação consagradora, sem nenhuma experiência anterior que o encorajasse, Cássio parte rumo ao desconhecido com dois trunfos guardados: a audácia que somente a Paraíba sabe dar aos seus filhos e a fidelidade aos compromissos assumidos durante a campanha. A vontade indômita dos que se acostumaram a lutar contra a adversidade da natureza de uma região castigada pela seca, o amor telúrico a terra natal e a inarredável decisão de servir ao seu povo, eis o segredo do desempenho parlamentar do jovem constituinte.

O verdadeiro político, aquele que se dedica ao serviço do povo, é efetivamente um artista. Sabe moldar com gestos e atitudes um poema à fidelidade cívica. Fazer de seu mandato um instrumento de luta em prol de sua terra é seu primeiro objetivo.

Tal objetivo, entretanto, requer uma nova maneira de fazer política. É aí que o artista se faz presente. Não basta utilizar os conhecimentos hauridos nos livros. É necessário, como o poeta, descobrir os segredos das coisas simples. E Cássio tem alma de poeta. Nestes quase dois anos, manteve permanentemente contato com suas bases. Não como o arrivista que distribui favores, mas como o educador que, na discussão, busca inspirar-se para melhor servir seus conterrâneos. Não como o populista, que busca um canal direto de contato com o povo para manipulá-lo, mas como o líder consciente e moderno que objetiva fortalecer a sociedade civil, certo de que é pelo fortalecimento das instâncias democráticas que se poderá consolidar a democracia.

Côncio de que a informação é a mais poderosa arma em defesa da democracia, não titubeia em buscar os meios de comunicação para prestar contas ao povo do mandato que lhe foi confiado. Participou de todas as grandes questões ocorridas na Paraíba, nos últimos tempos. Nas rádios, televisões e jornais, sempre a palavra orientadora do líder.

É como se fosse uma prestação de contas. É acima de tudo o balizamento deste novo caminho aberto nas entranhas sofridas da política paraibana em busca de sua modernidade.

Filho da ditadura, como disse em um de seus discursos na Assembléia Nacional Constituinte, viu-se impedido de exercer seu aprendizado político participando da grande escola da política nacional, que é o movimento estudantil. Somente a empatia natural e a sensibilidade para comunicar-se com a alma de seu povo é que lhe ditaram os caminhos por onde caminhar. Esta trilha que, com face nova, começou a abrir a grande esperança da Paraíba de ver sua política modernizar-se. Este novo caminho começa a ser trilhado por seu povo. E o artista pode-se dar por satisfeito em servir a sua terra¹⁷⁹.

179 Cf. LIMA, Rômulo Araújo. “Apresentação”. In: LIMA, Cássio Cunha. **Caminho de Futuro:**

O discurso acima busca sintetizar e cristalizar a imagem de político que dizia ser inerente a Cássio Cunha Lima. E para tanto buscava apontar para a naturalidade de sua vocação política, a identidade eugênica, telúrica com o “povo paraibano” e sua “terra”, pois nascido sob as mesmas condições adversas e, portanto, acostumado à luta e pronto para batalhar para melhor servi-los. Um político que nutre um amor paternalista para com o seu “povo” e sua “terra”, um homem simples, não um poeta como o seu pai, mas com a mesma “alma de poeta” daquele, portanto seu herdeiro e continuador político. Contudo, para este discurso, algo o diferenciava de seus predecessores. Cássio se constituía na personificação da modernidade da “política paraibana”. Era um político moderno e consciente que cultivava esta vocação inata e se apresentava como “a grande esperança da Paraíba de ver a sua política modernizar-se”. É esta a imagem política que estes discursos constroem para Cássio, e é desta forma que ele se apresenta para os eleitores da cidade nas eleições municipais de 1988.

No entanto, esta imagem atrelada a Cássio Cunha Lima pelo discurso acima, não era natural como ele o faz pensar, pelo contrário, esta imagem é produto destes discursos, é um de seus efeitos. Assim como é produto das práticas e discursos reproduzidos pelo próprio Cássio, de suas constantes participações nas mídias escrita, falada e televisada, de sua oratória rebuscada, mas objetiva, seca, direta, próxima ao texto jornalístico. É produto também do marketing político que emergia naquela época juntamente e atrelado com uma safra de jovens políticos descendentes das antigas elites nordestinas, das quais Cássio, na Paraíba, é o maior exemplo, que queriam encobrir os ranços das práticas políticas de seus antepassados com a máscara da modernidade. É, portanto, produto da adequação política destas elites e grupos políticos locais a nova configuração da política regional e nacional que estava emergindo naquela época. Assim como uma forma dos mesmos continuarem mantendo os seus lugares privilegiados através da continuidade do nome de suas famílias pelos seus descendentes diretos. A ideia de modernidade e sua personificação nestes jovens políticos se constituíam na principal estratégia destes grupos, que na Paraíba sua principal expressão era a família Cunha Lima, para a manutenção e perpetuação de seus lugares de exercício

de poder.

Neste sentido, Cássio inaugura uma nova forma de fazer política na Paraíba. Não porque ele venha a estabelecer uma ruptura com as “oligarquias regionais” e as formas como estas se conduziam no fazer político. Mas, porque é a partir de sua eleição para Deputado Federal e, sobretudo, após a sua eleição para Prefeito de Campina em 1989 que determinadas práticas políticas ganham novos contornos; contornos modernos definidos pelo marketing político, como, por exemplo, um maior cuidado com a imagem, com a vestimenta, com a escolha das cores da campanha e da administração, com a escolha dos slogans, com os discursos, com as apresentações na mídia, com a postura, o gestual. Enfim, com tudo aquilo que pudesse apresentá-lo como um político moderno, aspectos estes que Cássio procurava somar a sua juventude e aparência de bom moço na constituição de sua imagem de político moderno.

É, sobretudo, neste sentido que Cássio busca se apresentar como um político moderno, voltado para o futuro. E o que explica o seu tratamento paternalista com a “terra” e o “povo campinense”, constantemente presentes em seus discursos e que em grande medida explicita a continuidade dos ideais de seu pai, Ronaldo, na sua administração. E isto se explicita no discurso de sua posse em 1989:

CAMPINENSES

Não esperem de mim, contudo, um substituto de Ronaldo – pois, ele é único, na sua marca pessoal, no seu coração de poeta, no seu carisma inconfundível. Mas, na Prefeitura que hoje assumiremos, teremos como balizas os parâmetros de comportamento que ele próprio nos ensinou: a honradez pessoal e o sentido da coisa pública acima de tudo.

A campanha que juntos empreendemos levou as ruas multidões que a nossa terra jamais vira antes. O povo que saiu às ruas e ocupou as praças, não pode agora recuar diante do desafio que juntos, hoje, assumimos: preparar Campina para o século XXI, garantir o presente aos que não tem presente, para que estes possam sonhar com o futuro. Garantir a vida a quem a vida só indica a morte. Garantia a esperança a quem sequer aprendeu a sonhar.

Temos consciência da dimensão do desafio – ele só é compatível com a coragem com que nos lançamos à luta. Mas esta não é a tarefa de um governo ou de um só homem – é a missão de uma cidade, de uma geração. Por isso, apoiado no desprendimento, na criatividade inesgotável dos campinenses, eu os convido a todos: jovens, homens, mulheres, crianças e campinenses de todas as idades, campinenses de todas as campinas, demo-nos as mãos, juntemos as emoções, vamos juntos, sempre juntos, construir o CAMINHO DO FUTURO¹⁸⁰.

180 JP N° 4908 p 2, edição do dia 03/01/1989. Discurso de posse do Prefeito Cássio Cunha Lima.

Com este discurso Cássio tentava estabelecer a diferença do que seria a sua administração para o que foi a de seu pai. Assim, apontar para um “Caminho de Futuro” significava não só dá um salto a partir das bases estabelecidas por Ronaldo e preparar Campina para o século XXI, mas, sobretudo, apontar que sua administração se fundamentaria essencialmente na construção da modernidade de Campina Grande. Modernidade esta que o próprio Cássio buscava personificar e que daquele momento em diante queria ver personalizada na cidade. E, para tanto, o mesmo buscava apresentar este projeto não como uma idealização sua ou de seu governo, mas como uma necessidade, um desafio de toda a cidade, de todo o povo campinense: “jovens, homens, mulheres, crianças e campinenses de todas as idades, campinenses de todas as campinas”.

Apresentar o projeto de continuidade do exercício de poder de sua família como uma responsabilidade de toda a cidade e de seu povo parecia ser a condição para que aquele se transformasse em prática, se efetivasse, se materializasse. Por isso que ele é apresentado como sendo de responsabilidade coletiva, como produto do “desprendimento, da criatividade inesgotável dos campinenses”, de uma vontade e necessidade de todos. E, portanto, deve ser executado pelo somatório dos esforços de todos os campinenses e não apenas pela iniciativa, pela vontade particular, individual de um homem ou de um governo. Esta seria a principal condição de sua personalização na cidade.

Apontar para a modernidade da cidade significava também dissimular as vinculações e o continuísmo de seu governo com antigas práticas políticas das elites locais e regionais. Práticas estas que continuaram sendo exercidas de forma velada pelo próprio Cássio e seus prepostos. E isto acontece no próprio evento de posse de Cássio, que é transformado, estrategicamente, em palanque político para Ronaldo, que pleitearia o Governo do Estado no ano seguinte, 1990.

Prefeito CÁSSIO CUNHA LIMA, meu filho CÁSSIO CUNHA LIMA: Entregolhe, agora, ao testemunho do povo e sob as bênçãos de Deus, a responsabilidade que foi minha até hoje, de dirigir a minha amada Campina Grande, reduto inviolável de minhas crenças. Suplante-me no amor e dedicação e eu me alimentarei no amor de pai, orgulhoso pela ação do filho... Mais do que o seu destino e o meu destino está, em suas mãos, o destino da cidade que lhe conferiu uma das mais belas vitórias que se tem

notícia neste país.

Receba as minhas bênçãos de pai, mas, acima delas, acredite nas bênçãos de Deus. Elas haverão de apontar os CAMINHOS DE FUTURO que você idealiza, enchendo-os de felicidade.

Resta-me agradecer. Em vez de agradecer a muitos, prefiro agradecer a todos. Obrigado, muito obrigado Campina Grande por tudo que me destes.

Não saio com a sensação de quem parte sem saber se volta ou quando vai voltar. Saio com a convicção de que não me demoro, pois os meus caminhos são os teus caminhos e por onde quer que eu ande, eles me conduzirão a ti.

Aqui, apenas termina uma missão que me permito dizer, fielmente cumprida.

Não nos despedimos. Não é hora de dizer adeus. É instante de selarmos novos compromissos.

Se eu tive a grande ventura de te ajudar a continuar grande. Eu te peço que me ajude a continuar lutando para te fazer maior.

Em breve nos encontraremos nos CAMINHOS DE FUTURO.

ATÉ BREVE¹⁸¹.

Com este discurso Ronaldo não só atualizava a sua posição de “protetor” de sua “amada Campina Grande”, mas acionava outro mecanismo extremamente sutil, qual seja: a transferência da guarda da cidade para seu filho e sucessor, Cássio Cunha Lima. Ronaldo não estava apenas passando o cargo de prefeito para Cássio, mas estava lhe incumbindo da defesa, da proteção, da manutenção daquele que se constituía no principal dispositivo de poder acionado por sua família, o enunciado Campina (como) Grande. Mas, além disto, Ronaldo fazia daquela oportunidade um excelente palanque político para insinuar uma possível candidatura futura e pedir, mais uma vez, o apoio da cidade a quem tinha devotado os últimos anos.

Ronaldo buscava selar “novos compromissos” com a cidade, visando às eleições para Governador que se aproximavam. E Ronaldo buscava fazer isto enunciando um discurso marcado pela confiança, pela segurança e convicção de um pai que confia a seu filho a continuidade da missão que havia começado; confiança em Cássio e em Campina, sua “menina grande”. Enunciando este discurso, aquele tentava mais uma vez salientar a relação de afetividade, de amor que mantinha com a cidade. Buscava se confundir com ela, tentando construir a idéia de que os caminhos de Ronaldo e de Campina eram os mesmos, haviam se cruzado uma vez e haveriam de se cruzar sempre, pois ambos pareciam destinados a grandeza. E

181 “Ronaldo: Exortação de amor a Campina”. **JP** N° 4908 p 2, edição do dia 03/01/1989. Discurso de Ronaldo Cunha Lima na passagem do cargo de Prefeito para seu filho Cássio Cunha Lima, estampado no JP com o título **Ronaldo: Exortação de amor a Campina**. (Grifos no Original).

não é a toa que o mesmo termina afirmando e tentando atualizar esta suposta grandeza de ambos e a vontade daquele de torná-la ainda maior. Mas, para tanto precisava de sua ajuda para alçar novos vôos.

Com este discurso sedutor e o enunciado que o articula a estratégia movida por sua família, Ronaldo colocava em prática e no campo de batalha as principais armas que usaria na campanha para Governador em 1990. Armas estas que se constituíam nas mesmas usadas na campanha de Cássio para prefeito. Ou seja, a veiculação de enunciados que diziam da necessidade da eleição de Ronaldo para a proteção e o engrandecimento de Campina, de suas festas e de seu povo, para que a cidade não fosse mais vítima da perseguição dos governos estaduais e de seus prepostos. Ronaldo iria se apresentar naquelas eleições como o “guardião” e “protetor” da cidade, do povo e de suas festas. E nesta direção, nem ele nem seu filho não desperdiçavam nenhuma oportunidade de assim se apresentarem, principalmente nas ocasiões em que estavam envolvidas “o povo de Campina”, toda a mídia local e a cidade metamorfoseada em festa, como ocorreu na abertura do “Maior São João do Mundo” de 1990 quando Cássio se pronuncia da seguinte forma:

Me orgulho dessa festa que já não é mais da Prefeitura e sim do povo paraibano, especialmente os campinenses, que souberam vencer as dificuldades, os obstáculos e mostrar a todos que o São João desta cidade é o único evento da Paraíba incluído no calendário da EMBRATUR. *Portanto, a discriminação, por parte do governo do Estado, de nada vai adiantar. Afinal esta não é a primeira vez que ele cruza os braços para o povo de Campina*¹⁸².

Assim, de uma só vez Cássio transformava a festa em palanque político em favor da candidatura do seu pai e acionava o enunciado da perseguição política dos governos estaduais, que a época era chefiado por Tarcísio de Miranda Burity, para com o “povo de Campina”. E desta forma ele tenta não só desqualificar os seus “algozes” e incitar o “povo” contra eles, mas também constituir e instituir, por oposição, sua imagem política e a de seu pai, como políticos devotados a Campina e comprometidos com o seu desenvolvimento e progresso.

182 **JP**, edição do dia 02/06/1990 apud LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 170. (Grifos do autor).

Mais uma vez este discurso surtiria os efeitos esperados, pois Ronaldo seria eleito Governador da Paraíba, mesmo tendo como adversário o ex-governador Wilson Braga que contava com o apoio do então Governador do Estado Tarcísio de Miranda Burity. Ronaldo venceria Braga no segundo turno das eleições daquele ano, contando, para tanto com um amplo apoio do eleitorado da cidade que lhe conferiu uma ampla maioria de votos em relação a seu adversário o que lhe garantiu a vitória no Estado.

Com a eleição de Ronaldo a família Cunha Lima chegava a “hegemonia” do processo político no Estado. E este acontecimento simultâneo a outros ocorridos no mesmo período, como os descritos nos capítulos I e II, forjavam as condições de possibilidade para que Cássio Cunha Lima implementasse e executasse de forma mais incisiva o seu projeto de governo para a cidade. Para Lima a principal finalidade da administração de Cássio era “a de instituir na cidade o turismo de eventos, enquanto *principal atividade e vocação natural* do Município”¹⁸³.

E neste sentido, Cássio não pouparia esforços para executar o seu “projeto de futuro” para Campina. Projeto este que tinha na gestão de eventos turísticos a sua principal diretriz. E já no seu segundo ano de governo, em 1990, Cássio dá o primeiro passo para a ampliação da política de eventos iniciada pelo seu pai, com a gestão da Micarande, o evento que se constituiria no “carnaval fora de época da cidade”. A criação da Micarande se constituía num dos efeitos do projeto de sua família para a cidade assim como das demandas de alguns grupos sociais, que desde meados da década de 80, vinham reivindicando uma política de turismo mais séria para Campina, sob o pretexto de que a “indústria sem chaminés” era uma alternativa econômica viável para a cidade.

Toda e qualquer manifestação popular tem que receber a marca do empuxo da iniciativa popular, livre, descoberta, para que não se torne o folião, o carnavalesco, um mamulengo agitado por cordéis por atrás do palco.

Mas, não era, propriamente, sobre o Carnaval que eu queria falar, mas da necessidade de se estruturar o turismo em Campina Grande. Não contamos com uma infra-estrutura para o setor. A cidade não tem uma vocação turística. Mas tem sede, necessidade. E, como solucionar o impasse? Preliminarmente a resposta é simples: investir, sem grandes investimentos, sem a criação dessa infra-estrutura, é melhor não pensar-se em turismo para Campina Grande.

183 Cf. LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 169. (Grifo no Original)

As simples feiras de artesanato, as apresentações folclóricas, as comidas típicas, alguma coisa de exotismo, não bastam. O turismo exige algo mais profundo, mais estrutural, mais perene. Para quem o promove, ele é uma indústria capitalizada, pois não se entende indústria sem capital. Para quem o desfruta, é diversão e absorção cultural. O turismo é máquina produtiva e caleidoscópica.

A verdade, portanto, é esta: se o município não se predispõe a investir hoje nada poderá colher amanhã e nós permaneceremos a margem¹⁸⁴.

Tomando por base a matéria acima podemos dizer que a Micarande não era produto apenas dos interesses do Prefeito e de sua família, mas era produto e efeito de determinados discursos que haviam emergido no Estado e região na década de 80 e que apresentavam o turismo como uma possibilidade e alternativa, sobretudo, econômica para este espaço. Além disto, o discurso acima aponta para o fato de que no início da década de 80 o turismo de eventos não se constituía ainda como uma verdade para a cidade e muito menos como alternativa econômica, muito embora, fosse apresentado como possibilidade.

É com o retorno de Ronaldo a Prefeitura do município que é posta em prática uma política de eventos ou o chamado turismo de eventos em Campina Grande. São os Cunha Lima que inauguram este tipo de prática na cidade, práticas estas que se constituíam num dos efeitos e na materialização destes discursos circulantes em Campina, principalmente entre os letrados e intelectuais locais, desde pelo menos o início da década de 80, tendência que se acentua após a redefinição operada no São João da cidade pela administração de Ronaldo Cunha Lima. E neste sentido, o Jornal da Paraíba, enquanto instituição social ligada à família Cunha Lima, e aqueles que nele escreviam se apresentam como os principais defensores daquela política. A sua coluna de economia, de responsabilidade de Armando Lira, apresentou, de forma quase que sistemática, ao longo deste período, discursos como o seguinte:

O turismo é visto como fator de desenvolvimento econômico de promoção cultural e de integração social. No processo de desenvolvimento, atua sobre os demais setores da economia. Impulsionando o crescimento da demanda de bens e serviços para favorecer-se, em contrapartida, da reciclagem dos efeitos da expansão industrial e dos serviços correlatos. Gera empregos com alto retorno quanto ao capital investido e ao tempo de maturação dos negócios e torna-se poderoso veículo de distribuição de renda entre os setores e regiões. Culturalmente, tem eficácia inigualável na estratificação

184 MARACAJÁ, Robério. "Campina e o Turismo". **JP** N°2393 p 2, edição do dia 28/02/1980.

da memória e da identidade social, ao contribuir para a valorização dos monumentos históricos, a celebração de eventos, o prestígio das tradições e da arte popular e o intercâmbio de idéias e sentimentos. A integração social, dentro de um sentido de autonomia e unidade das manifestações culturais, é o corolário de todos esses resultados.

Uma política de apoio ao turismo tem, portanto, esse alcance global, comprometendo estratégias e ações que não se resumem ao incremento exclusivo dos movimentos turísticos, mas envolve a disciplina e o encaminhamento do esforço do Governo em benefício das comunidades estaduais onde os recursos naturais, históricos e econômico (sic) propiciam a geração de serviços e produtos turísticos dentro de uma concepção extensiva¹⁸⁵.

Com este discurso o JP buscava dar respaldo institucional e credibilidade ao projeto defendido e posto em prática por Cássio tentando produzir o enunciado de que o turismo não se constituía apenas em lazer, diversão, mas numa importante atividade econômica, social e cultural, capaz de gerar vários dividendos para a comunidade e para o Governo que o acolhesse e privilegiasse como atividade produtora. Este enunciado buscava justificar a adoção desta política para Campina Grande e dissimular os interesses políticos envolvidos neste projeto, as relações de poder envolvidas na produção destes eventos como, por exemplo, a sua transformação em palanque e arma de pressão política pelos governantes de plantão na Prefeitura.

Estas articulações aparecem de forma latente já em 1992, quando o JP apresenta a avaliação feita por Cássio da Micarande daquele ano:

“A Micarande nasceu com a marca do sucesso. Em pouco tempo de existência ela se consolidou, não apenas na Paraíba, mas também no Nordeste brasileiro; e a tendência é que ela se torne um evento nacional, já que estamos conseguindo realizar em Campina Grande o ‘**Carnaval dos Carnavais**’, com a realização e a expressão de todas as formas de manifestação do Carnaval Brasileiro, ou seja; o Frevo de Pernambuco, o samba reggae da Bahia, o samba do Rio de Janeiro, entre outros”. A observação é do prefeito Cássio Cunha Lima, idealizador da festa, que este ano participa pela última vez na condição de chefe do Executivo campinense.

O prefeito faz lembrar que uma das grandes características da festa é a tranquilidade que reina durante os quatro dias de realização dos festejos. “Portanto, eu não posso deixar de manifestar minha alegria, o meu contentamento, em saber que um evento com apenas três anos de existência conseguiu alcançar a repercussão que a Micarande hoje tem”, desabafa Cássio.

Para ele o evento não deve ser visto apenas como uma festa, e sim também como um fator de atração de fluxo turístico para a cidade e

185 LIRA, Armando. “Turismo na Paraíba (I)”. JP N° 2368 p 3, edição do dia 27/01/1990.

conseqüentemente de aquecimento das atividades econômicas do município. Cássio salientou que hoje o turismo se constitui na segunda maior fonte de riqueza do mundo. “O turismo de evento só perde mesmo para o turismo de exploração (natural). E Campina Grande, como não dispõe de grandes potenciais naturais, com praias etc., só existe uma forma de atrair o turista para o nosso município, que é a promoção de eventos”, explica o chefe da municipalidade.

Cássio Cunha Lima adiantou ainda que a Prefeitura está consolidando um extenso calendário para que durante todo o ano a cidade possa receber os turistas de todo o Brasil, que virão colaborar com o desenvolvimento do município, trazendo mais fundos e divisas. *O prefeito não esconde a preocupação no que se refere à hipótese de a oposição voltar a assumir a Prefeitura e acabar de vez com o “Maior São João do Mundo” e a Micarande, eventos que atraem periodicamente milhares de visitantes e que geram riquezas para o povo campinense. Cássio também não poupa as pessoas que criticam os eventos, adiantando que esse é um fato a lamentar, pois é uma demonstração de descompromisso para com a cidade e conseqüentemente a cultura de seu povo*¹⁸⁶.

Com a (re)produção do discurso acima o JP e Cássio acionavam praticamente todos os enunciados que buscavam articular e instituir a Micarande como mais um evento grandioso e espetacular criado pela família Cunha Lima. Agenciavam o enunciado que diziam os eventos turísticos como um fator “de aquecimento das atividades econômicas do município” com a geração de “fundos e divisas” trazidos pelos “turistas de todo o Brasil” que viriam “colaborar com o desenvolvimento do município”. Desta forma, Cássio queria apontar que não estava a dar só circo ao povo, mas estava também incrementando a economia local, tentando com isto de forma subliminar garantir o apoio dos comerciantes e empresários locais ao seu projeto. E para tanto, não desperdiçava uma oportunidade de produzir a festa, que dizia ter criado, como um espaço para a geração de lucros e divisas para o município. Apoio que era expresso quase sempre pelos órgãos representantes daqueles segmentos, como a Associação Comercial e a Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL, em mensagens divulgadas naquele mesmo periódico:

Será encerrada hoje, a Micarande, edição 1995, o maior Carnaval Fora de época do Nordeste. A CDL campinense está dando o maior apoio ao evento. Para tanto, está publicando mensagens nos jornais e em emissoras de rádio da cidade, conclamando lojistas, donos de restaurantes e de hotéis e a população em geral, para que receba bem os turistas, por entender que ele gera riquezas e faz nossa cidade crescer.

186 “Sucesso marca o evento”. JP N°5904 p 5, edição do dia 03/05/1992. (Grifos do autor).

A Associação Comercial, como entidade representativa de significativa parcela do empresariado campinense, parabeniza os promotores e organizadores do evento, pelo sucesso da Micarande fazendo votos para que o êxito se renove durante O Maior São João do Mundo¹⁸⁷.

Estas instituições reproduziam os mesmos enunciados à medida que expressavam, tacitamente, seu apoio ao grupo Cunha Lima, e legitimavam o seu projeto político para a cidade. Além disto, Cássio tentava produzir o evento já como algo grandioso, espetacular, de repercussão nacional, pois para o mesmo a “Micarande nasceu com a marca do sucesso”. Desta forma, Cássio tentava sacramentar e consolidar a Micarande como um grande evento turístico antes de sua saída da Prefeitura e, para tanto, o apresentava como um acontecimento marcante na e para a história da cidade e para “a cultura de seu povo”.

Transformava mais uma vez a festa em moeda e arma política, tendo em vista as eleições municipais que se aproximavam e sua sucessão no cargo de Prefeito da cidade que estaria em jogo nas eleições daquele ano. É visando às mesmas que aquele tentava produzir e prever um quadro negativo para o futuro das festas que sua família supostamente tinha criado, “O Maior São João do Mundo” e a “Micarande”, caso a oposição voltasse a tomar conta da cidade. Oposição que naquele período era representada, mais uma vez, por Enivaldo Ribeiro candidato a Prefeito nas eleições daquele ano, adversário de Félix Araújo Filho, candidato indicado e preposto do grupo “Cunha Lima”.

As disputas eleitorais daquele ano se acirrariam ainda mais em torno destes campos de batalha, tendo em vista que naquele ano os Diários e Emissoras Associados, com quem os Cunha Lima haviam rompido e desarticulado o dispositivo constituído por aqueles órgãos, acolhem Enivaldo Ribeiro como “liderança política” a ser apoiada, subliminarmente, por suas instituições. É, neste sentido, que na mesma semana que o JP havia veiculado o discurso acima – o JP havia publicado a matéria acima no dia 3 de maio – o DB publica na sua primeira página uma espécie de réplica de Enivaldo a Cássio, com o título “Enivaldo estranha a posição agressiva de peemedebista”:

187 JP N°6798 Caderno II p 2, edição do dia 23/04/1995.

De acordo com Enivaldo, recentemente o Governador, [Ronaldo Cunha Lima], lhe chamou para o diálogo, entretanto em razão de falta de se chegar a um consenso não foi possível à tão propalada pacificação defendida pelo chefe do Executivo paraibano. Agora, segundo Ribeiro, ele está se preocupando em realizar sua campanha em direção ao Palácio do Bispo, levando a sua mensagem de experiência, sem caluniar os adversários, mas apenas trabalhando em conjunto com os diversos segmentos da sociedade. Ribeiro negou que eventos como a Micarande, o “Maior São João do Mundo” e outras promoções sejam prejudicadas, caso venha a vencer às próximas eleições. “Essa invencionice de que prejudicaremos essas festas não procede. Juntos com a comunidade iremos fortalecer todas as festividades, sem, entretanto esquecer programas de apoio aos trabalhadores. Não iremos apenas fazer festas e mais festas, mas sim buscar as formas de dar emprego ao povo, ao desenvolvimento da micro empresa, da sociedade como um todo”¹⁸⁸.

Com este discurso o DB procurava se contrapor aos enunciados produzidos pela família Cunha Lima e as instituições a ela ligadas, colocando em xeque a eficácia do turismo de eventos como principal instrumento de geração de emprego e renda para o município e apontando para a necessidade de se investir em outros setores como forma “de dar emprego ao povo”. E aqui se explicita uma das diferenças sensíveis nos enunciados que articulavam a família Cunha Lima e o JP e os que passaram a articular os Diários e Emissoras Associados e os sujeitos acolhidos por aqueles como “lideranças políticas populares”, o conceito de “povo”, ou melhor, do “povo de Campina”. Para a família Cunha Lima e o JP o “povo de Campina” era desprezado, criativo, ousado, lutador e, portanto, capaz de se adequar a sua política e ao seu projeto de futuro para a cidade. Para estes discursos o “povo de Campina” era a expressão da própria cidade, pioneira, pujante, moderna, progressista e voltada para o futuro; era também por consequência a expressão da administração que assim a fazia.

Já para os Diários Associados e os políticos por eles acolhidos a exemplo de Enivaldo Ribeiro o “povo de Campina” era carente, humilde, simples e necessitado da ajuda do “poder público”. Este “povo” era a expressão de sua “terra”, de uma cidade que necessitava de melhorias, de políticas sociais voltadas para os “trabalhadores” e para o sem número de desempregados presentes nas suas ruas em busca de trabalho. Era uma cidade que precisava dar melhores condições de vida as “pessoas carentes que viviam nos seus subúrbios”, nas suas muitas favelas.

188 “Enivaldo estranha a posição agressiva de peemedebistas”. DB N° 2727 p 1, edição do dia 01/05/1992.

E isto se explicita em discursos como os veiculados por José Luiz, outro político acolhido pelos Diários Associados e que era apresentador do programa “Debate na TV” na TV Borborema:

Tenho tido êxito quando bato numa porta para conseguir emprego, mas infelizmente *Campina Grande é hoje uma cidade que não tem emprego. Lamentavelmente as autoridades não estão preocupadas em fazer surgir emprego pra você que está me dando a satisfação de assistir meu programa, para fazer crescer o mercado de emprego para o filho desta cidade.* As autoridades não estão ligando bulhufas para um problema que é sério, meu Deus do céu! Esta é que é a grande verdade. Nós perdemos uma grande oportunidade. *Está aí o Dr. Ronaldo da Cunha Lima, filho de Campina Grande, está deixando o governo sem que Campina Grande tenha crescido economicamente, sem que a cidade tenha recuperado sua pujança econômica como Capital do Trabalho.* Culpa nossa que não reivindicamos, dos líderes de classe que cruzaram os braços e só defendem o interesse próprio. Nós somos um pólo de confecções forte. O exemplo de Santa Cruz do Capibaribe é um grande exemplo. Precisa pressionar o governador. Precisa de homens que tenham coragem de dizer as coisas. *A preocupação de todo mundo é em fazer festa – é o secretário, o deputado, o prefeito. Todos vão aparecer na hora da festa. Na hora do emprego, que é essencial, básico, ninguém aparece.* Com emprego ninguém vai pra porta de político pedir ajuda pra comprar remédio, fazer feira, pagar conta de luz, de água. Porque está conseguindo se manter com o seu suor. Esquecem exatamente de fazer o que é essencial. O governador conhece os problemas, cuidou de muita coisa, mas este setor não foi atacado e nada foi feito. E o jovem vai sofrer lá no sul do país. *Agora tome festa para o povo! Eu não gosto de festa, problema meu. Até deve fazer, o lazer é importante. Mas o emprego, sim, esse é que é importante. Os senhores não estão preocupados em fazer com que surja emprego em Campina Grande.* O político tapeia, promete e não faz o que pede quem bate a sua porta. Aproveita, Ronaldo, esses quinze dias que faltam. Porque ele tem interesse. Eu não sou correligionário de Ronaldo, não estou no partido dele. Os senhores que estão ao lado dele é que têm que mostrar. Porque ele não pode ver tudo. *Sr. Prefeito, srs. Deputados, é preciso fazer sob pena de Campina Grande ficar mais pobre. Eu preciso é de empresas abrindo suas portas, de fábricas poluindo o céu de Campina Grande, gerando trabalho para o povo*¹⁸⁹.

Para Zé Luiz assim como para Enivaldo e os Diários Associados a Campina da década de 90 se constituía numa cidade pobre, carente de emprego, devido principalmente ao descaso das “autoridades”, daqueles que estavam a governá-la que só pensavam em festas e mais festas. Mentalidade que para Zé Luiz tinha levado a cidade a deixar de ser a “Capital do Trabalho”, que tinha deixado de oferecer emprego a seus filhos e os relegava ao descaso, ao abandono, a mendicância, a se colocarem de porta em porta pedindo ajuda para comprar um remédio, fazer a feira. Enfim, Campina, por culpa de seus governantes de plantão

189 Apud BARROSO. Op. Cit. 1996. p 72-73. (Grifos do autor).

era uma cidade que não oferecia mais as mínimas condições para que seu “povo” vivesse com dignidade. Estava a faltar-lhes tudo: emprego, moradia, saúde, educação, segurança, infra-estrutura básica. Reproduzindo estes enunciados os Diários Associados estabeleciam uma correlação de forças com seus opositores, à família Cunha Lima e a Rede Paraíba de Comunicação, na construção da imagem da cidade e de “seu povo” necessárias às demandas sociais, econômicas, políticas, culturais e institucionais dos grupos que cada um representava.

Desta forma, para o DB, constituir Campina daquela maneira, visava produzir o “povo” em conformidade com a identidade das “lideranças políticas populares na oposição” que o mesmo havia acolhido assim como em consonância com a identidade institucional que aqueles órgãos tinham assumido, ou seja, de uma instituição “popular” como a cidade que buscavam apresentar. Tentando com isto pressionar a família Cunha Lima a restituir-lhe o lugar que havia lhe subtraído e se contrapor a modernidade representada pela Rede Paraíba de Comunicação. Já para o JP constituir o “povo de Campina” como ousado, criativo, desprendido tinha como objetivo adequá-lo ao projeto de modernidade que a família Cunha Lima defendia para a cidade. Contudo, os enunciados produzidos pelo grupo Cunha Lima pareciam articular e produzir uma maior positividade, pareciam afetar mais a população da cidade e, desta forma, terminavam, quase sempre por vencer a relação de forças com os Diários Associados e os políticos a eles ligados. E isto se explicita, mais uma vez, na derrota de Enivaldo Ribeiro para um preposto do grupo Cunha Lima, Félix Araújo Filho, nas eleições municipais de 1992.

E neste sentido, os Cunha Lima e as instituições a eles ligadas usavam com uma maior eficácia o enunciado, de forte regularidade na sociedade local desde pelo menos o início do século XX, Campina (como) grande articulando-o e costurando-o de forma precisa às práticas e discursos que veiculavam sobre a cidade e aos outros enunciados que buscavam atualizar e reproduzir.

Coroada de êxito foi a Micarande deste ano, uma comprovação de que a idéia é o produto mais caro da Nação. Sem sombra de dúvida esta festa tem hoje o brilho do Maior São João do Mundo e só não chega a superá-lo porque, por seu próprio pique, não pode ter 30 dias de duração.

O fluxo turístico do carnaval de Campina comprova que nosso nome está feito lá fora, que nosso turismo é respeitado, que nosso povo é quente e quando decide fazer a festa muda até mesmo a história política do estado

(sic). Mas o bom disso tudo é que estes visitantes trazem outros visitantes e propagam em alto estilo através do prazer de hospitalidades recebidas, nossos eventos turísticos.

Alguém já disse que Micarande é o carnaval de Campina na época certa. Correto. Além de não podermos competir com os carnavais dos grandes centros e de não termos o direito de exigir a permanência da população durante o verão, considerando que não temos praia, nesta cidade basta um pensamento ser coletivo para se arregaçar as mangas e cair no frevo literalmente falando.

Há quem diga, ainda, que Campina é atrevida. Correto também. Nela acontecem desafios próprios de metrópoles. A Micarande é um exemplo disso. Na verdade carnaval é uma questão de estado de espírito e não de data determinada. Aliás, é uma grande oportunidade de se separar a festa momesca da Quaresma, considerando que uma nasceu em função da outra. Mas, estamos no século XX e não podemos continuar com hábitos ultrapassados, a não ser quando essa dissociação acontece por aculturação.

O importante é que, de agora em diante, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e outros grandes centros que possuem os maiores carnavais do Brasil estarão representados em nossa Micarande por seus foliões. *Isso é o máximo que uma cidade do interior do Nordeste pode conquistar!* É que até mesmo a Micareta de Feira de Santana, não recebe turistas de vários estados. Ela é feita por foliões da própria Bahia¹⁹⁰.

Com este discurso o JP buscava costurar os enunciados que constituíam a festa de Micarande como um espetáculo grandioso com o enunciado que dizia Campina como grande. E fazia isso afirmando que uma festa como a Micarande só poderia ser produzida por uma cidade como Campina, uma cidade atrevida, rebelde, cosmopolita, criativa, ousada, capaz até mesmo de revolucionar e modificar a história do Estado, uma cidade que ousava se lançar aos mesmos desafios das grandes metrópoles, criativa ao ponto de inverter uma tradição milenar, ou seja, de ressignificar as festas de carnaval e colocá-las para depois da quaresma. Enfim, uma cidade grande, moderna, para não dizer, futurista.

E aquele discurso apresentava estes feitos como produto da cidade e de seu povo, como efeito do somatório dos esforços de todos os segmentos da sociedade local. Da Prefeitura, por meio dos setores organizadores de suas festas, dos comerciantes e empresários locais que não mediam esforços para incrementar a festa e receber os turistas, dos patrocinadores, que contribuía para o sucesso do evento e, principalmente, do “povo de Campina” que além de demonstrar hospitalidade para com o turista era o principal responsável pelo brilhantismo da festa. Apresentar a festa como resultada da ação de todos os campinenses tinha um

190 “A Micarande superou a Micareta”. Coluna Entre Nós. JP N° 5560 Revista Paineis p 2, edição do dia 07/04/1991. (Grifos do autor).

objetivo político específico, qual seja: produzir a sensação na população da cidade de que era ela a responsável pela grandiosidade do evento e da própria cidade e com isto camuflar, escamotear os interesses investidos e o jogo político que envolvia a produção da festa e aquela imagem para a cidade.

Foi sustentado por este tipo de enunciado e amparado nas instituições que os reproduziam e atualizavam que Cássio criou e instituiu a Micarande em 1990. A criação da Micarande por Cássio buscava representar também a modernidade que aquele administrador julgava personificar. E tal modernidade da festa se expressava nas guitarras elétricas das bandas baianas, nos watts de potência dos gigantescos trios elétricos e em toda a parafernália de luz e som que envolvia a montagem e a produção do evento. Se seu pai, Ronaldo, se apresentava como o pai do “Maior São João do Mundo”, evento marcado e construído sob a idéia de “tradição”; Cássio buscava se apresentar como o criador da Micarande, evento que nascia sob o signo da modernidade, modernidade que se queria personificada no seu criador e na própria criatura.

E para instituir de forma definitiva o evento de Micarande como o carnaval da cidade, um carnaval moderno, ressignificado, tanto que ocorreria “fora de época”, Cássio não poupou esforços, passando por cima dos interesses daqueles que julgava contrários aos seus objetivos, e fazia isto muitas vezes de forma autoritária, violenta, arbitrária. Como ocorre em 1991 quando decide acabar de forma unilateral e por decreto com as festas de carnaval, na data convencional, na cidade. Com esta atitude Cássio retirava do calendário de eventos de Campina um evento que julgava depauperado, desorganizado e principalmente não condizente com a imagem, com os discursos e as práticas que sua família queria inerentes a cidade e ao seu povo. Além disto, o mesmo tentava se eximir e eximir o seu governo de qualquer responsabilidade para com aqueles que continuassem a realizar carnaval na cidade.

E ele fazia isto a pretexto de que “Campina Grande fosse transformada num lugar destinado oficialmente a Retiros Espirituais”, uma vez que “a Prefeitura Municipal iria trabalhar neste sentido, pois não tinha interesse em promover mais carnaval, para investir em Micarande”. Com este ato arbitrário, unilateral e violento Cássio deixava boa parte da população local destituída de um de seus festejos mais democráticos e acessíveis, principalmente, àquela população dos bairros

suburbanos de Campina que não tinha condições financeiras de se deslocar para as praias, como fazia a maior parte dos comerciantes, políticos, altos funcionários e profissionais liberais da cidade. Por fim ao carnaval, significava, neste sentido, dar um basta num evento que materializava os enunciados produzidos pelos Diários Associados, os enunciados de uma cidade pobre, desorganizada, carente e de um povo simples que tinha como uma de suas únicas diversões ao longo do ano os festejos de carnaval.

Contudo, o JP produz este acontecimento da seguinte forma em matéria, veiculada dias antes do carnaval daquele ano, com o irônico título “Está salvo o Carnaval de Campina”:

O bom gosto e o espírito elevado do povo campinense não admitem mais participar de festas que não acrescentem mais absolutamente nada à história da cidade. Há muito sabemos que o carnaval de Campina Grande havia morrido. Desde quando o excesso de exigências das autoridades proibiu a fantasia de palhaço, o banho de pó nos corsos e o porre de lança-perfume, que faziam o ponto alto da festa.

Pois bem, o espírito metropolitano do campinense segue os modismos, especialmente os impregnados pela “telinha” (televisão) e não aceita a idéia de que nada em sua terra seja associado ao fracasso. Razão porque, nesta época do ano, o povo procura o litoral, unindo verão a carnaval.

*Felizmente, o prefeito Cássio Cunha Lima, a exemplo do seu pai, o criador do **Maior São João do Mundo**, implantou a Micarande, o Carnaval de Campina no mês de abril, que vem prometendo sucesso na dimensão do evento que levou a cidade a ser hoje destaque turístico no calendário nacional.*

Fica evidente que as festas de Campina Grande só alcançam sucesso absoluto quando são absolvidas por toda comunidade: ricos e pobres unidos esbaldando alegria e contagiando estados circunvizinhos. Essa característica prova também a união, a verdadeira irmandade desse povo. Quantas vezes o povo campinense já provou que quando se une em torno de um objetivo, além de alcançá-lo se destaca com brilhantismo, pela força e coesão? A Micarande tornou-se outro grande ideal de nosso povo, que começa desde já a se preparar para a sua grande festa carnavalesca, provando mais uma vez, que nesta cidade só frutifica o que lhe enaltece.

Desta forma, o desfile de Escolas de Samba do Carnaval de Campina, que pelo pequeno número de público composto quase sempre de pessoas carentes, que só nos levava à reflexão se o carnaval da cidade havia morrido, foi transferido para o período da Micarande, no qual uma grande massa irá julgar e aplaudir, forçando o estímulo das agremiações, a se apresentarem com maior brilho e riqueza de detalhes, quanto ao tema, músicas e compasso.

Atualmente, Campina Grande tem um dos maiores carnavais do interior do Nordeste brasileiro e aquele aspecto de cidade abandonada no período de Carnaval, não incomoda mais. Seu, povo, hoje, tem orgulho da Micarande e até procura se energizar no mar, para três dias ininterruptos de frevo e samba, seu carnaval em alto estilo e com tudo o que tem o carnaval da

Bahia. *A Micarande é o grande invento de Cássio Cunha Lima*¹⁹¹.

No discurso acima o fim do carnaval também é apresentado como um feito de toda a comunidade, argumentando que “o bom gosto e o espírito elevado do povo campinense não admitem mais participar de festas que não acrescentem mais absolutamente nada à história da cidade”. Assim, como a Micarande era apresentada por estes discursos como um produto do somatório dos esforços e da vontade de todo o “povo campinense”; o fim do carnaval também o era, pois “o espírito metropolitano do campinense não aceita a idéia de que nada em sua terra seja associado ao fracasso”. Com isto, o JP tentava desvincular a imagem de Cássio de qualquer responsabilidade com o declínio do carnaval da cidade e que o ato, arbitrário e violento, tomado por aquele era resultado do descontentamento de toda a população, de todo o povo campinense com uma festa que há muito “havia morrido”.

Cássio, portanto, estaria apenas colocando em prática esta vontade dos seus representados acabando oficialmente com os festejos de carnaval na cidade, retirando-os do calendário de eventos de Campina. Pois, ele, assim como o povo de Campina, tinha o espírito metropolitano, moderno, futurista e grandioso características que diziam inerente a própria cidade. O que se destacava, para estes discursos, dentre outras coisas, no fato de Campina ter superado Feira de Santana na realização deste tipo de evento. Então, para este discurso, Campina é sempre apresentada como ousada, o que lhe rendia o pioneirismo em muitas realizações, e criativa, o que lhe proporcionava a superação e a elevação de seus ideais aos mais altos patamares, pois sempre buscava realizar os maiores e melhores eventos.

Mais uma vez a tríade festa, cidade e povo era utilizada para justificar e legitimar um ato arbitrário, autoritário da família Cunha Lima e instituir a Micarande como mais um evento fundamental para e na história de Campina. Pois, diziam que tal evento estava contribuindo, sobremaneira, para o enaltecimento da cidade e o engrandecimento de seu nome e de sua imagem no cenário não só regional, mas também nacional. A festa, para estes discursos, substancializava Campina (como) grande. E para substancializar tal evento, o JP não dispensava o uso do discurso da

191 “Está salvo o Carnaval de Campina”. Coluna Entre Nós. **JP** N° 5535 Revista Paineis p 1, edição do dia 10/02/1991. (Grifos do autor).

comunitas ao apresentar aquele evento como uma festa democrática, em que todos participavam em harmonia.

Mas, democrática e harmônica a festa de Micarande nunca foi. Ela já nasceu segmentada e para segmentar, para excluir os “indesejáveis” e isto se explicitava no próprio formato de organização da festa, disposta em blocos, isolados por cordas, que buscavam definir de forma clara quem participava e que não participava da festa, quem podia e quem não podia participar do evento, quem era aceito e quem não era naquele espaço de sociabilidade. Neste sentido, a Micarande é um evento planejado, planejado, segmentado e racionalizado pela lógica do marketing, pela lógica capitalista e moldada e estratificada por práticas que a instituem como uma festa de e para as elites e classe média locais. Práticas como os corredores da folia que permitem a participação na festa somente daqueles que estão dentro dos blocos, estrutura de arquibancadas e camarotes onde só é permitido o acesso daqueles que têm condições de pagar.

No entanto, esta festa é apresentada, por aqueles discursos, como “o grande invento de Cássio Cunha Lima” que, a exemplo de seu pai, criador do “Maior São João do Mundo”, havia constituído e instituído este outro evento para o engrandecimento de Campina e para o deleite de todos os campinenses. Invento este gestado sob a égide dos discursos que decretam a morte do carnaval da cidade e sobre o suposto evento falecido. A Micarande nasce vestida com as roupas do falecido carnaval. É, talvez, por isto, que as primeiras vestimentas usadas pelos foliões da Micarande foram, ironicamente, nomeadas de “mortalhas”. Invento este que vai ser superdimensionado pelo próprio Cássio no seu último ano de governo, 1992, a frente da Prefeitura de Campina:

Venho pregando, ao longo dos últimos quatro anos, que Campina Grande tem um encontro marcado com o futuro, que começou a ser concretamente viabilizado a partir das intensas ações que a nossa gestão administrativa passou a desenvolver, visando recuperar o tempo perdido e, sobretudo, deflagrar esse processo inadiável para as ambições que alimentam o irrequieto espírito campinense.

Voltemos ao passado: Campina teve o seu riquíssimo ciclo do algodão e vivenciou o “boom” da industrialização subvencionada pelo governo federal, através da generosa isenção de tributos concedida a privilegiados grupos empresariais.

A nossa realidade hoje é outra. O país enfrentou os dissabores da recessão e, tanto econômica quanto socialmente, a nação ficou depauperada... Triplicou o índice de desemprego; o custo dessa aventura foi o

empobrecimento assustador do povo.

Esse desordenamento repercutiu sobremaneira em Campina. Os seus drásticos efeitos, entretanto, não foram suficientes para demover a cidade dos propósitos que ao longo dos anos oxigenaram a vontade coletiva de sua gente. O trabalho sempre foi – e é – o lema de norteamento da conduta do cidadão campinense.

Sem o chamado “ouro branco” que sustentou sua economia durante décadas e com a falência do sistema de manutenção dos grupos que fizeram fortunas com a isenção dada ao setor industrial, Campina sofreu um declínio vertiginoso. Ante tantos contratempos, qual seria a saída? Esta era a pergunta que ecoava na cidade, quando aparentemente nada poderia ser feito para arrancá-la da letargia que começava a predominar em todos os seus setores de atividades. Mas ela não sucumbiu. Campina, mais uma vez, reagiu, e vigorosamente.

Criatividade, eis a palavra-chave de Campina e o segredo de sucesso de seu povo.

Primeiro, investiu-se no turismo de eventos, o que não passava de um sonho de poeta. Mas, Ronaldo Cunha Lima fez o hoje internacionalmente conhecido “Maior São João do Mundo”, que dura 30 dias e mexe com toda a estrutura da cidade. Essa iniciativa gerou o surgimento de novos hotéis e forçou a melhoria da qualidade dos serviços dos já tradicionais estabelecimentos do ramo hoteleiro.

Veio em seguida a Micarande, o carnaval fora de época que não tem a dimensão do carro-chefe do turismo, mas reanima as vendas no comércio e acrescenta pontos positivos em nossa economia. No seu terceiro ano consecutivo, a Micarande teve repercussão nacional. Ou seja, vingou.

Feira de Tecnologia, Feira Campina Mostra Negócios, Vaquejada do Parque Maria da Luz, Festival de Inverno, Congressos Literários, são eventos complementares de nosso calendário turístico, que igualmente atraem, periodicamente, mais visitantes de diferentes estados brasileiros para Campina.

Assim é Campina. Ela contraria a lógica e avança com ousadia, coragem e determinação, transpondo barreiras e vencendo obstáculos. Enfrentar e superar desafios é a marca de Campina.

Esta cidade não dorme, mas sonha alto. Os seus vôos geram expectativas e fomentam a sua crescente sede de altura. Ela só para na hora de colher os frutos dos projetos que semeia. Assim é Campina, é o seu povo, é a sua gente. Uma terra indomável¹⁹².

Com a veiculação deste discurso em um caderno especial produzido pelo Departamento de Divulgação da Prefeitura Cássio buscava, de forma estratégica, em seu último ano de governo, que por sinal seria também o último de um Cunha Lima a frente da Prefeitura, à medida que seu sucessor não era mais um membro de sua família e sim um preposto da mesma, deixar marcado, registrado oficialmente a contribuição de sua administração e, por conseqüência, de sua família para a história da cidade.

E neste sentido, o mesmo vai se colocar como ponto de transmissão de

192 Cf. LIMA, Cássio Cunha. “CAMPINA GRANDE: Uma terra indomável”. In: **Campina Grande: 1989-1992. Exemplo de trabalho**. Campina Grande: Departamento de Divulgação da Prefeitura Municipal de Campina Grande. 1992. (Grifos do autor).

todos os enunciados descritos acima, na tentativa de colocar sua família como a principal responsável pelo soerguimento da cidade, por esta ser reconhecida nacional e até internacionalmente, pois metamorfoseada nas suas festas e personificada na ousadia, na criatividade, na inquietude, no espírito indomável de seu povo e na luta de seus administradores e representantes. Com este discurso Cássio buscava materializar a modernidade da cidade em suas festas e, por consequência, se colocando e colocando seu pai e a sua administração como criadores, gestores e mantenedores das mesmas, e com isto personificar e personalizar tal modernidade na sua imagem e de sua família.

Por isto, que no discurso acima Cássio recorre à história. E ele faz isto no intuito de contar a sua versão, que também é a versão de sua família, para a História de Campina Grande. E a história que ele conta é justamente a saga de sua família a frente da administração da cidade, uma história que ele conta linearmente, progressivamente, como se eles e a cidade estivessem a avançar contra tudo e contra todos em direção a “um encontro marcado com o futuro”. Futuro que expressa e deixa em aberto um possível reencontro da cidade com os Cunha Lima. Futuro que, para este discurso, tinha de ter a presença e a participação da família Cunha Lima na sua construção. Desta forma, ao eleger sua versão da história da cidade como a versão oficial Cássio buscava (con)fundir a história de sua família com a de Campina Grande. Aliás, na sua versão da história Campina (como) Grande é produto da administração de sua família.

O reencontro da família Cunha Lima, através de um de seus membros, com a cidade não tardaria em acontecer. Ocorreria mais uma vez no ano de 1997 com a eleição de Cássio Cunha Lima para Prefeito da cidade. Reencontro construído sobre as mesmas bases discursivas e estratégicas das campanhas anteriores e com o rompimento com o seu outrora preposto, Félix Araújo Filho.

Mais uma vez, o deputado Cássio Cunha Lima, ex-prefeito, voltou em entrevista à Rádio Caturité, para rechaçar insinuações acerca do tempo que era prefeito. E não contou conversa: “Na verdade Félix Araújo Filho encontrou uma prefeitura equilibrada. Eu posso assegurar isso, em que pese algumas pessoas de má fé tentarem dizer que tudo isso é consequência de uma herança maldita que ele teria recebido”.

E foi mais adiante ao dizer que a atual administração criou diversos órgãos como a COHAB, IPSEM, Secretaria do Meio Ambiente, SUCOM, Secretaria de Articulação Política, Guarda Municipal, aumentando assim as

dificuldades financeiras da prefeitura. Referindo-se as medidas de contenção de despesas anunciadas pelo prefeito Félix Filho, Cássio disse que “o atual prefeito contrariou a tradição dos ajustes, que geralmente ocorrem nos primeiros meses de administração”.

Pelo jeito, o deputado disparou a carga toda, mostrando que nada tem a ver com o que está acontecendo. Parece até entrevista de político da oposição, transformando o prefeito Félix Filho, que vem sendo atacado rijamente pelo Acorda Campina, como responsável pelos erros, até de administrações passadas, e agora pelo deputado que é estrela de primeira grandeza do PMDB local.

Que a oposição ataque o prefeito, isso está no seu papel, todavia, receber acusações de gente importante do seu partido, diga-se a verdade, isso é demais. É até uma injustiça¹⁹³.

Com este discurso Cássio tentava produzir o rompimento e o afastamento de sua imagem da administração do outrora preposto de sua família, o então prefeito Félix Araújo Filho. E fazia isto tentando produzir o descrédito político daquele, apresentando-o como um administrador que tinha se mostrado estabonado, desorganizado e despreparado para o comando de uma cidade como Campina. Produzir o descrédito político de Félix e a ingerência de sua administração tinha dois objetivos bastante específicos para a família Cunha Lima, quais sejam: primeiro, produzir um clima de insegurança, de temor na população as vésperas das eleições daquele ano, apontando para os possíveis riscos se a prefeitura continuasse em mãos erradas; segundo, produzir a sensação de que a cidade, mais uma vez, estava a precisar de um “protetor” de um “guardião” para que não voltasse a atravessar períodos de turbulência como os enfrentados em décadas anteriores.

E na produção do descrédito da administração de Félix Araújo o JP assumiria um papel de suma importância. E para tanto a estratégia usada por este jornal era a mesma testada e posta em prática várias vezes pela família Cunha Lima, a transformação das festas da cidade em palanque e moeda de troca política. É neste sentido, que pela primeira vez a Micarande, desde a sua primeira edição em 1990, passava a ser questionada e apresentada nas páginas daquele jornal de forma temerosa, negativa.

Faltando poucos dias para a abertura oficial da Micarande há mais dúvidas, questionamentos e suspeitas no ar do que mesmo expectativa de festa e alegria. Embora as noites campinenses já estejam sendo animadas por frenéticas prévias, a maioria dos blocos ainda não vendeu 60% dos seus

193 TEJO, William. “Cássio volta a atacar”. Coluna Aqui Política. **JP** N° 7037 p 2, edição do dia 04/02/1996.

kits folias. Esperam animados pela chegada dos turistas – se é que eles vão aparecer – para tentarem reverter o quadro adverso que se desenha. Do lado dos organizadores, o entusiasmo inicial foi substituído por um clima de apreensão. Justificativa oficial: falta de dinheiro.

Na realidade as irregularidades denunciadas na Micarande de 95 acabaram prejudicando o clima da festa. Pelo menos três marcas de cervejas e uma grande empresa, que participaram com patrocínio no ano passado, este ano não querem nem ouvir falar do carnaval fora de época. A atitude dessas empresas deixou as outras de “orelha em pé”, como se diz na linguagem popular. Até mesmo as concorrentes se mostraram receosas. Ninguém quer correr o risco de entrar num barco de segurança duvidosa.

O grande problema que cerca o evento, da parte do Poder Público, é a falta de transparência¹⁹⁴.

O editorial acima foi apenas uma das muitas matérias veiculadas pelo JP naquele ano que tentavam produzir um clima de insegurança e apreensão para a realização do evento. Localizamos cerca de 40 matérias dando conta do assunto, e sempre produzindo-o pela negativa, como se aquele evento estivesse imerso num processo de descrédito provocado pela desorganização e falta de gestão da prefeitura e principalmente do prefeito, na consecução da Micarande¹⁹⁵. Para tanto, o JP mobilizava diversos sujeitos nos lugares de enunciação do seu discurso no intuito de produzir o descrédito do prefeito e de sua administração. Sujeitos estes que geralmente ocupavam lugares sociais privilegiados na e pela sociedade local. Assim, neste período é comum encontrarmos advogados, médicos, reitores, padres, juízes falando e falando mal da Micarande daquele ano, com a propriedade de especialistas no assunto que se diziam preocupados com os rumos que a festa estava tomando na cidade, por causa da inépcia da administração municipal. E neste sentido, se acentua a produção de discursos como o seguinte:

Oficialmente, a Micarande começa hoje. Mas, a festa já vem rolando desde o final de semana, com bailes, saídas de blocos alternativos, frevo nas ruas, axé music. A cidade realmente mudou. O trânsito é frenético, as pessoas já estão se espremendo pela falta de espaço nas calçadas das ruas centrais, um colorido especial ornamenta o Parque do Povo e o chamado caminho da folia, enfim, detalhes indescritíveis compõem o cenário de um dos maiores carnavais fora de época do País. São as características externas e a aparência da festa.

A Micarande pode ser vista sob três ângulos: do ponto de vista cultural tem

194 Editorial: “Os riscos da Micarande”. JP N° 7082 p 2, edição do dia 12/04/1996.

195 Dentre elas vale a pena conferir as seguintes: “Pão e Circo” e “Prisões e tentativas de homicídio marcam primeira noite do Micarande” do dia 20/04, “Micarande reproduz relações de poder e quadro de exclusão” do dia 21/04, “segurança falha na Micarande” do dia 23/04, “Micarande gera debates acirrados entre parlamentares na Câmara Municipal” do dia 24/04 e “Repensando a Micarande” do dia 25/04. Todas do ano de 1996.

muito pouco das características locais ou regionais. Embora alguns blocos como o da Saudade e o Zé Pereira tentem reavivar a memória dos antigos carnavais, das antigas tradições culturais da terra, o que predomina mesmo, do ritmo à dança, é a baianidade. São os músicos baianos que comandam o espetáculo com suas inovações rítmicas e coreográficas. Na, realidade, os próprios organizadores da festa afirmam que sem “os baianos não tem Micarande”. O carnaval fora de época, no Brasil, é uma invenção baiana.

Do ponto de vista econômico, a Micarande assim como o Maior São João do Mundo, não tem apresentado resultados práticos em termos de divisas para o município. É certo que o comércio e o setor de serviços registram aumentos consideráveis no seu volume de negócios, mas como predomina a “informalidade” não entra nada em termos de impostos. Basta ver o que aconteceu no ano passado. Por outro lado, e aí entra o chamado “caráter social” da Micarande, muita gente aproveita o evento para complementar o orçamento doméstico. Como fonte de receita, não resta dúvida que a festa precisa ser revista.

Por fim, do ponto de vista político a Micarande funciona como uma espécie de vitrine da administração local. É certo que o turista vem para brincar. Como o palco da festa está pronto, iluminado, razoavelmente dotado de infra-estrutura, isso é o que interessa para quem vem com o intuito de se divertir. No entanto, o próprio Executivo sabe o que lhe espera a partir da quarta-feira de cinzas, quando o cenário estiver sendo desmontado e a realidade, de novo, se incorporar à rotina do cidadão folião. Desde o ano passado que a imagem de Campina Grande, por causa das trapalhadas negociatas feitas no período pré-Micarande, não é mais a mesma.

Numa série de reportagens publicadas recentemente pelo JP foram discutidos alguns caminhos para salvar a festa. O mais discutido de todos eles foi à privatização. Foram apontados pelo menos três modelos de privatização, com bases de sustentação sólidas. Hoje ninguém tem mais dúvida de que a festa precisa sofrer mudanças para não entrar no ritmo decadente do São João. E o mínimo que se pode exigir do Poder Público é transparência e organização¹⁹⁶.

Com o discurso acima o JP procurava desmontar os principais argumentos de sustentação da festa de Micarande na cidade. Primeiro, tentando desconstruí-la como um evento que pudesse trazer algum tipo de rentabilidade financeira para a economia do município, dizendo que o mesmo não tinha “apresentado resultados práticos em termos de divisas para o município”, pelo menos na administração de Félix Filho. Segundo, apontando que do ponto de vista cultural a Micarande era um estrangeirismo, que não representava em nada o resgate da “cultura popular” e das tradições do carnaval da cidade que tanto seus organizadores alardeavam. E, por fim, apresentavam a festa como um produto político, uma “vitrine da administração local”, como algo artificialmente criado para o enaltecimento dos políticos de plantão a frente da prefeitura. Desta forma, o JP buscava desmontar e desarticular os enunciados que haviam sustentado a invenção

196 Editorial: “Campina é só festa”. JP N°7088 p 4, edição do dia 19/04/1996.

da festa de Micarande na cidade, ou seja, o enunciado da festa como um espaço de utilidade econômica para a cidade, o enunciado da festa como a expressão da vontade do povo de Campina, portanto uma festa popular e de raízes populares, e por fim, o enunciado da festa como um espaço neutro, apolítico. Além disto, pela primeira vez a Micarande e o São João eram apontados como decadentes por aquela instituição; decadentes devido a má administração de Félix Araújo.

Contudo, a intenção do JP não era desmontar estes enunciados de uma vez por todas, mas tão somente desarticulá-los da rede de poder que se constituía em volta da administração do prefeito Félix Araújo. Rede de poder esta que já havia se desarticulado também da Família Cunha Lima. Com a produção deste discurso o JP, de maneira subliminar, expressava mais uma vez as suas vinculações com a família Cunha Lima, à medida que buscava produzir todo um cenário favorável ao lançamento da candidatura de Cássio Cunha Lima a prefeito da cidade no ano de 1996. Um cenário que buscava apontar para a necessidade de um “protetor” para a festa e para a cidade, de um político “ousado”, “moderno” e “criativo” que não deixasse os principais eventos e a própria cidade declinar. E para este discurso, parecia que não havia ninguém melhor para isto que o próprio “pai” da festa, o então deputado federal e ex-prefeito Cássio Cunha Lima.

O que se confirmaria nas eleições de outubro daquele ano quando Cássio mais uma vez derrotaria Enivaldo Ribeiro, seu principal adversário na campanha, por uma diferença esmagadora de votos ainda no primeiro turno das eleições de outubro daquele ano. Assim, a festa era mais uma vez transformada em campo de batalha por espaços políticos, para a construção de credibilidades e perfis políticos. E ao se transformar em objeto de discurso nas páginas do JP era articulada por enunciados que a conectavam a rede de poder movida pela família Cunha Lima na cidade e no Estado. E desta forma passava a ser usada como arma política contra seus “desafetos” e “inimigos políticos”, a quem diziam, também, “inimigos de Campina”.

No ano seguinte, 1997, estes discursos, enunciados e estratégias seriam mais uma vez acionados e postos em prática pela rede de poder movida pela família Cunha Lima. Rede de poder que havia se rearticulado, mais uma vez, a outra instituição de forte capacidade produtiva, a Prefeitura Municipal, tendo em vista a eleição de Cássio no ano anterior. E desta vez as disputas envolviam outra instancia

governamental, o Estado, e as disputas pelo seu cargo máximo, o de Governador. Mas, esta é uma outra história que não cabe ser contada agora.

3.1.1 – Reivindicando a paternidade do evento: muitos “pais” para um único filho.

No entanto, as lutas e disputas em torno da Micarande não eram acionadas apenas para por em movimento as tramas político-partidárias na cidade, mas também giravam em torno da constituição de pertencimentos sociais, da ocupação de lugares privilegiados na sociedade local. E neste sentido, tentar se colocar como os inventores dos eventos turísticos que determinados discursos diziam estar constituindo e mostrando Campina (como) grande apareciam como o principal objetivo de algumas instituições e sujeitos componentes da sociedade local. É tentando forjar estas condições que Luca Sales, jornalista, publicitário e promotor cultural que esteve ligado ao Departamento de Turismo durante a primeira gestão de Cássio a frente da Prefeitura Municipal, se colocava no lugar de sujeito do seguinte discurso:

Quando idealizei o carnaval fora de época de Campina Grande, pesquisei e acabei criando a corruptela MICARANDE, peguei o prefixo mica e acrescentei o rande, para rimar com o nome da cidade. Na época criei também um slogan: O melhor carnaval em Campina Grande. Cássio, acreditou na idéia e mesmo com um bloco de pessoas, contrário a esse carnaval, realizou o evento. Para mim, estava bem claro o sucesso da festa. Era a consolidação do turismo de eventos. Campina Grande deu um passo importante porque, além da Terra de Todos os Santos, foi a primeira cidade a investir em carnaval fora de época. Eu fui muito atacado na época da idéia, quando aconteceu a materialização, fiquei meio esquecido. Normal. Mas, quem lucrou com a MICARANDE? O trade da cidade. Empresários de eventos. Foliões. A cidade que arrecada mais impostos nessa época. O nome de Campina que é levado a todo Brasil, etc. Mas, para mim em particular, quem lucrou e lucra até hoje são os baianos (sem xenofobia) que monopolizaram estes eventos e só dá AXÉ-MUSIC. Ora, depois da Micarande passou muito “fevereiro” e foram criados “carnavais” fora de época em todo Brasil. Será que só os baianos sabem fazer carnaval. Eu entendo carnaval como mistura, diluição, alquimia. Para mim carnaval tem que ter um pouquinho de tudo e, nada mais... Com autoridade de quem escreveu o primeiro projeto da MICARANDE, que é repetido na íntegra até hoje¹⁹⁷.

197 SALES, Luca. “Micarande do Futuro”. **DB** N° 2805 p 13, edição do dia 15/04/1994. (Grifo no Original).

Com este discurso Luca Sales pretendia forjar para si um lugar de poder que o articulasse e desse destaque nas redes de poder que perpassavam a sociedade local a época. Lugar este que lhe retirasse do esquecimento, do ostracismo a que foi relegado após a materialização da Micarande, que o marcasse não só como o idealizador de tal evento, mas, acima de tudo, como o idealizador, o mentor da redefinição do carnaval da cidade, como um dos responsáveis pela consolidação do turismo de eventos em Campina. É com este intuito que o mesmo procura superdimensionar a sua participação na gestação deste evento, na sua idealização. E para tanto, minimiza, em seu discurso, ao máximo a participação daquele que se dizia e se apresentava como o “pai” do “carnaval fora de época” de Campina, Cássio Cunha Lima.

Ligar seu nome ao da Micarande tinha sido a estratégia montada por Luca Sales para forjar um lugar socialmente destacado na cidade para si. E fazia isto se aproveitando do espaço aberto no DB devido ao rompimento deste órgão de comunicação com a família Cunha Lima. Espaço este que lhe permitia contar a sua versão da história da Micarande, fundar seu mito de origem e se colocar nele como um dos criadores, como um dos responsáveis pelo que o evento tinha se tornado. Contudo, o discurso de Lucas é um discurso de resignação, de espiamento, pois tentava restituir a Micarande a idéia que lhe originou. Uma vez que na visão daquele a festa que se distendia aos seus olhos no ano de 1994 era uma festa corrompida e, portanto, cabia ao seu criador apontar caminhos para a restituição dessa verdade original, do seu sentido primeiro.

A maior invenção dos baianos é um palco que anda chamado trio elétrico. É fantástico. Agora, sobre esse palco você pode colocar Frevo, Maracatu, Marcha, Forró, Samba, Reggae, Rock, etc. o que quero dizer é que não precisa ser baiano para ter swing, basta ser BRASILEIRO. O que acontece é que os baianos se assumem, se vendem. Na Bahia fazer arte não é uma atividade “marginal”, enquanto em outros lugares, o é. É hora de mudarmos essa postura. Vamos investir em nossos valores. É CARNAVAL? Vamos fazer uma festa de ritmos. Vamos tocar Axé, Frevo, Maracatu, Marcha, Forró, Reggae, enfim, vamos SCULAMBAR mesmo. Inclusive, esta descentralização é a salvação desses carnavais fora de época, porque daqui a pouco, ninguém vai mais aturar as mesmas caras, os mesmos trios, as mesmas linhas melódicas. A não ser que a gente esteja ficando além de tudo, dormente ou se preferir, demente¹⁹⁸.

198 SALES, Luca. “Micarande do Futuro”. **DB** N° 2805 p 13, edição do dia 15/04/1994. (Grifo no Original).

Desta forma, o discurso de Luca colocava em xeque o formato que a festa tinha adquirido, ou melhor, o formato que as administrações de Cássio e de seu sucessor Félix Filho tinham dado a ela, produzindo o seu desvirtuamento em nome da modernidade representada pelos trios e guitarras elétricas das bandas baianas de axé-music. O discurso de Luca ainda é um discurso marcado pela idéia de tradição, pela idéia do novo fundamentado no antigo, nas raízes, nas origens culturais de um povo. E era este véis que os atuais organizadores da festa estavam esquecendo. O discurso acima aponta também para outra apropriação, senão da festa, mas dos discursos que a instituem como um evento grandioso para a cidade, à medida que aponta para outros interesses, para outras possibilidades de concebê-la, de projetá-la.

Contudo, Luca não foi o único a reivindicar a paternidade do evento e a tentar articular um lugar de sujeito aos efeitos produzidos por aquele evento na cidade e entre a sociedade local. Os Diários e Emissoras Associados também iriam reivindicar a paternidade do evento:

O carnaval fora de época em Campina Grande surgiu em 1990, quando o então diretor do Departamento de Turismo, Luca Sales, decidiu investir no evento e apostar no seu sucesso. Apesar do medo dos administradores locais à época e até mesmo da própria população, que achava que o evento não daria certo. Nos dias 28, 29 e 30 de março aconteceu o primeiro carnaval fora de época da cidade.

Mas a história desse evento surgiu há mais tempo, aproximadamente em dezembro de 1988, final da administração do então prefeito Ronaldo Cunha Lima, quando o jornalista Armando Lira, através do programa Semana em Revista, transmitido aos sábados das 09 às 11h30 pela Rádio Borborema, lançou a idéia para o prefeito, durante sua participação no programa que abordava "O Turismo para Campina Grande".

Conforme relatou o jornalista para a equipe do DB, a sugestão foi apresentada ao chefe do Executivo Municipal e ao então diretor de Turismo, Luca Sales, que acataram a idéia e se comprometeram em estudá-la. Conforme Armando Lira, a idéia de se criar o carnaval fora de época da cidade surgiu quando conheceu a "Micarande" em duas cidades da Bahia, Feira de Santana e Jacobina, em 1986 e daí decidiu apresentar as propostas às lideranças políticas. "Campina Grande havia perdido o brilho dos seus saudosos carnavais desde o início da década de 70, quando do asfaltamento das rodovias, aproximando dessa forma o município da orla marítima e conseqüentemente colaborando para que a população se deslocasse para o litoral no período momesco. Havia então a necessidade de se criar um evento que substituísse o carnaval, mas que fosse realizado após o período tradicional, isto é, após a semana santa", disse.

Para o seu programa, Armando havia preparado um folder, com sugestões turísticas de janeiro a dezembro, ou seja, um calendário sugestivo. Foi então que surgiu a idéia de se criar a Micareta de Campina. Mas o governo de Ronaldo Cunha Lima à frente da Prefeitura Municipal estava no fim do

mandato e não houve tempo de colocar a idéia em prática.

Seu sucessor, ao assumir a Prefeitura passou a trabalhar no projeto e o evento foi concretizado em março de 1990. Entretanto, por se tratar de uma cidade criativa, Campina Grande não quis copiar exatamente a Micareta de Salvador e criou um nome próprio para caracterizar o seu carnaval fora de época, batizado de MICARANDE.

A princípio, criou-se um temor e muitos desacreditaram no sucesso da festa. Mas a persistência dos seus organizadores foi mais forte e a Micarande chegou às ruas¹⁹⁹.

No discurso produzido pelo DB à origem da Micarande remontava a meados da década de 80, era, portanto, anterior ao Governo Cássio e a sua administração. Tinha sido produto da mente e da criatividade de um de seus funcionários, o jornalista Armando Lira. Com isto, o DB tentava retirar qualquer mérito na idealização e criação da festa da família Cunha Lima, especialmente de Cássio Cunha Lima, que se apresentava como o inventor da Micarande. Para o discurso acima o grande sujeito da festa é a cidade, é Campina Grande. Desta forma, sua criação aparecia, neste discurso, como produto de uma instituição de comunicação que além de reivindicar a paternidade do evento protestava também a autoria do desenvolvimento de um calendário turístico para a cidade, ou seja, os Diários Associados se colocavam também na fundação de uma política de turismo para Campina.

E, portanto, se sentia a vontade para apagar, da sua versão da história da Micarande, o nome de Cássio Cunha Lima e minimizar o papel da família deste na constituição do turismo de eventos como projeto político-econômico viável para Campina. O DB se utilizava do procedimento da “lista negra” para silenciar, apagar o nome de Cássio dessa história e assim tentar produzir o seu esquecimento no intuito de que ele não mais fosse lembrado como o “pai”, o “protetor”, o “inventor” de tal festa. Assim, os Diários Associados criavam uma versão da história que entrava em correlação de forças com aquela contada pelos Cunha Lima como forma de pressioná-los a restituir os laços que o haviam conectado outrora. Talvez, por isto que o nome de Ronaldo ainda apareça nesta história como um resquício de lembrança dos tempos em que as relações entre este e aqueles eram sólidas.

No entanto, esta versão construída pelo DB no ano de 1993 era uma

199 “Era uma vez uma idéia que nasceu na Rádio Borborema”. DB N° 2324 p 6, edição do dia 16/04/1993. (Grifos do autor).

versão provisória que poderia ser recontada ao preço de ter novamente restituído as ligações institucionais com a Prefeitura e o Estado. Tal discurso produzido pelos Diários Associados estava condicionado às relações que estas instituições mantinham com os organizadores e gestores da festa num dado momento histórico e as injunções e relações estabelecidas na sociedade local neste momento.

Emerge também neste mesmo período a construção de outro discurso fundador para a festa. E este discurso vai ser revestido não só de um caráter institucional, mas também oficial, pois é gestado dentro dos aparelhos de governo do Município. É a Lei N°2.814 que “oficializa a Micarande e dá outras providências”, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Prefeito Félix Araújo Filho em 30 de dezembro de 1993. A Lei tem o seguinte texto:

ART. 1°: As festividades da “MICARANDE” de Campina Grande, bem como as manifestações artístico-populares que a compõe, constituem-se em evento oficial da cidade, com apoio e sob a gestão da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: O Prefeito Municipal, ouvidos os setores competentes, fixará as datas de início e termino do evento.

ART. 2°: Para efeito desta Lei, são consideradas manifestações artístico-populares, entre outras, os “arrastões”, prévias, desfiles, festas, shows e bailes realizados no período, com apoio do Poder Público.

ART. 3°: A responsabilidade e execução do evento será da Prefeitura, através da Secretaria e Departamento competentes, de seu sucessor ou substituto.

ART. 4°: No prazo de 90 dias, a contar da data da publicação desta Lei, o Executivo expedirá decreto regulamentador²⁰⁰.

Com a oficialização da “Micarande” o governo de Félix Filho buscava definir de uma vez por todas tal festejo. Definir suas práticas, regulamentar sua produção e montagem, enfim, apontar o que realmente era a festa de Micarande, o que poderia ser nomeado como tal. A Lei se colocava desta forma como um parâmetro de regulamentação dos discursos e das práticas que instituíam a festa na cidade e para os turistas que a visitavam. Além disso, ao atribuir a responsabilidade de tal evento a Prefeitura, tal lei abria uma fresta para que o prefeito da cidade se apresentasse como o principal responsável pela montagem do evento, como o seu idealizador e promotor, a cada ano. Pelo seu crescimento e melhoramento.

Enfim, a festa não era colocada apenas como um produto de uma única administração, que depois de criada por esta tornar-se-ia um evento grandioso, pois

200 Prefeitura Municipal de Campina Grande. Lei N° 2.814 de 30 de dezembro de 1993.

entregue ao “povo de Campina”, a sua criatividade, ousadia e desprendimento, mas sim como um produto de todos os prefeitos que viessem a passar pela Prefeitura da cidade. Um produto não só do “pai” que a colocou no mundo, mas de todos aqueles que assumiam a sua tutela de quatro em quatro anos; e assim naquele momento Félix poderia se apresentar como o pai do evento, pois para o discurso jurídico ser “pai” não significa apenas por no mundo, mas acima de tudo fornecer as condições para o seu crescimento e desenvolvimento. E, com a produção deste discurso, Félix buscava se apresentar como aquele que estava dando uma certidão de nascimento oficial ao evento, estava definindo sua identidade e forjando as condições para o seu desenvolvimento.

Com isto, a família Cunha Lima era deslocada do lugar de únicos protetores e mantenedores do evento que diziam ter criado. A tutela da festa havia sido oficializada e partilhada e a condição de pai deixava de ser uma condição genética, pois havia sido, por imposição de uma Lei, transformada num lugar a ser ocupado de quatro em quatro anos pelo prefeito de plantão na Prefeitura Municipal.

Contudo, estes vários discursos que tentavam instituir um “pai” para o evento de “Micarande” ao entrarem em relação se constituem numa das condições de possibilidade para instituição do evento. Pois, além de transformarem-no em objeto de discurso o constituem como um campo de disputa por pertencimentos simbólicos, por lugares sociais e espaços de promoção cultural. A festa é desta forma transformada num campo de batalha não só para os políticos locais, mas para a definição de espaços privilegiados na e para a sociedade local.

3.2 – Fundindo modernidade e tradição nos blocos de Micarande: O Bloco da Saudade, a saudade de Eneida Agra.

Manoel Cavalcanti Belo, conhecido como Neco Belo, foi o folião mais famoso do carnaval de Campina Grande, no início do século XX. Campinense nascido no século XIX recebeu a patente de coronel conferida pela Guarda Nacional. No início do século XX, Neco Belo fundou o Bloco “Os Caiadores”, que disputava com o “Beija-Flor”, fundado pela família Lauritzen. Naquela ocasião não existiam clubes sociais na cidade, e o carnaval acontecia no largo da Matriz em direção à Rua Grande ou do Seridó (hoje Maciel Pinheiro), com a população acompanhando os blocos que eram puxados por orquestras que entoavam marchinhas, valsas, polcas

e os primeiros frevos que começava a se popularizar no Recife.

Quando se aproximava o Carnaval, Neco Belo saía a cavalo até Alagoa Grande, para tomar o trem e ir até o Recife comprar os tecidos das fantasias, pois ainda não havia chegado o trem em Campina Grande. Os festejos na cidade iam até meia noite quando os sinos das igrejas tocavam e os foliões se recolhiam. Os blocos também visitavam residências de pessoas ilustres que preparavam banquetes para receber os foliões.

No ano de 1918, as autoridades aboliram o “banho de goma” e o “melamela” remanescentes do Entrudo (o Carnaval do período introduzido pelos portugueses e escravos no Brasil), e apareceram no carnaval de Campina Grande o Rei Momo, Zé Pereira com o seu cabeção e os mascarados de rua.

No dia 14 de julho deste ano, faleceu Neco Belo, principal ponto de referência na história do carnaval campinense.

Na década de 30, popularizaram-se os blocos Dona Não Grite e o Bloco das Pastoras, fundado por Ioiô Cavalcanti em 1933, no qual boêmios, políticos e intelectuais desfilavam vestidos de mulher, e os clubes Campinense, Paulistano, 31 e Ypiranga, que desfilavam na terça-feira de Carnaval. Surge os monumentais bailes de salão, cuja fama maior dos anos 30 aos 50 foi o Clube 31.

A partir da década de 40, tornam-se populares os bailes de Carnaval do Grande Hotel e do antigo Campinense Clube, onde neste segundo os foliões saíam ao amanhecer seguindo a orquestra em desfile pelas ruas centrais. No carnaval de rua o curso promove batalhas de confete e serpentina na Rua Maciel Pinheiro, conhecida então como o “Quartel General da Folia”.

A década de 60 marca o declínio do carnaval de Campina Grande, com o fim das orquestras de rua e bailes do Clube 31. O ano de 1964, que marca o centenário da emancipação política de Campina Grande, é também o último grande Carnaval de rua da cidade em que também desfilou pela última vez o clube Ypiranga com sua orquestra de frevo executada por negros.

Em 1991, surge o Projeto Cultural Carnavalesca, criado pela educadora Eneida Maracajá, que põe nas ruas durante o carnaval fora de época, o Bloco da Saudade, com orquestras de frevo, estudantes, bonecos gigantes, foliões fantasiados e mascarados, com o propósito de resgatar a identidade cultural do Carnaval de Campina Grande e a folia de rua como manifestação espontânea da comunidade. Arrastando milhares de foliões, o Bloco da Saudade faz história e torna-se imenso sucesso popular²⁰¹.

É este discurso que apresenta a exposição permanente do Museu Histórico de Campina Grande sobre o carnaval da cidade. Exposição esta que foi organizada por Eneida Agra Maracajá e que tem no Bloco da Saudade o seu principal destaque. Produzido pelo Museu Histórico de Campina Grande o discurso acima além de apresentar um caráter fundador, à medida que busca sintetizar a história do carnaval de Campina Grande, apresentando seus principais personagens, seus espaços de diversão, os principais acontecimentos que o

201 Ver exposição permanente do Museu Histórico de Campina Grande, na sessão destinada ao Carnaval de Campina Grande o baner que conta a história da exposição, com o título **Os antigos Carnavais de Campina Grande**.

marcaram, os blocos etc.; busca instituir uma verdade histórica para o mesmo, um passado para o carnaval. Passado a partir do qual o Bloco da Saudade tenta se constituir no presente. Passado que Eneida Agra tenta restituir, estabelecendo os laços de continuidade com o presente através do Bloco da Saudade. Saudade de Eneida e de sua família, saudade daquele passado, daquela Campina do passado, das relações que constituíam sua sociedade.

Este discurso se constitui, portanto, na legitimação institucional do projeto de uma família, da família Agra. Projeto este que se materializa no Bloco da Saudade, no ano de 1991, que idealizado por Eneida tentava restituir aquele passado no presente, através de discursos e práticas que a ele remetiam, como se observa no discurso a seguir, também (re)produzido pelo Museu Histórico de Campina Grande:

No “Beco do 31” uma página de ontem. O estandarte do “Bloco da Saudade” traça riscos lá no céu, acordando velhos foliões na eternidade. De repente eis que se ouve uma música sinistra, cadenciada, arrastando a Troça: “quem quiser comprar banha cheirosa vá na casa de dona Generosa”.

É a “Música da Cana” com João Arruda e o seu jacaré nas costas.

A bengala dança uma dança louca. O fraque, a cartola, no ombro o pingüim. “Porque não chove cerveja?” Saudade de Ômega, os olhos amortecidos, a fala de álcool, poeta e boêmio.

Envolto em serpentina, na cabeça, o talco de todos os carnavais, Pedrosa da livraria pede ao mundo: “Bandeira Branca amor

Não posso mais

Pela saudade que me invade

Eu peço paz”.

O cabeção imenso, no frevo do carnaval. É o “Zé Pereira!” “Viva o Zé Pereira!” Otoni Barreto, “Dedé Lampião”, “Aderbal do Cortume”, “Mané Chaves”, “Zé Barreto”, “Pinto do Rádio”, no ritmo do zabumba e do reco-reco: “xô xô Araruna, xô xô Araruna...”

Na saudade do Bloco, o estandarte vermelho e branco, nas mãos de “Musga Preta” pintor e “pé de cana”. Lá vem o Ipiranga, com suas “piniqueiras” cantando, marcando compasso com alegria e suor: “Taí, eu fiz tudo pra você gostar de mim...”

“Mestre Batista”, “Zé Tombador”, “Biu Puta Preta”, hoje apenas saudade!

No “Bloco da Saudade” as meninas escondem o rosto bonito, por trás das máscaras, compradas na “Casa Iracema”, e na batalha do corso, usam o confete, de “Castelo de Bronze”: “Um Pierrot apaixonado que vivia só cantando...”

O clarim é como um lamento, no “Bar Macaíba”. É o “Tudo nos Une”, em suas cores amarelo e azul. Nas mãos de “Mariola” a bandeira varre o mundo do Carnaval. “Luiz Bossa”, “Passo Triste”, “Valete”, Arlindo Pedrosa, “Dante 3 Quina”.

O bloco quer passar. “Zé Souto”, “Biu Galileu”, Hamilton Pube, “Vavá Chaves”. O estandarte nas mãos de “Zé Nogueira”, pede passagem. É o “Lero-Lero” que surge, vestindo a camisa de jersey, cantando a vida que

passa, tecida de sonho e ilusão: “No Tirol, no Tirol, só se canta assim, Lero-Lero, Lero-Lero”²⁰².

O Bloco da saudade é a tentativa de reviver aqueles antigos carnavais, de ver materializado e efetivado o que era apenas lembrado pelos foliões de outrora. É a tentativa de materializar um espaço de memória no presente, de reconstituir territórios existenciais de uma determinada parcela da sociedade local que se via perdendo pedaços queridos do seu ser. É a tentativa de restaurar os espaços de movimentação daqueles remarcando os seus lugares de outrora com a representação dos “grandes carnavais campinenses” através do “Bloco da Saudade”, da espacialidade da cidade que o mesmo tentava reocupar, das peripécias dos antigos foliões relembradas nos passos dos componentes do Bloco. Mas, também é a composição de um espaço de poder, espaço que se queria efetivo, materializado, subjetivado e articulado as redes de poder que permeavam a sociedade local a época. É neste sentido, que o Bloco da Saudade vai compor, a partir do ano de 1992, uma política cultural bem definida com a gestação do Projeto Cultural Carnavalesca de autoria de Eneida Agra Maracajá e do jornalista Walter Tavares. Este projeto apresenta a seguinte justificativa:

O município de Campina Grande tem-se tornado, nos últimos anos, pólo de uma das atividades culturais das mais significativas, resultado de uma série de fatores e circunstâncias, dentre as quais podemos ressaltar diversas promoções artístico-culturais de âmbito nacional e internacional.

Os Festivais Internacionais de Inverno, os Congressos de Crítica Literária, os Seminários Internacionais de Semiótica, os Congressos de Violeiros, têm patenteada a alta rentabilidade que os mesmos proporcionam para o crescimento sócio-cultural da comunidade.

O Maior São João do Mundo, o Encontro para a Nova Consciência, a Micarande (carnaval fora de época de Campina Grande), a Feira de Ciência e Tecnologia (FETEC), os mais recentes eventos, atestam a vitalidade de Campina Grande e a sua vocação para o turismo cultural, resultado da dinâmica de sua gente, característica que a eleva a um ponto de destaque no panorama cultural do país.

A criação da Micarande veio ampliar a vocação de Campina Grande para o turismo de eventos. Para uma cidade com uma população aproximada de 400.000 mil habitantes e 131 anos de existência, fazer um carnaval fora de época, apenas nos moldes do carnaval da Bahia, seria fugir à democracia cultural, através da imposição dos ritmos, danças e figurinos.

O projeto Cultural Carnavalesca do Bloco da Saudade fez a diferença e faz o espetáculo. Fundado na Micarande de 1991, resgata a identidade do Carnaval, como manifestação autêntica do povo brasileiro, estimulando a

202 Cf. baner na exposição permanente do Museu Histórico de Campina Grande, na seção destinada ao carnaval.

formação de uma consciência crítica, parte importante no processo da resistência cultural.

O Plano de Ação Cultural do Bloco da Saudade, tem sido voltado a essa busca incessante pela sobrevivência da identidade, com raízes fincadas no tempo e na história²⁰³.

Não por coincidência o discurso acima reproduz os mesmos enunciados do discurso veiculado por Cássio Cunha Lima quando do seu último ano de governo a frente da Prefeitura Municipal em sua primeira gestão. Vai apresentar o turismo de eventos como uma vocação da cidade, como resultado do dinamismo de sua gente, da batalha de alguns abnegados em fazer a cidade se tornar reconhecida “nacional e internacionalmente”, da luta para elevar seu nome e demonstrar sua grandeza. Reproduzindo este discurso os gestores do Bloco da Saudade tentavam se articular a rede de poder movida pela família Cunha Lima. E para tanto vão tentar ocupar o lugar do “carnaval tradicional”, vão se colocar em substituição ao carnaval supostamente morto e decadente, buscando reviver os antigos carnavais, resgatar a sua identidade, só que com uma particularidade, saindo nos dias de Micarande que, para determinados discursos, tinha assumido “o lugar da festa de Momo na cidade”. Esta era a condição para que os organizadores do Bloco da Saudade, especialmente Eneida Agra, fossem rearticulados as novas redes de poder que constituíam a sociedade local e seus lugares privilegiados.

Ocupar e substituir o lugar do “carnaval tradicional” nos dias de Micarande significava também acabar e silenciar com uma festa que estava a por em dúvida “a vocação da cidade para o turismo de eventos”, pois os carnavais que continuavam a ser produzidos na cidade na data tradicional, segundo estes discursos, não contribuíam para atrair nenhum turista, não repercutiam a imagem e nem traduziam a grandeza de Campina, à medida que haviam se constituído numa festa pobre, desorganizada e de pobres. Contudo, os organizadores da Micarande pareciam ter reservado, a princípio, tal espaço para aqueles que continuavam a fazer este carnaval, tentando rearticulá-los e deslocá-los também para este evento. A este respeito diz o Sr. José Neto, um dos diretores da Associação de Escolas de Samba da cidade:

203 Cf. MARACAJÁ, Eneida Agra. & TAVARES, Walter. **Projeto Cultural Carnavalesca**. Campina Grande: Teatro Municipal. 1993. p 6-7.

Nós tivemos duas propostas dessas, em 1992 e em 1996. Nós tivemos uma proposta dessa, que a gente não fizesse o carnaval tradicional e pegasse todas as agremiações pra vir na Micarande, então era impossível a gente fazer um negócio desses porque o carnaval que nós fazemos em fevereiro é um carnaval pra quem vai olhar, olhar as fantasias, vai todo mundo pra avenida olhar as fantasias, pra ver as agremiações e na Micarande o pessoal vai é pra pular, e nós temos mais interesse pra gente botar as agremiações no período certo²⁰⁴.

Desta forma, o Bloco da Saudade buscava ocupar na Micarande o lugar que havia sido destinado pelos organizadores da festa às Escolas de Samba, blocos e troças carnavalescas que faziam os carnavais da cidade e que tinha sido recusado por estes. O Bloco da Saudade vem ocupar, a partir de 1992, o espaço de poder relegado pelos participantes e organizadores do “carnaval tradicional”. E é justamente neste ponto que se articulam, que se conectam duas estratégias e projetos distintos para a cidade. A estratégia movida pela família Cunha Lima e os discursos que inventam um passado idealizado para a cidade como reação ao tempo presente de determinados sujeitos que estavam sendo desterritorializados de seus lugares sociais privilegiados.

É neste ponto que se conectam e se articulam os interesses destes grupos com os interesses dos organizadores da Micarande. Por um lado a Micarande possibilita a ocupação por parte daqueles de um lugar de poder, de um espaço de movimentação e de produção nas novas redes de poder local; e por outro lado o Bloco da Saudade se constitui na materialização de uma suposta tradição dos carnavais da cidade, o que dava a Micarande não só um aspecto de festa moderna, de mais um modismo, mas de uma festa produzida sob as bases da tradição, que articulava tradição e modernidade em nome de Campina (como) grande, que contribuía para a preservação da cultura e das tradições de seu povo. Além disto, na Micarande o controle e o direcionamento da festa, ou melhor, do espetáculo, aparentava se tornar mais fácil. À medida que a participação dos “indesejáveis” se tornava mais difícil em tais festejos, o que, para alguns, o preservava de determinados riscos, como, por exemplo, de uma invasão “popular”. É neste sentido, que o JP vai constituir o seguinte discurso através da escrita de Romero Figueiredo Agra:

204 Depoimento do Sr. José Alexandre Neto concedido ao autor no dia 03/10/2007.

O carnaval saiu de fevereiro, deu adeus a tradição cronológica e deslocou-se até maio agora com nova denominação: MICARANDE. Contudo a consagração é a mesma. É certo que há um pouco de modernidade. O janismo sepultou, por exemplo, o lança perfume. O relógio fez desaparecer a querida “la ursa” e o “atemorizante” bumba-meu-boi com seu famoso secretário Mateus. Os blocos, alguns, igualmente não resistiram às crises nem às tradições litorâneas e campais.

O Tudo-nos-une, o Ypiranga, os Marmiteiros, o Galo (referência ao Treze Futebol Clube) Los Cocos del Loro, os Marcianos, os Vassalos del Rey Montilla e tantos outros que abrihantavam nossas ruas com um curso que nos faz delirar de saudade... sumiram.

Mas vieram os trios elétricos e orquestras que ressurgem perfazendo uma nova era numa autêntica conjunção de ritmos, onde a eletrônica se integra ao sopro e à percussão para dizer que a ALEGRIA é, mais um, direito do Povo e que, sobremaneira, a FESTA não acabou. Sofrido ou sofrendo o Homem merece.

Por último registramos um parabéns a plenos pulmões. Que vai para turma que compôs, idealizou e administrou o ZÉ PEREIRA. Ali estava a homenagem maior ao nosso passado. A massa chegou a chorar na via pública ao contemplar três gerações. A sociedade campinense (não é elite, nem a nata) respondeu PRESENTE e honrou suas doces tradições. Até o horário foi mantido. A concentração não mudou seu velho e querido local na frente do ex-Campinense Clube. Não precisamos citar nomes porque a memória é falível, mas pensávamos que seria impossível reunir tanto “monstro sagrado” de uma só vez. Fica, portanto, o nosso entusiasmo e a nossa admiração. Na esperança de que no futuro será muito melhor, pois, como todo brasileiro que acredita... dias melhores e maiores virão²⁰⁵.

Desta forma, o desfile do Bloco da Saudade e do Zé Pereira durante a Micarande se constituíam na materialização desta articulação, na legitimação dos interesses de ambas as partes pelas instituições que organizavam a festa. E com discursos como o acima citado tentava apresentar a Micarande como um composto de modernidade e tradição, representado por esta mistura de ritmos e sons do passado e do presente. Passado e presente estavam sendo fundidos no intuito de se garantir que “dias melhores e maiores” viessem a constituir a história de Campina e de suas festas. E isto era feito, desta vez, com a anuência de instituições como a Prefeitura Municipal, que organizava os festejos de Micarande, e por conseqüência daqueles que estavam no seu governo, à família Cunha Lima e seus prepostos, o Museu Histórico de Campina Grande, instituição responsável pela preservação da memória da cidade, que legitimava e autorizava a versão construída por estes grupos e seus representantes, como, por exemplo, Eneida Agra, para a história da cidade.

Mas, o projeto que incorpora o Bloco da Saudade se reveste também de

205 AGRA, Romero Figueiredo. “... e dias melhores virão”. JP N°5906 p 2, edição do dia 05/05/1992.

outros interesses e nuances. A partir de 1992 este agenciamento vai assumir um caráter folclórico/pedagógico bastante forte, pois objetiva por em continuidade os “grandes carnavais campinenses” com a produção dos sujeitos e subjetividades necessárias a reprodução não só daqueles discursos e memória, mas também das práticas por eles constituídas como exemplares. E neste sentido, tal projeto se direciona ou busca enquadrar um público bem particular:

Há muitos anos diferenciando a MICARANDE dos outros carnavais fora de época, o Bloco da Saudade, sub-projeto do Festival de Inverno de Campina Grande, apresenta para este ano uma extensa programação, envolvendo foliões de todas as idades. Neste dia 16 às 17 horas, sai do teatro municipal, dirigindo-se para as ruas centrais da cidade, o “Grito da saudade”.

“Sem Idade”

Buscando formar o folião do amanhã, o Bloco da Saudade realiza no próximo dia 17, às 16 horas, no Shopping Luiza Motta, um baile infantil. No dia seguinte, sai às ruas com o “Saudade não Tem Idade”. Isto acontece no dia 18, às 16 horas, tendo como ponto de partida o Teatro Municipal. Crianças de até 12 anos fazem a festa, animado pelo mais legítimo frevo²⁰⁶.

Com estas práticas e discursos os organizadores do Bloco da Saudade, especialmente Eneida Agra, buscavam produzir subjetivações necessárias a continuação e perpetuação da memória dos “grandes carnavais campinenses”, tentando incuti-la na mente das crianças e jovens arregimentados a participar do Bloco da Saudade. Esta prática se tornou recorrente nos últimos anos, quando, ano a ano, no período de Micarande, Eneida Agra busca realizar algumas ações junto a alunos de escolas públicas do Município, no intuito de “reviver os grandes carnavais campinenses”, pois “buscando formar o folião de amanhã”.

Com estas práticas objetivava-se produzir entre os jovens e as crianças as subjetivações necessárias a reprodução daquela memória e de tudo o que ela implica para estas pessoas, uma vez que entre os adultos e os mais idosos este objetivo parecia ter sido minimamente alcançado, tendo em vista que este agenciamento era possibilitado e autorizado por boa parte das instituições sociais da cidade. Com isto, os adultos fazem de si, no espelho dos textos supostamente destinados às crianças, a imagem de si mesmos tal como a imaginam. Eles se oferecem sua própria lenda, por intermédio dos adultos apresentados às crianças,

206 **Jornal da Paraíba**, sem data e número. Recorte de jornal localizado pelo autor no Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande, na seção destinada ao carnaval da cidade.

se reproduzindo e idealizando a imagem que pretendem oferecer de si próprios ao “bom povo”. Neste sentido, não há duas sabedorias, nem duas morais, mas que aquelas dos pais permanecerão sendo as das crianças, as do futuro, as de sempre. O fundo “natural” na criança reencontra o dito dos pais e mais o comprova do que ameaça²⁰⁷.

Com o delineamento deste objetivo, busca-se garantir o futuro, perpetuar e perenizar os valores, costumes, usos e práticas subjetivados pelos representantes das “famílias tradicionais” da cidade. Assim como garantir os lugares privilegiados e estratégicos que haviam reconquistado aos seus herdeiros e sucessores, livrando-os da violência, dos perigos e das múltiplas falas que atormentaram seus predecessores. Novamente o passado intervém no presente no intuito de controlar e dominar o futuro. Os mortos enterram os vivos. As crianças, portanto, não teriam “mais pais” e não encontraria mais diante de si a violência do pai pela razão muito simples de que elas foram feitas como repetição e à imagem dele na literatura que fala delas. Por conseguinte, um poder exprime-se nelas, por meio delas, sem ter que se revelar como tal.

O Bloco da Saudade desfila com o povo – o único protagonista do verdadeiro Carnaval (sic). Não tem proposta saudosista. Faz o espetáculo do carnaval fora de época de Campina Grande. É o carnaval ilusão, epopéia dos pierrôs, colombinas e arlequins. É a cultura garantindo ao povo o vivenciar histórico do passado, no presente. É o amanhã, definido em nossa identidade, caracterizado em nossas peculiaridades de Povo e Nação²⁰⁸.

Essa pedagogia dos “grandes carnavais campinenses” difundida pelo Bloco da Saudade faz uma associação entre criança e povo, tomando este arcabouço pedagógico como norte dos agenciamentos memorialístico e discursivo/folclorístico, que silenciam e reprimem as outras formas de ver e dizer os carnavais produzidos e inventados na cidade. Esta pedagogia vai encontrar grande ressonância e aceitação entre a “classe média” local, cooptada por um discurso produzido com a intenção política de reafirmar ou reconstruir velhos lugares nas novas redes de poder, assim como reforçar os novos, tendo em vista ter se

207 Cf. CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 1995.

208 Cf. MARACAJÁ, Eneida Agra. & TAVARES, Walter. **Projeto Cultural Carnavalesca**. Campina Grande: Teatro Municipal. 1993. p 9. (Grifos do autor).

articulado e contar também com a participação, neste novo evento, a Micarande, de praticamente todos, senão todos, os segmentos das elites locais: governantes, políticos, instituições, autoridades, letrados, intelectuais, grandes comerciantes, industriais etc.

E neste sentido, com a confluência destes interesses, práticas e discursos iam sendo forjadas as condições de possibilidade para que o “carneval tradicional” fosse silenciado de forma definitiva ou pelo menos deixasse de ser objeto de discurso de praticamente todas as instituições da cidade, como, por exemplo, dos principais veículos de comunicação locais, muito embora os membros das escolas de samba, blocos, troças, la ursos, bumba-meu-boi e tribos carnavalescas nunca tenham deixado de produzir os festejos de carnaval na “cronologia tradicional”. Neste sentido, é interessante observarmos o discurso do Sr. José Neto:

Muita gente fala, muita gente critica quando a gente da Associação diz que o carnaval de Campina não acabou de vez ainda por causa de um cidadão chamado Dr. Damião Feliciano. Porque com Dr. Damião ele colaborou, porque ele criou aquele negócio do carnaval dos que ficam ai o carnaval não morreu. Depois de Dr. Damião uma das emissoras que sempre abriu as portas, que sempre acreditou no carnaval de Campina foi a Televisão Borborema e Rádio Borborema. Eu não sei se é por causa do conhecimento que nós temos lá, e com funcionários lá que é muito amigo meu; então sempre abriu as portas pra gente. Em seguida vem a Campina Grande FM, os outros jornais a gente vai deixa um nota e divulga.

Agora você tocou num assunto muito interessante. Você falou que de 90, 92,93 pra cá você não pega numa nota do carnaval de Campina. Não tem. Pra que a gente possa ter uma nota à gente fica lá insistindo, pedindo, batendo. Você veja, nós estamos no mês de outubro e nós já deixamos um projeto do carnaval 2008 pra o Governo do Estado, pra Prefeitura Municipal, pra CDL, pra Associação Comercial, pra o Clube dos Diretores Lojistas, pra que todo mundo tome conhecimento. Nós saímos deixando pra esse povo todinho, pra que todo mundo tome conhecimento. Todos os anos, há dez anos nós fazemos isto, teve ano que desde o mês de agosto que nós começamos a andar com esse projeto de carnaval e você vê só chega ajuda atrasado, a ajuda da Prefeitura e do Governo do Estado faltando 8 dias, as vezes já chega na semana de carnaval. Mas, a imprensa de Campina Grande mesmo não acredita que exista carnaval, fora estas duas emissoras. É tanto que agora nos cinqüenta anos do Diário da Borborema eu fiz questão de pegar um Diário da Borborema todinho. Quer dizer a história de cinqüenta anos a gente não viu falar uma só vez de carnaval de Campina. Então quer dizer que durante cinqüenta anos, desde que o Diário da Borborema foi fundado nunca houve nada. Ai é onde você diz, e a imprensa ajuda? Alguns é que ajudam.

Quando nós tínhamos de prestar uma homenagem quando Cozete Barbosa foi prefeita, e o aniversário dela coincidiu de ser numa quarta-feira de cinzas, ai a gente prestamos (sic) uma homenagem numa terça-feira de carnaval. Encheu a Severino Cruz, apareceu autoridade, apareceu todo mundo, mas só na hora que Cozete tava pra ir pro palanque, fora isso

ninguém aparece mais. Até o próprio pessoal da prefeitura que investe no carnaval de Campina, você chega nos três dias de carnaval e não aparece ninguém. Ai fica fazer carnaval dessa maneira²⁰⁹.

O discurso do Sr. José Neto é indicativo dos procedimentos acionados pela imprensa local, com exceção de alguns veículos, a exemplo da TV Borborema, e pelas autoridades constituídas no intuito de silenciar o “carnaval tradicional” da cidade, de desprestigiá-lo, de inviabilizá-lo ao longo da década de 90, principalmente após a recusa dos organizadores destes carnavais em deixar de realizá-los para sair na Micarande. A partir de 1992, as principais instituições de comunicação locais como o Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba deixam, praticamente, de publicar qualquer matéria que se refira à prática do “carnaval tradicional” da e na cidade. Ao longo de oito anos, ou seja, do ano de 1992 ao ano 2000 ambos os jornais publicam apenas 17 matérias sobre tais festejos, das quais apenas três dão conta da programação do festejo, as 14 restantes ou reproduzem os discursos saudosistas para com os carnavais do passado ou tentam demonstrar a decadência e o esvaziamento do carnaval da cidade ou são charges jocosas ironizando os dias de Momo em Campina²¹⁰.

Silenciar e esvaziar os carnavais da cidade se constituía assim, a partir da gestação da Micarande, numa estratégia definida por algumas instituições de comunicação da cidade. Primeiro, porque estas instituições não viam mais no carnaval um evento que traduzisse o ideal de cidade que eles buscavam instituir; segundo, pois esta festa não refletia um grande evento, não se conectava, não se articulava ao projeto que visava e estava buscando transformar Campina na cidade dos grandes eventos, cidade “vacionada ao turismo de eventos”. Estratégia que parece ter se tornado mais eficaz ao ponto de na comemoração do seu aniversário de 50 anos ocorrido em 2007 o DB apagar, silenciar, esquecer o carnaval dos últimos cinquenta anos, não publicando uma nota sequer sobre tal festejo.

No entanto, o discurso do Sr. José Neto aponta para uma outra festa, para uma outra cidade que se apresentava paralela aos discursos e enunciados que a diziam como a cidade dos grandes eventos, cidade “vacionada ao turismo de

209 Depoimento do Sr. José Alexandre Neto concedido ao autor no dia 03/10/2007.

210 Cf. **Diário da Borborema** e **Jornal da Paraíba**, dos anos de 1992 a 2000, especialmente os meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Estas 17 matérias dizem respeito apenas ao material consultado e catalogado pelo autor que constam nos arquivos dos jornais supracitados.

eventos”. Uma cidade não tão espetacular, de pessoas sem nomes próprios, de eventos que não se constituíam num grande espetáculo, mas que se destinavam apenas a diversão dos seus participantes e constituído num espaço onde os mesmos pudessem brincar o carnaval, exercendo o direito de brincar nas ruas da cidade sem maiores cerceamentos ou constrangimentos, como, por exemplo, ter de fazer um evento condizente com determinados ideais e discursos. Evento condizente apenas com os interesses das comunidades e das pessoas que o produziam. E neste sentido, estes grupos e pessoas construía outras histórias, inventavam outros passados para a cidade e para suas festas:

Nossa participação no carnaval, nós começamos com uma escola a 15 de Novembro. Era uma escola de samba que a gente tinha na Palmeira que era comandada por muita gente da comunidade mesmo da Palmeira. Depois da Palmeira que era ainda na década de 70 então a gente tinha a 15 de Novembro, a Escola de Samba do Flamengo, Os Planos, a Vasco da Gama, a Noel Rosa de Alcatrão, em se falando de escola de samba, sem se falar nos bumba-meu-boi e ala ursa que naquela época tinha, mas ainda era muito pouca.

E ainda tinha os blocos, o bloco do Ipiranga, do Paulistano, e o Trabalhador naquela época fazia o seu arrastão na quarta-feira de cinzas, quando terminava tudo no clube do trabalhador, até o centro da cidade. Nessa época os desfiles ainda eram na Rua Maciel Pinheiro, aliás toda a festividade de carnaval era na Rua Maciel Pinheiro com corso, com mela-mela, com os papangus, depois é que vinham os desfiles de blocos e as escolas de samba. Coisas poucas, mas era quem levava o carnaval naquela época. Década de 70 todinha.

Depois de 76 quando as escolas de samba foram crescendo ai teve Bambas, Gremistas do Samba, Flamengo, Acadêmicos de Monte Castelo que junto com a Noel Rosa é uma das mais velhas de Campina, depois Unidos da Liberdade, Invasores, isto já na década de 80. De 77, 78 pra cá teve uma época em Campina que nós tínhamos 10 escolas de samba, tinha a escola de samba do Pedregal, da Palmeira, a Liberdade tinha duas escolas. Ai foi quando veio a Micarande e deu um baque, ai deixou de sair Invasores do Samba, Gremistas, Unidos da Liberdade, porque Unidos foi fundada dissidente da Gremistas do Samba e foi uma das maiores escolas de Campina Grande... Mas, a gente já teve época aqui de ter 10 escolas 12 escolas. Chegava na Bela Vista tinha uma escola boa... Todas estas escolas foram comandadas pelo pessoal dos bairros, da comunidade mesmo... Os Invasores desde o começo que é comandada pelos invasores daqui das Malvinas mesmo²¹¹.

No discurso do Sr. José Neto, a versão da história dos carnavais de Campina Grande que ele apresenta é constituída de lugares e territórios bem diversos dos apresentados pela memória dos “grandes carnavais campinenses”.

211 Depoimento do Sr. José Alexandre Neto concedido ao autor no dia 3 de outubro de 2007.

Versão esta que apresenta lugares e territórios de uma outra Campina, uma Campina suburbana, produzida pelo suor de suas comunidades, pela luta das invasões. História esta que apresenta um carnaval de práticas totalmente distintas dos carnavais da saudade e das lembranças de Eneida, um carnaval de escolas de samba, de blocos de sujeitos, tribos indígenas, la-ursas, de mela-mela, papangus, de “coisas poucas”, mas que “levava o carnaval daquela época”, o carnaval da “década de 70 todinha”.

É um discurso que constitui uma outra cronologia e inventa outro passado para a cidade, um passado que remete justamente ao tempo em que, para alguns discursos, a cidade estava a atravessar uma grave crise política e econômica. Uma história na qual a Micarande é apresentada como um acontecimento negativo, como um evento perverso para o “carnaval tradicional” da cidade. Um evento que impôs uma quebra nos festejos de carnaval, um evento apresentado sem a importância, sem a grandiosidade que lhe imprimem os discursos midiáticos, de seus organizadores, dos políticos e governantes envolvidos na sua produção. No discurso do Sr. José Neto a Micarande é apresentada como um evento como outro qualquer, talvez, com menos importância que o “carnaval tradicional”. São discursos que destoam, que cantam e dançam num ritmo diferente dos que instituem a festa de Micarande como um evento espetacular na e para a história da cidade, como um evento que a mostra grande e confirma sua “vocaçãõ para o turismo de eventos”. Discursos como o da Sra. Maria de Lourdes Costa, ex-madrinha da Escola de Samba Invasores do Samba das Malvinas:

[Nós deixamos de sair] quando começou no início da Micarande (sic), é, na entrada de Cássio Cunha Lima na Prefeitura, ai ele desistiu do carnaval e investiu só em Micarande, ai queriam que a gente fosse desfilar no meio da Micarande, ai era impossível, viraria bagunça, porque a gente não ia jogado no meio de um bloco de Micarande, entre um e outro.

[Nós só voltaríamos a sair] quando o carnaval de Campina for reconhecido e voltar a ser o carnaval, mas pra chegar e fazer o carnaval dos que ficam, lembrando os antigos carnavais, isso não adianta²¹².

No entanto, eram estes discursos, estas práticas, estas outras histórias, estes outros passados, estas outras festas e cidades que os discursos oficiais e

212 Depoimento concedido ao autor pela Sra. Maria de Lourdes Costa em outubro de 2005.

mediáticos silenciavam. E eram, sobretudo, estes outros carnavais que estavam se constituindo no inominável, no indizível para boa parte da sociedade local, à medida que deixavam de ser objeto de discurso de praticamente todas as instituições de Campina Grande. O carnaval estava sendo produzido como o fora, estava sendo colocado para fora, a margem da sociedade pelos discursos que tentavam instituir o que era aceitável ou não por uma cidade vocacionada ao progresso, a grandiosidade. Evento excluído, dito pela negativa, indesejável, invisível e indizível a boa parte da sociedade local, como podemos observar na fala do Sr. José Neto:

Mas, o pessoal em Campina ainda tem uma coisa, quando você ver uma escola de samba, ainda tem muita gente em Campina que ainda diz: mas numa escola de samba dessa só dá maloqueiro, só dá maconheiro, só dá ladrão, ao contrário, nós temos nas agremiações de Campina, nas la-ursas, nos bumba-meu-boi, nas escolas de samba, nas tribos indígenas gente de bem. E muita gente não acredita que, em Campina Grande, que nós fazemos 10 anos que estamos tentando resgatar o nosso carnaval. E quando a pessoa fala no carnaval de Campina, o pessoal pergunta se tem carnaval em Campina. A gente diz, eu que faço parte da Associação das Escolas de Samba e Troças Carnavalescas, nós sabemos que o carnaval não dá lucro pra cidade, nós sabemos que não dá lucro, mas nós não queremos que a cidade tenha prejuízo, porque na hora que você ficar em Campina pra participar do carnaval, vamos mostrar alguma coisa. Somente um negócio engraçado, o comércio de Campina nunca ajudou no carnaval de Campina, ajuda na Micarande, ajuda noutros festejos, e diz que não vai investir em carnaval. Ao passo que carnaval de Campina todo mundo das agremiações só gasta no comércio de Campina (sic). Primeiro, já se pega o dinheiro de ultima hora; segundo, quando se pega o dinheiro tem que se investir em Campina mesmo porque não dá tempo de sair da cidade. Mas, o comércio nunca ajuda. Tem uns três ou quatro comerciantes que ainda ajuda (sic). Mas, o restante nunca acredita no carnaval. A CDL a gente já procurou várias vezes, eles dizem que vai colaborar (sic), que vai ajudar, mas até hoje nada. O problema é que o comércio de Campina tem daquelas coisas, quando nós da Associação vai (sic), bate nas portas dele pra pedir colaboração (sic), tem gente que ainda pergunta: e em Campina Grande existe carnaval? Ai a gente da associação só tem uma coisa a dizer a eles: fique em Campina Grande os três dias de carnaval que vocês vão ver se vai ter carnaval ou não²¹³.

Uma festa e uma história esquecidas pelo comércio e suas instituições representativas. Carnaval visto, por estas instituições e pelos segmentos mais elitizados da sociedade local, como um espaço freqüentado por “maloqueiro”, “maconheiro”, “ladrão”. Uma festa que não dava lucro a cidade e que, portanto, as autoridades municipais, a exemplo de Cássio Cunha Lima, se achavam no direito e

213 Depoimento do Sr. José Alexandre Neto concedido ao autor no dia 3 de outubro de 2007.

no dever de acabar com ela, de decretar sua falência, sua morte, de riscá-la do calendário oficial de eventos da cidade, de tentar, juntamente com as instituições de comunicação local a ele ligadas, produzir o seu esquecimento em nome e sob o pretexto de que não mais dizia a cidade como grande, desenvolvida, moderna, um festejo que não expressava sua “vocação para o turismo de eventos”, um festejo que punha em xeque um dos principais enunciados deste projeto, os das festas da cidade como principal catalisador de lucros e divisas para o município. Portanto, um festejo que não mais dizia a “verdade da cidade”.

Procedimentos estes que, na verdade, se constituem na expressão e tentativa de materialização e efetivação de um projeto de um determinado grupo ou mais especificamente de uma família para a cidade, o projeto da família Cunha Lima, que buscava ressignificar a cidade fundando o seu projeto na constituição do turismo de eventos como uma alternativa para a sua sociedade e para a reconstrução da imagem da mesma. Procedimentos que indicam o acionamento e a movimentação de uma maquinaria que buscava efetivar este projeto a todo custo, nem que para isso tivesse de por fim, de acabar, de produzir o esquecimento de qualquer evento ou acontecimento que o colocasse em questão, em xeque. É uma maquinaria movida para produzir lugares sociais privilegiados, espaços de exercício de poder permanentes na cidade e no Estado para a família Cunha Lima, seus membros e prepostos, para forjar armas de combate e moedas políticas para serem usadas no jogo político tanto local como estadual.

E para os discursos e práticas que punham em funcionamento esta maquinaria e que tentavam por em prática aquele projeto, o carnaval encontrava-se totalmente fora dos planos de ação, era um espaço morto, um deserto, um campo de batalha já destruído, em escombros, perdido pelo qual não se fazia necessário lutar. Mas, estes discursos ao protestar contra o carnaval produzindo estes enunciados tentavam deslocar e vencer em outros campos, como, por exemplo, o da memória, uma batalha e um espaço que aqueles grupos haviam perdido efetivamente para os ditos “populares”, o carnaval da cidade. Portanto, dizê-lo pela negativa, produzir o seu silenciamento e esquecimento se constituíam nos principais mecanismos acionados por aquela maquinaria para restaurar a batalha e dela tentar sair vencedor. Para que assim, o carnaval deixasse de constituir uma ameaça, uma

descontinuidade, uma transgressão, um excesso ou uma falta ao projeto da família Cunha Lima.

É por isso que o carnaval vai sendo colocado, principalmente após a gestação da Micarande, como o impraticável, o indizível, o inominável por determinados discursos. Como podemos observar no discurso do Jornal da Paraíba produzido no ano de 1997:

Como tradição, o carnaval de Campina Grande morreu. O que tornou-se uma tradição, mesmo, nos últimos anos, foi a discussão inócua, por parte de alguns segmentos, sobre a necessidade ou não do poder público gastar recursos nos festejos carnavalescos.

As críticas, algumas delas aparentemente procedentes, atacam os governantes pelo “abandono” a uma festa popular da dimensão do tradicional carnaval de Campina Grande. Faz-se um emocionante exercício de saudosismo; ressalta-se a importância de manter vivas “tradições” que não conseguiram sobreviver por força própria; assume proporções de escândalo a indiferença da Prefeitura e do Governo do Estado à consolidação de escolas de samba, blocos carnavalescos e um sem número de agremiações copiadas ou assimiladas de outros grandes carnavais do país.

A verdade é que, se por um lado o poder público deixou morrer à míngua uma festa que, tradicionalmente, era bancada pelo dinheiro do contribuinte, o carnaval de Campina Grande, por si só, mostrou-se raquítico longe do paternalismo oficial. Antes de ser uma tradição forjada das mais autênticas manifestações populares, com o tempo evidenciou-se um evento atrelado ao bom humor dos governantes.

As sistemáticas crises e as próprias dificuldades de uma conjuntura cada vez mais exigente, para o poder público e iniciativa privada, fizeram com que as prioridades fossem repensadas. Por parte da Prefeitura, faltou fôlego para bancar as agremiações que desejavam entrar na avenida, por conta própria, apenas com o entusiasmo de seus integrantes.

Quanto à iniciativa privada, por sua vez, não houve meio termo. Não era lógico se investir numa festa que tinha a artificialidade como principal ponto de sobrevivência. O carnaval fora de época, a Micarande, com todos os seus questionáveis efeitos para a cultura popular, mostrou-se mais atrativo para os empresários.

Tendo optado por realizar o Encontro para a Nova Consciência, num momento em que todo o país brinca o carnaval, a Prefeitura assumiu uma postura ousada e criativa – embora o próprio evento por ela patrocinado mereça reciclagens, nesta sexta versão. Mas é preferível a ousadia do Encontro a ter de permanecer, ano após ano, mantendo artificialmente uma festa que, há muito, já morreu²¹⁴.

Com este discurso o JP buscava legitimar o silenciamento dos carnavais da cidade apontando argumentos que se direcionavam para a construção deste evento como algo já morto. Morto, não por causa, única e exclusiva do “poder

214 Editorial: “Carnaval morto, carnaval posto”. JP N°7336 p 4, edição do dia 08/02/1997.

público”, tendo em vista que este tentou mantê-lo vivo, embora que artificialmente, por algum tempo, mas mais por conta de que este evento não se fundamentava em tradições fortes, pelo contrário, era “raqúitico longe do paternalismo oficial”. Era, sobretudo, um evento artificial, uma cópia barata de “outros grandes carnavais” e que, portanto, não merecia o apoio nem da Prefeitura e muito menos da iniciativa privada para manter “artificialmente uma festa que, há muito, já morreu”. Assim, para este discurso era mais viável decretar de uma vez por todas o fim deste evento, sepultá-lo de forma definitiva e assumir “a postura ousada e criativa” de investir, durante os dias de carnaval, no Encontro para a Nova Consciência.

Não por coincidência o discurso acima foi produzido no mesmo ano em que Cássio Cunha Lima retomava o governo da Prefeitura Municipal após sua vitória nas eleições de 1996. E o JP como uma instituição social ligada a sua família reproduzia o discurso e legitimava o projeto encampado por aquela, o que se explicita dentre outras coisas na articulação do enunciado da criatividade e da ousadia da Prefeitura Municipal, então governada por Cássio. Vitória esta que havia conferido-lhe o segundo mandato a frente da prefeitura de Campina Grande. Mandato que o mesmo iria usar para efetivar de uma vez por todas o projeto de sua família para a cidade. E neste sentido, algumas práticas e ações foram adotadas por aquele com o intuito velado de acabar de uma vez por todas com qualquer resquício do carnaval da cidade. É nesta direção que caminha o apoio da prefeitura a realização do Encontro para a Nova Consciência.

O Encontro para a Nova Consciência foi um evento gestado ainda no primeiro mandato de Cássio Cunha Lima, em seu último ano de governo, 1992, com o objetivo declarado de “substituir o carnaval e suprir o vazio deixado com o fim deste evento”. Com a gestação do Encontro para a Nova Consciência a Prefeitura objetivava transformar Campina Grande num “grande retiro espiritual” aproveitando-se da “calmaria em que se transforma a cidade no período de carnaval”. Com estas ações a administração de Cássio tentava substituir o carnaval por um evento religioso. Evento este que os discursos oficiais diziam ecumênico e voltado a discutir os preceitos da “cultura e do pensamento emergente” e que a partir do segundo mandato de Cássio passa a ser dito, de forma mais enfática, como o “maior encontro ecumênico do mundo”. Um evento que buscava também atender aos ensejos e

interesses de meia dúzia de intelectuais da cidade ligados a família Cunha Lima que reivindicavam posições e espaços de movimentação estratégicos e privilegiados na e para a sociedade local. E que dentro do projeto da família Cunha Lima vão ser alocados neste novo espaço de poder, que é o Encontro para a Nova Consciência.

Além disto, no seu intuito de acabar com o carnaval, Cássio no seu último ano deste segundo mandato, mais precisamente no ano 2000, abre espaço para a produção de mais um evento de cunho religioso nos dias de carnaval, o Encontro para a Consciência Cristã. O ano 2000 também era ano de eleições municipais e Cássio era candidato à reeleição. E assim, não era nada mal forjar um espaço no projeto de sua família para um segmento da sociedade local que ao longo da década de 90 havia crescido de forma considerável na cidade, a comunidade “protestante”.

Contudo, este evento indicava mais a efetivação do projeto da Família Cunha Lima de transformar Campina na “cidade dos grandes eventos” e de consolidar sua “vocação para o turismo de eventos” do que propriamente mais uma ação destinada a substituir o carnaval. À medida que este, nestas alturas, não se constituía mais numa ameaça aquele projeto, tendo em vista que já tinha sido silenciado por praticamente todas, senão todas as mídias circulantes na cidade, tanto escrita quanto falada e televisada. Assim como esquecido por praticamente toda a população da cidade, com exceção daqueles que continuavam, teimosa e tenazmente, a brincá-lo nas ruas de Campina, quebrando um pouco e de forma tímida, mas insistente, resistente e persistente, com o silêncio sepulcral que alguns discursos e práticas tentavam impingir a cidade nos dias de carnaval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a eleição de Ronaldo Cunha Lima para prefeito de Campina Grande em 1983, inicia-se um redimensionamento na forma dos políticos de sua família verem e dizerem a cidade distinta de seus contemporâneos, no sentido de que era imperante naquele momento, como talvez em nenhum outro, para os políticos e governantes locais, mostrar e dizer Campina (como) Grande. E é nesta direção, que Ronaldo inaugura um novo espaço para assim tentar constituir a cidade, ou seja, é ele que coloca pela primeira vez o turismo de eventos como possibilidade de mostrar e (re)afirmar a vocação de grandiosidade da cidade. Foi no seu governo que os festejos juninos locais foram redimensionados, passando a ser mostrados e ditos “O Maior São João do Mundo”.

Contudo, é no governo de seu filho e sucessor político, Cássio Cunha Lima, eleito prefeito pela primeira vez em 1988, que esse deslocamento e redimensionamento e uma nova forma de fazer política institucional se consolida na cidade. Usando, como nenhum outro político da cidade ou do Estado, a sua imagem de “bom moço”, de político moderno aliada a sua juventude, carisma e uma retórica apurada e objetiva, junto às mídias locais, Cássio se colocava naquele momento como o principal ponto de transmissão e irradiação dos discursos que colocavam Campina (como) Grande. Tentando com isto articular praticamente todos, senão todos, os segmentos das elites locais em torno do projeto político que defendia para a cidade, qual seja: recolocar Campina como grande no seu caminho inexorável de progresso, desenvolvimento e grandiosidade, ligando, com isto, o seu nome e o de sua família ao da cidade, ou melhor dizendo, aos eventos que (re)colocariam Campina como grande, pois forjados e criados no seu governo.

Foi no seu governo que “O Maior São João do Mundo” ganhou mais ênfase e divulgação, é nele também que se gesta a Micarande, o “maior carnaval fora de época do país”. Assim como, o Encontro para a Nova Consciência “o maior encontro ecumênico do mundo”. Com estas práticas, Cássio além de tentar cooptar boa parte das elites locais estava tentando garantir-lhes a efetivação dos

seus interesses e o (re)enquadramento das mesmas em lugares estratégicos e privilegiados. À medida que estava inventando novos eventos para movimentar a economia local visando atender os interesses dos comerciantes e empresários da cidade. Estava abrindo um espaço propício à reabilitação dos “grandes carnavais campinenses” na Micarande para os representantes e descendentes das antigas “famílias tradicionais da cidade”.

Buscava defender e incorporar a seus discurso e práticas os ideais de progresso, modernidade e grandiosidade da e para a cidade, alinhado com o discurso da maioria dos letrados e intelectuais locais. Assim como inaugurava novas formas de fazer política institucional (uso da imagem, da mídia etc. e da propaganda institucional como forma de comprar apoios políticos dos jornais locais) mesclada com a manutenção de antigas práticas político-eleitoreiras (clientelismo, nepotismo, autoritarismo velado, etc.) como forma de cooptar os novos e antigos políticos e autoridades públicas locais. Estas práticas e discursos vão se tornar mais enfáticos a partir de 1997, durante o segundo mandato de Cássio Cunha Lima a frente da Prefeitura da cidade quando este arregimenta e articula mais uma vez os Diários Associados ao seu projeto.

Mas, isto ocorre paralelo a um novo rearranjo das elites políticas locais tendo em vista as eleições para governador do Estado que se realizariam no ano seguinte, 1998. Estas eleições provocariam um racha no PMDB local. Partido do qual a família Cunha Lima fazia parte, e que desde o início da década de 80 integravam a cúpula do mesmo e que a partir da eleição de Ronaldo para governador e de Cássio para prefeito no início da década de 90, aquela família tinha assumido a sua liderança tanto a nível municipal quanto estadual.

E desde a eleição de Ronaldo para governador que o PMDB comandava o Estado, pois tinha elegido também o seu sucessor, Antonio Mariz. Só que dois acontecimentos provocariam um redimensionamento nesta configuração. O primeiro foi a morte prematura do então governador Antonio Mariz, no ano de 1996, que possibilitou a posse de seu vice José Targino Maranhão. O segundo foi a aprovação da lei federal que instituía a reeleição para os cargos majoritários em todo o país neste mesmo período.

Estes dois acontecimentos aceleraram o racha no PMDB da Paraíba,

tendo em vista que o governador José Maranhão, com a possibilidade da reeleição, não iria abrir mão de se candidatar, desta vez como candidato direto ao cargo de governador. Assim como os Cunha Lima não abriam mão de lançar um candidato de seus quadros, um membro da própria família que cogitavam ser o então senador Ronaldo Cunha Lima. Este racha foi sendo desenhado da seguinte forma nas páginas do Jornal da Paraíba, na sua coluna política de responsabilidade de William Tejo:

Ninguém em sã consciência pode negar que o governo João Agripino foi um governo sério. O mesmo acontece com o Dr. José Maranhão. Governo tem de ser sério, seja qual for o governador.

Bem analisadas as coisas, o atual governo Maranhão parece muito com o de João Agripino. Por exemplo, Agripino não gostava muito de Campina Grande, todavia, Maranhão diz que gosta, mais não deu ainda comprovação. Só conversa bonita. Agripino adotou a política de arrocho fiscal, pelo visto, Maranhão também. Agripino entrou em contenda com os juizes, tudo deu em nada, e os juizes da época, que reivindicavam aumento, ficou tudo por isso mesmo. No governo de José Maranhão a briga com os representantes da Justiça é grande, e pelo mesmo motivo. João Agripino não gostava de funcionário público e só deu um pequeno aumento no final de seu governo. Maranhão nega pão e água aos servidores do Estado e só faz prometer, todavia ninguém ainda não viu um centavo de aumento.

A diferença é que João não podia ser candidato à reeleição e Maranhão pode. Mas ainda não se sabe se ele será candidato pelo PMDB ou pelo PSDB, visto que a briga interna no PMDB não tem força que acabe...²¹⁵

O discurso acima veiculado pelo JP articulava os mesmos procedimentos e enunciados usados pela família Cunha Lima nas últimas campanhas tanto a nível municipal quanto a nível estadual. E neste sentido, acionar a imagem de João Agripino e do seu governo e compará-lo ao governo de José Maranhão significava por em movimento o enunciado que estabelecia uma rivalidade entre o Governo Municipal e o Governo Estadual e apontava para a possibilidade de retorno desta rivalidade, aos moldes da praticada no governo João Agripino, caso Maranhão fosse reeleito.

Tentava-se com isto criar, mais uma vez, um clima de temor na população votante de Campina Grande diante da possibilidade de continuidade do governo Maranhão, e com isto estabelecer um ambiente favorável a estratégia e o discurso político da família Cunha Lima para aquelas eleições.

215 TEJO, William. "Como no Tempo de João Agripino". JP N°7378 p 4, edição do dia 02/04/1997.

Desta forma, os Cunha Lima tentavam, mais uma vez, fazer de Campina Grande sua principal arma na disputa política a nível Estadual. E assim, fazer com que o peso da cidade no jogo e nas disputas políticas estaduais, em especial dentro do PMDB, fosse decisivo para a vitória do grupo Cunha Lima. E neste sentido, o JP, principal instituição de comunicação ligada à família Cunha Lima, buscava acionar outro dispositivo, o da cidade rebelde, que se revolta contra seus inimigos:

Aparentemente de forma isolada, está surgindo reações de diversos segmentos de Campina Grande, reivindicando uma melhor atenção à cidade, por parte dos governos federal e estadual. *Não entrando no mérito dos possíveis interesses políticos por trás de cada gesto de revolta em nome de Campina, o fato é que o espírito de rebeldia e inconformação não deixe de estar presente no seio da comunidade campinense.*

Porque sempre foi característico de Campina Grande e sua gente o inconformismo das limitações; a história da cidade é marcada por reiteradas manifestações de vigilância, sempre que os interesses desta terra foram relegados a planos inferiores, por parte de quem eventualmente responde pelo poder. Manter esse espírito vivo é uma missão que deve ser transferida, de geração para geração, como se herança fosse.

Por essas e outras razões que *Campina Grande nunca vai deixar sua natural rebeldia e, tampouco, vai comprometer sua lealdade como cidade vocacionada à permanente luta e destinada a vencer os desafios, por maiores que possam parecer*²¹⁶.

Além disto, os Cunha Lima usariam as festas que haviam constituído como palanque preferencial para a constituição do perfil político e da imagem do seu adversário da vez, o governador José Maranhão. E desta vez o grupo Cunha Lima contava com o apoio não só do JP, mas também do Diário da Borborema, com quem havia se rearticulado.

Rearticulação esta forjada em meio a estes rearranjos políticos que deslocou parte das elites políticas acolhidas pelo DB na época da ruptura com o Grupo Cunha Lima para os quadros do então governador José Maranhão que, por sua vez, tinha articulado relações com outra instituição de comunicação sediada na Capital, o Sistema Correio de Comunicação. Estes rearranjos possibilitaram a rearticulação do DB ao grupo Cunha Lima e a estratégia movida por estes. E isto se explicita na reprodução de discursos como o seguinte, produzido no ano de 1998, ano das eleições, na oportunidade do lançamento da central de imprensa da Micarande:

216 Editorial: "Campina rebelde". JP N°7378 p 4, edição do dia 02/04/1997. (Grifos do autor).

O prefeito Cássio Cunha Lima criticou publicamente ontem o Governo do Estado, por conta da falta de incentivo, por conta da falta de apoio à realização da micarande (sic) e acusou o Poder Executivo estadual de estar usando indevidamente a imagem da festa numa peça publicitária que será exibida nos próximos dias. De acordo com Cássio, o Governo está se aproveitando de uma briga interna no PMDB e deixando de apoiar uma festa que pertence ao povo campinense e da Paraíba como um todo.

– A Micarande comemora nove anos de existência e, apesar de estar consolidada como um evento de suma importância para o município, o Governo do Estado – apesar dos encaminhamentos enviados à PBTUR –, não investiu um centavo sequer nessa festa –, disse o prefeito, em tom de desabafo, crítica e até mesmo de mágoa.

Essa será a primeira vez que o Governo do Estado não participa da festa. A micarande (sic) não é minha, nem do PMDB. A micarande (sic) é do povo. O Governo não poderia ignorar a micarande (sic) dessa forma –, atacou²¹⁷.

A festa e sua montagem eram mais uma vez transformadas em espaço político, num campo de batalha para a confirmação do prestígio político da família Cunha Lima e a produção do descrédito político do Governador José Maranhão junto ao eleitorado de Campina Grande visando às disputas internas ao PMDB estadual e as eleições estaduais que se aproximavam. E para tanto, Cássio não perdia a oportunidade de tecer críticas ao Governo do Estado que estava “deixando de apoiar uma festa que pertence ao povo campinense e da Paraíba como um todo”, apresentando a festa como um patrimônio do “povo” tentando, com isto, transformá-la em moeda de troca política.

Apesar destes agenciamentos, a estratégia montada pela família Cunha Lima para as disputas internas ao PMDB e as eleições estaduais não surtiram os efeitos esperados, pois o “esquema maranhista” conseguiu sair vitorioso da correlação de forças estabelecida dentro do PMDB estadual ao vencer as convenções do partido e lançar a candidatura de José Maranhão para reeleição.

Com isto, a família Cunha Lima sofria o seu primeiro revés político após o seu retorno ao jogo político municipal e estadual. Além disto, a mesma se via destituída e preterida da cúpula do partido que tinham ajudado a fundar no Estado e do qual formavam os quadros desde o tempo em que era denominado MDB. Estes acontecimentos obrigaram a família Cunha Lima e seus prepostos a abandonarem o PMDB e se filiarem ao PSDB, partido até então de pouca expressão no Estado.

Além disto, estes acontecimentos provocaram uma descontinuidade na constituição da imagem e da identidade política da família Cunha Lima que se

217 “Cássio critica o Governo pela falta de incentivo”. DB N°3645 p 3, edição do dia 10/04/1998.

confundia e se fundia com a própria identidade do PMDB municipal e estadual. O que obrigou uma redefinição não só político-partidária dos Cunha Lima, mas a redefinição da sua imagem e identidade política na cidade e no Estado. Tendo em vista que, outro grupo político, talvez, mais conservador e arraigado em práticas políticas tradicionais que os Cunha Lima, pelo menos era isto que alguns discursos queriam fazer crer, assumiam o comando dos processos decisórios a nível estadual e desta vez excluindo a participação daquela família. E esta redefinição passava impreterivelmente pelo espaço das festas, pois tinha na consolidação do projeto de poder da família Cunha Lima para Campina Grande o seu principal plano de ação. É neste sentido, que, a partir deste momento, se intensificam discursos como o seguinte:

Quando uma cidade, embora não possua turismo natural (ecológico) ou histórico, dispõe de riqueza cultural e infra estrutura sócio-econômica, que lhe faz capaz de promover festas populares de grande porte, com repercussão nacional; está vocacionada para o turismo de eventos. Campina Grande é um exemplo vivo desse processo, com duas grandes festas anuais. O Maior São João do Mundo e a Micarande.

Através do turismo de eventos, é possível, com criatividade e planejamento, promover o nome da cidade em nível nacional e até internacional, através das necessárias campanhas publicitárias promocionais, bem como da cobertura jornalística por diversos meios de comunicação de massa. Isso, sem falar que, no âmbito regional e local – como resultado natural dos eventos – desenvolvem-se projetos de mídia específicos para agências de publicidade, produtoras de vídeo, veículos de comunicação e anunciantes em geral.

Essa espécie de turismo tem um forte e positivo impacto social na comunidade, por ser fonte geradora de renda, que começa com o desenvolvimento da rede hoteleira, dos restaurantes, clubes e outras casas noturnas; além da criação de microempresas, no caso da Micarande (Blocos, trios e outras agremiações) e de empregos sazonais, como: barraqueiros, ambulantes, seguranças, guias turísticos etc.

Outro aspecto relacionado ao turismo de eventos se faz sentir pelo embelezamento urbano, resultado da decoração festiva, estimulando um tratamento melhor a cidade e criando um novo visual; e, também, pelo desenvolvimento cultural, através da projeção de artistas da terra, da revelação de novos valores e da preservação e divulgação da riqueza folclórica da região, como é o caso do Maior São João do Mundo.

A viabilidade econômica do turismo de eventos nunca esteve tão patente quanto agora, como se pode verificar pelo sucesso obtido em várias capitais e cidades do interior nordestino, em que todos os segmentos da comunidade participam dos Micaremes (carnaval fora de época), num processo de aperfeiçoamento contínuo, que beneficia todas as partes envolvidas. Isso graças a sensibilidade do prefeito Cássio Cunha Lima, que provou ao Brasil inteiro que carnaval fora de época não era coisa só da Bahia²¹⁸.

Este discurso além de expressar o realinhamento do DB com a família Cunha Lima, especialmente com Cássio Cunha Lima busca instituir e legitimar o projeto de poder movido por aquela família para a cidade. E faz isto tentando naturalizar o turismo de eventos como uma vocação da cidade, como algo natural, inerente ao desenvolvimento de Campina e ao seu caminho de grandiosidade e progresso. Caminho que estava sendo ladrilhado pela família Cunha Lima.

E neste sentido, inventar a festa como um espaço para auferir lucros, um espaço de promoção sócio-cultural se constituía no principal enunciado articulado por este discurso. E, para estes discursos, era esta dimensão da festa que promovia o nome da cidade, que a tornava exemplo para várias capitais e cidades do interior nordestino, que a tornava reconhecida nacional e internacionalmente como uma cidade vocacionada a promover grandes festas populares. E isto era produto da sensibilidade do prefeito Cássio Cunha Lima.

Este discurso aponta para dois deslocamentos, o primeiro diz respeito à constituição da identidade política da família Cunha Lima, que a época já estava em correlação de força com o grupo maranhista em disputas por espaço dentro do PMDB estadual, que começa a ser redefinida mais em torno da imagem de Cássio do que da do próprio Ronaldo. E este deslocamento se acentua após o rompimento definitivo da família Cunha Lima com José Maranhão e a saída daqueles do PMDB para o PSDB. À medida que a perda da correlação de forças vai tentar ser apresentada mais como uma derrota política de Ronaldo, então líder da família, do que de Cássio. E neste sentido, este passa a incorporar e a assumir o papel que até então tinha sido do seu pai, o de líder maior de sua família. E para tanto fazia de Campina e de suas festas o seu principal campo de ação.

O segundo deslocamento está relacionado ao primeiro, mas não se reduz a ele, tendo em vista que sua gestação e emergência é bem anterior, pelo menos desde o início da década de 90. Este se constitui no deslocamento da construção da imagem da cidade de um campo econômico-social para um campo político-cultural, ou seja, é a aceleração deste deslocamento que se faz sentir de forma sensível após o segundo mandato de Cássio, principalmente após o rompimento com o Governo Estadual.

Definir Campina como grande a partir de uma política cultural se torna o

principal dispositivo do projeto de poder da família Cunha Lima. E isto vai ser feito a partir da imagem de Cássio, enquanto um político que era apresentado como moderno, ousado, criativo, jovem.

É neste sentido, que se acentuam e se intensificam a produção de discursos por todas as mídias da cidade, todas mesmo, que dizem e tentam instituir o turismo de eventos como uma vocação natural de Campina Grande. Desta forma, a construção da imagem da cidade passa a ser enredada pelos fios que articulam a política cultural gerida por Cássio Cunha Lima. E assim, a cultura se torna o principal campo de batalha para a produção da cidade. A cidade deixa de ser a “Capital do Trabalho” para se tornar a “Capital da Cultura”, a “cidade dos grandes eventos”, eventos que se fazem não só com trabalho, mas também com criatividade e ousadia. Esta redefinição possibilita discursos como o seguinte:

Mas uma vez a maior cidade do interior do Nordeste, comprova o seu direito de ser Rainha da Borborema, capital da cultura, capital do trabalho e de sorriso aberto do alto de lindas serras, distribuída graciosamente, abre os braços para receber milhares de visitantes, enquanto manda um abraço para ti pequenina. Paraíba masculina, Sim Senhor²¹⁹.

Desta forma, a estratégia da família Cunha Lima consistia em redefinir a imagem da cidade de acordo com o projeto de poder que tentava por em prática. A cidade passava a ser dita, então, como capital cultural não por causa de uma suposta vocação natural, mas em decorrência do projeto político que aquela família tinha estabelecido para si e para a cidade, cidade que julgavam ser sua, para seu usufruto e manipulação. Redefinição esta que se expressa no discurso de Itan Pereira no ano de 1997, veiculado pelo Jornal da Paraíba:

O Carnaval “fora de época” de Campina Grande, conhecido nacionalmente pelo nome de MICARANDE, passou, deixando a marca definitiva de sua consolidação. *Se para muita gente tratava-se de um assunto polêmico, apontando para a sua desnecessidade e para o seu aspecto “festeiro” em que se estaria mudando a face da “capital paraibana do trabalho” para o paraíso da vagabundagem, com certeza, agora, as opiniões são muito diferentes...* MICARANDE que atraiu, este ano, meio mundo de gente de toda a Região, com registro até no poderoso Jornal Nacional e com inovadora publicidade para todo o País na latinha da Antártica. *A Rainha da Borborema, criadora do “Carnaval fora de época”, além dos limites da tradição baiana, está sendo copiada por inúmeras cidades pelo Brasil afora.*

219 **JP**, edição do dia 01/06/1991 apud LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. Op. Cit. 2002. p 206.

Esta vocação de liderança e de pioneirismo é própria de sua história. Aplausos para seus inventores e seus promotores.

O estrondoso sucesso da MICARANDE 97 leva-nos a dois outros comentários. O primeiro é que o chamado “turismo de eventos” é irreversível e representa uma insubstituível fonte de renda que envolve inúmeros segmentos da sociedade... Sendo assim o turismo não pode ser mais visto apenas como uma atividade de lazer, mas, também, como uma alternativa econômica... O outro comentário é o de que a explosão da MICARANDE 97 é, certamente, um sintoma da onda de otimismo e de esperança que toma conta de Campina Grande nesta fase em que o Município está se arrumando, com inúmeras perspectivas de desenvolvimento, para os desafios do terceiro milênio. *É a expectativa de um novo tempo que se abriga no inconsciente coletivo da cidade*²²⁰.

Tomando por base o discurso acima podemos dizer que, para o mesmo, a consolidação da Micarande significava à consolidação do projeto da família Cunha Lima e a consolidação da nova imagem e da identidade que este queria imprimir-lhe. E aquele discurso buscava construir esta nova imagem como algo natural, como produto da vontade do povo de Campina, da trajetória histórica da cidade que estaria, desde sempre, destinada a este *telos*. Buscando com isto mascarar todos os interesses de ordem política, econômica, social que estavam envolvidos na produção destes eventos e por conseqüência desta nova imagem para a cidade.

Imagem esta que se torna um poderoso efeito de real e de verdade que, como vimos mostrando, impregna praticamente todos os setores da sociedade local, articulando boa parte dos discursos que circulam na cidade e que a tomam como objeto de discurso. Desde o discurso midiático, passando pelas instituições que o (re)produzem, ao discurso historiográfico, que se pretende mais crítico e cético em relação a estas construções e invenções discursivas.

E isto se exacerba e se explicita de forma sensível na comemoração do aniversário de 10 anos da Micarande no ano de 1999, em homenagem prestada por alguns comerciantes da cidade e veiculada na mídia do Diário da Borborema:

220 PEREIRA, Itan. “O Sucesso da Micarande”. **JP** N° 7396 p 4, edição do dia 24/04/1997. (Grifos do autor).

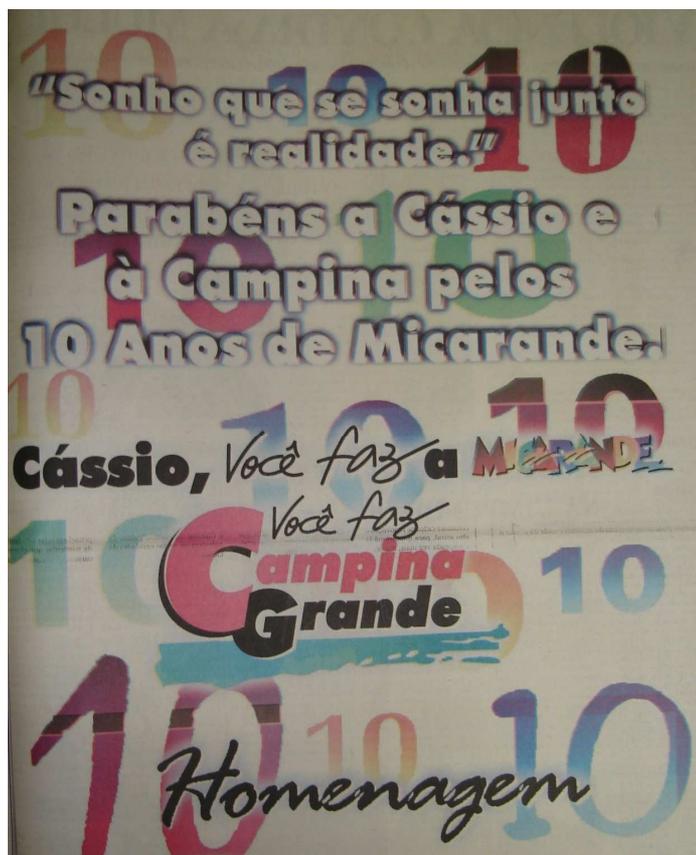


Imagem 3: DB, edição de 25//04/1999, S/N, p. 6.

Efeito de real e de verdade que ganha densidade e materialidade ao ser apropriado por políticos, intelectuais, governantes, jornalistas, instituições etc. em prol da efetivação dos seus interesses e desejos. Efeito de real e de verdade que carrega sua positividade, à medida que produz e é produzido por discursos que inventa(ria)m a cidade, que possibilitam deslocamentos de lugares sociais, que abre espaços de movimentação política, que ajuda a mover estratégias, que conecta, desconecta e reconecta fios às redes de poder que se estendem entre e articulam a sociedade local. Efeito de real e de verdade que diz Campina (como) Grande e que a coloca como o principal objeto dos discursos de praticamente todos os segmentos da sociedade local, que agencia práticas e mais práticas na tecelagem e na remodelação desta imagem da cidade, que acolhe em seus lugares de enunciação determinados sujeitos e exclui outros, que inclui determinadas práticas e exclui outras. Efeito de real e de verdade que se constitui numa máquina de captura que tenta, constantemente, (in)formar a cidade e sua sociedade. E uma das grandes batalhas ocorre justamente pela ocupação dos lugares de sujeito que permitem

movê-la ou demove-la.

E nestas alturas algumas práticas produziam o excesso e a falta (no duplo sentido destes termos) destas imagens e discursos que tentavam instituir as festas como acontecimentos espetaculares e Campina como grande como principal efeito de real e de verdade daí decorrente. Uma vez que instauravam e produziam um profundo mal estar nos organizadores da festa e descontinuavam aqueles discursos provocando uma ruptura, uma fissura na regularidade dos mesmos pelo excesso e pela falta.

A explosão da violência é um exemplo disto. A partir de 1996 as festas da cidade, especialmente a Micarande, são atravessadas por uma onda de violência física, que inclui de homicídios, esfaqueamentos, a pequenos roubos e agressões físicas. Estas práticas introduziam no centro destas festas uma tensão perigosa para a imagem que alguns segmentos queriam inerentes a cidade e a festa. Violência decorrente do excesso dos organizadores da festa que a produziram num formato excludente, exclusão que atingia principalmente as “classes pobres” desprovidas de recursos para comprar os caríssimos “abadás” que lhes incluíam no evento. E pela falta e como falta reagem com agressividade, com violência. Violência usada para roubar os “kits folia” dos “micarandeiros”, usada como mecanismo de ação contra a exclusão provocada pelo formato do festejo.

Violência acionada contra a falta de espaços suficientes para que todos brinquem, se divirtam e “curtam” a festa. Uma festa que os discursos veiculados pelos organizadores diziam ser de todos, mas que na verdade era uma festa de poucos, para o excesso de poucos, de uma “classe média” que quer a todo custo – até mesmo ao custo de se endividar e “estourar” os cartões de crédito para poder sair no Spazzio ao som do Chiclete com Banana – copiar os arroubos das elites locais. Excesso das próprias elites que inventaram uma festa direcionada exclusivamente para os seus membros, uma festa produzida para o regozijo dos governantes que a organizam, para o lucro fácil de uma meia dúzia de empresários locais e para abrir espaço publicitário para suprir à sede institucional dos veículos de comunicação da cidade carentes de recursos financeiros. Faltas e excessos que, por mais que os discursos veiculados por estes tentassem dizer o contrário, transbordavam e se introduziam na festa por todos os lados.

Faltas e excessos que causavam o temor e o medo dos organizadores de que tudo isso se descontrolasse, de que todas estas coisas desorganizassem a festa que tinham produzido para usufruto próprio. Faltas e excessos que provocavam a tomada de medidas drásticas, violentas e unilaterais por parte dos organizadores e gestores do evento:

Brincar na Micarande com segurança, dispondo de assistência médica e com comodidade em serviço de bar, o folião só poderá encontrar dentro dos blocos. Os dirigentes das agremiações passam o ano inteiro, traçando as estratégias para oferecer ao folião o que há de mais eficiente e moderno, com base no que acontece nas Micaretas, que se realizam em outros Estados, e, até mesmo no carnaval de Salvador.

Tudo é traçado para que o folião do bloco brinque sem se preocupar com segurança e outros problemas, que possam acontecer... A família inteira pode brincar a Micarande, dentro dos blocos, sem esquentar com nada²²¹.

Com este discurso e prática os organizadores do evento tentavam apresentar e garantir a segurança dos foliões que se encontrassem dentro dos blocos, e só dentro dos blocos, preservá-los do excesso de violência que orbitava o evento, mostrar a Micarande como uma festa tranqüila e para toda a família. Contudo, este discurso e estas práticas apontam para uma política fascista, discriminatória, excludente, tendo em vista que alijava do festejo e de todas as medidas que visavam o seu “melhoramento” uma imensa parcela da população local que não podia pagar pelo “conforto” dos blocos ou comprar o acesso aos guetos diversionais montados pelos gestores e organizadores do evento. Guetos ocupados por uma minoria de privilegiados, que por se sentirem muito superiores, não queriam se ver misturados com o “povão da pipoca”. “Povão”, em grande medida, nomeado, pelos discursos oficiais, como os culpados pelos excessos e pelas faltas no período de Micarande.

Excessos e faltas que expressam uma revolta, uma recusa “popular” a um evento produzido para excluir-lhes, para estabelecer de forma clara e incontestada a separação existente entre eles, as “classes médias” e “elites” locais. Evento inventado para estabelecer uma fronteira entre estes segmentos sociais e definir um dentro e um fora como parâmetros de distinção social. Mas, ao longo dos anos esta fronteira vai sendo minada, corrompida e se mostrando cada vez mais tênue,

221 “Brincar só em Blocos”. **DB** Caderno de Variedades, p 2, edição do dia 20/04/2000.

principalmente porque entre o dentro e o fora se encontra um espaço intermediário, cego ocupado pelos “cordeiros”. São eles que constituem esta fronteira, que estabelecem a distancia que separa o dentro e o fora e que os tornam mais próximos e imbricados, em trânsito tendo em vista que os ocupantes deste ponto cego são justamente pessoas do “povão”.

Mas, esta fronteira é atravessada também de dentro pra fora, à medida que os organizadores do evento não podem reter o som dos trios elétricos apenas ao espaço delimitado pelas cordas que separam os blocos e delimitam o dentro e o fora. E com isto, provoca um excesso, faz com que o evento transborde além dos limites aceitos, possibilitando com isto a formação das “pipocas” que acabam se constituindo num apêndice da festa, num excesso e numa falta na visão dos promotores do evento. “O povão da pipoca” termina, com isto, por produzir sua própria festa com os restos, os excessos do evento oficial, fazem uma produção secundária que acaba se constituindo numa extensão “sucata”, “pirata” do evento oficial.

A fronteira passa a ser rompida, corrompida através de práticas que excedem os limites da violência simbólica e extravasam para a violência física. Práticas como o roubo de “abadás”, os pequenos assaltos e furtos de valores que possibilitam um rompimento e um trânsito indefinido, anônimo e ilegal da fronteira. O gueto é invadido por soldados disfarçados, camuflados com as mesmas roupas dos supostos donos do espaço. O gueto se torna um espaço híbrido. Por sob a máscara da homogeneidade dos abadás, o espaço que os organizadores e gestores do evento queriam organizado, seletivo, segmentado tornou-se híbrido, misturado pela falta e pelo excesso que fundem, articulam o dentro e o fora.

E assim se constitui também a cidade que eles querem representada nas suas festas, uma cidade híbrida, misturada, confusa, caleidoscópica, muitas cidades, muitas Campinas, Campinas de muitos sujeitos. Campina é um grande carnaval, no sentido dionisíaco do termo. Por mais que alguns discursos, projetos e práticas a tentem constituir e definir de forma uniforme, homogênea. Na verdade estes discursos, práticas e projetos fazem parte de uma guerra, compõe uma batalha pelos melhores espaços, lugares e usos da cidade assim como pela sua instituição e invenção para uma dada sociedade com uma certa regularidade, com uma imagem

bem definida, bem contornada, apolineamente desenhada e organizada.

Foi, portanto, apenas uma destas batalhas que tentamos desenhar os contornos, uma batalha que tentamos fazer a cartografia, a topologia a partir de dentro dela mesma, pois, nós como historiadores não estamos isentos de sairmos feridos, não nos é dado o privilégio de observá-la de cima, do alto, nem que quiséssemos nos posicionar num avião espião para assim o fazermos, lá do alto, na espreita; pois o avião também faz parte da guerra e pode ser abatido a qualquer momento e com isto voltarmos ao chão, ao meio da batalha mais ferido do que se nela tivéssemos permanecido no combate direto. Portanto, esta história também é produto desta batalha, também compõe os contornos da mesma, faz parte de sua cartografia. Contudo, não tem a pretensão de estar no centro ou de ser o centro da batalha, de ser aquilo pelo que se luta, mas mais uma fenda aberta nos contornos da batalha, uma fresta por onde se pode transitar, por onde se pode entrar e sair, uma trincheira onde se pode parar um pouco para recuperar o fôlego e recarregar as armas, observar o campo de ação e assim retornar a batalha, quem sabe mais preparados para melhor se movimentar e saber por que se está lutando.

Fontes Primárias Catalogadas e Analisadas

1 – JORNAIS ESCRITOS:

JORNAIS ESCRITOS	ANO	MESES PESQUISADOS
Diário da Borborema	De 1970 a 1989	Janeiro, fevereiro e março.
	De 1990 a 2000	Janeiro, fevereiro, março, abril e maio.
Jornal da Paraíba	De 1972 a 1989	Janeiro, fevereiro e março.
	De 1990 a 2000	Janeiro, fevereiro, março, abril e maio.

2 – DEPOIMENTOS COLHIDOS PELO AUTOR:

DEPOENTES	PROFISSÃO
Adnerson da Costa Gomes	Eletricista, sócio do Clube Ipiranga, residente no Alto Branco nas imediações do Ipiranga.
Adgerson Cavalcanti	Cantor, compositor, poeta e puxador de escola de samba, residente no bairro das Malvinas.
José Alexandre Neto	Diretor da Associação Campinense de Escolas de Samba e Troças Carnavalescas, funcionário público municipal, residente no bairro das Malvinas.
Maria de Lourdes Costa	Dona de casa, ex-madrinha da Escola Invasores do Samba, residente no bairro das Malvinas.
Seu Orlando*	Aposentado, ex-secretário do Ipiranga, residente no bairro do Catolé.

* O mesmo não nos permitiu publicar maiores informações a seu respeito.

3 – Outras fontes catalogadas:

3.1 – Depoimentos dos prefeitos de Campina ao Museu Histórico de Campina Grande.

- Depoimento de Ronaldo José da Cunha Lima a William Tejo arquivado no Museu Histórico de Campina Grande. 1981.
- Depoimento de Evaldo Cruz a William Tejo arquivado no Museu Histórico de Campina Grande. 1981.
- Depoimento de Luiz Motta Filho a William Tejo arquivado no Museu Histórico de Campina Grande. 1981.
- Depoimento de Manoel Paz de Lima a William Tejo arquivado no Museu Histórico de Campina Grande. 1981.

3.2– Outras:

- Anuário de Campina Grande. 1982.
- Anuário de Campina Grande. 1984.
- Prefeitura Municipal de Campina Grande. Lei N° 2. 814 de 30 de dezembro de 1993.

Fontes Secundárias Catalogadas e Analisadas

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: União Editora. 1993.

LIMA, Cássio Cunha. "*CAMPINA GRANDE: Uma terra indomável*". In: **Campina Grande: 1989-1992. Exemplo de trabalho**. Campina Grande: Departamento de Divulgação da Prefeitura Municipal de Campina Grande. 1992.

LIMA, Cássio Cunha. **Caminho de Futuro**: Constituinte Cássio Cunha Lima. Brasília: Editora da Câmara dos Deputados, 1988.

LOPES, Stênio. **Campina – Luzes e Sombras**. Campina Grande: Edições GRASFET. 1989.

MARACAJÁ, Eneida Agra. & TAVARES, Walter. **Projeto Cultural Carnavalesca**. Campina Grande: Teatro Municipal. 1993.

MELO, Luis Gonzaga. **Campina Grande, O desenvolvimento em Questão**. Campina Grande. 1988.

Referências Bibliográficas

- AGRA, Giscard Farias. **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1887 a 1935.** Campina Grande: Gráfica Marconi. 2006.
- AGRA DO Ó, Alarcon et all. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural.** João Pessoa: Idéia, 2003.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** Recife: Massangana, São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru: SP: EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, Jaime de. "Todas as festas, a festa?". *In*: SWAIN, Tânia N. (org). **História no plural.** Brasília: UNB, 1994.
- ARANHA, Gervácio B. **Modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicos e práticas culturais (1880-1925).** Campinas: Unicamp, 2001.
- ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.
- BAKHTIN, Mickail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- BARROSO, Fernando Luiz Alves. **"A Hora do Povo Na TV": análise do discurso de uma experiência "popular" de televisão.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande. UFPB. 1996.
- BENATTI, Antonio Paulo. "História, Ciência, Escritura e Política". *In*: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. de O. (orgs). **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas, SP: UNICAMP, 2000.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 45-59.
- CAVALCANTI, Silêde Leila O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas.** Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Campinas: Papyrus, 1995.

- _____. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. “A operação histórica”. *In*: LE GOFF, Jaques & NORRA, Pierre. **História, novos problemas**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. “O mundo como representação”. *In*: **Estudos avançados**. Nº 11, vol. 5, jan/abril. São Paulo: USP, 1991.
- CUNHA, Maria Clementina P. da. **Carnaval e outras F(r)estas**: ensaios da história social da cultura. Campinas: Unicamp/ CECULT, 2002.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DAVIES, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**: sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2005.
- _____. **Conversações**. São Paulo: Editora 34. 1992.
- FARIAS, Edson. “Carnaval carioca, a matriz do negócio do ócio brasileiro”. *In*: **Caderno CRH**. Nº 38; jan/jun, 2003. Salvador, pp. 177-208.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Microfísica do poder**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos & Escritos. Vol. II. Rio de Janeiro. Forense-Universitária. 2005.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras.2006.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração: Memória e Práticas Culturais**. Cuiabá, MT: EdUFMT. 2006.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação. 2002.
- LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LAROSSA, Jorge. “Sobre a lição”. *In*: **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

- _____. **Nietzsche & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano João Pessoa: Idéia, 2002.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**. Lisboa: Relógio d'Água, 1983.
- _____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- MACHADO, Roberto. **Deleuze e a filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. **Zaratustra: Tragédia Nietzscheana**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MIRANDA, Dilmar S. "O tempo do samba"..In: **Trajetus**. Vol. 2, Nº 3. Fortaleza, 2002.
- PASSETI, Edson (org.). **Kafka, Foucault: sem medos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- REIS, José Carlos. **História & Teoria**: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBARD, Franck. "Memória, identidade e oralidade: considerações em torno do carnaval negro da Bahia (1974-1993)". In: **Trajetus**. Vol. 2, Nº 3. Fortaleza, 2002.
- RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na História**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- SILVA, Iranise Alves da. **A Política Habitacional Para as classes de Baixa Renda de Campina Grande**. Dissertação de Mestrado em Economia. Campina Grande. UFPB. 1986.
- SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). Doutorado em história. Campinas: Unicamp, 2001.
- SOUZA, Antonio Clarindo B. De. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.
- VASCONCELOS, José Carlos. "História e Pós-estruturalismo". In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. de O.(orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- _____. "Michel Foucault e os Estudos Culturais", In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Estudos Culturais em Educação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.